

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE

**Pobreza e territorialização da ação pública no Território
Meio Oeste Contestado (SC)**

Andréia Tecchio

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**POBREZA E TERRITORIALIZAÇÃO DA AÇÃO PÚBLICA NO
TERRITÓRIO MEIO OESTE CONTESTADO (SC)**

ANDRÉIA TECCCHIO

*Sob a orientação do Professor
Nelson Giordano Delgado*

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Dezembro de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

ANDRÉIA TECCHIO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 11/12/2017.

Prof. Dr. Nelson Giordano Delgado (orientador/CPDA/UFRRJ)

Prof.ª Dr.ª Karina Yoshie Martins Kato (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. Jorge Osvaldo Romano (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. José Renato Sant' Anna Porto (UFF)

Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella (UFSC)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T255 Tecchio, Andréia, 1978-
Pobreza e territorialização da ação pública no
Território Meio Oeste Contestado (SC) / Andréia
Tecchio. - 2017.
289 f.: il.

Orientador: Nelson Delgado. Tese(Doutorado). --
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE, 2017.

1. espacialização da pobreza. 2. vivência da
pobreza. 3. territorialização da ação pública. I.
Delgado, Nelson , 1946-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE III. Título.

*À Laura Carolina Tecchio,
minha sobrinha e afilhada amada, por apesar da sua tenra idade,
ter sido a pessoa que mais me acompanhou durante a elaboração final da tese,
e, por em muitos momentos, não ter me deixado fazer tese!*

AGRADECIMENTOS

O nosso caminho é feito pelos nossos próprios passos, mas a beleza da caminhada depende dos que estão conosco (Autor desconhecido). Nesse sentido, agradeço a todas as pessoas e instituições que foram imprescindíveis para a realização do doutorado.

Agradeço ao meu orientador Prof. Nelson Giordano Delgado, pelas excelentes orientações durante a realização do doutorado, pela confiança e pela liberdade para desenvolver as temáticas da tese. Gratidão caro Nelson por ter me apoiado durante o período mais difícil do doutorado, que foi a elaboração da tese e por sempre ter me ajudado a refletir sobre as decisões acadêmicas e profissionais.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), pelos momentos compartilhados de discussões, de aprendizado, de reflexões, de lutas sociais e de confraternização. De maneira especial, agradeço, além de ao meu orientador, aos professores Hector Alberto Alimonda (*in memoriam*), John Wilkinson, Jorge Osvaldo Romano, Leonilde Sérvo Medeiros e Sérgio Pereira Leite.

Muito obrigada à equipe administrativa do CPDA pela disponibilidade em esclarecer dúvidas, fornecer documentos demandados e manter o ambiente arrumado e agradável para o desenvolvimento das atividades no CPDA. Em especial, sou grata à Ana Lídia de Lima Barbosa, Antônio Reginaldo Leite de Carvalho, Diana Rosa, Gabriela Ferreira, Janete Nunes, Marcos Porto, Raquel Passeri de Aguiar, Silvia Alves de Andrade, Silvinha Carvalho e Terêsa Maria Leite Ferreira.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), agradeço pela concessão da bolsa de doutorado, pois permitiu que eu me dedicasse exclusivamente às atividades acadêmicas, sendo fundamental para a minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço à Capes e ao Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub), pois este trabalho de tese contou com apoio do projeto de cooperação interuniversitário (2013-2016), intitulado “Territórios, pobreza e políticas públicas: uma abordagem pela territorialização”. O projeto reuniu estudantes e pesquisadores da *Unité mixte de recherche* (URM) 5281 *Acteurs, ressources et territoires dans le développement* (ART-Dev), vinculado à *Université de Montpellier 3*, em Montpellier, França, do CPDA/UFRRJ e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse projeto permitiu que eu realizasse um estágio de doutorado no período de um ano na UMR ART-Dev de Montpellier. Em

especial, agradeço aos coordenadores do projeto: Geneviève Cortes, Sérgio Pereira Leite e Renato Maluf. Expresso também minha gratidão aos pesquisadores brasileiros e franceses que participaram desse projeto. Nos seminários, reuniões e *workshops* que participei no Brasil e na França, foi possível discutir ideias, receber sugestões e avançar na elaboração da tese.

Merci beaucoup a Geneviève Cortes, por ter me acolhido no ART-Dev e por ter me orientado no estágio de doutorado e acompanhado durante uma semana na pesquisa de campo no Território Meio Oeste Contestado. As discussões após cada entrevista foram importantes para as reflexões concernentes às temáticas da tese. Bem, foi uma agradável aventura a incursão a município do oeste catarinense, regada a diversão, risadas, reflexões e aprendizados.

Ao Philippe Bonnal (*in memoriam*), sou grata pelo apoio prestado para conseguir moradia em Montpellier, pela forma carinhosa pela qual me recebeu e me apresentou o *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique Pour le Développement* (Cirad) e as instituições nas quais poderia cursar francês. Sempre que precisei, discutiu comigo a territorialização da ação pública e me apresentou bibliografias referentes a essa temática.

Manifesto também meus sentimentos de gratidão a toda a equipe de professores e administrativa e os doutorandos do ART-Dev, pela maneira carinhosa pela qual fui recebida, acolhida e orientada. Os almoços eram sempre momentos agradáveis de descontração, de aprendizado e de compartilhar informações sobre a cultura dos diversos países “que se encontravam à mesa” *et bien sûr, de faire des blagues!!* Gratidão por não terem medido esforços para que eu me sentisse em casa, me convidando para *soirées et dîner chez vous, randonnés* ou para acompanhar as pesquisas de campo. *Merci beaucoup!*

Grazie mille caro Sergio Magnani pelo tempo que compartilhamos *dans le bureau de travail*. Sou grata por gentilmente ter me ajudado com o idioma, com questões burocráticas, com dicas sobre Montpellier e por ter discutido comigo questões sobre a tese.

Nesse processo, também foi fundamental contar com a participação em projetos de pesquisas desenvolvidos pela equipe do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (LEMATE), vinculado ao Centro de Ciências Agrárias, da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC) e do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), ligado ao CPDA/UFRRJ. As discussões acadêmicas realizadas nos seminários e reuniões e discussões contribuíram muito para a minha formação acadêmica e profissional.

E o que dizer dos caros colegas de doutorado! Foram muitos momentos compartilhados e entre reflexões teóricas, dificuldades financeiras, dúvidas, incerteza, angústias, solidariedade, compaixão, lutas sociais e confraternização, construímos laços de amizade. Agradeço, entre eles, a Alessandra Gasparotto, Andrea Rente Leão, Dan Gabriel D'onofre, Daniel Delatin Rodrigues, Elisandra de Araújo Galvão, Gilmara Sarmento, Fernanda Ferreira Senra Antelo, Maria Geovânia Manos, Patrícia Braga, Ricardo Dias Silva e Sandro Leão.

Mesmo correndo o risco de esquecer alguém, é bom ter uma legião de amigos, que, em algum momento da realização do doutorado contribuíram com sugestões, críticas, comentários, conselhos ou apenas ouvindo e amparando nas horas difíceis: Gratidão Alexandre Giehl, Ângela Antonetti, André Alves Pereira, Anaïs Trousselle, Bashar Nemen, Bianor Paulo Giordani, Carla Morsch Porto Gomes, Carmen Giordani, Claudia Yubero Bernabé, Cleomara Carraro, Daniela Aparecida Pacífico, Deise Silva Vasconcelos, Edimar Krindges, Fabia Tonini, Fabricio Marais, Graziele Daianese de Lima, Isabela Schwengber, Itane Lacrampe-Camus, Julien Clémenti, Juliette Augeron, Kety Carla de Marchi, Laide Maria Krindges, Luiza Zitzke Oliveira, Matheus Pacheco Perbiche, María Fernanda de Torres Álvarez, Marème Ndiaye, Mikael Tritz, Mirian Cardoso Cipolloti, Mônica Metz, Monique Medeiros, Paulo Metz, Rafaela Giacomin Bueno, Thiago Bomfim, Tamissa Godoi, Maria Cecília Miresky, Nelly Leblond, Neusa Stainer e Vladimir Oganauskas Filho.

Muitas pessoas contribuíram para que eu obtivesse as informações para a realização desta tese, por meio do fornecimento de documentos ou da concessão de entrevistas. Gratidão por terem aceitado compartilhar suas histórias de vida, experiências e vivências. Em especial, agradeço ao Alexandre da Silva Santos, Edi Marcos Smaniott e Claudenir Gazzoni.

Gratidão a toda a minha família pelo apoio incondicional e compreensão pela minha ausência em momentos importantes, em especial, Ana, Caroline, Debastiani, Diego, Laura, Mercedes e Silvino. Sem vocês, não teria sido possível realizar o doutorado.

A propagação generalizada da miséria e da indigência é um escândalo social evidentemente inadmissível, sobretudo em sociedades perfeitamente capazes de evitá-lo. E a revolta visceral que suscita em cada um de nós é perfeitamente compreensível e justificada. Mas não é aumentando o poder da máquina para criar os bens e os produtos materiais que esse escândalo irá acabar, pois a máquina colocada em ação para esse fim é a mesma que produz sistematicamente a miséria. Hoje, trata-se de procurar a compreender as razões múltiplas e profundas desse escândalo (RAHENEMA, 2004, p. 15, tradução nossa).

RESUMO

A territorialização da ação pública consiste na implementação de um conjunto de políticas públicas num mesmo território e conta com a participação de atores governamentais e da sociedade civil que são relevantes para a política no processo de gestão social. Trata-se de uma importante inovação do Governo brasileiro, pois possibilita abordar problemas em espaços precisos e atender de forma diferenciada determinados segmentos sociais, via a adequação das políticas às suas especificidades. No Brasil, a territorialização da ação pública - que tem entre seus objetivos o enfrentamento da pobreza - iniciou no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) com a criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) em 2003, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Na mesma linha, em 2008 foi lançado o Programa Território da Cidadania (PTC), tendo o MDA e a Casa Civil à sua frente. A partir dessa perspectiva, o objetivo desta tese consiste em analisar a dissonância entre a pobreza e a ação pública territorializada e direcionada ao enfrentamento desse fenômeno no Território Meio Oeste Contestado, localizado na região oeste de Santa Catarina. Como recursos metodológicos foram adotados a pesquisa documental e a pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas. A pesquisa documental consistiu em análise de textos, documentos, leis, materiais de divulgação e atas de reuniões referentes ao Pronat e ao PTC elaborados pelo Governo Federal, pelo MDA/SDT e pelo Território Meio Oeste Contestado. A pesquisa de campo foi realizada entre 2014 e 2016, na qual foram entrevistados 38 atores institucionais implicados na implementação e/ou gestão social do Pronat e do PTC e 40 famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família residentes nos meios rural e urbano. Os resultados desta pesquisa indicam que um dos principais condicionantes da pobreza no Território Meio Oeste Contestado é o acesso a terra, uma vez que, historicamente, as populações pobres são expropriadas de suas terras. O Pronat beneficiou principalmente agricultores familiares organizados em cooperativas, sindicatos e movimentos sociais. As populações mais pobres não estão inseridas nessas organizações, logo não participaram do Conselho de Desenvolvimento Territorial (Codeter), tampouco observamos interesse do poder público - federal, estadual e municipal - em representá-las ou motivá-las para que se organizassem para participar do Codeter ou, ainda, para capitanear recursos do Pronat para os interesses desse segmento social. As ações do PTC contribuíram para a melhoria das condições de vida das populações pobres do Território, todavia, as políticas não foram elaboradas visando à remoção dos principais condicionantes estruturais da pobreza, nem para atender a diversidade de situações vividas por essas populações.

Palavras-chave: espacialização da pobreza, vivência da pobreza, territorialização da ação pública.

ABSTRACT

The territorialization of the public action concerns about the implementation of public policies set in the same territory and the civil society, which are of a major concern to politics in the social management process. It is about an important innovation of the Brazilian administration, because it allows approaching problems in accurate spaces and serving differently certain social segments, by the suitable politics to its specificities. In Brazil, the territorialization of public action, which have among its goals the poverty confront – has started in Luiz Inácio Lula da Silva's administration (2003-2010) with the foundation of the Sustainable Development of Rural Territories Program (Pronat) in 2003, bounded to the Territorial Development Secretary (TDS), Agrarian Development Department (ADD). By the same view, in 2008, was launched the Citizenship Territory Program (CTP), having ADD and Civil Office in the lead. From this perspective, the goal of this thesis is about analyzing the dissonance between poverty and public territorial and directed action to this confrontation phenomenon in the Contestado Midwest Territory, placed on the western region of Santa Catarina. As methodological resources to answer this thesis's goal, were adopted the documentary research and field research performed through interviews. The documentary research consisted in texts analysis, documents, laws, promotional material, meetings registrations about Pronat and CTP made by the Federal Government, by ADD/TDS and by Contestado Midwest Territory. This field research was performed between 2014 and 2016, which were interviewed 38 institutional subjects involved in implementation and/or Pronat and CTP social management and 40 families benefited by Bolsa Família Program who live in rural and urban areas. The results of this research point out that one of the main poverty conditioning in Contestado Midwest Territory is the access to the land, since, historically, the rural poor population were expropriated from their lands. Pronat has benefited mainly farmers organized in cooperatives, unions and social movements. The rural poorer populations are not inserted in these organizations, thus, did not take part of the Territorial Council Development (Codeter), either was observed interest of public power - federal, state and municipal - in representing or motivating them in order to organize the participation in Codeter or, even, to attract resources from Pronat to the interests of this social segment. The CTP actions has contributed to the improvement of life conditions of the poor population from Contestado Midwest, however, the policies were not made aiming the removal of the main structural conditioning of poverty, not even to meet the diversity of experienced situations by these populations.

Keywords: poverty spatialization, living poverty, territorialization of public action.

RÉSUMÉ

La territorialisation de l'action publique consiste en la mise en place d'un ensemble de politiques publiques sur un même territoire et compte sur la participation des acteurs gouvernementaux et de la société civile qui sont importants pour la politique dans le processus de gestion sociale. Il s'agit d'une innovation importante du gouvernement brésilien, car elle nous permet d'aborder des problèmes dans des espaces précis et de tenir compte, de manière différenciée, de certains segments sociaux, à travers l'adaptation des politiques à leurs spécificités. Au Brésil, la territorialisation de l'action publique - qui a, parmi ses objectifs, l'affrontement contre la pauvreté - a commencé dans le gouvernement de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) avec la création du Programme de développement durable des zones rurales (Pronat) en 2003, attaché au Secrétariat du développement territorial (SDT) du Ministère du développement agraire (MDA). En suivant la même ligne de pensée, en 2008 on a lancé le Programme Territoire de citoyenneté (PTC), en ayant le MDA et la *Casa Civil* en tête. A partir de cette perspective, l'objectif de cette thèse est d'analyser la dissonance entre la pauvreté et l'action publique territorialisée et dirigée à l'affrontement de ce phénomène dans le Territoire *Meio Oeste Contestado*, situé dans la région ouest de Santa Catarina. Comme ressources méthodologiques on a utilisé la recherche documentaire et l'étude sur le terrain menée au moyen d'entrevues. La recherche documentaire a consisté d'analyser des textes, des documents, des lois, des documents promotionnels et des comptes rendus de réunions relatifs au Pronat et PTC mis au point par le gouvernement fédéral, la MDA/SDT et le Territoire *Meio Oeste Contestado*. Le travail de terrain a été réalisé entre 2014 et 2016, dont 38 acteurs institutionnels impliqués dans la mise en œuvre et/ou la gestion sociale du Pronat et du PTC et 40 familles bénéficiaires du Programme *Bolsa Família* résidents dans les zones rurales et urbaines ont été interviewés. Les résultats de cette recherche indiquent que l'un des principaux déterminants de la pauvreté dans le Territoire *Meio Oeste Contestado* est l'accès à la terre, puisque, historiquement, les pauvres sont expropriés de leurs terres. Le Pronat a bénéficié principalement des agriculteurs familiaux organisés dans des coopératives, des syndicats et des mouvements sociaux. Les populations les plus pauvres ne sont pas insérées dans ces organisations, donc n'ont pas participé au Conseil du développement territorial (Codeter), on n'observe pas non plus d'intérêts du gouvernement - fédéral, fédéré et municipal - pour les représenter ni les motiver à s'organiser pour participer au Codeter ou, encore, pour capitaliser des ressources auprès du Pronat pour les intérêts de ce segment social. Les actions du PTC ont contribué à l'amélioration des conditions de vie des populations pauvres du Territoire, cependant, les politiques n'ont pas été élaborées en vue d'éliminer les principaux déterminants structurels de la pauvreté, ni pour répondre à la diversité des situations vécues par ces populations.

Mots-clés: spatialisation de la pauvreté, expérience de pauvreté, territorialisation de l'action publique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: localização geográfica de Santa Catarina no Brasil, do Território no estado e dos municípios no interior do Território	29
Figura 02: pinguela sobre o Rio do Peixe que separa os centros urbanos de Capinzal/SC, em destaque na imagem, do de Ouro/SC.....	70
Figura 03: mapa dos territórios rurais de identidade	72
Figura 04: centro de comercialização de produtos da agricultura familiar, Xanxerê/SC.....	74
Figura 05: mapa dos territórios da cidadania	76
Figura 06: creche construída com recursos financeiros do PTC, Abelardo Luz/SC	78
Figura 07: Brasil: delimitação de fronteiras terrestres	81
Figura 08: Terras Indígenas em Santa Catarina	88
Figura 09: casas de duas famílias que compartilham um lote em uma aldeia indígena, Entre Rios/SC	103
Figura 10: portal de entrada dos assentamentos da reforma agrária em Abelardo Luz/SC	105
Figura 11: entrevista realizada pela pesquisadora com uma beneficiária do PBF, Coronel Martins/SC	121
Figura 12: entrevista realizada pela equipe do projeto Capes/Cofecub com integrante de família beneficiária do PBF, Faxinal dos Guedes/SC	122
Figura 13: entrevista realizada pela equipe do projeto Capes/Cofecub com famílias beneficiárias do PBF, Entre Rios/SC	122
Figura 14: adolescente fazendo a lição escolar durante a entrevista, Ouro/SC.....	134
Figura 15: mãe dando banho em uma criança numa casa desprovida de banheiro, Faxinal dos Guedes/SC	144
Figura 16: latrina de madeira, Abelardo Luz/SC	146
Figura 17: casa dividida entre duas famílias, Coronel Martins/SC	151
Figura 18: lote dividido entre duas famílias, Erval Velho/SC	152
Figura 19: aglomerado de residências indígenas da Terra Indígena Xapecó, próximo da SC 480, Ipuaçu/SC	154
Figura 20: casa construída em alvenaria pelo PNHIS, Luzerna/SC	156
Figura 21: casa mista, construída em madeira e alvenaria, Ouro/SC	157
Figura 22: casa mista, construída em madeira e “tapume”, Ouro/SC	157

Figura 23: casa construída com madeira e “tapume”, Abelardo Luz/SC	158
Figura 24: horta, Coronel Martins/SC	160
Figura 25: galinheiro, Abelardo Luz/SC	160
Figura 26: entrevista realizada pela equipe de pesquisadoras do Lemate, Abelardo Luz/SC	171
Figura 27: entrevista realizada pela pesquisadora, Coronel Martins/SC	171
Figura 28: finalização da infraestrutura em um bairro de “habitação popular”, Joaçaba/SC.	202

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Terras Indígenas localizadas nos municípios do Território Meio Oeste Contestado, número de famílias em 2011 e número de pessoas em 2016.....	102
Tabela 2: Número de assentamentos e de famílias assentadas pela reforma agrária em municípios do Território Meio Oeste Contestado e no estado de Santa Catarina em 2016	103
Tabela 3: Itinerário migratório, motivações e quantidade de famílias	124
Tabela 4: Grau de escolaridade dos principais provedores do sustento das famílias pobres .	130
Tabela 5: Condição de beneficiários da Previdência Social.....	139
Tabela 6: Forma de acesso à terra ou ao lote e área de residência	148
Tabela 7: Material utilizado na construção das casas e quantidade de famílias.....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Total e percentual da população urbana e rural em 2000 e 2010, variação populacional e densidade demográfica no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil	247
Quadro 02: População total, urbana e rural em 2010, população total e porcentual assistida pelo PBF, residente no meio rural e urbano dos municípios do Território Meio Oeste Contestado, em maio de 2014	248
Quadro 03: Total de famílias beneficiadas pelo PBF, total e percentual de famílias beneficiadas pelo PBF e pertencente aos GPTE e quantidade de famílias integrantes de GPTE no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em setembro de 2014	249
Quadro 04: Total e percentual de pessoas de 5 anos ou mais, alfabetizadas e não alfabetizadas no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil em 2000	251
Quadro 05: Total e percentual de pessoas de 5 anos ou mais alfabetizadas, e não alfabetizadas no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil em 2010	252
Quadro 06: Total e porcentagem de pessoas por dormitório nos domicílios particulares permanentes no Território Meio Oeste Contestado em 2000 e 2010	253
Quadro 07: Total e percentual de domicílios particulares permanentes com e sem acesso à energia elétrica no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000 e 2010	254
Quadro 08: Total e porcentual de domicílios particulares permanentes por condição de acesso à coleta de lixo no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000 e 2010	255
Quadro 09: Total e porcentual de domicílios particulares permanentes com e sem acesso à rede de abastecimento de água no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000 e 2010	256
Quadro 10: Total e porcentual de domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário no Território Meio Oeste Contestado, Santa Catarina e Brasil, em 2000 e 2010	257
Quadro 11: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários e área de terra pertencente a agricultores não familiares e a agricultores familiares no Território Meio Oeste Contestado, em 2006	258

Quadro 12: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários e área de terra pertencente a agricultores não familiares e a agricultores familiares proprietários no Território Meio Oeste Contestado, em 2006	259
Quadro 13: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários e área de terra pertencente a agricultores não familiares e a agricultores familiares assentados sem titulação definitiva no Território Meio Oeste Contestado, em 2006	260
Quadro 14: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários e área de terra pertencente a agricultores não familiares e a agricultores familiares arrendatários no Território Meio Oeste Contestado, em 2006	261
Quadro 15: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários e área de terra pertencente a agricultores não familiares e a agricultores familiares parceiros no Território Meio Oeste Contestado, em 2006	262
Quadro 16: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários e área de terra pertencente a agricultores não familiares e a agricultores familiares ocupantes no Território Meio Oeste Contestado, em 2006	263
Quadro 17: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários e área de terra pertencente a agricultores não familiares e a agricultores familiares sem área no Território Meio Oeste Contestado, em 2006	264
Quadro 18: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários de produtores sem área e por grupos de área de mais de 0 ha a mais de 10 hectares no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2006	265
Quadro 19: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários de produtores sem área e por grupos de área de mais de 0 a mais de 500 hectares no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2006	266
Quadro 20: Total e porcentagem de pessoas com 10 anos ou mais, por classe de rendimento mensal nominal <i>per capita</i> em salários mínimos (s.m.) no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000	267
Quadro 21: Total e porcentagem de pessoas com 10 anos ou mais, por classe de rendimento mensal nominal <i>per capita</i> em salários mínimos (s.m.) no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2010	268

Quadro 22: População total e percentual em idade ativa e ocupada, segundo a categoria do trabalhador no trabalho principal no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000	269
Quadro 23: População total e percentual em idade ativa e ocupada, segundo a categoria do trabalhador no trabalho principal no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2010	270
Quadro 24: Produto Interno Bruto do Território Meio Oeste Contestado, de Santa Catarina e do Brasil, em 2000	271
Quadro 25: Produto Interno Bruto do Território Meio Oeste Contestado, de Santa Catarina e do Brasil, em 2012	272
Quadro 26: Índice de Gini dos municípios do Território Meio Oeste Contestado, Santa Catarina e Brasil em 2000 e 2010	273
Quadro 27: Índice de Desenvolvimento Humano no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000 e 2010	274
Quadro 28: número de pessoas por família, idade, escolaridade, ocupação(es) principal(is) e condição em relação à Previdência Social do(s) principal(is) provedor(es) do sustento.....	280
Quadro 29: Cargos e/ou funções e data em que os atores institucionais do Território Meio Oeste Contestado foram entrevistados	282
Quadro 30: Valor dos objetos financiados pelo Pronat entre 2003 e 2015	283

LISTA DE BOX

Box 01: Municípios ambivalentes no Meio Oeste Contestado	70
Box 02: Portal de entrada nos assentamentos da reforma agrária em Abelardo Luz	105
Box 03: Projeto de extensão desenvolvido pelo Nedet no Território Meio Oeste Contestado	138
Box 04: As especificidades do corte de erva-mate no oeste de Santa Catarina	185

LISTA DE SIGLAS

- ADR - Agência de Desenvolvimento Regional
AMAI - Associação de Municípios do Alto Irani
AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense
AMNoroeste - Associação de Municípios do Noroeste Catarinense
APAE - Associações dos Pais e Amigos dos Expcionais
ART-Dev - *Acteurs, ressources et territoires dans le développement*
ASCOOPER - Central de Cooperativas da Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico - Cadastro Único
CAI - Células de Acompanhamento de Informação
CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CAPES - Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CEDR - Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CIAT - Comissão de Instalações das Ações Territoriais
Cirad - *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique Pour le Développement*
CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODETER - Colegiado de Desenvolvimento Territorial
COFECUB - Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil
COHAB - Companhias de Habitação Popular
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSAD - Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOMAFITT - Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas
COOPTRASC - Cooperativa dos Trabalhadores na Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina

CPDA - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Meio Oeste Contestado

CRAS - Centros de Referência da Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializado da Assistência Social

ELETROSUL - Centrais Elétrica S.A.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FATMA - Fundação do Meio Ambiente

FECAM - Federação Catarinense das Associações de Municípios

FECAT - Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sudeste do Pará

FETAESC - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina

FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GPTE - Grupos Populacionais Tradicionais ou Específicos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICAF - Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar de Santa Catarina

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

ISAEC - Instituto Sinodal de Assistência, Cultura e Educação

LEMATE - Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território

LOA - Lei Orçamentária Anual

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MASTRO - Movimento dos Sem Terras do Oeste do Paraná

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MDSA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MMA - Movimento das Mulheres Agricultoras

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEDET - Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial
NFPR - Nota Fiscal de Produtor Rural
OEA - Organização dos Estados Americanos
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OPPA - Observatório de Políticas Públicas para Agricultura
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAPP- Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PBF - Programa Bolsa Família
PBSM - Plano Brasil Sem Miséria
PCPR - Programas de Combate à Pobreza Rural
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGA- Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas
PIB - Produto Interno Bruto
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNHIS - Política Nacional de Habitação de Interesse Social
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POA - Produtos de Origem Animal
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PROINF - Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT - Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PTC - Programa Território da Cidadania
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PTRI - Programa Territórios Rurais de Identidade
RANI - Registro Administrativo de Nascimento Indígena
RNB - Renda Nacional Bruta
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEG - Sistema de Gestão Estratégica

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENARC - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania

SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Presidência da República

SIE - Sistema de Inspeção Estadual

SIF - Sistema de Inspeção Federal

SIM - Sistema de Inspeção Municipal

SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto

SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar

SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

SUS - Sistema Único de Saúde

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNITAGRI - Cooperativa de Trabalho na Prestação de Serviços Agropecuários e Ambientais

URM - *Unité mixte de recherche*

Sumário

Introdução	27
CAPÍTULO I	38
POBREZA E TERRITORIALIZAÇÃO DA AÇÃO PÚBLICA	38
1.1 O que é pobreza?.....	39
1.1.1 A pobreza como insuficiência de renda	40
1.1.2 A pobreza sob o prisma da subsistência	43
1.1.3 A pobreza vista da perspectiva das necessidades básicas	44
1.1.4 A pobreza como privação relativa	45
1.1.5 Pobreza: uma síntese sociológica única.....	46
1.1.6 Vulnerabilidade social e precariedade: duas facetas da pobreza	50
1.2 Espacialização e vivência da pobreza: ferramentas para análise	52
1.2.1 O espaço.....	54
1.2.2 O tempo.....	55
1.2.3 Os atores	56
1.3 A intervenção pública governamental	57
1.3.1 O que é uma política pública?.....	57
1.3.2 A sociologia da ação pública	58
1.4 A territorialização da intervenção pública governamental	60
1.4.1 Do espaço ao território.....	60
1.4.2 Territorialização e suas acepções.....	64
1.4.3 A Territorialização da ação pública no Brasil	65
1.4.4 O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais	68
1.4.5 O Programa Territórios da Cidadania.....	74
CAPÍTULO II.....	79
A ESPACIALIZAÇÃO DA POBREZA NO MEIO OESTE CONTESTADO	79
2.1 Formação social e espacial da região oeste de Santa Catarina	80
2.1.1 Os indígenas.....	81
2.1.2 Os caboclos e a Guerra do Contestado	89
2.1.3 Os colonos.....	92
2.1.4 O advento da “modernização” da agropecuária no contexto local	93
2.2 A correlação da espacialização da pobreza com as dinâmicas territoriais.....	97

2.2.1 A dinâmica demográfica	98
2.2.2 A espacialização pobreza.....	99
2.2.3 A pobreza sob o prisma da educação.....	105
2.2.4 A pobreza a partir dos números da habitação	106
2.2.5 O acesso aos serviços públicos	107
2.2.6 A pobreza correlacionada ao acesso a terra	109
2.2.7 A pobreza a partir de indicadores socioeconômicos.....	113
CAPÍTULO III	120
VIVÊNCIA DA POBREZA	120
3.1 Caracterização sócio-demográfica e profissional das famílias	123
3.1.1 A trajetória migratória e residencial das famílias	123
3.1.2 Composição familiar: as famílias pobres são mais numerosas?	127
3.1.3 Educação escolar: a insuficiência da garantia constitucional	130
3.1.4 Ocupações laborais: entre a divisão por gênero e a precariedade.....	135
3.1.5 Previdência Social: um direito incompatível com a trajetória de vida e de trabalho das pessoas pobres.....	139
3.2 Acesso aos serviços públicos: uma questão de bem estar e saúde pública.....	142
3.3 Formas de acesso a terra e aos lotes: o reflexo da expropriação	147
3.4 Casa: entre o possível e o sonho	155
3.5 Alimentação: estratégias de produção e de aquisição.....	159
3.6 Mobilidade: a influência na vivência da pobreza	161
3.7 As dinâmicas das relações sociais.....	163
3.8 Quais políticas públicas são acessadas pelos pobres?.....	165
3.9 A pobreza percebida por quem a vivencia.....	167
CAPÍTULO IV	169
A TERRITORIALIZAÇÃO DA AÇÃO PÚBLICA DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA	169
4.1 A construção, as institucionalidades e a governança do território rural de identidade	172
4.2 A reconfiguração do território rural de identidade para território de cidadania	180
4.3 A territorialização das ações do Pronat.....	187
4.4 A territorialização das ações do PTC.....	193

4.5 Arranjos institucionais e desdobramentos da territorialização da ação pública: a criação de um consórcio intermunicipal.....	196
4.6 O que falta para superar a pobreza?.....	201
4.7 A pobreza sob o prisma dos atores institucionais	207
Considerações finais	212
Referências	220
Anexos.....	245

Introdução

O interesse em compreender a pobreza e as políticas públicas para o seu enfrentamento funda-se na trajetória de vida pessoal e profissional da autora desta tese. Nascida no oeste de Santa Catarina em uma família de pequenos agricultores, soube desde cedo que a vida no campo não é romântica, tampouco bucólica, por ter sentido na pele a dureza do trabalho nas atividades agropecuárias nos dias de sol ou chuva e frio, bem como os efeitos negativos da crise econômica nas décadas de 1980 e 1990. Diante desse cenário, ainda como ocorre com muitos jovens rurais, principalmente as mulheres, recebeu incentivo para buscar “um futuro melhor” na cidade. Com o passar do tempo, ficou claro que a motivação de tal estímulo também era baseada na condição de pobreza pela qual a família passou durante as fortes crises econômicas, não sendo possível a reprodução social de todos os integrantes da mesma família a partir daquela unidade de produção.

Após a formação no curso de Agronomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), surgiu o primeiro trabalho, sendo este na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no extremo oeste de Santa Catarina, desenvolvido entre o final de 2002 e 2003. Naquele período, o interesse pelas políticas públicas direcionadas às populações pobres ficou mais evidente, mediante a constatação de que muitas famílias rurais pobres, quando contatadas pela equipe técnica da Secretaria da Agricultura para produzirem alimentos a serem comercializados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), não dispunham dos principais meios de produção, como, por exemplo, terra, implementos agrícolas e instalações para os animais. Não sendo possível, dessa maneira, incluí-las como fornecedoras de alimentos para o referido Programa.

A impossibilidade de proporcionar melhorias nas condições de vida das famílias rurais apenas a partir de técnicas de produção agropecuária instigou a autora a compreender melhor as problemáticas do meio rural. Para suprir tal lacuna, a autora cursou especialização em “Movimentos Sociais e Desenvolvimento”, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Francisco Beltrão, entre 2003 e 2005. Nessa especialização, o estudo da literatura contemporânea sobre o desenvolvimento rural e os movimentos sociais, além das discussões com os colegas que atuavam em instituições de ensino, na extensão rural e nas organizações da sociedade civil como movimentos sociais, sindicatos e cooperativas,

possibilitou aprendizados sobre novas formas de análise sobre o tratamento dispensado pelo Estado ao meio rural.

Em 2004, um novo desafio profissional se fez presente: a prestação de assistência técnica para a produção agroecológica de alimentos e organização de grupos de agricultores e cooperativas, ligados a movimentos sociais e sindicatos da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul. O trabalho foi desenvolvido junto à Organização Não Governamental (ONG), denominada Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA)¹, núcleo de Erechim/RS - extensão de Saltinho/SC. Paralelo a essa atuação, ocorreu a oportunidade de exercer o cargo de presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) de Saltinho, entre 2006 e 2008, a partir da qual ficaram explícitas duas questões sobre as famílias rurais: a precariedade de acesso a alimentos e a privação em relação aos meios de produção.

As inquietações em relação à pobreza e às políticas públicas direcionadas ao seu enfrentamento levaram a continuidade dos estudos em 2010, sendo esta a temática da dissertação de mestrado, cursada no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA), Centro de Ciências Agrárias (CCA), da UFSC, intitulada “Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC)”². A principal indagação da dissertação referiu-se à contribuição das políticas públicas de desenvolvimento territorial nas estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres.

Desde o início da elaboração da dissertação, a intenção era de realizar um estudo em Santa Catarina, pois a autora já havia constatado que seria possível explorar o potencial de pesquisa sobre a temática da pobreza no estado, além de potencializar os recursos financeiros no curto período de tempo disponível para realização do mestrado. Como recorte espacial de estudos, escolhemos o Território Meio Oeste Contestado, já que sobre ele incidem o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC)³, os quais objetivam, entre outras questões, beneficiar populações pobres, cujo território é a unidade de planejamento para aplicação territorializada dos recursos financeiros. Outro critério que contribuiu para a escolha do Meio Oeste

¹ O Instituto Sinodal de Assistência, Cultura e Educação (Isaec) é a institucionalidade jurídica do CAPA. A partir de 2015, o CAPA passou a se chamar Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia.

² Nesta dissertação, foram entrevistadas 21 famílias residentes no meio rural e em bairros “periféricos” e beneficiárias do Programa Bolsa Família e dez delegados do Território, representantes da sociedade civil e do governo (TECCHIO, 2012).

³ O Pronat e o PTC serão apresentados no primeiro capítulo desta tese.

Contestado diz respeito à presença expressiva do público prioritário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao qual o Pronat e o PTC estão vinculados, a saber: agricultores familiares, assentados pela reforma agrária e populações tradicionais. Vale ressaltar que um contingente significativo desse público vive em situação de pobreza *vis-à-vis* às condições sociais e econômicas de Santa Catarina. Esse Território, composto por 29 municípios, está localizado na região oeste de Santa Catarina. A Figura 01 apresenta a localização geográfica de Santa Catarina no Brasil, do Território no estado, bem como dos municípios que o integram.

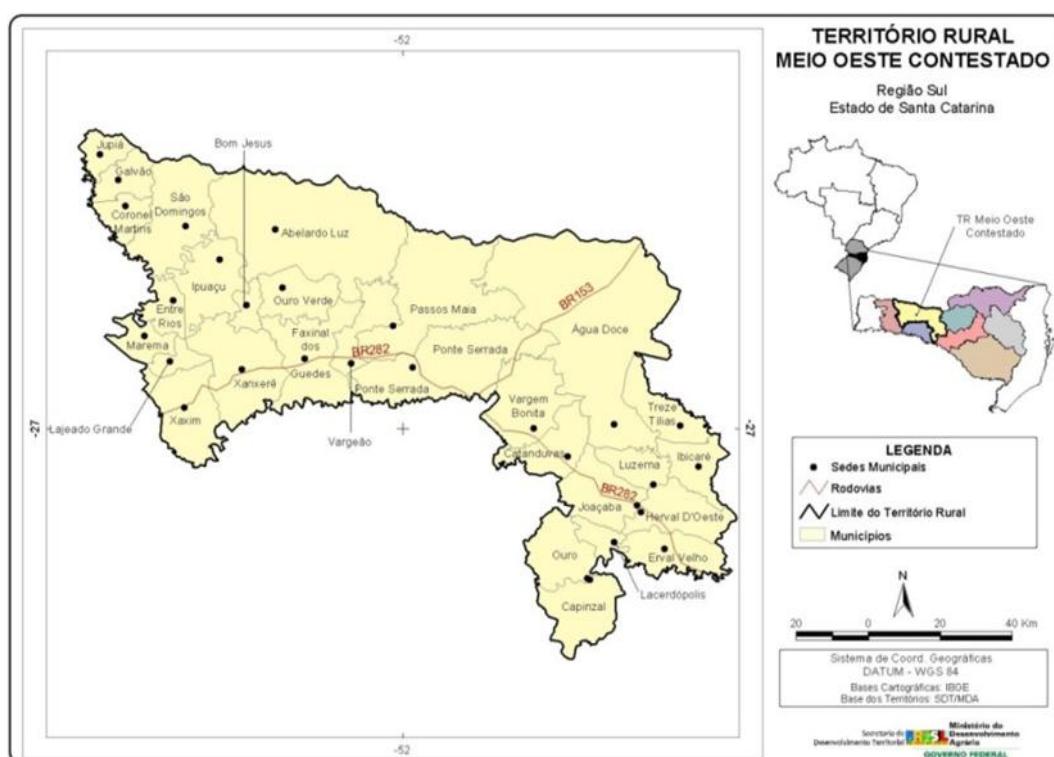


Figura 01: localização geográfica de Santa Catarina no Brasil, do Território no estado e dos municípios no interior do Território
Fonte: SDT, 2006.

Entre 2011 e 2012, a pobreza e as políticas públicas de desenvolvimento territorial também foram estudadas pela autora em projetos de pesquisa conduzidos pela equipe de pesquisadores do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA)⁴. No Observatório, destacamos a participação na equipe de pesquisadores dos seguintes projetos:

⁴ O OPPA é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Esse Observatório também conta com a participação de pesquisadores vinculados a outros programas de pós-graduação, a exemplo dos Programas de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Administração e Economia da UFSC.

“Políticas públicas de enfrentamento da pobreza e da desigualdade no meio rural brasileiro: uma análise a partir da experiência da política de desenvolvimento territorial” e “Aperfeiçoamento das políticas públicas de enfrentamento da pobreza rural na perspectiva do desenvolvimento territorial”. Além desses, houve participação na equipe de pesquisadores do projeto denominado “Desafios das políticas públicas contemporâneas no Brasil: superação da pobreza rural com ênfase na sustentabilidade”, conduzido pelo Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate), vinculado ao PGA, do CCA/UFSC.

Contudo, algumas temáticas ainda não tinham sido suficientemente elucidada no Território Meio Oeste Contestado, entre elas, os principais condicionantes da pobreza, a espacialização e a vivência da pobreza, bem como em que medida as ações territorializadas do Pronat e do PTC contribuíram para o enfrentamento da pobreza. Isso instigou a continuidade dos estudos durante o doutorado cursado no CPDA/UFRRJ. No doutorado, o contato com a literatura contemporânea sobre sociologia rural, políticas públicas e desenvolvimento territorial embasou a reflexão sobre o processo de territorialização da ação pública de enfrentamento da pobreza e a sua adequação enquanto ferramenta para o enfrentamento do fenômeno.

O estudo de conceitos teóricos e de modelos de análises relacionados à territorialização da ação pública e à pobreza foi aprofundado no âmbito do projeto de cooperação interuniversitário intitulado “Territórios, pobreza e políticas públicas: uma abordagem pela territorialização”. Esse projeto foi conduzido em parceria pela Capes/Cofecub⁵, e, além da participação em seminários e workshop, proporcionou a realização do doutorado sanduíche durante um ano junto a *Unité mixte de recherche* (URM) 5281, *Acteurs, ressources et territoires dans le développement* (ART-Dev)⁶, vinculado à *Université de Montpellier 3*, em Montpellier, França. A temática da pesquisa de doutorado também foi discutida no projeto “Estudo de iniciativas de descentralização de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural em Santa Catarina”, conduzido pelo Lemate.

Considerando as lacunas deixadas nas pesquisas realizadas anteriormente pela autora e instrumentalizada pelas disciplinas cursadas e pela literatura estudada, levantamos as seguintes questões norteadoras da pesquisa de tese: Como a pobreza se espacializa e quais são

⁵ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil.

⁶ A orientação durante o doutorado sanduíche foi realizado pela professora Geneviève Cortes e pelo pesquisador Philippe Bonnal.

seus principais condicionantes? Como as populações pobres vivenciam a pobreza? A territorialização da ação pública foi usada como instrumento de enfrentamento da pobreza?

A partir dessas questões de pesquisa, o objetivo geral da tese é assim delineado: analisar a dissonância entre a pobreza e a ação pública territorializada e direcionada ao enfrentamento desse fenômeno. O objetivo geral desdobra-se, então, em três objetivos específicos que correspondem às questões mencionadas:

- a) entender a incidência da pobreza no Território Meio Oeste Contestado, a partir do histórico da sua formação social e espacial, bem como do olhar cruzado sobre a espacialização da pobreza, indicada pelo local de residência - rural ou urbano - das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família, com dados estatísticos de dinâmicas territoriais, como demografia, educação, moradia, acesso a bens e serviços públicos, acesso a terra e indicadores socioeconômicos;
- b) analisar como as famílias pobres do Território Meio Oeste Contestado vivenciam a pobreza, a partir da caracterização sócio-demográfica e profissional; do acesso aos serviços públicos, a terra e aos lotes, aos alimentos, aos meios de transporte e às políticas públicas; das condições das casas; das relações sociais; bem como da percepção que as famílias possuem sobre as políticas públicas acessadas e a condição de pobreza;
- c) compreender em que medida a territorialização do Pronat e do PTC foi utilizada como uma ferramenta para planejar o enfrentamento da pobreza no Meio Oeste Contestado, por meio da construção de institucionalidades e da governança, da aplicação dos recursos financeiros desses Programas, bem como do entendimento que os atores institucionais possuem sobre as políticas públicas direcionadas às populações pobres e o fenômeno da pobreza.

Para responder aos objetivos desta tese, consideramos o período de execução do Pronat, de 2003 a 2016, e do PTC, de 2008 a 2016. Recorremos a recursos metodológicos como pesquisa documental, análise de dados estatísticos e realização de entrevistas. A pesquisa documental consistiu em análise de textos, documentos, leis, materiais de divulgação e atas de reuniões referentes ao Pronat e ao PTC, elaborados pelo Governo Federal, pelo MDA/SDT e pelo Território Meio Oeste Contestado. A análise subsidiou o entendimento das mudanças que ocorreram com a territorialização das ações públicas, principalmente sobre a criação do Território, das institucionalidades e da governança.

Para averiguar a espacialização da pobreza nos municípios que integram o Meio Oeste Contestado, utilizamos os dados estatísticos referente à quantidade de pessoas beneficiárias

pelo Programa Bolsa Família (PBF)⁷ e do seu local de residência - rural ou urbano - do mês de maio de 2014. Os dados estatísticos referentes à educação, habitação, serviços públicos, acesso a terra e indicadores socioeconômicos auxiliaram na identificação dos fatores que possivelmente condicionaram parcela significativa da população do Território a viverem em situação de pobreza. Os dados estatísticos foram obtidos em diversas fontes, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Fundação Nacional do Índio (Funai) .

A análise de documentos e dados estatísticos não exprime a dimensão exata das transformações que a territorialização da ação pública provocaram no Meio Oeste Contestado, tampouco da vivência da pobreza. Considerando essa característica, fizemos uma pesquisa de campo em duas etapas, na qual entrevistamos famílias pobres e gestores institucionais, sendo a primeira em setembro e outubro de 2014 e a segunda em abril e maio de 2016. Para tanto, selecionamos dez municípios do Território, com base nos critérios de diversidade de contextos sociais, econômicos e demográficos, a saber: Abelardo Luz, Coronel Martins, Entre Rios, Erval Velho, Faxinal do Guedes, Joaçaba, Luzerna, Ouro, Vargem Bonita e Xanxerê.

Para identificar as famílias pobres a serem entrevistadas, utilizamos o mesmo critério adotado para espacializar a pobreza, ou seja, as assistidas pelo Programa Bolsa Família. A vivência da pobreza foi averiguada por meio de 40 entrevistas realizadas junto a famílias beneficiárias pelo PBF, totalizando cinco famílias em cada município. Em nosso trabalho, utilizamos como método de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas, pois entendemos ser imprescindível para alcançarmos alguns níveis subjetivos da vivência da pobreza e de como a representam. As dimensões econômica, social e política subsidiaram a elaboração do roteiro de entrevistas semiestruturado. A partir desse instrumento de pesquisa, as famílias foram indagadas principalmente em relação: i) ao breve histórico dos seus antepassados; ii) às migrações recentes; iii) à composição familiar; iv) às profissões exercidas; v) ao grau de escolaridade; vi) ao acesso aos serviços públicos, às políticas públicas, aos alimentos e aos meios de transporte; vii) aos vínculos sociais e viii) à percepção que possuem em relação às

⁷ A partir de 2003, com Lula na Presidência da República, o enfrentamento à pobreza via intervenção pública, enfatizou as políticas de segurança alimentar. Este se deu por meio da implementação de um conjunto de políticas previstas no Programa Fome Zero, cujo objetivo principal era de garantir o direito das pessoas à alimentação adequada em quantidade e qualidade (BRASIL, 200-). O Programa Bolsa Família era a principal ação do Programa Fome Zero, consistindo na transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

políticas públicas e à pobreza. O roteiro de entrevista semiestruturado está disponível no Anexo 01.

A identificação das famílias entrevistadas que melhor atendesse aos nossos critérios de localização (próximas e distanciadas dos centros urbanos) e representação da diversidade das situações de vivência da pobreza, contou com apoio das Secretarias de Assistência Social, tendo em vista que é a instância responsável pelo Programa Bolsa Família na esfera municipal. Praticamente todas as conversas foram realizadas nas casas das famílias, das quais participaram mais de um integrante, geralmente filhos, cônjuges e/ou demais familiares e vizinhos. Para localizar as famílias, contamos com a ajuda de profissionais das Secretarias de Assistência Social e de escolas, que além de nos apresentar, nos ajudaram a explicar que o conteúdo da conversa seria usado para elaboração de um estudo científico.

Em algumas famílias, esses profissionais permaneceram durante a entrevista. Em nossa percepção, na maioria dos casos, essa presença foi positiva, pois, não raro, as famílias verbalizaram que se sentiram mais seguras em prestar informações sobre as suas vidas “a uma pessoa estranha”, no caso, da pesquisadora, na presença de quem elas conheciam e que, de alguma maneira, possuíam uma relação de confiança. Em uma minoria dos casos, porém, a presença desse profissional inibiu a fala dos entrevistados, cabendo à pesquisadora contornar a situação da maneira que foi possível, como, por exemplo, conversando em separado com algum integrante familiar que estava desenvolvendo alguma atividade em outro local. Parte das entrevistas com as famílias foi acompanhada por integrantes do projeto Capes/Cofecub⁸, do qual a autora participou durante a realização do doutorado.

O tempo que permanecemos conversando com cada família variou de quarenta minutos a três horas, pois as pessoas reagiram diferentemente diante do fato de serem inqueridas sobre o seu cotidiano familiar. Em alguns casos, as respostas foram objetivas, já em outras, a(s) pessoa(s) detalharam situações vivenciadas ou que estavam vivenciado. Na maioria das entrevistas, as pessoas se sentiram lisonjeadas por terem sido escolhidas para prestarem informações sobre as suas vidas. Esse sentimento foi verbalizado por meio de diversas expressões, entre elas: “até que enfim alguém nos escuta” ou “que bom que tem alguém que olha para os pobres”.

As entrevistas a atores institucionais contribuíram para a elucidação de mudanças ocorridas no âmbito do Território após a territorialização das ações públicas do Pronat e do

⁸ Parte das entrevistas foram acompanhadas pela professora orientadora do doutorado sanduíche, Geneviève Cortes e pela doutoranda em Agroecossistemas, Monique Medeiros.

PTC e a relação destas com o tratamento da pobreza. No total, entrevistamos 36 atores⁹ entre os quais: administradores municipais (prefeitos, técnicos, secretários municipais, assistentes sociais) gestores de instituições intermunicipais (associações de municípios, Agências de Desenvolvimento Regional e consórcio público intermunicipal); delegados do Colegiado territorial representantes da sociedade civil e do governo e assessores territoriais que atuaram na esfera federal, estadual e territorial. Os atores institucionais foram indagados principalmente sobre: i) a construção e funcionamento do Território, ii) aplicação dos recursos financeiros do Pronat e do PTC; iii) criação do consórcio de municípios; iv) a percepção que possuem a respeito da pobreza e das políticas públicas necessárias ao seu enfrentamento. O roteiro de entrevista semiestruturado está disponível no Anexo 02.

Em cada um dos dez municípios pesquisados, buscamos entrevistar dois gestores públicos e um delegado territorial. Em alguns casos, os gestores públicos inqueridos tinham fortes ligações com os movimentos sociais, cooperativas e sindicatos vinculados à agricultura familiar, sugerindo que a fronteira entre a sociedade civil e o governo era tênue naquele contexto e naquele período. Isso exigiu um esforço da pesquisadora em identificar e instigar para que o ator deixasse claro quando se estava refletindo a questão posta como um integrante da sociedade civil ou do governo. Os atores institucionais foram inqueridos nos seus locais de trabalho, sendo que o tempo de duração das entrevistas variou de uma a duas horas. Uma parte das entrevistas com atores institucionais foi realizada por equipes integrantes dos projetos de pesquisas dos quais a autora participou no período em que cursou doutorado¹⁰. Nas demais situações, participaram da conversa o entrevistado e a pesquisadora. Ressaltamos que durante a redação da tese, foi necessário buscar mais informações a respeito de um determinado fato social ou confirmar a sua ocorrência em mais de um contexto pesquisado. Para tanto, contatamos os atores institucionais por meio de telefone, correio eletrônico e/ou redes sociais.

A investigação exigiu tempos longos, tanto para coletar as informações, como para a sua análise. Em todas as entrevistas, buscamos estabelecer o que Bourdieu (2007) chamou de “contrato de confiança” com as pessoas inqueridas, ao procurar deixar claro que o conteúdo

⁹ Cabe ressaltar que três atores institucionais “chave” para a compreensão da territorialização da ação pública como ferramenta de enfrentamento da pobreza no Território Meio Oeste Contestado, foram entrevistados duas vezes: em 2014 e em 2016.

¹⁰ Em 2014, as entrevistas foram realizadas com a participação da Mestra em Agroecossistemas Tamissa Godoi e da graduanda em Agronomia, Maria Cecília Mireski, integrantes do projeto coordenado pelo Lemate. Em 2016, parte das entrevistas foram acompanhadas pela professora orientadora do doutorado sanduíche, Geneviève Cortes e pela doutoranda em Agroecossistemas, Monique Medeiros, integrantes do projeto Capes/Cofecub.

da conversa seria utilizado apenas para uma pesquisa científica. Especialmente com as famílias, dois fatores foram importantes para o estabelecido desse contrato: o primeiro deles, conforme já mencionado, diz respeito à apresentação dos objetivos da entrevista com apoio de profissionais das Secretarias de Assistência Social ou de escolas; o outro, concerne ao fato de a pesquisadora demonstrar, no decorrer da conversa, que conhecia a região, a rotina de trabalhos domésticos e agropecuários, bem como as lutas diárias travadas por quem vive em situação de pobreza. Por sua vez, junto aos atores institucionais, foi importante a apresentação de um documento fornecido pela Coordenação do CPDA, no qual constavam as informações da universidade, da pesquisadora e os objetivos da investigação.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, em outras palavras, o depoimento oral foi transformado em texto escrito. Bourdieu (2007) advertiu que, nessa passagem, perde-se a entonação de voz, a pronúncia, a linguagem do corpo, os olhares, os gestos e até mesmo o silêncio. Dessa maneira, a análise das entrevistas demandou longo tempo, de maneira que algumas delas foram ouvidas atentamente mais de uma vez, visando ao resgate, pelo menos em partes, do ritmo próprio da fala dos entrevistados. No decorrer do terceiro e do quarto capítulo, usamos trechos de entrevistas que consideramos mais significativos ou paradigmáticos para explicar determinadas discussões. Na transcrição das falas usadas nesta tese, optamos pelo uso do padrão escrito da língua portuguesa, pois de acordo com Gago (2002), quando mantida a transcrição na sua forma original, o leitor pode se deter mais aos erros gramaticais do que ao conteúdo.

Apresentação da tese

A tese está estruturada em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, discutimos os conceitos teóricos concernentes às temáticas da tese que auxiliaram na escolha das ferramentas metodológicas da pesquisa. Inicialmente, apresentamos algumas concepções sobre pobreza que consideramos mais relevantes. Nesse sentido, o enfoque recai sobre as múltiplas facetas da pobreza, a saber: renda, subsistência, necessidades básicas, privações relativas, pobreza como uma síntese sociológica única, vulnerabilidade social e precariedade do trabalho e do emprego. Em seguida, enfatizamos as abordagens que contribuíram para o entendimento dos possíveis condicionantes da espacialização da pobreza, ou seja, da sua inscrição no espaço. Na segunda parte do capítulo,

diferenciamos as noções de políticas públicas e de ação pública e abordamos a territorialização como uma ferramenta inovadora na aplicação de ações públicas para tratar problemas na escala territorial. Em seguida, apresentamos o Pronat e o PTC, que são dois Programas de enfrentamento da pobreza, cujo território é a unidade de planejamento para aplicação territorializada das suas ações.

No segundo capítulo, buscamos entender os possíveis condicionantes da pobreza, ou seja, quais foram os fatores que levaram parte da população à condição de pobreza. Para tanto, inicialmente, caracterizamos a ocupação social e espacial do oeste de Santa Catarina, região onde o Território Meio Oeste Contestado está inserido, realizada por indígenas, caboclos e colonos, na qual enfatizamos alguns acontecimentos históricos, sociais, políticos e econômicos, que consideramos mais relevantes. Na segunda parte do capítulo, a partir do cruzamento de dados estatísticos sobre demografia, educação, moradia, acesso a serviços públicos, acesso a terra e indicadores socioeconômicos, com a incidência da pobreza, buscamos compreender a correlação das dinâmicas territoriais com a inscrição da pobreza Território.

O terceiro capítulo se reporta a compreensão da vivência da pobreza. Primeiramente, apresentamos a caracterização sócio-demográfica e profissional das famílias entrevistadas, que compreende a trajetória migratória e residencial, a composição, o grau de escolaridade, as ocupações laborais e a condição de beneficiário da Previdência Social. Na sequência, enfatizamos o acesso aos serviços públicos, a terra e aos lotes, assim como as condições das casas, a capacidade de mobilidade e as dinâmicas das relações sociais. Posteriormente, contemplamos as percepções que as famílias entrevistas possuem em relação às políticas públicas pelas quais são assistidas e a sua condição de pobreza.

O quarto capítulo se propõe, inicialmente, a compreender como ocorreu a territorialização das ações do Pronat e do PTC no Meio Oeste Contestado, por meio de estudo da formação do Território, das institucionalidades e da governança construídas com ênfase nos interesses que estavam em jogo e na articulação entre os atores que participaram da gestão social desses Programas. Posteriormente, buscamos entender os avanços e os entraves concernentes à aplicação territorializada dos recursos financeiros do Pronat e do PTC, bem como quais grupos sociais foram beneficiados. Em seguida, analisamos a criação de um consórcio intermunicipal, como um desdobramento da experiência adquirida pelos atores no Meio Oeste Contestado. Na última parte, a ênfase recai sobre o olhar dos atores institucionais

no que tange às políticas necessárias para a superação da pobreza, bem como sobre a percepção que estes possuem acerca dos pobres e do fenômeno da pobreza.

Nas considerações finais, buscamos refletir a contribuição da territorialização das ações do Pronat e do PTC aplicadas no Território Meio Oeste Contestado no enfrentamento da pobreza. Para tanto, sintetizamos a análise sobre em quais municípios a pobreza é mais incidente e quais são as principais dinâmicas territoriais que influenciam na sua espacialização. Posteriormente, resgatamos os limites e as potencialidades da territorialização da ação pública no enfrentamento da pobreza. Em seguida, retomamos a heterogeneidade de situações vividas pelas pessoas pobres. Por fim, concluímos apontando algumas perspectivas futuras a respeito da política territorial.

CAPÍTULO I

POBREZA E TERRITORIALIZAÇÃO DA AÇÃO PÚBLICA

Essa necessidade de identificar e de classificar os pobres tem duas consequências diretas. Por um lado, a categorização dos pobres é influenciada primeiramente pela sensibilidade dos não pobres e pela percepção das autoridades administrativas e políticas. Por outro, a diversidade das condições de pobreza é negligenciada em favor de uma imagem do pobre cada vez mais simplista e uniforme¹¹ (RAHNEMA, 2004, p.147, tradução nossa).

O papel das políticas públicas de tratamento da pobreza é [...] de acompanhar, de aliviar as pessoas em situação de pobreza, de ajudá-las a superar as suas múltiplas formas de dificuldades e, a longo prazo, de lhes dar os meios e as oportunidades de sair da pobreza¹² (SÉLIMANOVSKI, 2007, p. 286, tradução nossa).

A pobreza é um fenômeno complexo e de difícil conceituação e mensuração. Assim, para tratá-la em estudos científicos e definir quem são os pobres a serem assistidos pelo Estado, faz-se necessário adotar critérios para mensurá-la, não sem consequências, conforme a citação acima do livro *Quand la misère chasse la pauvreté*, de autoria de Mijad Rahnema. Diante disso, o estudo da pobreza apoia-se no entendimento das suas múltiplas dimensões. Inicialmente, compreendemos como a pobreza foi concebida ao longo do tempo, por meio da insuficiência de renda, subsistência, necessidades básicas e privações relativas. Em seguida, esclarecemos o fenômeno da pobreza por meio de um enfoque um pouco distinto, embasado nas elaborações teóricas de Georg Simmel, que considera a pobreza como uma síntese sociológica única, além de discutir a vulnerabilidade e a precariedade como duas facetas da pobreza. O estudo dos conceitos teóricos sobre a pobreza orientou a escolha de práticas metodológicas variadas para uma visão mais clara e analítica desse fenômeno. Nesse sentido, recorremos também aos conceitos da geografia social que auxiliam na compreensão da sua espacialização e do entendimento da sua vivência, a partir da tradução do espaço social no espaço físico.

¹¹ “Ce besoin d’identifier et de classer les pauvres a deux conséquences directes. D’une part, la catégorisation des pauvres est influencée d’abord par la sensibilité des non-pauvres et par la perception qu’en ont les autorités administratives et politiques. D’autre part, la diversité des conditions de pauvreté est négligée au profit d’une image du pauvre de plus en plus simpliste et uniforme”.

¹² “Le rôle des politiques publiques de traitement de la pauvreté est [...] d’accompagner, de soulager les personnes em situation de pauvreté, de les aider à surmonter des difficultés multiformes et, à terme, de leur donner les moyens et les opportunités de sortir de la pauvreté”.

A territorialização da ação pública implementada, a partir de 2003, pelo Governo brasileiro, consiste em uma importante inovação, pois se trata da aplicação de um conjunto de políticas públicas num mesmo território e conta com a participação de atores governamentais e da sociedade civil que são relevantes para a política no processo de gestão social. Isso possibilita abordar problemas em espaços precisos - como, por exemplo, a pobreza - e atender de forma diferenciada a determinados segmentos sociais, via adequação das políticas às suas especificidades. A entrada pelas ações públicas territorializadas permite entender quais foram as transformações ocorridas após a sua implementação junto às instituições e interrogar o uso da territorialização como uma ferramenta de planejamento de ações territoriais de enfrentamento da pobreza. As ações estudadas nesta tese são o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), criado em 2003, e o Programa Território da Cidadania (PTC), instituído em 2008.

1.1 O que é pobreza?

Ao longo da história, populações viveram e ainda vivem desprovidas - ou com acesso precário e restrito - de alguns bens e recursos essenciais à vida, como alimentação, água, terra, moradia e vestuário. Atualmente esse fenômeno é conhecido pela sociedade, governos e organizações financeiras internacionais como pobreza e expressa uma realidade social que incomoda por desvelar a parcela da população que não tem acesso a bens e serviços públicos e privados, bem como a meio de produção necessários à manutenção de condições de vida dignas. A sua existência, todavia, não é um fenômeno natural, já que foi construída historicamente por meio de modelos sociais, econômicos e políticos adotados por cada país (RIST, 2013; MATTEI, 2009; SEN, 2008; SÉLIMANOVSKI, 2008; LABBENS, 1978).

A preocupação com a pobreza não surgiu nas nações mais pobres nas quais o problema é mais severo, mas sim em países considerados “desenvolvidos”, após o entusiasmo da reconstrução da Europa após a II Guerra Mundial (ROCHA, 2006). Desde então, os estudos realizados principalmente por meios acadêmicos e instituições internacionais que financiam o desenvolvimento, se intensificaram em diversos países, inclusive naqueles onde o fenômeno da pobreza se faz presente de forma mais intensa (*Ibid.*). A tarefa de conceituar e mensurar a pobreza é difícil, porém deve ser feita de maneira sensata e cuidadosa para retratar as situações específicas de cada sociedade. Nesse sentido, a ênfase da discussão apresentada a

seguir recai sobre as múltiplas dimensões da pobreza, bem como auxilia na compreensão do fenômeno no território pesquisado, o Meio Oeste Contestado.

1.1.1 A pobreza como insuficiência de renda

A renda é a soma de dinheiro que uma determinada pessoa dispõe para o seu consumo ou economia. A falta ou a escassez de renda é a concepção mais imediata e generalizada da pobreza (LAVINAS, 2002) e implica distinguir os conceitos de pobreza absoluta e relativa, cujas diferenças parecem evidentes, mas dificultam o estabelecimento de um limite entre as duas categorias. A pobreza relativa indica a dimensão da desigualdade social de uma população centrada na distribuição de renda, determinada pela porcentagem de pessoas que possuem renda inferior à renda média. É explicitada de acordo com o padrão de vida vigente na sociedade, que determina como pobres os indivíduos situados na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhores posicionadas. A definição da pobreza relativa requer contextualização, como por exemplo, a definição pelo cálculo da renda *per capita* de uma dada população. Em outras palavras, significa definir o conjunto de pessoas para as quais as necessidades mínimas estão garantidas, mas que são pobres em relação ao conjunto (ou à média) da população (SÉLIMANOVSKI, 2008; ROCHA, 2006; LAVINAS, 2002).

A pobreza absoluta se refere à fixação de um padrão mínimo de vida ligado à sobrevivência física de uma pessoa, sendo que vivem na pobreza ou na indigência, as pessoas cuja renda não é suficiente para atender ao padrão mínimo de vida. O valor resultante do cálculo do padrão mínimo de vida define a linha da indigência ou da pobreza (ROCHA, 2006; LAVINAS, 2002). O cálculo da linha da indigência ou da pobreza extrema considera a renda necessária para suprir apenas as necessidades nutricionais. Por sua vez, a linha da pobreza é superior à de indigência porque é estabelecida a partir do cálculo do valor dos alimentos e de outras despesas, como por exemplo, moradia, vestuário e transporte (ROCHA, 2006; BELIK, GRAZIANO DA SILVA, TAKAGI, 2001). Desta maneira,

[...] pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha da pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto de pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais (ROCHA, 2006, p. 13).

A diferenciação entre pobres e não pobres pelo critério monetário é sempre arbitrária. As instituições encarregadas das políticas públicas de tratamento da pobreza têm como tarefa medir a pobreza por meio da definição da linha da pobreza. A fixação dessa linha é um jogo social e uma ação política por envolver a coletividade de maneira direta ou indireta, determinando um número maior ou menor de pessoas pobres (SÉLIMANOVSKI, 2008). De acordo com Labbens (1978), essas instituições definem quem é pobre e quem não é com base nos seus procedimentos e regras escritas a partir do estabelecimento da linha da pobreza e das necessidades mínimas. Para tanto, essas instituições se apoiam em orçamentos, porém a prática do dia-a-dia lhes permite retificar as medidas que são arbitrárias, por intermédio da produção de avaliações discrepantes, como por exemplo, a do número de pessoas pobres nos Estados Unidos da América, que, em 1960, variou entre vinte milhões e setenta milhões de indivíduos. Este é apenas um dos exemplos capazes de indicar que a definição da pobreza a partir do critério de renda monetária não é simples como parece (*Ibid.*).

É incontestável que a insuficiência de recursos econômicos é a base da grande maioria das situações de pobreza, entretanto existem diversas formas de mensurá-la, além da dimensão econômica (CASTEL, 1994), que, por sua vez, é questionada em função da sua fragilidade. De maneira geral, as pessoas subestimam ao informar os seus rendimentos, fazendo com que a incidência da pobreza seja superestimada e, além disso, usa-se a renda bruta ao invés da renda disponível¹³ (ROCHA, 2006). Sen (2008) critica a mensuração da pobreza por meio do estabelecimento da linha da pobreza, por ser um método que não leva em conta as especificidades individuais e não faz justiça às verdadeiras preocupações que o autor possui sobre o básico da pobreza, ou seja, sobre a insuficiência de capacidades¹⁴, decorrente de meios econômicos inadequados.

Na perspectiva crítica à linha da pobreza, Sen (2008; 1999) considera oportuno congregar as pessoas em grupos, como por exemplo, por classe, por sexo, por grupo ocupacional, entre outros, uma vez que a relação entre renda e capacidade pode ser afetada por fatores biológicos e sociais, como sexism, idade, deficiência ou doença. As mulheres podem ter desvantagens específicas para converter renda em capacidades, como a de se nutrirem por estarem grávidas ou cuidando de recém-nascidos. Nesse caso, a privação pode ser subestimada se o critério for o de baixo nível de renda. Já a opção por insuficiências de

¹³ A renda bruta é a soma de todo o dinheiro que um indivíduo ganha, sem nenhum desconto. Por sua vez, a renda disponível é a quantidade de dinheiro que sobra, após extraír as despesas.

¹⁴ A concepção de Amartya Sen sobre “capacidades” relacionada à questão da pobreza será discutida a seguir, no item 1.1.4.

capacidade pode atender as mulheres nas suas necessidades específicas. Outros aspectos de privação podem ficar subestimados, caso o foco da pobreza seja a renda, a exemplo do fator de idade, que implica necessidades específicas para os muitos jovens ou idosos; pelo local de residência em relação à segurança; e pelas epidemiologias às quais as populações de determinadas regiões ficam vulneráveis. Em suma, fatores como idade, doença ou invalidez reduzem o potencial das pessoas para conseguirem renda e também para convertê-la em capacidade.

A mensuração da pobreza consiste em identificar e separar a população total entre os pobres e os não pobres, a partir da combinação de diversos indicadores de pobreza em uma única medida. As dificuldades metodológicas impostas dizem respeito à associação de diferentes variáveis e a disponibilidade de indicadores que represente a situação de cada sociedade. Embora existam diversos métodos de mensuração, a maioria dos países identifica a quantidade de pobres tendo como base o baixo nível de renda (ROCHA, 2006). O Brasil nunca adotou oficialmente uma linha de pobreza e de pobreza extrema ou indigência¹⁵, todavia, de acordo com Mattei (2013), a grande maioria dos estudos, pesquisas e trabalhos científicos, utilizam a pobreza absoluta como conceito operacional para aferir a grandeza do fenômeno, e a metodologia empregada é a renda monetária *per capita* das famílias. Contribui para isso a maior disponibilidade e frequentes atualizações dos dados estatísticos concernentes à renda (*Ibid.*).

A partir do critério de renda, estudos adotam diferentes níveis para mensurar a pobreza. Rocha (1996) utilizou o valor do salário mínimo para determinar a linha da pobreza, porém alertou que esse método não garante que todas as necessidades básicas dos integrantes do núcleo familiar sejam atendidas de maneira satisfatória. Isso ocorre devido à variação do mesmo no decorrer do tempo e ao fato de que a definição de um valor para todo o País ignora as diferenças significativas no custo de vida das populações pobres, influenciadas pelo local de residência - rural, urbano - e região em que habitam. Por sua vez, o IPEA (2011) usou o valor que definia a elegibilidade para o benefício do Programa Bolsa Família (PBF)¹⁶ no

¹⁵ As pessoas são consideradas indigentes quando a renda que possuem é inferior à necessária para suprir apenas as necessidades nutricionais mínimas (ROCHA, 2006).

¹⁶ O Programa Bolsa Família é um programa universal de transferência de renda, criado no primeiro governo Lula, a partir da junção de três programas implementados no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás criados e do Cartão Alimentação, instituído no início do seu governo. O Programa Bolsa Escola foi implementado pelo Ministério da Educação em 1998 e assistiu famílias com crianças e adolescentes em idade escolar, ou seja, entre 7 e 15 anos. Na área da saúde, foi instituído o Programa Bolsa Alimentação, em 2001, e destinado às famílias que possuíam crianças entre 0 e 6 anos, gestantes e nutrizes em situação de risco nutricional. Esses dois programas beneficiavam famílias com renda mensal *per*

momento da sua criação em 2003¹⁷, que se constituiu no principal Programa de enfrentamento da pobreza a partir dos anos de 2003.

Destaca-se ainda que o valor monetário, que define os beneficiários de programas sociais cujo objetivo principal é a transferência direta de renda, é o critério que prevalece atualmente para definir o número de famílias/pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil. O PBF e, mais recentemente, o Programa Brasil Sem Miséria (PBSM)¹⁸ são as principais políticas públicas que adotaram a renda como critério de mensuração da pobreza. O valor da linha da pobreza extrema adotada para elegibilidade em relação ao benefício do PBF, em 2016, é renda domiciliar *per capita* de até R\$ 85,00¹⁹ e a linha da pobreza, que congrega famílias que possuem renda familiar *per capita* entre R\$ 85,01 e 170,00 (BRASIL, 2016a). Por sua vez, o Brasil Sem Miséria beneficia famílias extremamente pobres, já atendidas pelo PBF.

Em que pesem as críticas sobre a insuficiência de renda como método de aferição da pobreza, o PBF foi utilizado como indicador de pobreza para a seleção de famílias entrevistadas, para quantificar o fenômeno, bem como para estudar a espacialização e a vivência da pobreza no Território Meio Oeste Contestado.

1.1.2 A pobreza sob o prisma da subsistência

A concepção da pobreza baseada na ideia de subsistência emergiu como resultado do trabalho de nutricionistas durante a Era Vitoriana (1837-1901) na Inglaterra, período em que foram consideradas pobres as famílias que possuíam rendimentos insuficientes para obter os bens materiais imprescindíveis para manter a sobrevivência física. A base do cálculo era a

¹⁷ Capita de até R\$ 90,00. O Auxílio Gás, programa do Ministério de Minas e Energia, funcionou a partir de 2002 e transferia R\$ 15,00 a cada dois meses para famílias com renda *per capita* de até ½ salário mínimo. Por sua vez, o cartão alimentação transferia R\$ 50,00 por beneficiário (MDS, 20--a; ALMEIDA, 2004). Após a criação do Programa Bolsa Família, em outubro de 2003, as famílias antes atendidas por esses quatro programas que possuíam o cadastro atualizado e atendiam aos critérios, migraram para o Bolsa Família (MDS, 20--a).

¹⁸ O valor considerado foi o do momento da criação do PBF, ou seja, de R\$ 50,00 mensais *per capita*, que correspondia a um quarto do salário mínimo em 2003.

¹⁹ A quantidade de pessoas que ainda viviam na condição de extrema pobreza, em 2010, inspirou o Governo Dilma Rousseff (2011-2016) a elaborar e lançar o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), em junho de 2011. Esse Plano tem a finalidade de contribuir para superar a extrema pobreza, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações. Além das políticas contempladas nos eixos de garantia de renda e acesso a serviços públicos, o Brasil Sem Miséria direcionou a elevada parcela da população rural que vivia na condição de extrema pobreza, ações de inclusão produtiva (MDS, 2014c; BRASIL, 2011a). Para maiores informações, consultar Pacífico (2016); Delgado e Leite (2013) e Maluf (2013).

¹⁹ O valor de R\$ 85,00 que determina a quantidade de famílias em situação de extrema pobreza corresponde a R\$ 9,66% do salário mínimo vigente em 2016, cujo valor era de R\$ 880,00, e os R\$ 170,00 que define a linha da pobreza equivalem a 19,30% do salário mínimo.

ingestão de uma determinada quantidade diária de calorias, de maneira que o conceito de fome era confundido com o de pobreza (TOWNSEND, 2006; 1993). Essa forma de conceber a pobreza influenciou as políticas e as práticas científicas por mais de cem anos, e ainda é usada para definir a pobreza absoluta ou a indigência em diversos países, embora tendo passado a ser criticada com mais intensidade a partir da década de 1970. Uma das críticas tecidas à concepção da pobreza a partir da subsistência, diz respeito ao fato de que além das necessidades físicas, as pessoas precisam exercer funções sociais, como cidadãos, trabalhadores, pais, amigos, vizinhos, entre outros (TOWNSEND, 2006).

Sen (1999) também tece críticas à concepção da pobreza a partir da subsistência, ao ponderar que, mesmo dentro de um grupo específico de uma determinada região, as necessidades nutricionais variam, de acordo com as características físicas e os hábitos de trabalho de cada indivíduo. Além disso, a transformação das necessidades nutricionais mínimas em necessidades de alimentos é influenciada pela escolha dos mesmos. É fácil elaborar uma dieta a partir de alimentos baratos para satisfazer as necessidades nutricionais mínimas, mas é preciso considerar que o hábito alimentar das pessoas, bem como a disponibilidade dos alimentos não é determinado pelo critério do baixo custo, mas influencia a escolha dos alimentos. Por fim, como é muito difícil especificar as necessidades básicas para produtos não alimentares, assume-se que uma determinada porção dos rendimentos totais será gasta na aquisição de alimentos, ficando excluídas as prestações não alimentares (*Ibid.*).

1.1.3 A pobreza vista da perspectiva das necessidades básicas

Em resposta às críticas referentes à limitação da concepção de pobreza fundamentada na renda necessária para suprir as necessidades físicas mínimas, a noção embasada nas necessidades básicas, começou a ser formulada a partir da década de 1960. Para TOWNSEND (2006; 1993), essa noção é considerada uma extensão da concepção fundamentada na subsistência, pois além da sobrevivência física, inclui o acesso aos serviços essenciais às comunidades locais, com objetivo de estabelecer regras e condições para as políticas voltadas a impulsionar o desenvolvimento. Em relação à concepção anterior, foram incluídos dois elementos centrais. O primeiro concerne às necessidades mínimas de consumo das famílias relacionadas aos alimentos, roupas, habitação e eletrodomésticos para as residências. O segundo diz respeito aos serviços essenciais que devem estar disponíveis às comunidades, como água potável, saneamento básico, educação, saúde, transporte público e acesso aos

serviços culturais (*Ibid.*). Para as populações rurais, especificamente, são consideradas também necessidades básicas, o acesso aos recursos naturais, como a terra e os equipamentos de trabalho (MATTEI, 2013; 2012a). Nesse sentido, para Rocha (2006), a concepção da pobreza a partir do critério das necessidades básicas privilegia o seu caráter multidimensional e o reconhecimento da correlação entre as carências, implicando a implementação de políticas públicas que enfatizam os diferentes aspectos da pobreza.

Não obstante, Townsend (1993) argumenta que as necessidades básicas são extremamente limitadas e arbitrárias porque não contemplam importantes necessidades humanas, uma vez que não incluem a participação social como cidadãos integrantes de uma nação ou de um Estado. Essa concepção não atende às demandas específicas de comunidades locais, grupos tribais, minorias étnicas, mulheres, crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiências, a exemplo da definição da pobreza a partir do critério de renda e da subsistência.

1.1.4 A pobreza como privação relativa

A concepção da pobreza como privação relativa surgiu no final do século XX. A partir dessa noção, os indivíduos são relativamente pobres se não conseguem obter condições de vida como alimentos, moradia e serviços adequados a sua participação na sociedade, de acordo com os costumes locais. As privações podem ocorrer em diversas esferas da vida das pessoas, como por exemplo, no trabalho, na determinação da posição que uma pessoa ocupa na sociedade, na casa, na família e na vizinhança, bem como no cumprimento de obrigações sociais. Townsend afirma que poderia haver diferenças extremas entre os diversos tipos de privação, no entanto elas são mais significativas em relação ao nível de recursos (TOWNSEND, 2006; 1993).

Sen (2008; 2000) corrobora com a compreensão de que a pobreza pode ser concebida como privação de capacidades básicas ao invés de simplesmente como baixa renda, conforme discussões apresentadas nas seções anteriores. Essa perspectiva não nega a noção de que a baixa renda é um dos principais indicadores de pobreza, uma vez que esta pode ser a principal causa da privação de capacidades de um indivíduo. Amartya Sen comprehende que, além da privação de renda, a pobreza implica restrições de recursos materiais e de acesso aos serviços sociais, como alimentação, saúde, educação, habitação, saneamento básico, entre outros. Além disso, considera essencial que as pessoas possam participar da sociedade, cumprir suas

obrigações e estabelecer relações sociais, de acordo com os costumes e as normas vigentes em cada local.

Segundo Sen (2008; 2000), as capacidades básicas se traduzem em liberdades substantivas que propiciam às pessoas a possibilidade de escolherem o tipo de vida que valorizam. Em outras palavras, as capacidades das pessoas podem ser aumentadas quando elas dispõem de liberdades, que, por sua vez, dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas, por intermédio dos serviços de saúde e educação e dos direitos civis, como a liberdade de participar de discussões públicas. A privação de uma liberdade, porém, implica a privação de outras liberdades: “a privação da liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica” (SEN, 2000, p. 23).

Evans (2002) criticou o fato de Sen (2000) ter concebido a liberdade individual na abordagem das capacidades. Para Evans, as capacidades coletivas são importantes, pois é, por meio delas, que as pessoas pobres podem decidir pela vida que valorizam, uma vez que reforçam os laços de solidariedade e cooperação, propiciam uma arena para a formulação de valores e preferências entre os participantes, além de ser um instrumento para buscar as suas preferências, mesmo diante de fortes adversidades. É com base na ação coletiva que os grupos populacionais pobres têm a possibilidades de acessar políticas públicas e direitos coletivos porque, quando esses ficam comprometidos, são os mais prejudicados (EVANS, 2002).

1.1.5 Pobreza: uma síntese sociológica única

Uma concepção de pobreza distinta das apresentadas anteriormente foi elaborada pelo filósofo e sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918), que, conforme alguns autores, como Paugam e Schultheis (2011) e Paugam (2013b), foi o fundador da sociologia da pobreza, tendo como ponto de partida o texto publicado em 1907²⁰. A sociologia da pobreza visa a estudar simultaneamente a pobreza vivida pelas pessoas desfavorecidas social e economicamente, bem como a pobreza enquanto um elemento da consciência que as sociedades modernas possuem delas mesmas e que buscam superar (PAUGMAM, 2013b;

²⁰ O texto escrito por Georg Simmel foi traduzido pela primeira vez para a língua francesa em 1998 e originou o livro *Les pauvres*. A versão original foi reeditada pelo próprio autor e publicada em *Sociologie: études sur les formes de la socialisation*, publicado em 1908 em alemão, e traduzido para o francês em 1999. De acordo com a tradutora Lilyane Deroche-Gurcel, no *Avant-propos* deste último livro, Simmel retomava sem cessar os textos já publicados para retocá-los, modificá-los, ou ainda, para assumir uma mudança epistemológica. Essas obras ainda não foram traduzidas para a língua portuguesa.

PAUGAM e SCHULTHEIS, 2011; LABBENS, 1978). Simmel²¹ aborda a assistência aos pobres, tendo como referência a evolução das sociedades europeias, para explicar os problemas relativos à definição do conceito de pobreza, além de permitir a compreensão dos modelos de construção da categoria de pobres e as suas complexas ligações com o conjunto da sociedade.

Para Simmel (2011, p. 96, tradução nossa), “os pobres, enquanto categoria social, não são aqueles que sofrem carências e privações específicas, mas aqueles que recebem assistência ou deveriam recebê-la de acordo com as normas sociais”²². Simmel explicita essa concepção, afirmado que o fato de um indivíduo ser pobre não significa que ele pertence à categoria de “pobre”. Ele pode ser comerciante, artista ou empregado, e permanecer a uma determinada categoria social - de comerciantes, de artistas ou de empregados -, definida por uma atividade ou posição específica. Assim sendo, os pobres não estão excluídos da sociedade, mas sim incluídos devido à relação de assistência que os liga a ela, por estarem em situação de dependência ao olhar da coletividade ou dessa sociedade. Logo, a união de um grupo de pobres é provocada pela atitude coletiva que a sociedade adota a partir do seu olhar, e não pela interação dos seus membros. Embora uma situação extrema de pobreza possa promover fenômenos visíveis de associação, a exemplo dos moradores de rua que se aglomeram em determinados locais para pernoitar, a classe dos pobres não tem coerência interna. Dessa maneira, a pobreza é dissimulada por influência do controle policial e da moral social dominante, que impede a ação, até mesmo daqueles que se sentem mal ao ver a pobreza. Consequentemente, essa tendência isola os pobres uns dos outros e os impede de desenvolver os sentimentos de pertencimento a uma classe, que constroem nas sociedades modernas uma categoria sociológica única, na qual,

[...] um número de indivíduos que, por um destino puramente individual, ocupam uma posição orgânica específica no interior do todo; mas essa posição não está determinada por este destino e esta condição, mas preferencialmente pelo fato de que os outros - indivíduos, associações, comunidades - tentam retificar essa condição. Assim, não é a falta de meios que faz com que alguém seja pobre.

²¹ O contexto social e político da Alemanha no início do século XX, período em que Simmel escreveu a sua concepção de pobreza, foi caracterizado pelo antisemitismo, no qual os judeus eram excluídos, de maneira geral, dos serviços públicos e particularmente, dos domínios universitários (PAUGAM, 2013b; PAUGAM; SCHULTHEIS, 2011) e pelo surgimento de proposta de sistemas de proteção social que tinham como base o seguro social (IVO, 2008).

²² “Les pauvres, en tant que catégorie sociale, ne sont pas ceux qui souffrent de manques et de privations spécifiques, mais ceux qui reçoivent assistance ou devraient la recevoir selon les normes sociale”.

Sociologicamente falando, a pessoa pobre é o indivíduo que recebe assistência devido a falta de meios²³ (SIMMEL, 2011, p. 101-102, tradução nossa).

Simmel (2013; 2011) explica a natureza das relações existentes entre a sociedade e a categoria dos pobres por meio dos direitos e deveres, na qual os pobres são seres sociais como os demais integrantes da sociedade, logo possuem direitos, e a sociedade onde vivem tem o dever de contribuir no alívio da pobreza. Nesse sentido, a pobreza se inscreve no conjunto de direitos e de obrigações seladas pela necessidade de assistência. À medida que um ser humano é social, cada um de seus deveres ou obrigações, corresponde a um direito. Cada indivíduo possui determinadas exigências, que são inerentes ao aspecto humano ou à sua condição específica, e, dessa maneira, tornam-se deveres dos outros. Todos aqueles que têm deveres, têm também direitos, mas o direito é elemento principal e decisivo, enquanto que o dever é o seu resultado. Do ponto de vista social, Simmel utiliza o direito dos desfavorecidos para embasar a noção de assistência aos pobres, tendo como premissa a noção de que o indivíduo é produto do seu meio. Logo, viver em condição de pobreza lhe confere o direito à compensação de suas necessidades e perdas.

Ao considerar que um pobre não é somente um pobre, mas sim um cidadão, o Estado passa a ter a obrigação de assisti-lo socialmente. Para Simmel (2011; 2013), entretanto, o direito que corresponde à obrigação do Estado de assistir os pobres não é um direito dos pobres, mas sim dos cidadãos cujos impostos pagos são destinados à assistência a eles. Assim, em caso de negligência do Estado, os pobres não podem acioná-lo, a exemplo da categoria dos trabalhadores, que podem requerer seus direitos sociais quando se sentirem lesados, pois estes estão juridicamente regulamentados.

Georg Simmel analisa o princípio da assistência como uma relação sociológica fundamentada em três diferentes aspectos. O primeiro deles destaca que a assistência praticada por instituições públicas - que se ocupam apenas da assistência aos pobres -, é totalmente pessoal e contempla somente as necessidades particulares. Ela se diferencia da assistência praticada por instituições cujo objetivo é o bem estar social, os bens públicos e a segurança. Estas, por sua vez, buscam atender às necessidades de toda a sociedade, entre elas, a polícia, as escolas, a estrutura viária, os serviços públicos, o judiciários, a igreja, as

²³ “[...] un nombre d’individus qui, de par un destin purement individuel, occupent une position organique spécifique à l’intérieur du tout ; mais cette position n'est pas déterminée par ce destin et cette condition, mais plutôt par le fait que les autres - individus, associations, communautés - essaient de rectifier cette condition. Ainsi, ce n'est pas le manque de moyens qui rend quelqu'un pauvre. Sociologiquement parlant, la personne pauvre est l'individu qui reçoit assistance à cause de ces manques de moyens”.

representações populares e parlamentares, as pesquisas científicas, entre outras. Essas instituições não veem os pobres como indivíduos diferentes dos demais, mas sim como integrantes da totalidade da sociedade (SIMMEL, 2013; 2011).

O segundo aspecto ressaltado por Simmel (2013; 2011) é o de que a assistência está mais preocupada com o doador do que com o beneficiário, desde que a sociedade passou a exigir a assistência aos pobres como forma de garantia do bem-estar social. Essa forma de assistência é feita de maneira voluntária ou imposta por intermédio de leis, objetivando que os pobres não se tornem inimigos perigosos e ativos da sociedade e tenham condições de direcionar as suas poucas forças para evitar a degradação dos seus descendentes.

Por fim, o terceiro aspecto destaca que a assistência é conservadora por natureza. O direito dos pobres de receberem a assistência é legítimo, mas limitado, pois não visa a superar as diferenças sociais, mas sim de assegurar o *lien social*, pois a ruptura dos elos comprometeria a estrutura social existente.

O objetivo da assistência social é precisamente de mitigar certas manifestações extremas de diferenciação social, de modo que a estrutura social possa continuar a se fundar sobre essas diferenciações. Se a assistência deveria se fundar sobre os interesses dos pobres, ela não teria, em princípio, nenhum limite possível quanto à transmissão da propriedade em favor dos pobres, uma transmissão que conduziria a igualdade de todos. Mas, uma vez que esse objetivo é o todo social - os círculos políticos, familiares, ou sociologicamente determinados -, não tem nenhuma razão de ajudar os pobres mais do que a demanda para a manutenção do *status quo social*²⁴ (SIMMEL, 2011, p. 49, tradução nossa).

A categoria social dos “pobres” é para a sociedade moderna homogênea e bem determinada, uma vez que, geralmente, a inclusão de pessoas nas políticas públicas sociais é definida por um critério econômico, ou seja, pela renda. Essa categoria, porém, é bastante heterogênea devido à grande quantidade de pessoas que a integram ser proveniente de diversos segmentos sociais e possuir diferentes trajetórias e vivências (PAUGAM, 2013; 1991, SIMMEL, 2011). Nesse sentido, a pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo, mas sim em relação a uma reação social resultante de uma situação específica, na qual é construída socialmente, de acordo com o senso que a sociedade lhe dá.

²⁴ Le but de l'assistance est précisément de mitiger certaines manifestations extrêmes de différenciation sociale, afin que la structure sociale puisse continuer à se fonder sur cette différenciation. Si l'assistance devait se fonder sur les intérêts du pauvre, il n'y aurait, en principe, aucune limite possible quant à transmission de la propriété en faveur du pauvre, une transmission qui conduirait à l'égalité de tous. Mais, puisque ce but est le tout social - les cercles politiques, familiaux, ou sociologiquement déterminés -, il n'y a aucune raison d'aider le pauvre plus que ne le demande le maintien du *status quo social*.

A análise da pobreza elaborada por Georg Simmel em 1907 continua atual, pois permite interrogar sobre a interdependência entre as pessoas pobres e o restante da sociedade, uma vez que o fato de serem assistidos pelo Estado, não os exclui da sociedade, pelo contrário, os liga com o restante dela. Dito isso de outra maneira, é possível compreender que a pobreza se constitui sob o olhar da sociedade por duas ações interdependentes: o reconhecimento e a assistência. Nesse sentido, de acordo com Paugam (2005, p. 68, tradução nossa), faz-se necessário estudar “[...] as representações sociais da pobreza - na origem dos debates e das políticas direcionadas às populações julgadas desfavorecidas - e as experiências vividas na pobreza pelos homens e pelas mulheres designadas como pobres”²⁵, por meio dos fatores sociais, econômicos e políticos, já que estes explicam as variações das representações sociais e das experiências vividas. Essa premissa orientou a qualificação da pobreza no Território Meio Oeste Contestado, na qual o fator de ordem social diz respeito às formas e intensidade das relações sociais, o econômico engloba o grau de desenvolvimento econômico e a dinâmica de emprego e, por fim, o de ordem política concerne à natureza do sistema de proteção social e da ação social.

1.1.6 Vulnerabilidade social e precariedade: duas facetas da pobreza

Os conceitos teóricos e o uso dos termos “vulnerabilidade” e “precariedade” são vastos, e, muitas vezes, confusos²⁶. No âmbito da tese, utilizamos deles na perspectiva das ciências sociais. Quanto à vulnerabilidade, Castel (2015, p. 27) a comprehende como “um vagalhão secular que marcou a condição popular com o selo da incerteza e, mais amiúde, com o do infortúnio”. Kaztman (2000), por sua vez, concebe que o fenômeno consiste na incapacidade de um indivíduo ou de uma família para aproveitar as oportunidades oferecidas pelo Estado, pelo mercado ou pela sociedade para melhorar a sua situação de bem-estar ou impedir a sua deterioração. De maneira semelhante a esta, a vulnerabilidade é entendida por Soulet (2014 *apud* BRODIEZ-DOLINO, 2015) como a falta de condições estruturais, que, por seu turno, afetam a capacidade individual para lidar em contextos críticos, bem como a

²⁵ [...] les représentations sociales de la pauvreté - à l'origine des débats et des politiques en direction des populations jugées défavorisées - et les expériences vécues de l'épreuve de la pauvreté pour des hommes et des femmes désignés comme pauvres.

²⁶ A título de exemplo, para Ribeiro (2008), a vulnerabilidade pode ser humana, socioeconômica e ambiental. No que concerne à precariedade, Gaudon e Sanchou (2005) a relacionaram com a fragilidade e instabilidade de acesso a emprego, a habitação, a saúde, a educação e de vínculos familiares.

capacidade de aproveitar as oportunidades e usá-las para superar as dificuldades e manter a existência por si só.

No contexto brasileiro atual, para Kowarick (2011), a vulnerabilidade significa falta, carência ou fragilidade em relação ao acesso aos direitos básicos de cidadania, como os civis e sociais. A partir desse entendimento, a falta de cidadania se expressa nos déficits em relação aos direitos civis relacionados principalmente à igualdade perante a lei e à integridade física das pessoas, sendo que entre os grupos sociais, cujos direitos são menos protegidos pelo Estado, estão as crianças, os adolescentes, as mulheres e os idosos (KOWARICK, 2002). No que concerne aos direitos sociais, os maiores déficits são em relação ao acesso à moradia em condições dignas, aos serviços de saúde (remédios, consultas, internações), aos serviços públicos (coleta de lixo, saneamento básico, energia elétrica, água) a assistência social, a empregos com remuneração justa e a aposentadoria (*Ibid.*). Esse autor reconhece que desde o início da década de 2000, houve significativas melhorias em relação ao acesso a esses direitos civis e sociais, todavia não foram suficientes para reverter o quadro da vulnerabilidade.

As noções de vulnerabilidade e da sua expressão no contexto nacional indicam que é um produto das transformações sociais, logo uma construção social que assume diferentes formas, segundo os condicionantes históricos. A partir dessa perspectiva, na tese, emprega-se a noção de vulnerabilidade social para tratar dos déficits que possuem as pessoas que vivem em situação de pobreza em relação ao acesso aos direitos sociais garantidos no Art. 6 da Constituição Federal de 1988 - principalmente à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, à segurança, à previdência social, bem como à proteção à maternidade e à infância (BRASIL, 1988). Ademais, a noção de vulnerabilidade social é utilizada na identificação da deficiência da prestação de serviços públicos por parte do Estado para as populações pobres, entre eles, o fornecimento de água potável, a coleta de lixo, o destino adequado do esgoto doméstico e sanitário e a energia elétrica.

A palavra precariedade vem do latim *precarius*, que significa obtido por meio de um pedido. Como nem todo pedido é atendido, a palavra adquiriu a conotação de incerto (HÉLARDOT, 2005). A partir da etimologia, a noção de precariedade remete a uma relação social de dominação, na qual o destino de uma pessoa - ou de um grupo -, é submetido à decisão de outra(s). Nesse sentido, estar em condição de precariedade significa a ausência de escolhas e a dificuldade de conduzir a existência (*Ibid.*). Uma noção de precariedade semelhante a esta é apresentada por Gaudron e Sanchou (2005). Para estes autores, a precariedade é a ausência de uma ou de diversas seguridades, implicando dificuldades para as

pessoas ou famílias cumprirem seus compromissos familiares, sociais, bem como de desfrutar de seus direitos básicos, ou seja, a precariedade afeta diversas esferas da existência humana.

O Conselho Econômico, social e ambiental²⁷ da França (2012) define a precariedade como a ausência de uma ou diversas formas de segurança baseadas nas condições materiais, políticas e econômicas, na qual se destaca o emprego. No entendimento deste Conselho, o emprego permite às famílias e aos indivíduos cumprirem com os seus compromissos familiares, profissionais e sociais, bem como de desfrutar dos seus direitos básicos. Quando a insegurança vivida pelas pessoas que se encontram em condições de precariedade for interferir de maneira intensa e prolongada no cumprimento das responsabilidades e capacidades próprias de reconquistar os direitos, ou seja, quando afetar diversas esferas da existência humana, levam à condição de pobreza.

Dentre os diversos domínios da existência humana que podem ser entendidos como condição de precariedade, considera-se nesta tese a relacionada ao trabalho, “[...] pois é ela que alimenta o desemprego e que faz com que essas situações do trabalho, tornando-se cada vez mais frágeis, forcem as pessoas a se encontrarem numa condição de vulnerabilidade [...]” (CASTEL, 2013, p. 298). De acordo com o mesmo autor, embora de forma diferenciada, a precarização do trabalho atinge todas as classes sociais, contudo os trabalhadores menos qualificados são os mais afetados.

A noção de precariedade é importante em estudos sobre a pobreza, pois a relação com o emprego/ocupação remete à lógica de garantia dos direitos sociais trabalhistas pelo Estado, e a relação com o trabalho, à lógica produtiva industrial. O acesso a essas relações trabalhistas - direitos sociais e trabalho - podem fazer com que pessoas superem a condição de pobreza (PAUGAM, 2013c). Nessa perspectiva, o termo “precariedade” é utilizado para explicar os processos que condicionam as famílias pobres a trabalhos e emprego que prejudicam a condição de saúde, que são mal remunerados e que são informais, logo os trabalhadores ficam desprovidos da documentação que garanta o acesso à seguridade social.

1.2 Espacialização e vivência da pobreza: ferramentas para análise

A análise da espacialização da pobreza se inscreve no campo da geografia social, pois esta se preocupa com os problemas sociais como, por exemplo, desigualdades sociais,

²⁷ *Conseil économique, social et environnemental.*

pobreza, os antagonismos e os conflitos que opõem os grupos sociais e as formas de exploração e sujeição, recorrendo à abordagem que considera as correlações e as imbricações existentes entre as relações sociais e as relações espaciais (DI MÉO, 2014; BOURDIEU, 2007; DI MÉO, BULÉON, 2005; FRÉMONT *et al.*, 1984)²⁸.

As relações espaciais são os sistemas de relações ou laços afetivos, econômicos, jurídicos, políticos ou imaginários (DI MÉO, BULÉON, 2005) que os indivíduos e os grupos tecem com os lugares, as paisagens, os territórios e os espaços, nos quais vivem ou se representam (DI MÉO, 2014; FRÉMONT *et al.*, 1984). As paisagens são os arranjos harmônicos visíveis, tangíveis, palpáveis das relações entre os meios físicos, os grupos populacionais e as formas concretas de suas atividades. O lugar é a escala do local, da relação do indivíduo e do grupo e seu ambiente imediato vivido, em que são consideradas a intimidade e a complexidade da vida cotidiana, bem como das heranças individuais e coletivas. O território é delimitado por uma coletividade, seja ela agrária, comerciante ou outra, mas também pelo domínio de práticas de todas as ordens que demarcam espacialmente um determinado grupo social em relação aos outros. Ainda, o território reporta a fronteiras, a apropriação, a relação a outros grupos e poder. O espaço é entendido como as formas visíveis do lugar e da paisagem, bem como das relações das sociedades humanas. As relações espaciais se constituem pelo exercício de diferentes funções existenciais e essenciais, como por exemplo, trabalhar, produzir, habitar, se deslocar, se reproduzir, manter as relações sociais, entre outras (FRÉMONT *et al.*, 1984).

As relações sociais contemplam na ordem da sociedade dimensões similares à das relações espaciais na ordem do espaço. Tais relações se constituem e se desenvolvem nos ambientes de trabalho, de convívio familiar, de amizades, ou seja, em todos os espaços de encontros que caracterizam e acompanham a vida social. As relações sociais podem ser formais ou informais, e de uma maneira geral, formam o embasamento e o conteúdo da vida social. O cruzamento das relações sociais e espaciais determina uma grande quantidade de combinações geográficas orquestradas para a vida social, seu presente e sua história, que permite abordar conjuntamente o espaço e a sociedade. Dessa maneira, a geografia social se fundamenta na relação entre o espaço, o tempo e os atores, e permite o conhecimento de fatos

²⁸ As formulações teóricas de Pierre Bourdieu, encontradas no livro *La misère du monde*, não se inscrevem especificamente no campo da geografia social, todavia contribuem para a compreensão sobre as imbricações do espaço geográfico com o espaço social.

sociais e as suas articulações nos espaços geográficos (DI MÉO, 2014; FRÉMONT *et al.*, 1984).

1.2.1 O espaço

O espaço é a associação dos lugares que os indivíduos frequentam, bem como as relações e os usos sociais que acompanham os seus frequentadores e precisa ser correlacionado ao tempo, pois separados não significam nada. O fator histórico, por meio das relações dos indivíduos e dos grupos no passado, constitui uma das chaves para compreender as relações entre espaços e as sociedades. O espaço geográfico pode ser observado e compreendido a partir de categorias como espaço produzido, espaço percebido e espaço representado, espaços de vida ou espaços vividos e espaço social (DI MÉO 2014; SÉLIMANOVSKI, 2008; FRÉMONT *et al.*, 1984; RAFFESTIN, 1982).

O espaço produzido é uma construção de dispositivos espaciais resultantes do jogo de sistemas de ações, presentes no funcionamento de todo o seio da sociedade, e designa tanto a realidade material - habitações e estradas -, como a realidade e representações simbólicas e ideológicas, a exemplo do território. A construção social de um espaço é resultado das escolhas que uma determinada sociedade faz, tendo como base as suas características técnicas, culturais e econômicas (DI MÉO, 2014; 2001; 1998). Contudo, enfatiza que as escolhas de uma sociedade a uma determinada via de desenvolvimento socioeconômico é uma construção conjunta do espaço social e da economia, decorrente de uma lenta acumulação de circunstâncias, que podem ser aleatórias, compulsórias ou complementares (DI MÉO, 1998).

Segundo Di Méo (2001; 1998), não existe espaço geográfico sem consciência, logo o espaço representado reflete as características mentais do espírito humano e carrega valores intrínsecos dos grupos sociais, de maneira que as percepções sofrem influência da inteligência e do imaginário do indivíduo que percebe. Tais percepções são feitas a partir de “filtros” individuais e sociais e a sua matéria é constituída de opiniões, imagens, atitudes, entre outros, cujos princípios organizadores pertencem a concepções, mais ou menos coerentes dos indivíduos. Nesse sentido, o conceito de espaço representado permite compreender as diferentes interpretações dos fenômenos e das relações sociais estudadas pelas ciências sociais, recorrendo ao patrimônio ideológico individual ou coletivo dos sujeitos que o produzem (*Ibid.*).

As noções teóricas dos espaços de vida e dos espaços vividos são correlacionadas pela passagem da prática concreta e cotidiana de um determinado espaço terrestre para a sua representação e ao seu imaginário (DI MÉO, 2001; 1998). As relações dos indivíduos com os lugares não podem ser compreendidas a partir de um só lugar, por apenas um indivíduo, e nem mesmo por uma coletividade, pois elas se efetivam a partir de uma associação de lugares complementares uns aos outros. Frémont *et al.* (1984) consideram espaço de vida ou território o conjunto de lugares que um indivíduo ou um grupo frequenta habitualmente, como o espaço de residência, espaços de aprovisionamento de bens e serviços, espaço de lazer e de cultura, espaço de trabalho e espaço de transporte.

O espaço vivido é produto da sensibilidade e da consciência, e uma capacidade estrutural dos nossos sentidos e espírito para conservar a disposição das coisas (DI MÉO, 2014; 2001). O autor considera espaço vivido, o global e o total, do qual faz parte um conjunto de estruturas sociais ou espaciais, flexíveis ou propícias a mudanças, que, por sua vez, ligam as pessoas ao seu território. Igualmente, está inerente ao conceito metaestrutural, a existência de um sistema de regulação de origem social, territorial ou psicológico, modelando cada indivíduo a unidade do seu espaço vivido (*Ibid.*).

Na geografia, o espaço social corresponde às imbricações de lugares e de relações sociais como o conjunto de relações sociais espacializadas de uma sociedade, a partir das transações objetivas por elas produzidas. Nos espaços sociais, a sociabilidade dos grupos se faz presente por intermédio da manifestação na própria vida dos grupos, nas relações que estes possuem entre si, nos sistemas de relações de trabalho, nas habitações, nos locais de troca de produtos, como mercados, e perpassa fronteiras econômicas, sociais e mentais. Isso faz com que os espaços sociais qualifiquem os lugares por meio das relações sociais e espaciais (DI MÉO, 2001; FRÉMONT *et al.*, 1984).

1.2.2 O tempo

A espacialidade e a temporalidade são indissociáveis, uma vez que a história e as relações dos indivíduos e dos grupos no passado constituem uma das chaves para a compreensão das relações entre espaço e sociedade no presente, bem como as mudanças que sofreram ao longo do tempo. Nesse contexto, o tempo é uma dimensão fundamental na geografia social, principalmente no que tange às articulações no espaço e as suas mudanças e permanências. O tempo pode ser entendido como uma das dimensões construídas pela

sociedade, que abrange o conjunto das relações de sucessão e a duração dos eventos, assim como o conjunto de representações e de usos do tempo por aqueles que executam uma ação. Isso implica que ao se buscar vestígios históricos de determinado espaço, as matrizes históricas e espaciais revelam as características do passado e do presente na constituição contemporânea de um determinado fenômeno, seja ele regional ou local (DI MÉO, 2014; LÉVY, LUSSAULT, 2013; FRÉMONT *et al.*, 1984).

Cada investimento no espaço corresponde a uma posição no tempo num determinado momento ou enquanto o evento durar. Logo, o espaço de um indivíduo é aquele em que ele se movimenta, se desloca e se projeta além do seu imaginário. O espaço pode ser entendido numa realidade concreta, como aquele que é definido pelas distâncias que se traduzem em temporalidades (DI MÉO, 2014). De acordo com Flávio e Saquet (2008, p. 73), “o tempo e o espaço estão no território, objetivados e subjetivados através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, das técnicas de tecnologias e das identidades e construções simbólicas-culturais”.

1.2.3 Os atores

Os atores são os que possuem aptidões para atuar de maneira estratégica e autônoma, e com capacidade de se anunciar, características estas imprescindíveis para a dinâmica social e espacial. A palavra “atuante” designa uma instância, uma organização identificável, que pode ser um indivíduo, uma instituição ou uma organização, ou seja, alguém com capacidade de agir. O ator é um elemento do sistema no qual participam diversos outros atores e agentes, cuja relação é complexa. As principais diferenciações estabelecidas entre eles consideraram que os atores são mais ativos e autônomos por possuírem mais poder. Já os agentes não possuem qualidade particular e nem poder notável fora da sua esfera de atuação privada. Essa interação mobiliza o espaço, pois está inserido numa dinâmica social e espacial, e remete à configuração de sistemas concretos, na qual atores e agentes podem integrar organizações que têm como atrativo mais importante a ação coletiva (DI MÉO, 2014; LÉVY e LUSSAULT, 2013).

O espaço é indissociável do tempo, logo essa premissa subsidiou a compreensão da ocupação espacial e social da região oeste de Santa Catarina, contexto onde o Meio Oeste Contestado está inserido. As noções teóricas sobre as relações espaciais e sociais permitem a compreensão das imbricações entre o espaço físico e o espaço social, a partir da inscrição da

pobreza no espaço e da sua correlação com as dinâmicas territoriais que possivelmente condicionaram uma parcela significativa de pessoas a viverem em condição de pobreza no Território pesquisado.

1.3 A intervenção pública governamental

1.3.1 O que é uma política pública?

A origem da noção de política pública é anglo-saxônica e surgiu enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica da ciência política nos Estados Unidos da América (EUA), a partir da década de 1950. Durante o desenvolvimento da noção, os pesquisadores mantiveram alguns estigmas, o que fez com que fosse fortemente marcada por uma tradição ancorada na ideia de “governo”, de maneira específica para compreender como e por que os governos elegem determinadas ações. Na Europa, diferentemente dos EUA, prevaleceu a noção de política pública baseada em Georg Hegel e Max Weber, que contempla a ideia de que o Estado é uma instituição que domina as esferas públicas e privada. Por sua vez, os estudos europeus se concentravam na análise sobre o Estado e suas instituições em detrimento das produções dos governos. Essa concepção surgiu fundamentada nas teorias que explicam o papel do Estado em diferentes disciplinas, como na sociologia e na ciência política, e hoje se concentra na análise de políticas públicas (MULLER, 1985; 2013; SOUZA, 2006; MULLER, SUREL, 2004).

A noção de política pública é estudada por diversos autores, entretanto não existe uma única ou melhor definição (SOUZA, 2006). De acordo com Amabile (2012, p. 390), “as políticas públicas são decisões relacionadas às questões públicas que contemplam os interesses de uma coletividade”. Esse autor entende as políticas públicas como as estratégias de atuação pública, estruturadas por intermédio de processos decisórios, a partir de variáveis complexas que influenciam a realidade. Nesse sentido, as políticas públicas são a concretização da ação governamental, ou seja, são de responsabilidade das autoridades legalmente constituídas para implementá-las, no entanto tal incumbência vem sendo dividida com a sociedade civil, por meio da sua participação em processos decisórios.

Para Mény e Thoenig (1989, p. 129, tradução nossa), “uma política pública é o produto da atividade de uma autoridade investida de poder público e da legitimidade

governamental”²⁹. Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès corroboram com essas concepções, ao afirmarem que uma política pública é uma ação implementada pelas autoridades públicas - individualmente ou em parceria -, cujo objetivo principal é tratar de uma situação percebida que representa um problema, mas também “[...] uma ação coletiva que participa da criação de uma ordem social e política, da direção da sociedade, da regulação de suas tensões, da integração dos grupos e da resolução dos conflitos”³⁰ (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012, p. 7, tradução nossa). Ainda para esses autores, as políticas públicas implicam na tomada de decisão, que, por sua vez, possibilita explicar ou renovar as transformações da democracia, por meio das seguintes questões: Quais problemas são tratados? Quem participa? Por quê? Quem protesta? Ademais, permite compreender os limites da regulação política, como por exemplo, dos atores sociais e econômicos que resistem, neutralizam e manipulam a ação pública. Em suma, as políticas públicas implicam questões de implementação e questões de tomada de decisão.

1.3.2 A sociologia da ação pública

A ação pública considera um conjunto de interações que tratam de níveis múltiplos, dito isso em outras palavras, explica melhor as transformações concernentes à maneira de elaborar e de implementar as políticas públicas (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012). Além disso, estabelece mudança de perspectiva em relação ao já consagrado termo “política pública”, motivada pelas transformações que vem acontecendo nos modelos clássicos de governo calcados no centralismo da Europa, principalmente na França (COMMAILLE, 2014). De acordo com Lascoumes e Le Galès, (2012), a primeira mudança diz respeito à ampliação das escalas de atuação espacial na esfera supranacional, como a criação da União Europeia, e mais localizadas, como as regiões, departamentos e territórios. A segunda concerne aos atores que têm irradiado ou ampliado as diversas fontes de expertises, os lugares de debates e as decisões, bem como o papel das organizações não governamentais. Por último, a autonomia das instituições financeiras foi reforçada com os processos de mundialização ou de globalização, promovendo a aceleração dos modelos e instrumentos de circulação, geralmente inspirado na maneira de agir das empresas, por meio de juristas e consultores

²⁹ “Une politique publique est le produit de l’activité d’une autorité investie de puissance publique et de légitimité gouvernementale”.

³⁰ “[...] une action collective qui participe à la création d’une ordre social et politique, à la direction de la société, à la régulation de ses tensions, à l’intégration des groupes et à la résolution des conflits”.

responsáveis pelos mecanismos de mercado, as parcerias público-privado, as privatizações e, principalmente, pelos modelos de ações coordenadas por agências de regulamentação que, por sua vez, se apoiam no direito e nos modelos econômicos (*Ibid.*).

Os conceitos e métodos da análise da ação pública não constituem uma epistemologia, mas retomam os grandes paradigmas das ciências sociais, que contribuem para a análise da ação pública. Nessa perspectiva, dentre as diversas abordagens no campo da sociologia, destaca-se as contribuições de Émile Durkheim em relação às análises das representações e das normas, bem como a contribuição das políticas públicas no que tange à regulação da sociedade. Por sua vez, Max Weber oferece um aporte que auxilia no entendimento da burocracia, do individualismo metodológico e da comparação histórica. A sociologia da ação pública mobiliza a sociologia do direito, com intuito de compreender a produção e a difusão de normas, bem como as redes de juristas internacionais. A sócio-história permite a reconstrução das categorias sociais e o seu uso, as formulações dos problemas públicos e das representações dos problemas do mundo social. A sociologia das ciências e das técnicas foi instigada a analisar instrumentos de poder - estatística, índices, mapas -, de gestão - orçamentos e sistemas de informações -, as inovações e as controvérsias. Por fim, outros estudos das ciências sociais são utilizados, como os da sociologia das organizações, dos movimentos sociais e da ação coletiva (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012).

Nos últimos tempos, está muito presente a legitimidade dos atores, em particular do Estado e dos governos. Nesse sentido, a sociologia da ação pública “[...] considera os atores, suas trocas e os sentidos que eles lhe dão, mas ainda as instituições, as normas, os procedimentos que governam o conjunto de suas interações, assim como as representações coletivas”³¹ (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012, p. 11, tradução nossa). Ainda segundo esses autores, a sociologia da ação pública é uma forma de refletir sobre as novas configurações entre o Estado e a sociedade civil, entre as autoridades públicas e as diversas formas de mobilização dos atores sociais que visam à organização e à promoção dos seus interesses simbólicos e materiais.

A ação pública contempla as múltiplas interações que ocorrem nos diversos níveis, a exemplo da pluralidade de atores - públicos e privados -, interdependências múltiplas nos níveis locais, nacionais e supranacional, logo é mais difícil analisar o papel do Estado em

³¹ “[...] prennent en compte les acteurs, leurs échanges et le sens qu’ils leur donnent, mais aussi les institutions, les normes, les procédures qui gouvernent l’ensemble de ces interactions, ainsi que les représentations collectives”.

função da complexidade, da diversidade de dispositivos e das contradições internas que as instituições são submetidas. Nesse contexto, a ação pública se constitui no seio das relações sociais, e não somente no âmbito do Estado. Em suma, a ação pública é caracterizada como a forma pela qual a sociedade constrói e qualifica os seus problemas coletivos, concebe suas respostas, os conteúdos e os processos para tratá-los (COMMAILLE, 2014; LASCOUMES, LE GALÈS, 2012; THOENIG, 2007).

A noção da sociologia da ação pública é utilizada nesta tese para analisar a atuação conjunta de atores da sociedade civil e governamentais na tomada de decisão, bem como na construção de regras e normas no processo de implementação e execução de ações públicas territorializadas do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e do Programa Territórios da Cidadania (PTC)³². Com intuito de compreender a territorialização desses Programas, a seguir, discutimos os conceitos de território, de territorialização e de territorialização da ação pública.

1.4 A territorialização da intervenção pública governamental

1.4.1 Do espaço ao território

Os termos “espaço” e “território”, embora tenham sido usados como sinônimo durante muito tempo, principalmente na geografia francesa, apresentam diferenças conceituais marcantes (RAFFESTIN, 1980). Di Méo (2001; 1998) considera, entre as facetas do espaço geográfico, o social e o vivido, ambas apresentadas anteriormente, para construir o conceito de território, pois o conhecimento do espaço passa pelo reconhecimento dos atores, bem como pelas suas práticas, suas representações e dos imaginários espaciais.

O polissêmico termo “território” é amplamente utilizado nas ciências sociais. Na França, o seu emprego na geografia e nas demais ciências sociais se intensificou a partir de 1982, após a realização do Colóquio Geopoint, intitulado *Les territoires de la vie quotidienne*³³ (LÉVY, LUSSAULT, 2013). Os objetivos principais desse Colóquio consistiram em discutir os principais problemas epistemológicos implicados no uso da noção de território, bem como de precisar as relações na geografia com o território (LÉVY,

³² O Pronat e o PTC são apresentados a seguir, respectivamente, nos itens 1.4.4 e 1.4.5.

³³ O colóquio foi organizado pelo *Groupe Dupont*, formado por pesquisadores das Universidades de Genève et Lausanne, e realizado em Avignon, nos dias 26 e 27 de maio de 1982.

LUSSAULT, 2013; LE BERRE, 1992; 1982). Por seus usos e significados distintos, criou impasses na compreensão teórica de pesquisadores, que passaram a realizar esforços no sentido de definir e conceituar o que é um território, sendo que se sobressaiu o entendimento de que é um espaço apropriado por atores (Ibid.).

No Brasil, de acordo com Saquet (2015), a discussão em torno do conceito de território foi impulsionada a partir de 1980, fundamentada na renovação sofrida pela geografia humana³⁴ entre as décadas de 1960 e 1980, na qual o conceito de espaço geográfico era a grande categoria de explicações geográficas. Segundo Saquet (2013), todavia, os estudos e pesquisas científicas centrados no conceito de território foram impulsionados a partir do início dos anos de 1990, após a realização do seminário internacional “O novo mapa do mundo e Território: globalização e fragmentação”³⁵ e com a tradução para a língua portuguesa do livro “Por uma geografia do poder” (1993), de autoria do geógrafo francês Claude Raffestin³⁶ (Ibid.).

A palavra território é originária do latim *territorium*, derivado de terra, e possui origens e sentidos bastante diversos, como solo, porção de espaço, continente, entre outros. O conceito de território tem pelo menos dois sentidos. O primeiro deles significa um pedaço de terra apropriada - que é o que interessa no âmbito da tese - e o segundo teve uma significativa contribuição da biologia animal³⁷ (LE BERRE, 1992; BRUNET, 1990).

Por razões epistemológicas, o termo território está sempre relacionado ao espaço geográfico (LÉVY, LUSSAULT, 2013; LE BERRE, 1982), mas essas duas expressões não

³⁴ De acordo com Saquet (2015), o acompanhamento das mudanças que se sucederam no Brasil a partir de 1960, principalmente pelos autores Manuel Correis de Andrade, Roberto Lobato Corrêa e Orlando Valverde, influenciaram a renovação da geografia. As evoluções ocorridas naquele período diziam respeito à degradação ambiental, expansão das áreas urbanas, desigualdade social, industrialização e mudanças no setor agropecuário. A renovação da geografia brasileira também foi influenciada, principalmente pelas mudanças que ocorreram no pensamento científico e filosófico francês, no qual os geógrafos passaram a fazer denúncias referentes aos processos sociais até então negligenciados por esse campo de estudos (Ibid.).

³⁵ Seminário realizado, em 1992, em São Paulo.

³⁶ Na França, o livro *Pour une géographie du pouvoir* foi publicado em 1980 e a tradução para a língua portuguesa foi realizada em 1993. Segundo Saquet (2013), Raffestin enfatizou nessa obra os aspectos políticos e econômicos do território, tendo se tornado a abordagem que mais influenciou os estudos e pesquisas científicas concernentes a essa temática no Brasil.

³⁷ Durante as décadas de 1920 e 1930, os etólogos que até então estudavam individualmente os animais em laboratório, começaram a analisar o seu comportamento no meio natural e para dar uma conotação científica aos estudos, utilizaram o termo político-administrativo “território”. A etologia realizou estudos a partir de questões como: O que é espaçamento entre indivíduos? Qual distância ou espaço separa os sujeitos? Como se traduz a hierarquia social entre os indivíduos? Essas indagações foram adaptadas pelas ciências sociais e humanas, sendo que a antropologia estudou principalmente as relações entre homens e animais, a psicologia averiguou os comportamentos dos seres humanos e a sociologia analisou os grupos humanos mais marginais. Todas essas disciplinas advogam que, para compreender as relações, tanto entre os seres humanos, como entre os animais, é preciso considerar o seu ambiente global, bem como a sua inserção num território específico (DI MÉO, 2001; LE BERRE, 1992; 1982).

podem ser confundidas. Para Raffestin (1980), o espaço está em uma posição anterior em relação ao território, uma vez que o território é gerado a partir do espaço e resulta de uma ação desempenhada por atores. Ao se apropriarem concreta ou abstratamente de um espaço, os atores o territorializam. Raffestin conclui a explicação afirmando que

O território, nessa perspectiva, é um espaço no qual nós projetamos o trabalho, seja de energia ou de informação, e que, por consequência, revela todas as relações de poder. O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens se dão³⁸ (RAFFESTIN, 1980, p. 129, tradução nossa).

Lefevre (1974) e Le Berre (1992) contribuíram para as definições do termo território como espaço apropriado, ao concebê-lo como uma porção da superfície terrestre, de um determinado grupo social, que busca assegurar a sua reprodução e obtenção dos bens imprescindíveis às suas necessidades vitais. Saquet (2015, p. 38) o define de maneira similar, afirmando que o território é “[...] uma construção social, histórica, relacional e está sempre vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço [...]”.

De acordo com Le Berre (1992), um território pode ser analisado a partir de três facetas: existencial, física e organizacional. Na primeira delas, o território é considerado repleto de uma identidade própria, na qual seu nome é o código de identificação. Quando alguém dá um nome a algum lugar, por exemplo, um território cria a primeira relação de dependência entre eles, pois nomear é, acima de tudo, exprimir a marca de apropriação sobre um pedaço de terra ao expressar para os outros seu pertencimento a este lugar apropriado.

A faceta física do território é constituída por um conjunto de lugares que possuem características físicas específicas, como por exemplo, as propriedades naturais e materiais. As propriedades naturais estão vinculadas à localização de um território em uma determinada parte do planeta terra. Por sua vez, as propriedades materiais dizem respeito aos diferentes usos que uma sociedade faz do seu solo para satisfazer suas múltiplas necessidades, como por exemplo, de produzir, de consumir, de habitar, de se distrair, entre outras (LE BERRE, 1992).

Na lógica da faceta organizacional de um território, estão implícitas as causas que motivam a ação e o comportamento dos agentes e atores

[...] que contribuem para seus comportamentos, para a organização territorial; traduzem-se em fluxos de informações e de decisões que, por sua vez, geram fluxos

³⁸ “Le territoire, dans cette perspective, est un espace dans lequel on a projeté du travail, soit de l'énergie et de l'information, et qui, par conséquent, révèle des relations toutes marquées par le pouvoir. L'espace est la 'prison originelle', le territoire est la prison que les hommes se donnent”.

de produtos, dinheiro, pessoas e energia entre lugares estruturados por redes que estruturam o território³⁹ (LE BERRE, 1992, p. 616, tradução nossa).

Os grupos sociais que integram um território almejam a sua manutenção e a sua reprodução a partir dele. Para tanto, possuem certo grau de coesão em relação às regras de funcionamento acordadas pela maior parte dos seus integrantes. O grupo que integra um território se organiza em subgrupos, que evidentemente não possuem os mesmos objetivos e as mesmas funções, logo alguns são encarregados principalmente pela tomada de decisões, outros pela produção e outros pelo consumo. O entendimento do funcionamento de um território passa pela identificação das funções específicas inerentes a cada categoria de atores no que concerne à gestão e às mudanças que ocorrem no território, bem como as trocas de informações e os processos decisórios aos quais eles dão mais importância (LE BERRE, 1992).

Raffestin (1986) corrobora com a concepção de Le Berre, ao afirmar que, num processo de organização territorial, devem-se analisar duas dimensões distintas, mas que interagem entre si: as ações materiais praticadas pela sociedade sobre o suporte terrestre e os sistemas de representação. As ideias guiam as intervenções humanas sobre o espaço terrestre, logo os arranjos territoriais originam-se da semiótica, que nada mais é do que o espaço simbólico e cultural, que progressivamente é traduzido e transformado.

Um entendimento da noção de território sob o prisma da ação pública territorializada foi elaborado por Delgado e Leite (2013). Esses autores o compreendem como um espaço dinâmico, possível de ser mudado e socialmente construído, no qual os diversos atores sociais se organizam para ocupar os “[...] espaços públicos de mediação e concertação de políticas públicas, que obrigatoriamente precisam superar o caráter fragmentado das ações governamentais” (Ibid., p. 132). Por seu turno, o território é entendido pela então Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), responsável pelas ações públicas de desenvolvimento territorial, como

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos onde se pode distinguir um ou mais

³⁹ “[...] qui contribuent par leurs comportements, à l'organisation territoriale; elle se traduit par des flux d'informations et des décisions qui engendrent à leur tour des flux de produits, d'argent, d'hommes, d'énergie entre les lieux structurés par les réseaux maillant le territoire”.

elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2003).

A partir das noções sobre o conceito de território, no âmbito desta tese, o entendemos como um espaço construído por atores e como uma categoria de intervenção pública, delimitada geograficamente pela interação entre as orientações normativas da SDT e interesses dos atores locais, com o objetivo principal de implementar ações públicas territorializadas que têm entre seus propósitos, o enfrentamento da pobreza.

1.4.2 Territorialização e suas acepções

Diversos autores já se dedicaram a elaborações a respeito do entendimento dos polissêmicos conceitos concernentes à temática da territorialização. A questão ainda é objeto de debates, pois as concepções, muitas vezes, são genéricas e de difícil entendimento. A geografia e a sociologia se apropriam do termo territorialização, na qual a relação existente entre os projetos idealizados pelos atores e a sua “tradução” aproxima o conceito de território com o de territorialização (ELISSALDE, 2002).

De acordo com Vanier (2009, p. 12, tradução nossa), o território está ligado à territorialização

[...] como um conjunto de processos envolvidos pelos sistemas de atores e/ou de agentes pelas organizações sociais e políticas, pelos dispositivos e processos *ad hoc*, pelas relações de força e as tensões, pelos determinantes econômicos e estruturais, pelas configurações genéricas existentes e/ou pelas configurações particulares emergentes, permitindo fazer acontecer o território, o fazer existir, se manter e, às vezes, o tornar operatório⁴⁰.

Nessa perspectiva, a palavra territorialização explica a conduta de organizações para se apropriarem de um determinado território, passando a ser entendida como um sistema de comportamento individual ou coletivo.

Segundo Lévy e Lussault (2013) e Elissalde (2002), a noção de territorialização se aplica ao conhecimento dos processos e das dinâmicas econômicas, culturais, políticas, sociais que conformam o território. Nessa mesma perspectiva, para Giband (2014), a

⁴⁰ “[...] en tant qu'ensemble de processus engagés par les systèmes d'acteurs et/ou d'agents, par les organisations sociales et politiques, par les dispositifs et procédures *ad hoc*, par les rapports de force et les mises en tension, par des déterminantes économiques et structurels, par des configurations génériques existantes et/ou des configurations particulières émergentes, permettant de faire advenir le territoire, le faire exister, se maintenir et parfois de devenir opératoire”.

concepção de territorialização revela, primeiramente, as dinâmicas sociais espacializadas e as questões relacionadas aos atores, como as suas práticas, os interesses inerentes à produção de territórios institucionais ou funcionais. Em seguida, essa concepção remete a determinados processos, aos quais os atores se envolvem na construção de regras, nas relações de forças e nos conflitos, com o objetivo de construir um território.

A partir do entendimento de que o território é um espaço investido de atores, para Saquet (2015, p. 39), a territorialização

[...] significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados.

Observa-se, a partir dos aportes teóricos, que a territorialização é entendida como a apropriação de um território por atores, agentes e instituições sociais ou políticas, que se unem em torno de propósitos comuns e característicos de cada território. Estes, constituem normas, regras, regimentos e planejamento, que dão vida ao território. A territorialização também é compreendida como processos e dinâmicas naturais, culturais, sociais ou econômicos que transformam um determinado território. A partir desse entendimento, apresentamos as noções teóricas da territorialização da ação pública e como esta foi implementada no Brasil.

1.4.3 A Territorialização da ação pública no Brasil

A ideia da territorialização da ação pública emergiu na França, a partir das reflexões sobre a gestão das ações públicas no contexto da crise econômica e social dos anos de 1980 e associada ao surgimento de novas questões e mudanças institucionais, como do início da política de descentralização, que influenciou significativamente a mudança das problemáticas da gestão pública (DURAN, 2011). A territorialização da ação pública se consolidou no decorrer da década de 1990 e impulsionou a retórica das coletividades territoriais e dos serviços públicos descentralizados, que, por sua vez, encontraram uma nova proximidade com o território, pois esse é o espaço onde os problemas públicos se inscrevem e também o lugar do seu tratamento (Ibid., 2011).

No Brasil, a noção de território passou a orientar a intervenção pública no setor da agropecuária na década de 1990, estando relacionada principalmente à descentralização de políticas públicas ocorrida após a redemocratização do País, que teve como marco a promulgação da Constituição Federal, em 1988 (FAVARETO, 2010). Esse autor lembra que, na perspectiva da descentralização, o Estado deve dar condições para que os atores implicados com a política participem da sua gestão.

O Pronaf⁴¹ Infraestrutura e Serviços Municipais (Proinf)⁴² representou o embrião da territorialização da ação pública. Esse Programa foi instituído no último período do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), criados após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com o principal propósito de garantir a representatividade das comunidades e dos produtores rurais no acompanhamento dos investimentos realizados e na elaboração de planos municipais de desenvolvimento, foram incumbidos de fazer a gestão social do Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais. Essa modalidade do Pronaf almejava a melhoria das condições de infraestrutura e de produção em municípios rurais onde os agricultores familiares tinham uma presença significativa. Os municípios eram escolhidos com base em um conjunto de critérios, visando contemplar os mais pobres, os mais agrícolas e os menos populosos (FAVARETO, 2010; MATTEI, CAZELLA, 2009; ABRAMOVAY, 2001).

No meio rural brasileiro, efetivamente, segundo Wanderley (2014), foi no início da década de 2000 que o Estado brasileiro implementou políticas públicas que visavam aplicação territorializada da ação pública, com a participação da sociedade civil no seu processo de gestão. Especificamente, a abordagem da territorialização orientou, primeiramente, a aplicação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), em 2003, e do Programa Territórios da Cidadania (PTC), em 2008.

Quando um governo decide implementar uma política pública territorializada, a transformação mais importante ocorre no seu processo de produção, pois passa de uma concepção setorial, para uma abordagem territorial (AUTÈS, 1995). Na lógica setorial, o sentido de intervenção do Estado é setorial-global e tem como propósito ajustar os setores que

⁴¹ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado em 1996 e, desde então, um significativo número de agricultores familiares obtiveram empréstimos com subsídios do Estado para financiar os custos operacionais e os investimentos nas unidades produtivas. Outras informações sobre o Pronaf podem ser obtidas em Cazella *et al.* (2016), Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), Schneider, Mattei e Cazella (2004).

⁴² Mais informações sobre o Proinf também podem ser obtidas em Delgado e Leite (2015) e Delgado, Bonnal e Leite (2007).

possuem finalidades mais globais e importantes para a sociedade como um todo, a exemplo da saúde, da agricultura, da indústria, dos transportes, entre outros. Na racionalidade territorial, a atuação do Estado é fundamentada na relação entre o centro e a periferia, e o sistema social a ser regulado é um território geográfico. A idealização da dimensão local de políticas públicas resulta da conscientização sobre os limites da verticalização dos problemas sociais em importantes setores, como a luta contra a pobreza, a segurança, o emprego, entre outros (MULLER, 1985).

A implementação de ações territorializadas implica reestruturações institucionais. Uma delas concerne à articulação de diversas ações públicas em um mesmo espaço geográfico para o tratamento de problemas públicos (DOUILLET, 2005; HASSENTUEFEL, 1998). A territorialização da ação pública identifica a singularidade dos territórios e produz um princípio de adequação das ações públicas às suas especificidades, ao basear a administração e a aplicação de normas ao contexto local, por meio de contratos e negociações com os atores do território (JAILLET, 2009). Por exemplo, essa inovação na forma de conceber as ações públicas permite abordar a pobreza em espaços precisos, beneficiando de forma diferenciada os setores mais sensíveis em relação a esse problema (SÉCHET, 1996).

A outra reestruturação institucional diz respeito às reformas dos serviços do Estado, imprescindíveis à criação de um fórum de discussão que abrange a participação de atores de diferentes instituições e universos sociais. O fórum deve contemplar a participação dos atores que são relevantes para a política pública, bem como a construção de novos modelos de ação pública, como, por exemplo, contratos ou parcerias, de maneira que emerja uma nova relação entre os atores da ação pública territorial (HASSENTUEFEL, 1998). Nesse sentido, tendo como base o território, é possível agregar localmente interesses organizacionais específicos e implementar procedimento de tratamento de determinados problemas, por meio da representação que contemple diversos atores (MAILLARD, ROCHÉ, 2005). De certa maneira, a participação das coletividades territoriais permite um tratamento mais justo das demandas sociais (FAURE, 2011).

Quando os grupos sociais se apropriam de um território, a territorialização se apoia em um projeto político, no qual os atores determinam as formas de instrumentalização e as estratégias do território (ELISSALDE, 2002; LE BERRE, 1992; LEFEVRE, 1974). Para Hassentuefel (1998), no processo de territorialização, se fazem necessárias a participação dos atores que são relevantes para a política pública e a construção de novos modelos de ação

pública, como, por exemplo, contratos ou parcerias, de maneira que emerge uma nova relação entre os atores da ação pública territorial.

Na territorialização da ação pública, o centro estratégico de tomada de decisão e de ação encontra-se em esferas mais abrangentes - nacional ou estadual -, ou seja, fora da escala territorial. Por conseguinte, o principal desafio do poder público é o de priorizar as ações públicas mais adequadas a resoluções dos problemas, considerando as especificidades do território. Ainda, é preciso considerar que a territorialização da ação pública pode levar a uma valorização ou a uma desvalorização do território, em função da qualidade e dos tipos de serviços públicos que são prestados, bem como das inadequações e dos acertos das ações que são territorializadas (DELGADO, GRISA, 2015; LEITE *et al.*, 2010).

A partir dessas reflexões, entendemos por territorialização da ação pública, a implementação articulada de um conjunto de políticas públicas num território, por meio da concertação entre gestores públicos e atores da sociedade civil para a sua gestão social. Sob essa perspectiva, a territorialização da ação pública implica mudanças institucionais e permite abordar problemas em espaços precisos, para tratar de forma diferenciada determinados segmentos sociais, via adequação das políticas às suas especificidades. Essa noção orientou o estudo das mudanças que ocorreram após a territorialização do Pronat e do PTC no Território Meio Oeste Contestado, da participação dos gestores públicos e dos delegados no Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) na tomada de decisões sobre regras, normas e planejamento, bem como a percepção desses atores institucionais sobre o fenômeno da pobreza.

1.4.4 O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

No Brasil, a institucionalização da ação pública territorializada ocorreu a partir do início do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), por meio da recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁴³, conforme mencionado acima. A SDT implementou o Programa Territórios Rurais de Identidade (PTRI), cujo propósito consistiu em atender às

⁴³ Criado em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o MDA foi extinto por meio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, pelo então Presidente interino Michel Temer, no poder devido ao afastamento da Presidente Dilma Rousseff, após a abertura do processo de *impeachment*. Essa mesma Medida transformou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. Ademais, determinou que uma parte das atividades do MDA fosse transferida para o novo Ministério e outras atribuições fossem incorporadas à Casa Civil.

necessidades básicas da população e ampliar as oportunidades de geração de renda de forma sustentável, a partir de processos locais (SDT, 200-).

Os territórios rurais de identidade se beneficiaram do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), que tinha entre os seus propósitos, promover o desenvolvimento através da internalização de dinâmicas econômicas endógenas nos territórios, que seriam impulsionadas por estratégias de desenvolvimento rural adequadas aos territórios, as quais incluiriam a formulação e implantação de projetos territoriais estratégicos (LEITE, 2013; FREITAS; FREITAS; DIAS, 2010). Esse Programa repassa recursos financeiros públicos não reembolsáveis, para projetos produtivos de caráter intermunicipal e que atendam a coletivos de agricultores familiares e a povos tradicionais de um determinado território. De acordo com Bonnal (2013), o Pronat contempla a questão da pobreza rural de forma indireta, por meio da ampliação das atividades econômicas e da prática da solidariedade entre o público assistido.

Para delimitar os territórios rurais, essa Secretaria utilizou uma combinação de critérios, como a ruralidade, a incidência do público prioritário do MDA e a existência de Consórcios de Segurança Alimentar (Consad)⁴⁴. No que concerne à ruralidade, o MDA priorizou os municípios com densidade populacional inferior a 80 habitantes/km² e população de até 50 mil habitantes. A definição desse critério foi inspirada nas críticas que Veiga (2003) fez ao modelo adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera população urbana todos os habitantes das cidades e vilas, e rural, o restante. O autor propôs a combinação do critério de tamanho populacional do município com a densidade demográfica e a localização, sendo que é considerada população rural aquela que habita em municípios essencialmente rurais, em municípios ambivalentes e em pequenas cidades localizadas fora das aglomerações metropolitanas. O Box 01, a seguir, apresenta as características dos municípios ambivalentes do Território Meio Oeste Contestado.

Com relação ao segundo critério adotado, a delimitação dos territórios rurais de identidade considerou a maior incidência do público prioritário do MDA, como agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, famílias assistidas pelo reordenamento agrário, povos tradicionais e comunidades rurais constituídas por descendentes de escravos

⁴⁴ Os Consad foram criados, em 2003, pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. A fusão desse Ministério com o Ministério de Desenvolvimento Social deu origem ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ao qual os Consad foram incorporados. Esses consórcios são um arranjo territorial, cujo propósito principal é a promoção articulada de ações de desenvolvimento local e de segurança alimentar e nutricional, entre municípios com baixo IDH (MASCARENHAS, 2015).

(quilombolas). Além disso, na formação dos territórios, a SDT considerou também como critério para delimitá-los o conjunto de municípios que integravam os Consad (DELGADO, LEITE, 2011). Os territórios do Consad foram implementados um pouco antes dos territórios da SDT, e os critérios de seleção de municípios para integrarem essas duas novas institucionalidades criadas pelo Governo Federal convergiam, pois, em suma, privilegiavam os que possuíam maior concentração de demanda social, ou seja, maior incidência de segmentos de agricultores familiares e de povos tradicionais.

Box 01: Municípios ambivalentes no Meio Oeste Contestado

Para Veiga (2003), ambivalentes são os municípios interioranos que possuem características intermediárias em relação às particularidades rurais e urbanas. De acordo com IBGE (2010a), no Território Meio Oeste Contestado, cinco municípios possuem densidade demográfica superior a 80 hab/k², cuja população total não ultrapassa 50.000 habitantes. No que concerne à densidade demográfica, o município de Xanxerê possui 116,74 hab./Km² e está distanciado a menos de 15 km de Xaxim, que possui 87,16 hab/km². Ademais, a densidade demográfica de Joaçaba é de 116,47 hab/km², e o seu perímetro urbano é contíguo com o de Herval d’Oeste (97,88 hab/km²) sendo separados apenas pelo Rio do Peixe. Além disso, a distância entre o centro urbano de Joaçaba e o de Luzerna é de apenas 6 km, mas com o contínuo crescimento urbano, estão se juntando. A densidade demográfica de Capinzal é de 85,12 hab/km², e o centro urbano desse município é separado da área urbana de Ouro, também, apenas pelo Rio do Peixe (Figura 02). Essas características reforçam a situação de ambivaléncia, em decorrência da elevada concentração populacional, embora em cada um desses municípios, a população total não ultrapassa 50.000 habitantes, além de terem a economia baseada no setor agropecuário.



Figura 02: pinguela sobre o Rio do Peixe que separa os centros urbanos de Capinzal/SC, em destaque na imagem, do de Ouro/SC, abril/2016

Fonte: acervo da autora.

Em 2010, a SDT atuava em 164 territórios rurais de identidade, cuja distribuição nos estados brasileiros pode ser vista na Figura 03. Em 2013, foram incorporados 74 territórios rurais no programa da SDT, passando de 164 para 238 (CONDRAF, 2013). No processo de conformação dos territórios rurais de identidade, foram criadas novas institucionalidades. No âmbito local, a Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT), tem como função principal estruturar o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter). Na esfera estadual, se constituíram os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDR), que, entre outras funções, analisa e se manifesta no que tange às alterações de territórios já estabelecidos e à proposta de institucionalização de novos territórios e, em seguida, encaminha as decisões para que a SDT as analise projetos (DELGADO, LEITE, 2011). No âmbito federal, a SDT apoia os Codeter por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). O objetivo dessas novas institucionalidades consiste em estimular a participação dos atores sociais na elaboração e execução das políticas, de modo a superar a pobreza rural e garantir melhores condições de vida para as pessoas que habitam no meio rural (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2010).

164 Territórios Rurais

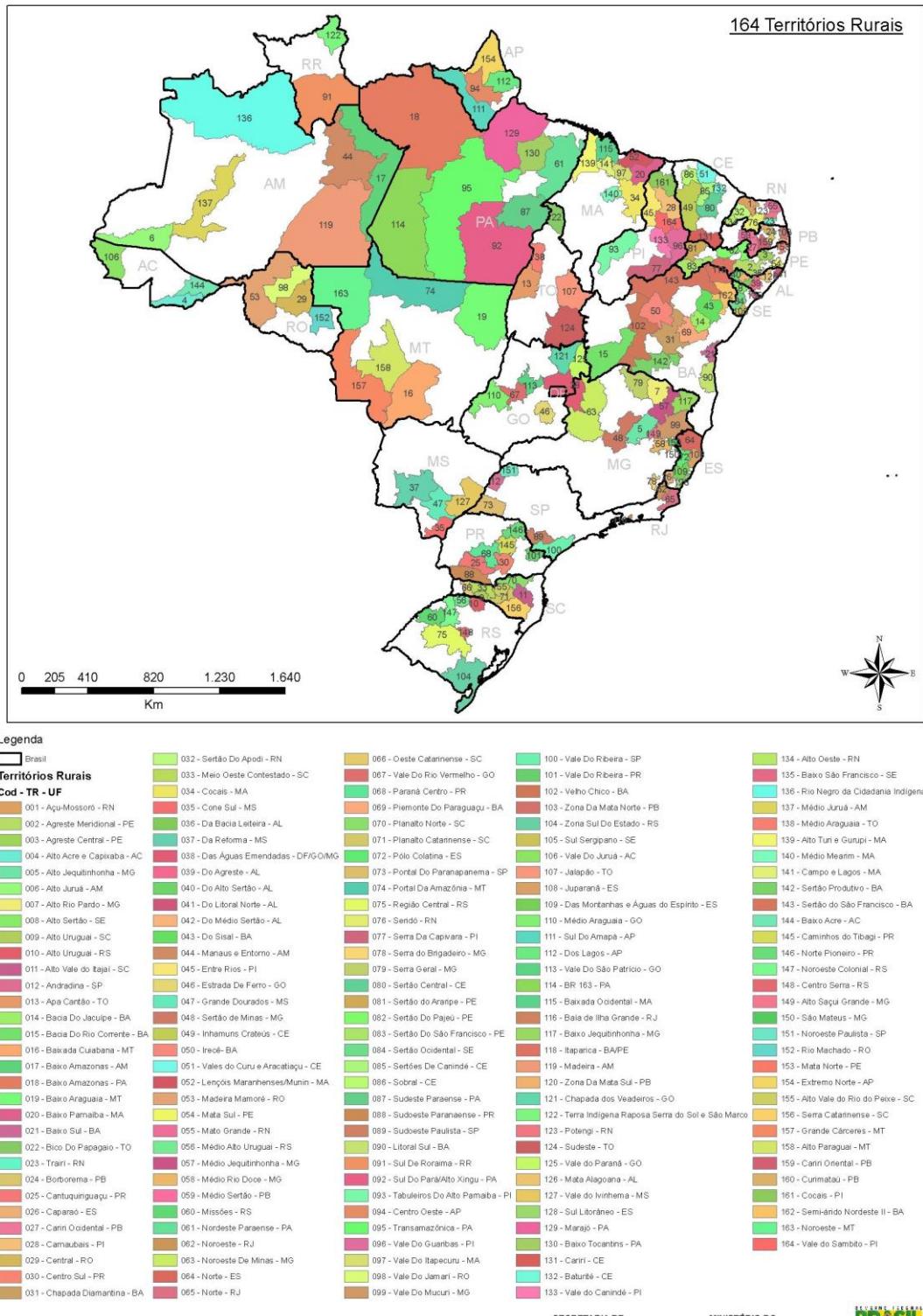


Figura 03: mapa dos territórios rurais de identidade
Fonte: SDT, 2011.

Os Conselhos de Desenvolvimento Territorial (Codeter), espaço no qual ocorre a participação social para a gestão dos recursos financeiros do Pronat, foram constituídos a

partir dos CMDR. Em relação à composição dos Codeter, o MDA recomenda que a participação social ocorra por meio da representação da sociedade civil e das três esferas de governo - municipal, estadual e federal -, e contemple a diversidade de instituições, organizações e segmentos sociais e produtivos existentes em cada território. Cabe a cada Codeter, por meio da sua plenária, sua instância máxima, o papel deliberativo e consultivo, incluindo a procura pela definição, orientação, negociação e acordos entre as partes envolvidas na implementação de iniciativas e políticas públicas para o desenvolvimento dos territórios (MDA, 2010). Para a constituição dos Codeter, de acordo com Favareto (2010), as mudanças transcorridas em relação aos conselhos municipais dizem respeito às ações que passaram da esfera municipal para a intermunicipal e a maior participação da sociedade civil.

A execução financeiro-orçamentária do Pronat possui diferentes fases e procedimentos. Inicialmente, a SDT define o “valor previsto” como base nos recursos totais que disponibiliza na Lei Orçamentária Anual (LOA). Em seguida, é determinado o “valor disponibilizado”, que precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional e posteriormente, sancionado pela Presidência da República. Tal valor pode ser aumentado ou diminuído, de acordo com créditos adicionais e/ou remanejamento de recursos. O valor pode ainda ser empenhado, vindo a ser chamado de “valor empenhado”, após aprovação dos projetos pela SDT e encaminhamento à Caixa Econômica Federal, que, por sua vez, faz a emissão do orçamento. A contratação dos projetos “valor contratado” é feita por esse banco, que também é responsável por entrar em contato com o proponente do projeto e exigir a documentação necessária. Na última fase, ocorre o pagamento aos proponentes “valor pago” mediante execução do cronograma físico, concluindo a execução orçamentária do Programa (LEITE, WESZ JUNIOR, 2011). Um dos projetos financiados pelo Pronat no Território Meio Oeste Contestado, um centro de comercialização de produtos da agricultura familiar financiado, pode ser visto na Figura 04.



Figura 04: centro de comercialização de produtos da agricultura familiar, Xanxerê/SC, agosto/2014
Fonte: acervo de Edi Marcos Smaniotto.

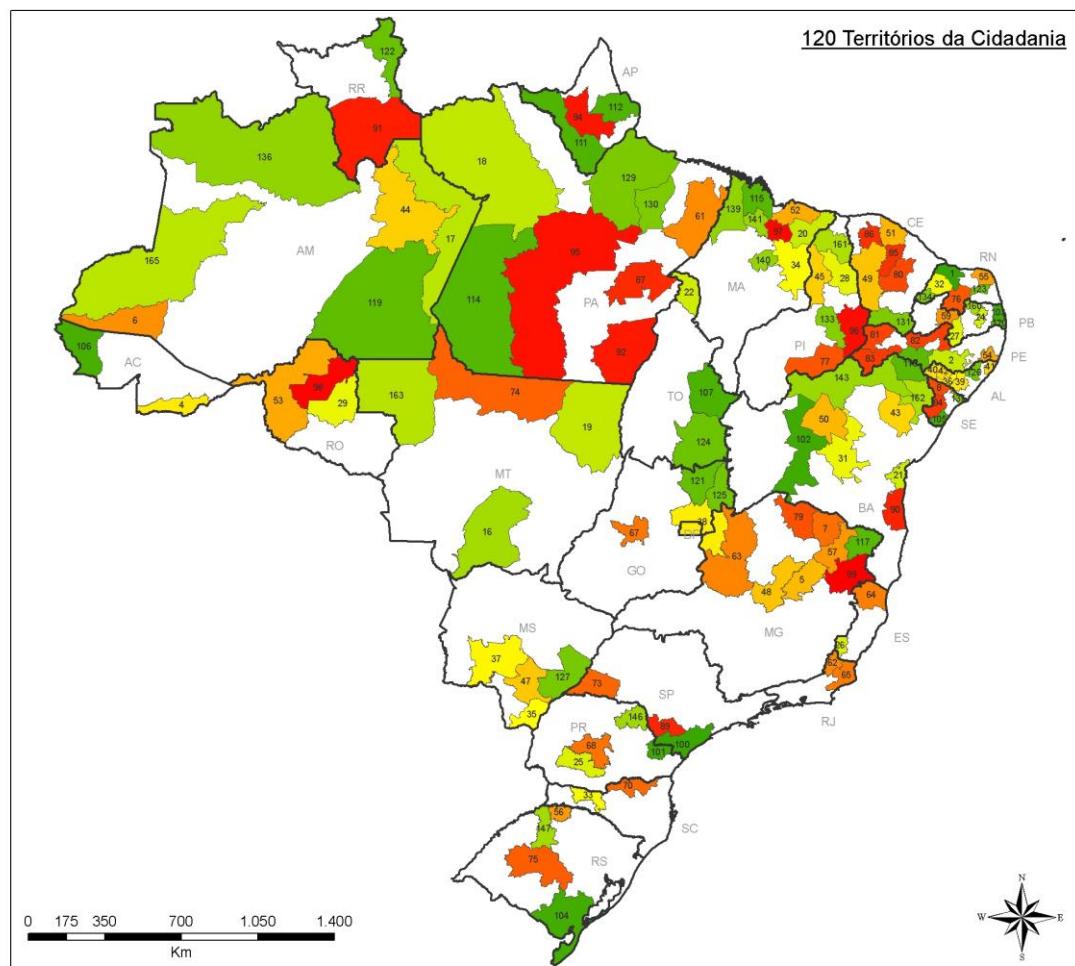
1.4.5 O Programa Territórios da Cidadania

A temática da pobreza foi mais bem articulada às políticas públicas territorializadas em 2008, quando o Governo Federal criou o Programa Territórios da Cidadania (PTC), vinculado à casa civil da Presidência da República e com participação do MDA na sua gestão e execução. Ainda durante o processo de identificação dos territórios rurais de identidade, a SDT percebeu que determinados territórios possuíam a economia mais frágil em relação aos demais, logo havia necessidade de uma atenção emergencial com ações ainda mais articuladas. Assim sendo, O PTC é um desdobramento do Pronat, tendo como propósito principal articular em torno de um mesmo território, um amplo conjunto de políticas públicas e de ações oriundas de diferentes ministérios (BONNAL, 2013; BONNAL, KATO, 2011). O objetivo principal do PTC é a superação da pobreza a partir da promoção do desenvolvimento econômico com base na geração de trabalho e de renda e na universalização dos programas básicos de cidadania (DELDADO, LEITE, 2011; BRASIL, 2009b).

A pobreza foi um dos principais critérios utilizados pela SDT para escolher, dentre os territórios rurais de identidade, quais integrariam os territórios da cidadania. Cabe destacar

que também foram constituídos territórios para integrarem o PTC⁴⁵. Com essa ação, a SDT priorizou, para implementação do PTC, os territórios que possuíam os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), elevada concentração de famílias beneficiadas pelo PBF e presença expressiva de segmentos de agricultores familiares e povos tradicionais. Além disso, todos os estados da Federação foram contemplados, com pelo menos, dois territórios da cidadania, totalizando 120 territórios (DELGADO, LEITE, 2013; BRASIL, 2008). Na Figura 05, podemos ver a distribuição dos 120 territórios da cidadania nos estados brasileiros.

⁴⁵ Por exemplo, o Território Noroeste Colonial, localizado no Rio Grande do Sul, foi criado para integrar o PTC em 2008 (DELGADO, LEITE, 2011).



Legenda

Brasil

Territórios da Cidadania

Código - Nome - UF

1 - Acu-Mosso - RN	127 - Vale do Ivinhema - MS	20 - Baixo Paranaiba - MA	47 - Grande Dourados - MS	75 - Regiao Central - RS
100 - Vale Do Ribeira - SP	129 - Marajó - PA	21 - Baixo Sul - BA	48 - Sertao De Minas - MG	76 - Serido - RN
101 - Vale Do Ribeira - PR	130 - Baixo Tocantins - PA	22 - Bico Do Papagaio - TO	49 - Inhamuns Crateus - CE	77 - Serra Da Capivara - PI
102 - Velho Chico - BA	131 - Cariri - CE	24 - Borborema - PB	5 - Alto Jequitinhonha - MG	79 - Serra Geral - MG
103 - Zona Da Mata Norte - PB	133 - Vale do Canindé - PI	25 - Cantuquinguaçu - PR	50 - Icrec - BA	8 - Alto Sertao - SE
104 - Zona Sul Do Estado - RS	134 - Alto Oeste - RN	26 - Caraíba - ES	51 - Vales do Curu e Aracatiacu - CE	80 - Sertao Central - CE
105 - Sul Sergipano - SE	135 - Baixo São Francisco - SE	27 - Cariri Ocidental - PB	52 - Lencois Maranhenses/Munin - MA	81 - Sertao do Araripe - PE
106 - Vale Do Juruá - AC	136 - Alto Rio Negro - AM	28 - Carnaubais - PI	53 - Madeira Mamoré - RO	82 - Sertao Do Pajeú - PE
107 - Jalapão - TO	139 - Alto Turi e Gurupi - MA	29 - Central - RO	54 - Mata Sul - PE	83 - Sertao Do São Francisco - PE
111 - Sul Do Amapá - AP	140 - Médio Mearim - MA	31 - Chapada Diamantina - BA	55 - Mata Grande - RN	84 - Sertao Ocidental - SE
112 - Dos Lagos - AP	141 - Campo e Lagos - MA	32 - Sertao Do Apodi - RN	56 - Médio Alto Uruguai - RS	85 - Sertões De Caninde - CE
114 - BR 163 - PA	143 - Sertao Do São Francisco - BA	33 - Meio Oeste Contestado - SC	57 - Médio Jequitinhonha - MG	86 - Sobral - CE
115 - Baixada Ocidental - MA	146 - Norte Pioneiro - PR	34 - Cocais - MA	59 - Médio Sertão - PB	87 - Sudeste Paraense - PA
117 - Baixo Jequitinhonha - MG	147 - Noroeste Colonial - RS	35 - Cone Sul - MS	6 - Alto Juruá - AM	89 - Sudeste Paulista - SP
118 - Itaparica - BA/PE	16 - Baixada Cuiabana - MT	36 - Da Bacia Leiteira - AL	61 - Nordeste Paraense - PA	90 - Litoral Sul - BA
119 - Madeira - AM	160 - Curinatua - PB	37 - Da Reforma - MS	62 - Noroeste - RJ	91 - Sul De Rosimá - RR
120 - Zona Da Mata Sul - PB	161 - Cocalis - PI	38 - Das águas Emendadas - DF/GO/MS	63 - Noroeste De Minas - MG	92 - Sul Do Para - PA
121 - Chapada dos Veadeiros - GO	162 - Semi-arido Nordeste II - BA	39 - Do Agreste - AL	64 - Norte - ES	94 - Centro Oeste - AP
122 - Terra Indígena Raposa Serra do Sol - RR	163 - Noroeste - MT	4 - Alto Acre e Capixaba - AC	65 - Norte - RJ	95 - Transamazônica - PA
123 - Potengi - RN	165 - Mesorregião Alto Solimões - AM	40 - Do Alto Sertão - AL	67 - Vale Do Rio Vermelho - GO	96 - Vale Do Guaporé - PI
124 - Sudeste - TO	17 - Baixo Amazonas - AM	41 - Do Litoral Norte - AL	68 - Parana Centro - PR	97 - Vale Do Itapecuru - MA
125 - Vale do Parana - GO	18 - Baixo Amazonas - PA	42 - Do Médio Sertão - AL	7 - Alto Rio Pardo - MG	98 - Vale Do Jamari - RO
	19 - Baixo Araguaia - MT	43 - Do Sisal - BA	70 - Planalto Norte - SC	99 - Vale Do Mucuri - MG
	2 - Agreste Meridional - PE	44 - Manaus e Entorno - AM	73 - Portal Do Parapananema - SP	
		45 - Entre Rios - PI	74 - Portal Da Amazonia - MT	

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO



Figura 05: mapa dos territórios da cidadania
Fonte: SDT, 2011.

A gestão do PTC é mais complexa, quando comparada com a do Pronat, por envolver ações setoriais oriundas de diversos Ministérios, cujas articulações devem ocorrer nos territórios. Uma das inovações apontadas por Leite e Wesz Junior (2011) se refere à territorialização das ações que, em outras palavras, é a identificação dos territórios para onde serão destinados os recursos financeiros das políticas públicas. Para tanto, é feita uma consulta a todos os Ministérios para saber quais ações irão integrar a Matriz de Ação Federal⁴⁶. Dessa maneira, não são criadas novas políticas para integrar o PTC, mas os recursos dos programas já existentes são direcionados aos Territórios da Cidadania que, conforme mencionado anteriormente, são selecionados visando a privilegiar as regiões mais pobres. Em caso de retenção de gastos, a Casa Civil e o Ministério do Planejamento orientam que os recursos financeiros destinados a esse Programa não sejam reduzidos, garantindo, aos municípios que o integram, uma maior possibilidade de obtenção desses recursos (*Ibid.*).

Na Matriz de Ações Federal, os Ministérios definem a quantidade de recursos financeiros por ação pública a ser aplicada nos territórios, em forma de ações tanto territorializadas quanto não territorializadas. Os valores territorializados correspondem à maior parte dos recursos previstos segundo o tipo de ação e dificilmente podem ser investidos em outro local. Em caso de não virem a ser executados, esses recursos retornam à fonte. Já o acesso aos recursos não territorializados depende de iniciativas dos delegados dos colegiados territoriais, devendo ser apresentadas propostas específicas aos Ministérios, pois estes não determinam os territórios a serem beneficiados. Isso significa que todos os municípios do Brasil podem demandar tais recursos. No entanto, os que integram um território de cidadania têm preferência na seleção de projetos (CAZELLA; ZIMMERMANN; LEITE, 2013; TECCHIO, 2012; LEITE, WESZ JUNIOR, 2011). Por essas especificidades, diferentemente do Pronat, que, conforme mencionado anteriormente, dispõe de dados sobre os recursos financeiros previsto, disponibilizado, empenhado, contratado e pago, na execução financeiro-orçamentária do PTC, tem-se apenas disponível “valor previsto” e o “valor pago”. A Figura 06 apresenta uma creche financiada com recursos financeiros do Programa Territórios da Cidadania.

⁴⁶ A Matriz de Ações é um documento da política pública de desenvolvimento territorial, que contém as metas e os recursos financeiros destinados pelos ministérios que integram o PTC, para serem executados nos territórios da cidadania (BRASIL, 2009b).



Figura 06: creche construída com recursos financeiros do PTC, Abelardo Luz/SC
Fonte: fotografia de domínio público.

CAPÍTULO II

A ESPACIALIZAÇÃO DA POBREZA NO MEIO OESTE CONTESTADO

[...] o presente não é só contemporâneo. É também um efeito de herança, e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje (CASTEL, 2015, p. 23).

De fato, o espaço social se traduz no espaço físico, mas sempre de forma mais ou menos turbulenta: o poder sobre o espaço que dá a posse de capital sob suas diversas formas se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de certa relação entre a estrutura espacial da distribuição de agentes e a estrutura espacial da distribuição de bens ou serviços, privados ou públicos⁴⁷ (BOURDIEU, 2007, p. 251).

As citações acima ilustram as contribuições de Robert Castel e Pierre Bourdieu para os propósitos deste capítulo. No estudo sobre a presença cada vez mais marcante de pessoas que não encontram um lugar designado na estrutura social, Castel (2015) dedica parte do livro “As metamorfoses da questão social” à reconstrução das facetas dessa realidade desde o período medieval europeu, visando à compreensão dos elementos que levaram a inclusão de um elevado número de pessoas na consolidação do capitalismo a condição de assalariadas, entre os quais estão a emergência dos sistemas de proteção e as garantias e direitos sociais. Sob essa perspectiva, o entendimento das transformações espaciais da região oeste de Santa Catarina ocupa um lugar importante neste capítulo. O intuito principal é compreender os possíveis fatores históricos que condicionaram uma significativa parcela da população do Meio Oeste Contestado a viver em situação de pobreza.

O estudo coordenado por Bourdieu sobre pobreza e efeitos de lugar, publicado no livro *La misère du monde* (BOURDIEU, 2007), contribui para a compreensão da relação entre os espaços geográfico e social. Segundo Sélimanovski (2008), o sentido que Bourdieu emprega nesta obra é chave para uma pergunta clássica na geografia: “Onde e Por que lá?”. O entendimento de que a espacialização da pobreza é a sua inscrição no espaço geográfico, ou seja, a sua localização (distribuída ou concentrada), e de que o espaço social é qualificado pelas relações que os indivíduos ou os grupos sociais estabelecem com as estruturas do espaço físico, implica identificar a localização rural e urbana das famílias pobres “Onde?”, e correlacionar como as dinâmicas territoriais que as condicionaram no espaço “Por que lá?”.

⁴⁷ En fait, l'espace social se retraduit dans l'espace physique, mais toujours de manière plus ou moins *brouillée* : le pouvoir sur l'espace que donne la possession du capital sous ses diverses espèces se manifeste dans l'espace physique approprié sous la forme d'un certain rapport entre la structure spatiale de la distribution des agents et la structure spatiale de la distribution des biens ou des services, privés ou publics.

O estudo das imbricações entre o espaço físico e o espaço social apoia-se também nas elaborações teóricas, principalmente de Armand Frémont (1984) e Guy Di Méo (2014; 2001; 1998), apresentadas no primeiro capítulo.

2.1 Formação social e espacial da região oeste de Santa Catarina

A disputa por terras esteve presente nas distintas fases de ocupação da região oeste de Santa Catarina, tanto no nível internacional quanto regional e local. No período colonial (1530-1808), ao decidir não respeitar o Tratado de Tordesilhas⁴⁸ e avançar em direção ao sul, Portugal se apossou das terras que seriam da Espanha. Posteriormente, entre 1857 a 1895, Brasil e Argentina entraram em conflito político, ao disputar a região oeste dos atuais estados de Santa Catarina e do Paraná. Após decisão arbitrária do presidente dos Estados Unidos da América daquele período, Stephen Grover Cleveland (1893-1897), a região passou a ser brasileira em 1895. A Figura 07 apresenta delimitações de fronteiras, dentre elas, os relacionados aos conflitos acima citados. Num terceiro momento, a disputa se deu no contexto da Guerra do Contestado (1912-1916)⁴⁹, entre os estados do Paraná e Santa Catarina, cuja questão de limites foi resolvida com intervenção militar do Governo Federal, dando “ganho de causa” para Santa Catarina (PAIM, 2006).

A história do povoamento do oeste catarinense, região onde o Território Meio Oeste Contestado está inserido, pode ser analisada em três fases de ocupação, cada qual com protagonistas de povos étnicos distintos. A primeira delas se refere à ocupação originalmente feita por indígenas, principalmente das etnias Kaingang e Guarani (POLI, 2006; D'ANGELIS, 1995); a segunda fase corresponde à ocupação cabocla, intensificada no final do século XIX; a terceira, por sua vez, iniciou nas primeiras décadas do século XX, com a colonização realizada predominantemente por descendentes de imigrantes europeus, vindos principalmente das chamadas “colônias velhas”⁵⁰ do Rio Grande do Sul, e por imigrantes europeus (POLI, 2006). A seguir, apresentam-se essas três fases, sob a ótica de como a

⁴⁸ O Tratado de Tordesilhas foi um acordo firmado em 1492, pelos reinos da Espanha e de Portugal, com o objetivo de resolver os conflitos territoriais provocados pelo “descobrimento” de terras fora do continente europeu no final do século XV. Segundo o Tratado, uma linha imaginária a 370 léguas de Cabo Verde, serviria de referência para a divisão das terras entre esses dois países. No atual território brasileiro, essa linha passava na altura de Belém (PA) no norte e Laguna (SC) no sul, as terras a leste dessa linha eram de Portugal, enquanto que as terras a oeste pertenceriam à Espanha.

⁴⁹ Pela importância que teve na configuração de atores, a Guerra do Contestado será retomada neste capítulo.

⁵⁰ As primeiras regiões habitadas por imigrantes europeus no Rio Grande do Sul são chamadas de “colônias velhas”.

configuração socioespacial pode ter condicionado parte da população do Território Meio Oeste Contestado a viver em situação de pobreza.



Figura 07: Brasil: delimitação de fronteiras terrestres
Fonte: RIBEIRO (2008).

2.1.1 Os indígenas

A ocupação indígena no oeste de Santa Catarina começou a ser modificada no século XVII, com grandes transformações no século XIX, momento em que Portugal decidiu ocupar

praticamente toda a atual região sul do Brasil, que, segundo o Tratado de Tordesilhas, pertencia à Espanha. Naquele período, a demanda de gado muar (mulas) e vacum (bovinos) aumentou, em função da expansão da mineração em Minas Gerais e das lavouras de café no Rio de Janeiro; Espírito Santo e Vale do Paraíba, em São Paulo⁵¹ (NÖTZOLD, 2003; D'ANGELIS, 1995). Concomitantemente à nova formação socioespacial da região, deflagraram-se conflitos, pois as terras concedidas por meio do sistema de sesmarias⁵² eram consideradas devolutas⁵³ pela coroa portuguesa, mas nelas habitavam populações indígenas.

A decisão de Portugal em ocupar a região sul foi tomada imediatamente após a chegada da “família real” no País, em 1808. O Príncipe Regente Dom João VI assinou uma Carta Régia, endereçada ao governador da Província de São Paulo naquele ano, dando ordens para desconsiderar os efeitos de humanidade e iniciar a guerra contra os índios bugres⁵⁴ que habitavam os campos de Curitiba e Guarapuava, os terrenos que deságuam no rio Paraná e as cabeceiras do rio Uruguai. Essa Carta foi abrandada por outra escrita em primeiro de abril de 1809, mas mantém o caráter de “guerra justa” contra os povos indígenas (MOREIRA NETO, 1972 *apud* D'ANGELIS, 1995).

A ocupação portuguesa se efetivou no sul brasileiro a partir de 1810, com a chegada das tropas da Real Expedição em Guarapuava para impedir que os povos indígenas locais insistissem na ocupação, provocando no grupo uma divisão entre os que aceitavam e os que não aceitavam a aliança com os brancos. Após a ocupação dos campos de Guarapuava, a partir de 1839, a Real Expedição ocupou os campos de Palmas, que abrangia o atual oeste catarinense (D'ANGELIS, 1995). Um dos objetivos do governo da Província de São Paulo era de abrir um caminho alternativo para chegar até as Missões rio-grandenses, pois, até então, o gado transportado dessa região para Sorocaba passava por Lages, município que começou a cobrar elevados impostos por isso (NÖTZOLD, 2003).

A estratégia usada pela Real Expedição para impedir que indígenas atacassem as fazendas que estavam se estabelecendo e não gerassem insegurança e prejuízos pelo abate de

⁵¹ O atual estado do Paraná foi desmembrado da Província de São Paulo em 1853.

⁵² Sesmaria foi o regime jurídico utilizado pela coroa portuguesa no Brasil no período colonial, para conceder grandes quantidades de terras e seu título de propriedade. Apenas aqueles que tinham algum vínculo com a classe nobre de Portugal, os militares e os navegadores que tivessem obtido honrarias tinham o direito de receber uma sesmaria (NOZOE, 2006). Uma das cláusulas da condicionalidade da doação, dizia respeito à utilização produtiva da terra, que era um dos princípios do sistema de sesmarias. A ocupação agropecuária deveria iniciar entre três ou cinco anos, senão retornaria a coroa portuguesa (SILVA e SECRETO, 1999).

⁵³ O sentido do termo “devoluta” relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. São terras públicas, sem destinação pelo poder público, e que não integram o patrimônio de um particular, ainda que esta esteja sob sua posse (SILVA e SECRETO, 1999).

⁵⁴ Bugre é índio dominado e assim chamado de forma pejorativa e depreciativa pelos colonizadores (D'ANGELIS, 1995).

gado e roubo em roças, foi o aldeamento⁵⁵, que consistia em mantê-los confinados em uma determinada área e submetidos aos interesses do governo (NÖTZOLD, 2003). Para Nötzold, aldeamento também significava acabar com a autonomia dos povos indígenas, transformando-os em dependentes do poder da “civilização”. Os índios que tentavam fugir eram perseguidos, capturados e trazidos de volta para as aldeias ou mortos.

Entre os indígenas que aceitaram se aliar aos brancos, destacou-se Vitorino Condá, conhecido como Índio Condá⁵⁶, pertencente à etnia Kaingáng. Condá era considerado índio manso, pois já tinha aceitado a convivência pacífica com os fazendeiros em Guarapuava, antes de desempenhar um papel fundamental na ocupação portuguesa dos campos de Palmas e, depois, Nonoai, no Rio Grande do Sul. Ele exercia forte influência sobre os demais chefes indígenas de praticamente todo o sul do Brasil, sendo responsável por arrebanhar os grupos indígenas arredios e os conduzir para o aldeamento (NÖTZOLD, 2003). Condá residiu em Nonoai entre 1847 e 1856 e atuou como colaborador do governo rio-grandense, na defesa dos fazendeiros e aprisionamento dos indígenas que não aceitavam a submissão. Naquele período, foi nomeado “capitão”, condição que conferia *status* militar à função de bugreiro⁵⁷, com direito a fardamento e pagamento mensal (D'ANGELIS, 1995).

Durante o tempo em que o Brasil foi colônia de Portugal, a única forma de obter terras e o seu título de propriedade era por intermédio do sistema de sesmarias. Esse sistema foi interrompido em 1822, antes da Independência do Brasil e, até a promulgação da Lei de Terras de 1850, nenhum outro meio jurídico dava respaldo à obtenção de terras. Como um dos objetivos desta Lei era organizar e retomar o controle da caótica situação dos títulos de propriedade daquela data em diante, estabeleceu-se a necessidade de formalizar a documentação da terra por meio da escritura pública e instituiu-se que a posse somente seria possível mediante a compra, privilegiando, diretamente, companhias colonizadoras e latifundiários. Outro interesse em relação à organização da documentação sobre o sistema de terras, era de incentivar a imigração estrangeira (NOZOE, 2006; SILVA e SECRETO, 1999).

Como o modo de vida dos indígenas não atendia às pretensões econômicas do Estado imperial surgiu a seguinte opção: “[...] afastar os indígenas das frentes de expansão,

⁵⁵ O ato de aldear indígenas consistiu no uso da força para aglomerá-los e obrigar-los a viverem em aldeias, contrariando a tradicional mobilidade das famílias indígenas, principalmente da etnia Guarani, cujo macro território se estende do Espírito Santo até a Bolívia, passando pelo Uruguai, Paraguai e Argentina.

⁵⁶ Atualmente, a “imagem” deste índio está muito presente no oeste catarinense, dando nome ao estádio de futebol Arena Condá e à Rádio Super Condá, ambos localizados em Chapecó, maior município da região.

⁵⁷ Bugreiros eram caboclos ou indígenas contratados pelo Estado ou por proprietários de terras para aldear ou matar os indígenas que não aceitassem a submissão, liberando a área para exploração econômica (NÖTZOLD, 2003).

transferindo-os para aldeamentos, sedentarizando-os, de forma a liberar as suas terras para a formação de colônias, incentivando-os a transformarem-se em mão de obra utilizável na agricultura” (NÖTZOLD, 2003, p. 79-80). Na década de 1850, com a pressão sobre a terra de campo para a expansão da criação de bovinos, a Província de São Paulo propôs a transferência dos indígenas aldeados em Guarapuava para juntarem-se com os de Palmas. Por sua vez, a Província do Rio Grande do Sul ordenou o aldeamento de todos os povos indígenas do território em Nonoai, entretanto, apenas os indígenas de Guarita aceitaram parcialmente esse processo (D'ANGELIS, 1995).

De maneira geral, os povos indígenas nunca aceitaram pacificamente a expropriação de suas terras. Nos anos de 1854 e 1856, representantes dos Kaingáns de Nonoai foram a Porto Alegre denunciar ao Presidente da Província a pressão que os fazendeiros e as empresas colonizadoras estavam lhes impondo para deixar suas terras. Não houve nenhuma resposta oficial por parte da Província em relação a essas reclamações, o que instigou os indígenas aldeados a protagonizarem algumas ações, como ataques a fazendas e assassinatos de familiares e escravos de fazendeiros naquele período. Os grupos de indígenas acusados por tais atos foram perseguidos e mortos por bugreiros, pelos próprios fazendeiros e pela Guarda Nacional. O acontecimento desencadeou a fuga de indígenas desse aldeamento para outras regiões do Rio Grande do Sul e para o oeste de Santa Catarina. Condá decidiu refugiar-se na região do Irani no final de 1856 (D'ANGELIS, 1995), atual município de Abelardo Luz, devido ao descontentamento que passou a sentir por não ter recebido pagamento nos últimos anos, já que, naquele período, estava a serviço da Província e era usado para exterminar o seu povo e para auxiliar na perseguição que os indígenas estavam sofrendo.

Após a Guerra do Paraguai (1864-1870), os Kaingáns do oeste catarinense perderam quantias significativas de terras, em função de uma enorme “grilagem” baseada no uso dos registros feitos por fazendeiros no município de Palmas, por ocasião da Lei de Terras. A motivação econômica para isso foi o aumento da exploração da erva-mate, impulsionada pelo fato de que o Brasil passou a ser, em substituição ao Paraguai, o principal fornecedor do produto à Argentina (D'ANGELIS, 1995).

O governo da República, que havia sido proclamada em 1889, implementou Colônias Militares nos atuais municípios de Chapecó e Chopim, como estratégia de proteger a área fronteiriça e catequizar os indígenas. Essas Colônias ficaram responsáveis por instalar uma linha de telégrafos para que a região pudesse se comunicar com todo o País. Por ser mais barata, a mão-de-obra utilizada na abertura da “picada” na mata para instalação da linha

telegráfica, inaugurada em 1893, foi a dos Kaingáns⁵⁸. Ao invés de pagamento em dinheiro pela realização do trabalho, o Cacique Vanhknê pediu, entretanto, a demarcação da terra. O pedido do Cacique foi atendido e os indígenas obtiveram o primeiro registro da terra por intermédio do Decreto n.º 7, de 18 de Julho de 1902. Valendo-se da Lei de Terras de 1850, o Decreto foi assinado por Francisco Xavier da Silva, então Presidente do Paraná, uma vez que a região pertenceu àquele estado até 1917 (GOULART, 2009; NÖTZOLD, 2003; D'ANGELIS, 1995). A área de terra localizada entre os rios Xapecó e Chapecózinho foi delimitada para o uso dos Kaingáns, salvo direitos de terceiros, dando origem à atual Terra Indígena Xapecó. Inicialmente foram demarcados aproximadamente 25.000 hectares, mas destes, somente 15.000 hectares foram efetivados em registro público como Reserva Indígena, lavrado em cartório no ano de 1969 (MANFROI, 2008; FIOCRUZ, 20--).

Na década de 1930, o alto valor comercial que a madeira passou a ter no mercado motivou Alberto Berthier de Almeida⁵⁹ a questionar a posse da Terra Indígena Xapecó. Este, com base em um documento emitido em Xanxerê, pelo qual tinha respaldo do poder estadual, utilizou a prerrogativa “salvo direitos de terceiros”, do Decreto n.º 7 de 1902, para reivindicar a terra ocupada pelos indígenas e exigir sua medição administrativa. Enquanto o processo se desenrolava na justiça, ele explorou florestas para extração de madeira nas terras indígenas, principalmente do pinheiro brasileiro. As lideranças indígenas foram, então, convocadas para participar de uma reunião no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), sem terem conhecimento de que a medição de suas terras seria para favorecer a Berthier de Almeida (D'ANGELIS, 1995).

Em 1934, ao perceberem que o resultado da medição implicaria a mudança dos toldos, os Kaingáns procuraram o juiz da Comarca de Chapecó, Antonio Selistre de Campos⁶⁰. Na ocasião, explicaram a importância de permanecerem no local onde residiam, pois além dos toldos, possuíam árvores frutíferas, pastagens para os animais e lugar para coletar ervas medicinais (MANFROI, 2008; D'ANGELIS, 1995). A partir daquela data, os Kaingáns

⁵⁸ Os índios abriram as “picadas” em um longo trecho e foram dando nomes aos lugares onde passaram, como Ponte Serrada, Xanxerê e Xaxim (D'ANGELIS, 1995), hoje municípios integrantes do Território Meio Oeste Contestado.

⁵⁹ Madeireiro oriundo do município de Passo Fundo, Rio Grande do Sul e prefeito de Chapecó no período de 1932 a 1934.

⁶⁰ Esse juiz permaneceu na Comarca de Chapecó entre 1931 e 1947. Manfroi (2008), tendo como principal fonte de pesquisa o jornal “A Voz de Chapecó”, averiguou que durante o exercício da profissão, Antonio Selistre de Campos defendeu os Kaingáns, escrevendo telegramas e cartas às autoridades locais, estaduais e nacionais e inspetores e diretores do SPI. Também publicava com muita frequência matérias no jornal “A Voz de Chapecó”, do qual era um dos fundadores. Após a sua aposentadoria, atuou no cenário social e político de maneira mais contundente, foi quando denunciou os conflitos pela posse da terra entre os Kaingáns e não indígenas através de publicações de artigos em jornais e de cartas enviadas ao deputado catarinense Paulo Marques, ao governador de Santa Catarina Irineu Bornhausen (1951-1956) e ao Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) (*Ibid.*).

passaram a contar efetivamente com a defesa do referido juiz, que manteve o direito sobre as terras em prol dos indígenas, emitindo um documento o qual proibia a continuidade da medição das terras, afinal a ordem havia sido emitida em Xanxerê ao invés de Chapecó, município de onde deveria partir. Os indígenas entregaram o documento ao agrimensor que trabalhava no local, que se retirou imediatamente, acompanhado de uma comitiva de doze policiais (D'ANGELIS, 1995).

No final da década de 1940, ocorreu um aumento considerável da expansão agrícola no sul do Brasil, o que motivou os governos dos três estados do sul a efetuarem uma redução drástica das terras indígenas. Em Santa Catarina, um funcionário do SPI, atendendo aos interesses dos madeireiros, efetuou a retirada forçada dos Kaingângs do Toldo Imbu⁶¹, chegando a transportar alguns índios amarrados. Esse fato instigou Selistre de Campos a escrever no jornal “A Voz de Chapecó”⁶²: SPI significa “Serviço de Perseguição ao Índio”. Entre 1953 e 1954, o SPI realizou medições nas terras indígenas, resultando a perda de mais área por esses povos. A Constituição Federal de 1946 tornava inalienáveis as terras ocupadas por povos indígenas, mas foi totalmente ignorada neste caso (D'ANGELIS, 1995). Na época, muitos Kaingâng chamados “mansos” ajudavam a pacificar os demais indígenas que se negavam ao aldeamento e ficaram junto às “fazendas de criar”⁶³, recebendo ordens dos brancos, para quem trabalhavam e garantiam a defesa das fazendas das ameaças dos índios mais arredios.

O Posto do SPI, instalado onde hoje é a Terra Indígena Xapecó, motivado pelo espírito “desenvolvimentista” implementado pelo presidente Jucelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), administrou as terras indígenas com a perspectiva de um latifundiário, vendendo a madeira delas retiradas. Para isso, estabelecia contratos irregulares com as madeireiras, prática que, naquele período, foi seguida com a extinção do SPI e a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai). A forma encontrada para garantir a retirada da madeira, foi transferir os indígenas que se rebelavam para outros Postos do SPI. Às vezes, estes eram presos e espancados por ordem do Chefe do Posto, que para tanto

⁶¹ Atualmente essa Terra Indígena se localiza em Abelardo Luz e a sua demarcação está sendo reivindicada pelos Kaingângs. Esse assunto será retomado a seguir.

⁶² Manfroi (2008) adotou como recorte de pesquisa o período de maior circulação deste jornal, que vai da sua fundação em 1939, até 1952. Após, encontrou apenas um exemplar em 1957, cuja matéria de capa reportava a morte de Salistre de Campo. Todavia, a pesquisadora não identificou se o jornal deixou de circular ou se foi vendido e trocou de nome.

⁶³ As “fazendas de criar”, em quase todos os casos, eram de propriedade de grandes fazendeiros que geralmente se instalavam com suas famílias, agregados e escravos – índios e negros – para criar gado de corte.

[...] criavam Guardas Indígenas, com hierarquia militar, e, às vezes, até [fornecendo] uniformes. Esses “soldados”, “cabos”, “sargentos” e “capitães” comporiam o sistema repressivo que garantia a obediência dos demais índios, seja para aceitarem passivamente o roubo da madeira, seja para que aceitassem fazer a “roça do Posto” (D'ANGELIS, 1995, p. 203).

Para os índios da etnia Kaingáng, a floresta era o espaço de caça e coleta que servia como base da alimentação. Os principais produtos coletados eram o pinhão, a erva-mate e as frutas nativas. Além disso, cultivavam a terra com variedades de milho e goiabeira serrana, entre outros. As atividades extrativistas eram as prioritárias, enquanto que os cultivos eram realizados de forma secundária (KLANOVICZ, 2009). Com a chegada dos colonos, todavia,

as matas foram dando lugar aos campos abertos para o gado e para plantações. Os indígenas, sistematicamente, iam sendo aniquilados. Quando a barbárie não acontecia, eles eram levados para o aldeamento e amontoados com outros grupos, sem critérios às diferenças e rivalidades entre eles, o que dificultava a permanência nestes lugares (GOULARD, 2009, p. 42).

O contato com os não indígenas alterou significativamente o modo de vida dos Kaingángs que residem no Território Meio Oeste Contestado. Atualmente, se sustentam economicamente trabalhando como diaristas em lavouras, dentro e fora das terras indígenas e em uma olaria que funciona dentro da Terra Indígena Xapecó. O artesanato, antes utilizado como utensílio e em rituais, agora é vendido nos centros urbanos de municípios vizinhos da Terra Indígena (NÖTZOLD, 2004). Parte das famílias que não possuem sítio, que corresponde a uma área de terra de aproximadamente 15 hectares e destinada à produção agropecuária, residem em um conglomerado de casas próximo à rodovia estadual - SC 480 -, a qual passa pela Terra indígena, sendo que a grande maioria trabalha em frigoríficos da região, no carregamento de frangos e em trabalhos sazonais na agricultura. Tornam-se, ainda, dependentes do Programa Bolsa Família para complementarem sua renda, uma vez que lhes falta terra até para cultivar alimentos para o consumo doméstico (TECCHIO, 2012).

Os Kaingángs, respaldados pela Constituição de 1988, que lhes assegura a posse da terra por comprovações históricas, deram início, a partir da década de 1990, a diversos processos de retomada das terras do antigo território ocupado por eles no oeste de Santa Catarina. Os colonos⁶⁴ e fazendeiros “donos” das terras reivindicadas possuem o título de propriedade assegurado pela Lei de Terras de 1850. Esse fato acirrou as disputas, cujos conflitos permanecem latentes em diversos focos nos dias atuais (GOULART, 2009; VALENTINI, RADIN, 2001).

⁶⁴ Devido a importância dos colonos no recorte da pesquisa, os abordaremos em um item específico a seguir.

Entre as terras que estão em processo de demarcação está a Toldo Embu, localizada em Abelardo Luz, cuja área reivindicada é de 1.965 hectares. Diante de forte pressão feitas pelos indígenas em 2007, a Prefeitura daquele município cedeu aproximadamente 22 casas na fronteira da terra a ser demarcada (FIOCRUZ, 20--). A estratégia adotada pelos indígenas para ocupar aquela área e continuar pressionando o Governo Federal para que faça a demarcação, foi o deslocamento de famílias da Terra Indígena Xapecó para a Toldo Imbu.

A Terra Indígena Xapecó abrange uma área de 16.284 hectares, sendo que 660 hectares foram incorporados em 2007, após o Ministro de a Justiça ter assinado uma Portaria Declaratória, que ampliou a demarcação original desta Terra Indígena (FIOCRUZ, 20--). A maioria da população da Terra Indígena Xapecó pertence ao povo Kaingáng, uma parcela reduzida ao grupo Guarani e a alguns moradores são mestiços. Eles estão organizados em dezesseis aldeias, cada qual com suas especificidades (SANTA CATARINA, 2008). Encontra-se na Figura 08, a etnia dos povos indígenas de Santa Catarina, bem como a condição fundiária de cada Terra Indígena.



Figura 08: Terras Indígenas em Santa Catarina
Fonte: CIMI SUL(2012); FUNAI (2012). Elaborado por Carina Santos de Almeida. Acessado em: BRIGHENTI, (s/d).

2.1.2 Os caboclos e a Guerra do Contestado

A ocupação do oeste catarinense por caboclos, originários da miscigenação étnica entre índios, luso-brasileiros e ex-escravos negros, caracteriza a segunda fase de povoamento da região. Geralmente, essa população se autodenomina “brasileira” em oposição aos imigrantes e descendentes de imigrantes europeus, que passaram a povoar a região por intermédio de projetos de colonização e se referem à população “brasileira” de maneira estigmatizada, chamando-a de “cabocla” (RENK, 2006; 2000).

A segunda série de conflitos concernentes à apropriação das terras teve os caboclos como protagonistas, cuja ocupação no sul do Brasil se intensificou a partir do século XIX. Para essa etnia, a família ampla é a sua base associativa, que inclui o sistema de ajuda mútua. Já a lógica da agricultura era o sustento da família por meio da caça, pesca, coletas e extrativismo de erva-mate e de madeira. Na entressafra da erva-mate, se dedicavam à lavoura e à criação de animais para o consumo doméstico. As terras por eles ocupadas eram divididas e nominadas em terras de plantar e de criar. As terras de plantar situavam-se longe da casa e a lavoura era feita mediante a derrubada da mata com posterior queima e plantio nas cinzas. Esse processo se repetia a cada safra e a parcela anterior era abandonada, transformando-se em capoeira. Essa forma de cultivar ficou conhecida como “sistema brasileiro” ou “sistema de pousio”. As terras de criar ficavam na proximidade da casa e eram destinadas a animais domésticos, como galinhas, porcos, bovinos e cavalos (RENK, 2006; GEHLEN, 1998).

O nomadismo era uma característica muito presente na cultura cabocla e na sua concepção, ao se estabelecerem com um pequeno rancho e uma pequena roça em terras do Estado ou de particulares, adquiriam o direito da propriedade (GOULART, 2009; RENK, 2006; NÖTZOLD, 2003; D'ANGELIS, 1995). O fato de que, no início do século XX, as empresas privadas apoiadas pelo Estado aumentaram o interesse na apropriação de terras, motivadas pela oportunidade de vendê-las para os imigrantes e de explorar madeira e erva-mate, implicou para os caboclos um longo processo de luta pela posse e uso das terras.

A Lei de Terras foi criada no período em que o uso da força de trabalho escrava estava sendo restringida internacionalmente e a colonização se expandia carecendo cada vez mais de espaços. Para “legitimar” a disponibilidade de terras para tal fim, o Estado definiu que seriam terras devolutas aquelas que não possuíssem registro e nem produzissem riquezas, ou seja, não acabou com a possibilidade de repasse de terras ao patrimônio privado. A posse

de terras por meio da compra praticamente impediu que imigrantes europeus que trabalhavam em fazendas e escravos libertos se tornassem proprietários de terras (GOULART, 2009).

No oeste catarinense, os efeitos dessa Lei atingiram também os caboclos, que, conforme mencionado anteriormente, não se prendiam de forma definitiva a um espaço delimitado de terras, permitindo a especulação imobiliária sobre elas. A única forma de esses povos obterem terras foi se apossando de pequenas quantidades consideradas devolutas, sem obtenção do título de propriedade. Nesse contexto, foram favorecidos “[...] os setores dominantes da sociedade, com acesso à informação e aos círculos do poder, que acabam titulando para si enormes extensões de terras [...] com o fim único de lucrar com a revenda a empresas colonizadoras ou diretamente a colonos” (D'ANGELIS, 1995, p. 176).

A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande⁶⁵, iniciada em 1897, era um símbolo da modernidade desejada pelas autoridades brasileiras e catarinenses da época, o que, ainda assim, não era considerado suficiente. Acreditava-se que somente com a ocupação da região por pessoas com “espírito empreendedor” e qualificadas para o trabalho é que seria alcançada a condição ideal almejada ao País. Como forma de pagamento à empresa estrangeira *Brazil Railway Company*, construtora da ferrovia, o governo brasileiro cedeu faixas de terra de até quinze quilômetros de cada lado da linha, além da autorização para explorar toda a madeira nelas existente. Oficialmente, essas terras eram consideradas devolutas, mas, na realidade, eram ocupadas por famílias de agricultores posseiros de várias gerações, que se tornaram protagonistas da Guerra do Contestado (VALENTINI, RADIN, 2011).

A Guerra desencadeou-se nas regiões oeste e planalto de Santa Catarina e planalto do Paraná teve uma luta desigual, pois, de um lado, estavam a empresa construtora da estrada de ferro, a *Brazil Railwaiy Company*, com polícia particular - que tinha em mente o valor imobiliário da terra - e o Exército brasileiro. Do outro, estavam os posseiros, em sua maioria de origem cabocla, possuidores de terras não documentadas e com valores contraditórios aos de mercantilização (VALENTINI, RADIN, 2011). Os posseiros se juntaram com as inúmeras pessoas demitidas pela *Brazil Railway Company* e começaram a lutar pelas terras que consideravam suas de direito (WERLANG, 1992).

Havia também interesse por parte das empresas colonizadoras, na apropriação das terras devolutas, uma vez que a fronteira agrícola estava em expansão. Esses são alguns

⁶⁵ Essa estrada foi inaugurada no final de 1910, possuía 1.403 km de extensão e começava em Itararé (SP) e terminava em Santa Maria (RS). O objetivo da sua construção era de conectar pelo interior as então províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o que possibilitava integração, através de outras estradas com o Rio de Janeiro, Argentina e Uruguai.

fatores que desencadearam a Guerra do Contestado, um dos maiores conflitos⁶⁶ sociais da história do Brasil, que atingiu a extensão de 22.000 km² e uma população de mais de 150 mil habitantes. Após o início da Guerra, as pessoas eram atraídas para diferentes redutos chamados de “cidades santas”⁶⁷, por diversas razões e em diferentes fases do conflito (MACHADO, 2012; 2011).

Antes da Guerra do Contestado, os caboclos possuíam um regime alimentar farto, conforme mencionado anteriormente. Já durante o conflito, os recursos naturais foram dilapidados e a fome se instalou entre os redutos. A situação foi agravada em função do cerco militar aos redutos e do aumento da população que passou a viver neles. Machado (2011), ao estudar a memória de sobreviventes e de seus descendentes, verificou que havia criação de animais e cultivo de lavouras nos redutos, mas não em quantidade suficiente.

A atuação do Estado atrelada ao poder privado resultou no processo de “limpeza” que implicou a

[...] eliminação dos que não se sujeitassem ao avanço do modelo proposto, ou à pressão para que ocupassem áreas mais íngremes e afastadas das de interesse dos colonizadores ou, ainda, pelo uso de diferentes artifícios para que esses grupos fossem incorporados como trabalhadores ao novo modelo em implantação (VALENTINI, RADIN, 2011, p. 2).

A Guerra do Contestado terminou em 1916, após quatro anos de confronto, e significou a principal transformação socioespacial sofrida pela etnia cabocla, pois culminou na morte de milhares de pessoas sem ter solucionado a questão básica de ocupação da terra para um número expressivo de famílias. Por outro lado, o caminho ficou livre para a *Brazil Railway Company* continuar os seus negócios, com destaque para a intervenção terceirizada de diversas empresas de colonização⁶⁸. Para Valentini e Radin (2011), os empresários utilizaram como justificativa para a apropriação privada de terras no oeste catarinense, a “prestação de serviços” e o atendimento dos interesses do Estado. Isso expõe a fragilidade do poder público da época, principalmente em conseguir fazer obras de infraestrutura.

⁶⁶ O conflito iniciou no povoado de Irani - hoje município de Santa Catarina - e o estopim foi o ataque das forças policiais aos habitantes daquele local. Entre os que lá residiam, se encontravam os soldados veteranos da Guerra Federalista (1893-1895) e devotos do monge José Maria (MACHADO, 2012).

⁶⁷ As principais “cidades santas” foram: Taquaruçu, Caraguatá, Bom Sossego, Santa Maria, Perdizes, Pedra Branca, São Pedro, entre outras vilas e redutos dos seguidores do monge José Maria. Esse monge realizava curas, até o combate do Irani, onde apesar de ter sido morto, ocorreu a derrota da força policial do Paraná (MACHADO, 2011).

⁶⁸ A *Brazil Railway Company* participou de todo o processo de colonização do oeste de Santa Catarina, atuando diretamente ou por meio de duas subsidiárias, a *Brazil Development & Colonization Company* e a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* (VALENTINI, RADIN, 2011).

Para o Estado, os indígenas e os caboclos não atendiam as expectativas capitalista necessárias para transformar o Brasil em uma nação moderna e avançada, pois não produziam excedentes para o mercado. O fato conferia a esses povo rótulos de não civilizados, representantes do atraso (VALENTINI, RADIN, 2011; PAIM, 2006) e estigmatizados como menos dedicados ao trabalho (RENK, 1991). Essa concepção associada à “limpeza étnica”, ocorrida durante a Guerra do Contestado, foram determinantes para o governo catarinense intensificar a política de colonização no oeste catarinense, principalmente com a vinda de descendentes de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul. Estes se dedicaram basicamente à agricultura e introduziram um novo sistema baseado na acumulação econômica, provocando uma ruptura, não sem conflitos, com o sistema tradicional de posse e uso da terra praticado pela etnia cabocla (VALENTINI, RADIN, 2012, 2011; RENK, 2006).

No oeste catarinense, atualmente o espaço social é etnicamente polarizado entre colonos *versus* caboclos. Segundo Renk (2000, p. 14), “a esses últimos, enquanto minoria social e numérica, pesa-lhes o silêncio oficial, e foram acionados unicamente à medida que são o contraponto para a história utilitarista do colonizador”. Com uma trajetória marcada pela expropriação de terras, os caboclos foram obrigados a recorrer a trabalhos assalariados sazonais associados ao arrendamento ou posse de pequenas áreas no meio rural ou a migrar para bairros “periféricos” dos centros urbanos. Esse grupo étnico ainda representa uma importante fonte de força de trabalho nas atividades ligadas ao corte de erva-mate, reflorestamentos, diaristas ou empreiteiros em atividades agropecuárias, empregados de empresas prestadoras de serviços agropecuários terceirizados, frigoríficos, entre outras. Com a análise do processo de expropriação das terras ocupadas por caboclos, observa-se que eles traçaram trajetórias de contínua luta para sobreviverem numa região em que, até a atualidade, não os concebe como sujeitos integrantes de sua história.

2.1.3 Os colonos

A colonização do oeste de Santa Catarina, realizada principalmente por descendentes de imigrantes europeus, representa a terceira fase de ocupação. As leis e regulamentos que orientaram a política de colonização atribuiu o termo “colono” aos imigrantes que vieram para o Brasil para trabalhar na agricultura (SEYFERTH, 1992; RENK, 1991). A opção por essa forma de ocupação no sul do Brasil baseou-se num conjunto de motivos, entre eles, a escassez de mão-de-obra escrava, no anseio por novas práticas de trabalho, e a ideologia do

“branqueamento” do País. Para a classe dominante da época, somente o imigrante estrangeiro podia realizar esse “milagre” (SANTOS, 1978). Cabe ressaltar que a exploração da madeira esteve em expansão naquele período e deu os primeiros impulsos para a colonização (ALVES, MATTEI, 2006).

O sistema fundiário implementado foi baseado em minifúndios, com aproximadamente 24 hectares (1 colônia = 10 alqueires = 24,2 hectares) cada e os colonos estabeleceram um sistema produtivo diversificado e uso de mão-de-obra familiar. Inicialmente, em função da boa fertilidade dos solos, a produtividade era tão alta que a região não a absorvia por completo (PAIM, 2006). Por sua vez, a comercialização era dificultada devido à falta de acesso aos meios de transporte, o que motivou os colonos a instalarem frigoríficos para industrializar a produção. O primeiro deles, construído em Chapecó no ano de 1940, era modesto e empregava poucos funcionários. Os colonos levaram para essa região, as práticas desenvolvidas no Rio Grande do Sul, que consistiam em associar a agricultura à produção de pequenos animais em suas propriedades, especialmente a produção de milho para a alimentação de suínos, o que os levou a se integrarem às agroindústrias (ROVER, 2009). “Os de fora”, ou seja, os descendentes de imigrantes europeus, impuseram-se amparados pelo direito, enquanto que os indígenas e caboclos historicamente ocupantes do lugar passaram a ser os “estranhos” (VALENTINI, RADIN, 2011; RENK, 2006).

2.1.4 O advento da “modernização” da agropecuária no contexto local

A “modernização” da agropecuária⁶⁹, que se expandiu no Brasil após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), modificou a configuração socioespacial brasileira. As principais características concernem à transformação da base técnica do processo de produção agropecuária ao iniciarem os seguintes usos: de tratores importados; de produtos químicos como fertilizantes e venenos; de substituições de determinadas culturas e raças de animais por outras; e, dentro de uma cultura, substituição por variedades modernas (KAGEYAMA *et al.*, 1990). Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) aludem que essa “modernização” foi vista pelo Governo Militar (1964-1985) como alternativa à reforma agrária.

⁶⁹ Na maior parte da literatura especializada, o termo utilizado é agricultura. Provavelmente, é um vício de linguagem, pois a transformações se deram também na pecuária.

Antes da “modernização” da agropecuária, os colonos da região oeste de Santa Catarina se reproduziam socialmente assegurando aos filhos homens⁷⁰ o acesso a terra ou garantindo uma ocupação profissional na cidade. Quando a terra já não podiam mais ser dividida, geralmente o filho mais novo a herdava. Aos demais filhos, era dada uma quantidade de dinheiro para que adquirissem terras, principalmente no Paraná e na região que atualmente constitui o estado do Mato Grosso do Sul. Outra estratégia consistiu em garantir aos “deserdados”, condições para que atuassem como comerciantes ou industriais nos centros urbanos (RENK, 2006; 2000).

A partir da década de 1960, a “modernização” agropecuária gerou algumas externalidades negativas, entre elas, o excedente de mão-de-obra no campo e o fenômeno de inversão populacional, a partir da qual a maior parte da população brasileira passou a residir no meio urbano. Um dos instrumentos que ganhou força até meados da década de 1980 no oeste catarinense foi o sistema de agroindustrialização verticalizada. Nesse período, a região estava integrada à política de desenvolvimento nacional, difundida no contexto da Ditadura Militar recorrendo à

[...] implementação da revolução verde, pela constituição de cooperativas de grande porte, pela disseminação de um sistema capilar de integração entre agricultores familiares e agroindústrias, todas com elevada dependência de crédito subsidiado e de políticas forjadas nas escala estadual e federal (ROVER, 2009, p. 107).

A partir da crise econômica que se intensificou no País na metade da década de 1980, entretanto, os colonos passaram a ter dificuldades asseveradas para garantir a sua reprodução social, já que os pequenos lotes já não eram mais passíveis de divisão, além de os preços elevados das terras as tornarem praticamente impossíveis de serem compradas por eles. Os colonos também passaram a encontrar obstáculos para competir no mercado, em decorrência da diminuição dos ganhos sobre os produtos produzidos. Naquele período, se intensificou o êxodo rural com vistas à busca de novas áreas para praticar agricultura principalmente no centro-oeste do Brasil, bem como a reorganização política (ROVER, 2009; MEDEIROS, 1989).

⁷⁰ Segundo Renk (2006) e Carneiro (2001), de maneira geral, as mulheres não tinham direito à herança, embora essa prática não fosse amparada pela legislação em vigor. As mulheres deveriam “casar bem”, ou seja, com um herdeiro de terra e na ocasião do casamento, recebiam um “dote” (em dinheiro) ou o “enxoaval” (roupas de cama, mesa e banho, utensílios domésticos e máquina de costura), de acordo com a situação financeira da família. Nesta lógica, restava a elas o casamento, a vida religiosa ou o celibato civil.

Segundo Medeiros (1989), o incentivo à migração desses pequenos agricultores para as novas fronteiras agrícolas (região centro-oeste) em terras oficiais, privadas ou devolutas, foi à solução encontrada pelo governo militar para diminuir a pressão pela terra no sul. Os agricultores que aceitaram a proposta do governo, porém, retornaram imediatamente e passaram a relatar as dificuldades encontradas em relação ao isolamento e à falta de apoio para produção. Esses agricultores integravam movimentos camponeses que estavam se organizando na luta por preços justos dos produtos agropecuários e acesso a terra no sul. As árduas experiências vividas por eles contribuíram para motivar os demais a recusarem as propostas do governo de colonização de novas áreas.

Dessa forma, a reorganização política implicou muitas lutas contra as diferentes formas de opressão e transformou-se num “Celeiro de Movimentos Sociais”⁷¹ (PAIM, 2006). No Paraná, a construção da hidrelétrica Itaipu, iniciada em 1978, atingiu muitos agricultores, entre eles, aproximadamente 1.700 posseiros (MEDEIROS, 1989). No final do mesmo ano, os expropriados pela Hidrelétrica instituíram as bases do Movimento dos Sem Terras do Oeste do Paraná (Mastro) (LISBOA, 1987). No mesmo período, a empresa Centrais Elétrica SA (Eletrosul) deu início ao projeto de construção de barragens no rio Uruguai, o que implicou o deslocamento de mais de 40.000 famílias de agricultores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul para outras áreas fora dos limites do empreendimento. Imediatamente surgiu um movimento de resistência e os atingidos pelas barragens passaram a reivindicar pagamento justo pelas desapropriações de terras para reassentamento. Tal movimento desencadeou a luta contra a construção de hidrelétricas, constituindo uma das origens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (MEDEIROS, 1989) e, mais tarde, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A luta pela terra no País ganhou um novo personagem na figura dos sem-terra, fruto dos diversos processos políticos, econômicos e sociais que se entrecruzaram naquele momento específico da história. As primeiras ações dos sem-terra foram ocupações isoladas. Em 1979, no Rio Grande do Sul, os indígenas do município de Nonoai expulsaram os arrendatários de sua terra, os quais ficaram sem ter para onde ir (MEDEIROS, 1989). De acordo com Lisboa (1987), após algumas tentativas frustradas de ocupações de fazendas improdutivas ou desapropriadas, os arrendatários expulsos montaram o acampamento

⁷¹ Entre os movimentos sociais que surgiram nesse contexto, podem-se citar: o MST; o movimento pela renovação dos sindicatos rurais e a constituição de um sindicalismo de caráter reivindicativo no campo; o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), atualmente Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); o movimento de retomada das terras pelos povos indígenas e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (PAIM, 2006).

“Encruzilhada Natalino”, no município de Ronda Alta. Em Santa Catarina, a primeira ocupação de terras ocorreu no município de Campo Erê, na fazenda Burro Branco em 1980. A ocupação dessa área por mais de 300 famílias despertou a atenção pública para a problemática do acesso a terra. No mesmo ano, a fazenda foi desapropriada e as famílias iniciaram a produção de forma comunitária.

Em função da crise econômica vivida pela agricultura brasileira na década de 1980, as famílias que não possuíam terras e que viviam como posseiros, agregados, arrendatários, peões e boias-frias, não tinham nenhuma perspectiva de que seus contratos de trabalho fossem renovados. Essas famílias foram organizadas por lideranças do MST que estava se formando, e que percorriam as comunidades rurais fazendo o levantamento das famílias que não possuíam terra. Em seguida, eram convidados a participar de reuniões realizadas em escolas, sedes das comunidades, igrejas e sindicatos que apoiavam o movimento, nas quais era lida a bíblia e discutidas possíveis estratégias de acesso a terra (LISBOA, 1987).

Os embates pelo acesso e uso da terra aumentavam ano após ano na década de 1980. O MST foi lentamente se estruturando no sul e depois em todo o Brasil, como uma necessidade de articular os diversos movimentos de luta pelo acesso a terra via organização de ocupações e de acampamentos de famílias desprovidas desse meio de produção. A primeira ocupação de terras em massa na região oeste catarinense ocorreu na noite de 25 de maio de 1985⁷², data em que o recém-empossado presidente da república, José Sarney (1985-1990), no contexto da Campanha “Diretas Já”, lançou o I Plano Nacional da Reforma Agrária. Naquela noite, um total de 6.528 hectares foram ocupados por 1.644 famílias nos municípios de São Miguel do Oeste, Romelândia, Maravilha, Quilombo, Mondaí e Abelardo Luz (LISBOA, 1987).

A pesquisa realizada por Lisboa (1987) no acampamento de Faxinal dos Guedes, em novembro de 1985, sugere uma relação étnica com as condições de vida mais precárias, ao constatar que os peões ou boias-frias antes da existência do acampamento - aproximadamente 20% do total de acampados - vendiam sua força de trabalho para os fazendeiros da região. Na maioria das vezes, esses trabalhadores eram explorados porque tinham necessidade de qualquer ganho para sustentar muitos filhos, já que a alimentação enviada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não era suficiente. Os demais acampados

⁷² A romaria de Nossa Senhora do Caravajó é realizada todos os anos no dia 25 de maio, no município de Guaraciaba, e atrai muitos peregrinos, que se deslocavam até lá em ônibus e em caminhões. O MST aproveitou essa data para organizar as ocupações sem levantar suspeitas por parte da polícia (LISBOA, 1987).

que eram arrendatários ou agregados, antes de pertencerem ao acampamento, possuíam algumas economias para comprar comida ou recebiam auxílio de familiares. Além disso,

Observa-se uma diferença nos barracos dos que eram arrendatários e dos peões. Os primeiros possuem mais pertences, às vezes um pouco de comida estocada (cebola, batata, açúcar) mandada pelos pais ou parentes que moram no sítio, ou comprada. Alguns possuem galinhas ou porcos, presos em pequenas proteções de madeira ou bambú por eles mesmos improvisadas. Outros possuem uma vaca leiteira cujo leite serve à família e o que sobra, vendem ou distribuem para as crianças recém-nascidas. [...] Alguns ex-arrendatários possuem algumas economias guardadas para comprar alimentos que não vêm com o caminhão do Incra e viajar periodicamente para visitar familiares. Os ex-arrendatários geralmente são descendentes de imigrantes alemães ou italianos, possuem a tez clara, estrutura média e forte e aspecto muito sadio. Os peões por sua vez têm os barracos menores e as lonas em mau estado de conservação. Quase não possuem pertences. Somente uma cama com colchão improvisado, uma mesa e uma chapa de ferro como fogão. A grande maioria é descendente de índio ou caboclo (LISBOA, 1987, p. 136).

Na complexa e diversificada formação da sociedade brasileira, a terra representa um campo de poder em disputa, situação esta presente também no oeste catarinense. O estudo dos elementos históricos, políticos e socioeconômico denota que a configuração social e espacial dessa região, que começou a ser transformada com mais intensidade no século XVIII e sofreu grandes transformações a partir do início do século XX, tem como característica a luta pelo controle e uso da terra, principal meio de produção para as populações rurais. Tais conflitos foram travados, estando, de um lado, empresas e pessoas detentoras de capital e, do outro, agricultores pobres. Na maioria dos conflitos, o Estado, implícita ou explicitamente, apoiou os donos de capital econômico em detrimento das populações pobres.

Embora o Governo Federal tenha destinado um conjunto significativo de políticas públicas aos segmentos sociais pobres, principalmente a partir da década de 2000, existe um contingente expressivo de famílias em situação de pobreza no Território Meio Oeste Contestado *vis-à-vis* as condições socioeconômicas de Santa Catarina. Essas famílias estão à margem do desenvolvimento social e econômico que ocorre no estado e também nos municípios onde habitam.

2.2 A correlação da espacialização da pobreza com as dinâmicas territoriais

A pobreza é uma realidade difícil de ser medida de maneira precisa e em todas as suas dimensões. Fizemos, entretanto, um esforço para compilar dados estatísticos referentes ao maior número possível de variáveis, produzidos por instituições tais como, IBGE, MDS, PNUD, Funai e Incra. Há que se ressaltar que a maioria das informações são coletadas com

finalidades diferentes daquelas empregadas neste estudo, além de nem sempre darem a verdadeira dimensão da realidade e tampouco estarem atualizadas. Isso não significa que se deve privar o uso de indicadores estatísticos da pobreza, mas sim que, em uma análise, as explicações a respeito de determinados fatos sociais, políticos e econômicos, devem ser complementadas com outras abordagens, como a qualitativa, não ficando limitada aos números.

Nesse sentido, utilizamos como indicador da incidência da pobreza nos municípios do Meio Oeste Contestado, o número e o local de residência (rural ou urbano) das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família. A partir do estudo de dados estatísticos sobre dinâmicas territoriais, como demografia, educação, habitação, acesso aos serviços públicos, acesso a terra e indicadores sociais e econômicos, complementamos a compreensão dos possíveis condicionantes da pobreza no Território. Dito de outra forma, os dados estatísticos nos permitem o entendimento das imbricações do espaço físico com o espaço social, ou seja, quais são os locais de maior incidência da pobreza e as principais dinâmicas territoriais que podem ser entendidas como condicionantes da situação.

2.2.1 A dinâmica demográfica

O estudo da dinâmica demográfica do Meio Oeste Contestado é imprescindível para o entendimento da espacialização da pobreza, por permitir a identificação em termos absolutos e relativos dos locais mais afetados por esse fenômeno. Para tanto, utilizamos os dados estatísticos de 2000 e de 2010, compilados no Quadro 01 (Anexo 03), o qual, de maneira específica, apresenta o total e o percentual da população urbana e rural em 2010, a variação da população e a densidade demográfica em 2010 dos municípios do Território, de Santa Catarina e do Brasil.

Conforme o Quadro 01 (Anexo 03) os dados dos últimos dois censos demográficos indicam que, em 2000, a população do Território era de 254.543 habitantes e passou para 272.042, em 2010, representando um crescimento populacional de 6,87%. Esse crescimento é inferior ao de Santa Catarina (16,64%) e ao do Brasil (12,34%). Em relação ao comportamento total da população, observa-se o aumento populacional em dezoito municípios, dentre os quais se destacam Treze Tílias (31,01%) e Bom Jesus (23,46%), e diminuição em outros onze, principalmente em Galvão (-18,02%) e Marema (-16,90%). O meio rural, todavia, perdeu população, pois entre 2000 e 2010, a porcentagem de habitantes

do campo passou de 34,69% para 26,72%. No mesmo período, verifica-se que a proporção de pessoas que viviam nas cidades aumentou, passando de 65,31% para 73,28%.

Ao analisarmos a demografia sob o prisma da variação de população, com base nos dados estatísticos do Quadro 01 (Anexo 03) verifica-se que, no período intercensitário, a população urbana do Território aumentou 19,93%, sendo esta proporção inferior ao crescimento em Santa Catarina (24,42%) e superior ao acréscimo brasileiro (16,65%). Por sua vez, a população residente no meio rural do Meio Oeste Contestado diminuiu 17,70%, sendo esta proporção muito maior que a de Santa Catarina (-12,11%) e a do País (-6,33%). Em resumo, por um lado, quase todos os municípios do Território registraram aumento da população urbana dentre os quais se destacam Treze Tílias (62,19%), Jupiá (55,59%), Catanduvas (52,60%) e Bom Jesus (51,16%) por terem, no mínimo dobrado a população de suas cidades em uma década. As exceções ficam por conta de Marema e Galvão, que perderam, respectivamente, 19,23% e 5,89% das pessoas que moravam nas cidades. Por outro lado, a população rural decaiu em 27 dos 29 municípios do Território, sendo que a exceção ficou por conta de Ipuacu e Ponte Serrada, que registraram aumento de, respectivamente, 5,16% e 2,28%. Dos municípios com maior perda de população rural, quinze registraram redução percentual superior ao valor do Território (-17,70%), dentre eles, Catanduvas, que perdeu 51,99%, seguido por Galvão (-35,38%), Capinzal (-32,93%) e Xaxim (-30,20%).

Conforme os dados estatísticos do Quadro 01 (Anexo 03), dos 29 municípios que integram o Território, catorze possuem menos de cinco mil habitantes e oito têm mais de dez mil habitantes. Xanxerê (44.128), Joaçaba (27.020), Xaxim (25.713), Herval d'Oeste (21.239) e Capinzal (20.769) são os únicos municípios com mais de vinte mil habitantes, concentrando 51% do total da população do Território. O Território possui uma densidade demográfica de 33 hab./Km², bem inferior aos 65 hab./Km² do estado catarinense, mas superior a do País, que é de 22 hab./Km². As densidades demográficas no interior do Território variam muito, sendo de 5 hab./Km² em Água Doce e 117 hab./Km² em Xanxerê.

2.2.2 A espacialização pobreza

Conforme sublinhado na introdução desta tese, considera-se o Programa Bolsa Família como indicador de pobreza. Para o estudo da sua espacialização, correlacionamos os dados estatísticos da quantidade de pessoas usuárias do Programa, com o número de pessoas existentes no Território Meio Oeste Contestado. No Quadro 02 (Anexo 04), consta a

população total, urbana e rural, em 2010, a quantidade total e a proporção da população assistida pelo Bolsa Família, residente no meio urbano e rural, em maio de 2014.

As informações sobre a quantidade de pessoas assistidas pelo PBF e o local de residência de cada família foram fornecidas pelo MDS mediante solicitação, pois, para consulta pública, este Ministério disponibiliza apenas o número de famílias por município. Assim sendo, coube à pesquisadora fazer a classificação das famílias, de acordo com o local de residência rural ou urbano, segundo os critérios do IBGE e de uma análise minuciosa do endereço de cada uma. Esse fato comprometeu a comparação em termos proporcionais da incidência da pobreza rural e urbana do Território com a do estado de Santa Catarina e a do Brasil, visto que não seria possível realizar a mesma tarefa para as esferas estadual e nacional. Conforme mencionado anteriormente, para analisar a espacialização da pobreza, nem sempre foi possível utilizar a mesma base de dados estatísticos, tampouco do mesmo ano, a exemplo do Quadro 02 (Anexo 04). O percentual de beneficiários do PBF, então, é aproximado, uma vez que o último Censo do IBGE foi realizado em 2010, e as informações fornecidas pelo MDS são referentes ao mês de maio de 2014.

Segundo informações do Quadro 02 (Anexo 04), no Território, proporcionalmente, esse fenômeno é mais incidente nos municípios de Entre Rios (57%), Ipuaçu (40%), Passos Maia (39%) e Abelardo Luz (34%). Estes também são os municípios onde a pobreza rural é mais significativa, estando presente em 65% da população rural de Entre Rios, 47% de Ipuaçu, e 42% de Passos Maia e de Abelardo Luz. Este cenário, no entanto, muda um pouco, quando se verifica a condição de pobreza entre os habitantes urbanos, já que ela atinge 39% da população que mora na cidade de Entre Rios e 30% dos habitantes urbanos de Passos Maia, de Ouro Verde e de Galvão. Em termos absolutos, a maior quantidade de pessoas beneficiárias pelo Bolsa Família concentram-se no meio urbano (19.601), enquanto que 14.921 pessoas residem no meio rural. Este fenômeno, entretanto, parece afetar relativamente muito mais as populações rurais, uma vez que 21% dos seus habitantes são assistidos pelo Bolsa Família, em comparação com os 10% da população urbana.

Entre as populações mais pobres, é possível identificar grupos específicos por meio de informações disponibilizadas pelo MDS, que vem aperfeiçoando os mecanismos de coleta de dados estatísticos, com o propósito principal de obter dados de melhor qualidade. O Ministério institucionalizou, em 2001, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) para cadastrar e atualizar informações concernentes às condições socioeconômicas declaradas pelas famílias de baixa renda, e, em seguida, inclui-las em programas sociais, como por

exemplo, no PBF. A partir de 2011, esse Ministério disponibiliza dados estatísticos sobre as famílias que integram dezenas de grupos populacionais tradicionais ou específicos (GPTE)⁷³. O Quadro 03 (Anexo 05), ao apresentar a quantidade de famílias beneficiárias pelo PBF e o número de famílias pertencentes aos GPTE presentes nos municípios do Meio Oeste Contestado, no mês de setembro de 2014, propicia a identificação de quais são as populações mais pobres do Território.

A partir dos dados estatísticos do Quadro 03 (Anexo 05), observa-se que em setembro de 2014, 13.982.036 famílias brasileiras foram assistidas pelo PBF e, destas, 897.612 se declararam integrantes de GPTE, totalizando 6%. O mesmo percentual também é verificado em Santa Catarina, uma vez que das 135.817 famílias atendidas pelo Programa, 8.524 pertencem a algum desses grupos. A presença de populações tradicionais ou específicas que são assistidas pelo Bolsa Família no Meio Oeste Contestado, todavia, é muito superior à média nacional e à estadual, porque das 9.092 famílias usuárias do Bolsa Família, 1.789 declararam pertencer a algum destes grupos, representando 20%.

Dentre as populações, se destacam os indígenas em Ipuacu e Entre Rios, considerando que estes municípios possuem, respectivamente, 554 e 288 famílias beneficiadas pelo PBF. As famílias assentadas pela reforma agrária e usuárias deste Programa, estão presentes de forma significativa em Passos Maia, onde 183 famílias são atendidas pelo Bolsa Família, e de Abelardo Luz com 110 famílias. Por sua vez, a importância dos agricultores familiares se dá pelo fato de estarem presentes em quase todos os municípios do Território (Quadro 03, Anexo 05).

Dentre os GPTE, a Funai é responsável pela política indigenista, cujo principal objetivo é proteger e promover os direitos destes povos, e o Incra é encarregado pela criação e acompanhamento dos assentamentos de agricultores sem-terra. Dessa maneira, é possível obtermos dados estatísticos mais detalhados a respeito da incidência da pobreza nessas duas populações, que, por sua vez, são as mais atingidas por tal fenômeno no Território Meio Oeste Contestado. A Tabela 01 apresenta informações referentes aos números de famílias e de pessoas residentes nas duas Terras Indígenas do Território.

⁷³ O MDS disponibiliza informações referentes aos seguintes GPTE: agricultores familiares, assentados pela reforma agrária, beneficiários pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, acampados, atingidos por empreendimentos de infraestrutura, catadores de material reciclável, ciganos, com pessoa presa no sistema carcerário, em situação de rua, indígenas, pertencentes à comunidade de terreiro, com componentes resgatados de trabalho escravo e quilombolas.

Tabela 1: Terras Indígenas localizadas nos municípios do Território Meio Oeste Contestado, número de famílias em 2011 e número de pessoas em 2016

Nome da Terra Indígena	Municípios	Nº de famílias	Nº de pessoas
TI Xapécó	Entre Rios e Ipuaçu	1.355	5.293
TI Toldo Embu	Abelardo Luz	39	139
Total		1.394	5.432

Fonte: Informações disponibilizadas pela Superintendência Regional da Funai de Chapecó (SC), mediante solicitação, em maio de 2016.

De acordo com as informações da Tabela 01, o Meio Oeste Contestado abriga uma população de 5.432 indígenas e, em Santa Catarina, há aproximadamente 9.175⁷⁴ indígenas, o que significa que cerca de 59% dos indígenas catarinenses habitam em municípios do Território. De acordo com o Quadro 02 (Anexo 04), em setembro de 2014, o Território possuía 900 famílias indígenas assistidas pelo PBF, praticamente todas concentradas em três municípios: Ipuaçu, com 554 famílias, Entre Rios, com 288 e Abelardo Luz, com 42. Isso significa que aproximadamente 64,5% das famílias indígenas do Meio Oeste Contestado se beneficiavam do Bolsa Família. Em Santa Catarina, 1.674 famílias indígenas recebiam recursos desse Programa no mesmo período, logo, em torno de 54% delas residem no Meio Oeste Contestado, indicando a concentração da pobreza indígena no Território pesquisado.

A título de exemplo, lideranças indígenas afirmaram que, em 2011, nem todas as famílias que viviam em situação de pobreza eram atendidas pelo referido Programa Bolsa Família (TECCHIO, 2012). Essa situação também foi averiguada durante a pesquisa de campo realizada no âmbito desta tese. Ao entrevistar uma família, constatamos que um núcleo familiar, que moravam no mesmo lote e também estavam vivendo em condição de miséria, ainda não era assistido pelo Bolsa Família (Figura 09). A referida família só possuía o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani)⁷⁵ e, para incluí-la no CadÚnico, a prefeitura a estava auxiliando na obtenção os documentos civis.

⁷⁴ O número de indígenas de Santa Catarina foi informado pela Funai, por meio da Coordenação Regional Interior Sul de Chapecó, em maio de 2016, e pela Coordenação Regional Litoral Sul, localizada em São José, em março de 2017, mediante solicitação. Devido a grande mobilidade das famílias, o número de indígenas informado é aproximado.

⁷⁵ O Rani, documento administrativo que é fornecido pela Funai, foi instituído pela Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. Esse registro é feito em livros próprios por funcionários da Funai, que emitem um documento autenticado e assinado para cada registro. O Rani serve como documento para demandar o registro civil, mas não substitui a certidão de nascimento (FUNAI, s/d).



Figura 09: casas de duas famílias que compartilham um lote em uma aldeia indígena, Entre Rios/SC, abril/2016

Fonte: acervo da autora.

Os dados estatísticos sobre o número de projetos de assentamento da reforma agrária e do números de famílias assentadas existentes em municípios do Território Meio Oeste Contestado e no estado de Santa Catarina em 2016, encontram-se na Tabela 02.

Tabela 2: Número de assentamentos e de famílias assentadas pela reforma agrária em municípios do Território Meio Oeste Contestado e no estado de Santa Catarina em 2016

Municípios	Nº assentamentos	Nº de famílias assentadas
Abelardo Luz	22	1.231
Água Doce	5	195
Bom Jesus	1	18
Catanduvas	3	45
Coronel Martins	1	62
Passos Maia	15	395
Ponte Serrada	1	31
Vargeão	1	45
Vargem Bonita	1	20
Total Território	50	2.042
Total Santa Catarina	141	4.944

Fonte: Informações disponibilizadas pela Superintendência Regional do Incra de Santa Catarina, mediante solicitação, em maio de 2016.

Em Santa Catarina, existem 141 assentamentos e 4.944 famílias assentadas, conforme Tabela 02. O Meio Oeste Contestado possui 50 projetos de assentamento e 2.042 famílias assentadas, ou seja, 35% e 41%, respectivamente, do total de assentamentos e de famílias beneficiadas pela reforma agrária do estado. Os assentamentos estão presentes em nove

municípios do Território, sendo que Abelardo Luz se destaca por possuir 22 assentamentos e 1.297 famílias assentadas. Cabe ressaltar que esse município concentra o maior número de projetos de assentamentos e de famílias assentadas pela reforma agrária do estado de Santa Catarina. O Box 02 apresenta um breve histórico da noite da ocupação de terras em Abelardo Luz, bem como uma fotografia do painel que a retrata.

Em 2016, Santa Catarina possuía 4.944 famílias assentadas pela reforma agrária, logo a correlação com as 897 famílias assistidas pelo PBF, em maio de 2016, no Território (Quadro 02, Anexo 04) indica que 18% destas são atendidas pelo Programa. Destas, 368 (41%) se encontram em municípios do Meio Oeste Contestado, especificamente em Passos Maia, Abelardo Luz e Água Doce, com 183, 110 e 47 famílias respectivamente, usuárias do Bolsa Família. Essas informações confirmam a concentração de famílias rurais pobres nos assentamentos da reforma agrária do Território⁷⁶.

⁷⁶ A quantidade de famílias assentadas pela reforma agrária e usuárias do PBF pode ser subestimado, uma vez que ao fazer o CadÚnico, podem se declarar como agricultoras familiares.

Box 02: Portal de entrada nos assentamentos da reforma agrária em Abelardo Luz

A Figura 10 apresenta o portal de entrada dos assentamentos da reforma agrária em Abelardo Luz, no qual estão representados os símbolos do MST, bem como o episódio ocorrido na noite da ocupação das terras (25/05/1985). Na tentativa de impedir a entradas das famílias de agricultores, a polícia colocou fogo na única ponte de madeira que dava acesso à área de terra. Diante do inesperado, um grupo de mulheres desceu dos ônibus e dos caminhões e apagou o fogo, todavia imediatamente após a passagem dos veículo que transportavam as famílias, essas mulheres incendiaram a ponte, impedindo a entrada da polícia.



Figura 10: portal de entrada dos assentamentos da reforma agrária em Abelardo Luz/SC, abril/2016

Fonte: acervo da autora.

2.2.3 A pobreza sob o prisma da educação

O Art. 6 da Constituição Federal de 1988, dentre os direitos sociais, assegura o acesso à educação a todos os cidadãos brasileiros. A garantia desse direito é relevante para que as pessoas que se encontram na condição de pobreza possam superá-la, logo considera-se o índice de analfabetismo um indicador direto de pobreza. Os Quadros 04 e 05 (Anexos 06 e 07) apresentam o total e a percentagem de pessoas de cinco anos ou mais, alfabetizadas e não alfabetizadas no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000 e 2010.

A Constituição Federal de 1988 avançou significativamente em relação à legislação anterior, ao considerar, no artigo 6, a educação, entre outros, como um direito social. Além

disso, no artigo 205, garante-se que este é um direito de todos e um dever do Estado e da família. A educação é detalhada no artigo 208, cujo inciso I assegura que o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito, inclusive para as pessoas que não o cursaram na idade própria e inciso IV salvaguarda o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero até cinco anos de idade, o que abre a possibilidade de considerar crianças dessa faixa etária como participantes da educação básica (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes de Base - Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - é outro importante instrumento no que tange aos ganhos para os cidadãos, pois foi baseada no princípio universal de que todas as pessoas devem ter acesso à educação e incluiu a Educação Infantil (creches e pré-escola) como sendo a primeira etapa da Educação Básica, antecedendo o Ensino Fundamental e Ensino Médio (BRASIL, 1996).

Os dados estatísticos dos Quadros 04 e 05 (Anexos 06 e 07), indicam que houve reduções significativas do analfabetismo entre 2000 e 2010, no entanto esse fenômeno está longe de ser erradicado. No período intercensitário, o percentual de pessoas não alfabetizadas no Brasil passou de 15,70% para 10,53%, em Santa Catarina de 8,29% para 5,09% e no Meio Oeste Contestado de 10,76% para 6,80%. Entre os municípios do Território, se destacam por terem as maiores proporções de pessoas não alfabetizadas, entre 10% e 16%, os municípios de Galvão, Ouro Verde, Abelardo Luz, Entre Rios, Ipuacu, Jupiá e Coronel Martins. Ao analisar por faixa etária, observa-se que o índice de analfabetismo nas três esferas analisadas - Território, estado e País - e nas duas aferições, é mais expressivo entre a população entre mais de cinco e 14 anos e entre a população maior de 25 anos. Há, então, um contingente expressivo de pessoas que foram privadas do acesso à educação, independentemente de estar ou não em idade própria para frequentar a escola.

2.2.4 A pobreza a partir dos números da habitação

O acesso à moradia também é um direito básico garantido pela Constituição de 1988. O fato de uma pessoa ou uma família ter uma casa para morar lhe proporciona uma melhor condição de vida em relação às que não possuem, como os moradores de rua. Para que as pessoas vivam com dignidade, porém, a casa deve ser edificada com materiais adequados e de maneira que garanta conforto térmico aos moradores. Além disso, as casa que não possuem cômodos suficientes interferem negativamente no convívio familiar, na maioria dos casos, dificultando o relacionamento por falta de privacidade. No âmbito deste estudo, assim,

consideramos como indicador de pobreza, os dados estatísticos da proporção de domicílios que abrigam três ou mais pessoas por dormitório. O Quadro 06 (Anexo 08), apresenta a quantidade total e o percentual de pessoas por dormitório, nos domicílios particulares permanentes⁷⁷ dos municípios do Território Meio Oeste Contestado em 2000 e 2010.

A proporção de domicílios que possuíam três ou mais pessoas por dormitório no Meio Oeste Contestado diminuiu de 2000 para 2010, pois esse índice passou de 16,41% para 8,36%. Nota-se que houve melhorias em relação a isso em quase todos os municípios do Território. Acreditamos que isso se deve, principalmente, à melhoria na economia brasileira, principalmente entre 2003 e 2008 e aos investimentos de recursos federais em programas de habitação. Os dados estatísticos indicam que há um significativo percentual dos domicílios dos municípios de Ipuacu (30,85%), Entre Rios (23,60%), Passos Maia (15,47%), Ponte Serrada (13,42%) e Abelardo Luz (13,30%), nos quais residem três ou mais pessoas por quarto (Quadro 06, Anexo 08). Isso significa que o tamanho das casas não é adequado ao número de pessoas que nelas habitam.

2.2.5 O acesso aos serviços públicos

Este tópico trata da pobreza do ponto de vista não monetário, por isso prioriza os indicadores de condições de vida das pessoas que habitam no Território Meio Oeste Contestado. Os serviços de abastecimento de água potável, construção de rede de energia elétrica, coleta de lixo e destino adequado do esgotamento sanitário são imprescindíveis para manutenção de uma vida saudável e possuem como característica comum a necessidade de serem organizados de maneira coletiva, o que faz com que sejam de responsabilidade direta do Estado. Os Quadros 07, 08, 09 e 10 (Anexos 09, 10, 11 e 12) apresentam, respectivamente, as condições dos domicílios particulares permanentes concernentes ao acesso à energia elétrica, à coleta de lixo, à rede de abastecimento de água e ao tipo de esgotamento sanitário nos municípios que integram o Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, nos anos de 2000 e 2010.

De uma maneira geral, nas três esferas analisadas - Meio Oeste Contestado, Santa Catarina e Brasil - ocorreu uma ampliação significativa ao acesso a todos os serviços básicos, entre 2000 e 2010, embora a prestação de alguns serviços possua déficits elevados. No período intercensitário, a proporção de domicílios que não tinham energia elétrica (Quadro

⁷⁷ O IBGE (2009; 1999) considerou como sendo domicílio particular permanente o local construído exclusivamente para servir de habitação a uma ou mais pessoas.

07, Anexo 09) passou de 5% para 1,27% no Brasil, de 1,19% para 0,22% em Santa Catarina e de 3,52% para 0,62% no Território. No caso do Meio Oeste Contestado, chama atenção o fato de que, em 2010, 4,50% dos domicílios em Entre Rios e 6,50% em Ipuacu não dispunham de energia elétrica em suas casas. Provavelmente, parte da demanda por esse serviço foi sanada por meio do Programa Luz Para Todos⁷⁸, implementado pelo Governo Federal, em 2003, cuja finalidade era levar energia elétrica de maneira gratuita às famílias residentes no meio rural.

Segundo os dados do Quadro 08 (Anexo 10), a proporção de domicílios particulares permanentes que não possuía coleta de lixo, no Brasil, passou de 20,99%, em 2000, para 12,59%, em 2010, em Santa Catarina, de 16,95 para 7,22%, e, no Território, de 29,60 para 17,30%. Nos municípios de Entre Rios (73,03%), Ipuacu (64,32%), Jupiá (52,90%) e Passos Maia (50,70%), entretanto, mais da metade dos domicílios não possui o lixo coletado em 2010. A grande maioria das prefeituras faz a coleta do lixo de maneira mais eficiente no meio urbano. Algumas administrações municipais, contudo, possuem programas de coleta seletiva de lixo no meio rural a cada três meses. Isso contribui para explicar o fato desse quesito ser deficitário em municípios rurais. Em que pese as significativas melhorias que ocorreram na prestação desse serviço, a proporção de domicílios que continuam privados da coleta de lixo indica que há necessidade de um intenso investimento do Estado, tanto no meio rural como no meio urbano.

No que concerne ao abastecimento de água encanada, a partir dos dados do Quadro 09 (Anexo 11), verifica-se que diminuiu o déficit no período intercensitário nas três esferas analisadas, pois passou de 3,09% para 1,40% no Meio Oeste Contestado, de 1,55 para 0,78% no estado e de 10,61% para 5,77% no País. No cenário do Território, os maiores déficits estão nos municípios de Ipuacu e Entre Rios, pois, respectivamente, 14,06% e 14,91% dos domicílios não possuíam água canalizada em 2010.

Os dados estatísticos do Quadro 10 (Anexo 12) indicam que a proporção de domicílios cujo esgoto não possuía destino adequado é elevado. No período entre 2000 e 2010, o percentual de domicílios desprovidos da prestação desse serviço diminuiu em Santa Catarina, passando de 24,89% para 23,11%, e aumentou no Brasil, indo de 29,53% para 30,30%, e, no Território, de 43,47% para 45,13%. No Meio Oeste Contestado, figuram entre

⁷⁸ O Programa Luz Para Todos é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), cujo objetivo inicial era disponibilizar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008. Os dados do Censo Demográfico do IBGE referentes ao ano de 2010, no entanto, informam que um grande contingente de domicílios ainda não dispunha de energia elétrica. Diante disso, o Programa foi reformulado, tendo sua atuação estendida até 2014. Ainda assim, muitas famílias que habitam áreas isoladas do Brasil não foram atendidas nessas duas etapas, o que fez com que a Presidenta Dilma Rousseff prorrogasse mais uma vez, com a meta de atender 207 mil famílias até 2018 (MME, 2015).

os municípios com mais de 80% de domicílios sem destino adequado de esgoto, em 2010, Jupiá (97,92%), Entre Rios (89,78%), Ouro (88,53%), Abelardo Luz (86,41%) e São Domingos (83,03%). Os baixos investimentos públicos em coleta e tratamento do esgoto e o aumento do números de domicílios, principalmente no meio urbano podem explicar a elevação.

Ainda sobre saneamento básico, a proporção de domicílios que não possuía banheiro ou sanitário diminuiu no período intercensitário nas três esferas analisadas, já que passou de 8,27% para 2,64%, no Brasil, de 1,58% para 0,29%, no estado, e de 3,45 para 0,74, no Meio Oeste Contestado. No Território, destaca-se o município de Entre Rios, que, em 2000, possuía 58,43% dos domicílios sem banheiro ou sanitário, baixando para 1,58%, em 2010, devido a investimentos de recursos financeiros federais na construção de banheiros.

2.2.6 A pobreza correlacionada ao acesso a terra

A importância da correlação entre a dinâmica agrária e a incidência da pobreza dá-se pelo fato de que a terra é um dos principais meios de produção para as famílias rurais. Entre os dados estatísticos relativos à condição de pobreza estudados, o acesso a terra é o único que diz respeito diretamente às populações que habitam no meio rural. O Quadro 11 (Anexo 13) apresenta informações concernentes à quantidade total e percentual de estabelecimentos agropecuários⁷⁹ e área de terra pertencentes aos agricultores não familiares - ou patronais - e agricultores familiares⁸⁰ no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2006.

No Meio Oeste Contestado, de um total de 15.474 estabelecimentos agropecuários, 13.150 são familiares (85%) e 2.324 são patronais (15%). A porcentagem de estabelecimentos familiares do Território (85%) não difere muito da proporção dessa

⁷⁹ O IBGE considera estabelecimento agropecuário, as unidades produtivas cujo produtor rural possui duas ou mais área de terra não contínuas, situadas no mesmo setor censitário; utilizassem os mesmos recursos técnicos, como máquinas, implementos e instrumentos agrários, animais de trabalho, entre outros; usassem os mesmos recursos humanos para desenvolver as atividades; e fossem administradas pela mesma pessoa (produtor ou administrador). Nos demais casos, foram considerados dois ou mais estabelecimentos. Ademais, o IBGE contabilizou áreas de exploração comunitária - terras indígenas e algumas formas de assentamentos - como um estabelecimento agropecuário (IBGE, 2007).

⁸⁰ No Censo realizado em 2006, considerou-se sendo agricultores familiares, os que se enquadram nos critérios da Lei nº 11.326 de 2006, ou seja, que possuíssem área de terra que não ultrapassasse quatro módulos fiscais, mantivesse mão-de-obra prioritariamente familiar, a maior parte da renda familiar fosse proveniente de atividades agrícolas e a administração fosse efetuada pela família. Essa Lei também define que silvicultores, aquicultores, extrativista, pescadores artesanais e indígenas integram a categoria de agricultores familiares (IBGE, 2007). Assim, os agricultores que não se enquadram em tais critérios foram classificados como não familiares ou patronais.

condição de produtor de Santa Catarina (87,01%) e do Brasil (84,36%). Em números absolutos, os municípios com maior presença de estabelecimentos familiares são Abelardo Luz com 1.843 estabelecimentos, seguido por Xaxim (1.045), São Domingos (760), Xanxerê (570) e Água Doce (567). Em termos proporcionais, no entanto, sobressaem-se os municípios de Lacerdópolis, Herval d’Oeste, Marema, Luzerna, Vargem Bonita, Ipuuaçu e Coronel Martins por possuírem mais de 90% de estabelecimentos familiares. No que concerne às áreas agrícolas, os agricultores familiares do Território possuem 37,35%, sendo inferior à proporção de Santa Catarina (43,60%), mas superior ao percentual brasileiro (24%) (Quadro 11, Anexo 13).

De acordo com informações do Quadro 11 (Anexo 13), a proporção de estabelecimentos pertencentes a agricultores não familiares do Meio Oeste Contestado (15%) também está entre a existente em Santa Catarina (13%) e no País (15,6%). Os municípios com maior incidência de estabelecimentos patronais são Água Doce (24,70%), Catanduvas (23,96%), Ponte Serrada (21,85%), Ouro (21,50%) e Vargeão (21,21%). Em relação à área de terras agrícolas no Território, os agricultores patronais concentram 62,65%, sendo esse índice maior do que o registrado em Santa Catarina (56,40%) e menor do existente no Brasil (76%). Dentre os 29 municípios, Herval d’Oeste (86%), Ponte Serrada (86,06%) e Água Doce (84,59%) são os que possuem alta concentração de terra em estabelecimentos não familiares. Em 14 dos 29 municípios que integram o Território, os agricultores patronais detêm mais de 50% das terras agricultáveis. Ao compararmos a porcentagem de estabelecimentos com as áreas pertencentes a cada uma das categorias, fica evidente a concentração de terras nos agricultores patronais.

A correlação da espacialização da pobreza com o acesso a terra pode ser mais bem averiguada por intermédio de informações concernentes à quantidade de terra pertencentes às diferentes categorias de agricultores - não familiares e familiares -, por condição de produtor. Para tanto, analisamos o total e a porcentagem de estabelecimentos agropecuários e de área pertencentes a agricultores familiares e não familiares de seis condições de produtor, a saber: proprietários, assentados sem titulação definitiva, arrendatários, parceiros, ocupantes e sem área⁸¹. Antes de apresentarmos os dados estatísticos, há que se fazerem duas ressalvas. A primeira delas é de que os percentuais de cada uma das seis condições de produtor foram

⁸¹ Integraram o contingente de produtores “sem área” as unidades de produção que não estavam situadas numa determinada terra, como por exemplo, produtores de mel; em leitos de rios, durante a vazante; em faixa de proteção ou acostamentos de estradas; de carvão vegetal que possuem os fornos e adquirem lenha de terceiros; em áreas de águas públicas para exploração da aquicultura e coleta de produtos em áreas de mata naturais (IBGE, 2007).

calculados a partir dos totais - de estabelecimentos e de áreas dos agricultores familiares e não familiares - que estão disponíveis no Quadro 11 (Anexo 13). A segunda delas é a de que o IBGE não disponibiliza a quantidade de área, quando há menos de três informantes de uma das condições de produto em um município. Verificamos a aplicação dessa regra nas condições de produtor arrendatários, parceiros e ocupantes em alguns municípios do Território Meio Oeste Contestado. Dessa maneira, a soma das áreas e da porcentagem por condição de produtor é inferior aos totais que estão no Quadro 11 (Anexo 13). Os Quadros 12, 13, 14, 15, 16 e 17 (Anexos 14, 15, 16, 17, 18, 19) informam o total e o percentual de estabelecimentos agropecuários e área, pertencentes aos agricultores não familiares e aos agricultores familiares no Território Meio Oeste Contestado, Santa Catarina e Brasil em 2006, das seis condições de produtor, determinadas pelo IBGE, mencionadas anteriormente.

Os dados estatísticos do Quadro 12 (Anexo 14) indicam que 83,15% dos estabelecimentos agropecuários do Meio Oeste Contestado pertencem aos agricultores proprietários de terras, ficando abaixo do percentual de Santa Catarina (88,25%) e acima do brasileiro (76,25%). A proporção de estabelecimentos e de áreas que pertencem aos agricultores proprietários, familiares e não familiares seguem a tendência das informações analisadas no Quadro 11 (Anexo 13), ou seja, os agricultores familiares proprietários do Território possuem 69,98% dos estabelecimentos e 32,70% das áreas agricultáveis, enquanto que os agricultores não familiares e proprietários, possuem 13,18% dos estabelecimentos e 60,70% das áreas de terras agricultáveis.

De acordo com o Quadro 13 (Anexo 15), em termos relativos, a presença de assentados sem titulação definitiva⁸² no Meio Oeste Contestado é de 7,60%, e superior a do estado (1,37%) e a do País (3,66%). A expressiva incidência dessa condição de produtor no Território é decorrente das lutas pela reforma agrária que ocorreram a partir da década de 1980, lideradas pelo MST na região oeste de Santa Catarina. Destacam-se, dentre os municípios que possuem assentamentos (conferir Tabela 02 acima), Abelardo Luz com 37,23 % dos agricultores familiares assentados pela reforma agrária e sem titulação definitiva, seguido de Vargeão, com 9,09%, de Passos Maia, com 9,83%, e de Água Doce, com 8,63%.

Em suma, os dados estatísticos dos Quadro 14 a 17 (Anexos 16 a 19) assinalam que, no Meio Oeste Contestado, existem 1.183 estabelecimentos agropecuários (7,65%) geridos

⁸² Em 2006, o Censo Agropecuário do IBGE divulgou, pela primeira vez, dados estatísticos a respeito dos estabelecimentos agropecuários de assentados sem titulação. Essa condição de produtor se refere aos produtores que foram assentados pela reforma agrária, tendo sido implementados de 1985 em diante e não possuem o título definitivo da propriedade (KAGEYAMA; BERGAMASCO; OLIVEIRA, s/d).

por agricultores familiares arrendatários, parceiros, ocupantes ou sem área, que, por sua vez, dispõem de apenas 2,42% das terras agrícolas do Território. Nesse cenário, destacam-se os municípios de Ipuaçu, Passos Maia, Vargem Bonita e Herval d’Oeste com, respectivamente, 36,46%, 31,02%, 27,23% e 20,68% dos estabelecimentos agropecuários administrados por famílias que não possuem título da terra. Entre essas quatro condições de produtor, sobressaem-se os ocupantes que totalizam 800 estabelecimentos, representando 5,17% dos estabelecimentos agropecuários do Território. Em pesquisa anterior (TECCHIO, 2012) e, no âmbito desta tese, verificamos que as famílias rurais que praticam agricultura em condições precárias - sem título da terra e em pequenas áreas - vivem em condições de pobreza.

Outro dado estatístico que auxilia na identificação da espacialização da pobreza é a quantidade de estabelecimentos rurais por estrato de área. Nesse sentido, apresentamos essas informações nos Quadros 18 e 19 (Anexos 20 e 21), sendo que, no primeiro, exploramos os dados dos estabelecimentos agropecuários que possuem entre mais de 0 e menos de 10 hectares, e no segundo, dos estabelecimentos sem área e dos que possuem entre 10 hectares e mais de 500 hectares.

Os dados estatísticos do Quadro 18 (Anexo 20) indicam que, dos estabelecimentos agropecuários do Meio Oeste Contestado, 2.088, ou seja, 13,60% possuem de zero a menos de 5 hectares, sendo que se destacam os municípios de Entre Rios (43,90%), Catanduvas (29,10%) e Ipuaçu (28,70%), por possuírem o maior percentual de estabelecimentos com pequenas áreas de terra. Outros 2.213 (14,3%) dos estabelecimentos do Território, possuem mais de 5 e menos de 10 hectares, sendo que se sobressaem, por ter as maiores proporções de estabelecimentos, os municípios de Vargem Bonita, Catanduvas, Entre Rios, Coronel Martins, Capinzal e Bom Jesus, cuja porcentagem varia de aproximadamente 20% a 28%. Em suma, 4.301 (27,90%) dos estabelecimentos do Território possuem áreas com menos de 10 hectares. Cabe ressaltar que a grande parte dos estabelecimentos agropecuários com pouca área de terra pertencentes às famílias de agricultores arrendatários, ocupantes, parceiros ou sem áreas, se enquadra nesse grupo de área.

Segundo informações do Quadro 19 (Anexo 21) o maior percentual de estabelecimentos agropecuários, ou seja, 59,25%, do Território, possui de mais de 10 a menos 50 hectares. Nesse cenário, destacam-se os municípios de Passos Maia, Abelardo Luz, Lacerdópolis e Ouro, por possuírem entre 75% e 79% dos seus estabelecimentos agropecuários enquadrados nesse estrato de área. Provavelmente, esses são os agricultores familiares “estabilizados” e, de acordo com Cazella *et al.* (2016), recebem assistência técnica

pública e privada, acessam políticas públicas de inserção produtivas como crédito agrícola, e também comercializam alimentos nos programas de compras institucionais de alimentos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)⁸³ e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁸⁴.

Ainda de acordo com o Quadro 19 (Anexo 21) a proporção dos estabelecimentos que possuem mais de 100 hectares no Meio Oeste Contestado é de 5,31%, sendo superior a de Santa Catarina, que é de 3,98%. Embora a parcela de estabelecimentos que se enquadram nesse estrato de área não seja elevada, estes são os agricultores patronais e, de acordo com o Quadro 10 (conferir Anexo 12), concentram a maior parte das terras. Dentre os municípios, destacam-se Água Doce e Ponte Serrada, com respectivamente 15,72% e 13,24% dos estabelecimentos agropecuários com mais de 100 hectares.

2.2.7 A pobreza a partir de indicadores socioeconômicos

Inicia-se o estudo das carências sociais e econômicas que potencializam a situação precária na qual vive um grande contingente de famílias brasileiras, com base nos dados estatísticos concernentes ao rendimento mensal. Os Quadros 20 e 21 (Anexos 22 e 23) apresentam a quantidade total e a proporção de pessoas com mais de 10 anos e ocupadas durante a semana de referência da pesquisa do IBGE, por classe de rendimento mensal nominal *per capita* em salários mínimos, referente aos municípios do Território Meio Oeste Contestado, de Santa Catarina e do Brasil, em 2000 e 2010.

As informações dos Quadros 20 e 21 (Anexos 22 e 23) indicam que o percentual de pessoas que recebiam até um salário mínimo *per capita* diminuiu no período intercensitário, passando de 14,82% em 2000, para 7,17% em 2010 no Meio Oeste Contestado, de 18,52% para 9,33% no estado e de 17,66% para 9,18% no País. No período analisado, o percentual de

⁸³ No Brasil, as primeiras ideias de que o Governo Federal deveria fornecer alimentação escolar surgiram na década de 1940, entretanto somente nos anos de 1950 é que foi implementado um programa de merenda escolar financiado pelo Estado. Desde 1979, essa política pública se chama Programa Nacional de alimentação Escolar (PNAE). Esse Programa passou por mudanças significativas em 2009, sendo que no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar da região (MDS, 2015b; TRICHES, 2015).

⁸⁴ O PAA foi instituído em 2003 e tem como principais finalidades a promoção do acesso à alimentação e o incentivo à agricultura familiar. Para tanto, o Programa adquire alimentos produzidos por agricultores familiares que atendam aos critérios da Lei da Agricultura Familiar. O PAA é financiado pelo MDS e MDA e executado pelos estados federados e municípios, em parceria com o MDS e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os alimentos são comprados pelo Governo Federal, cujo valor é definido com base nos preços praticados na região, e distribuídos a instituições que atendam às populações em situação de riscos alimentares (MDS, 20--b; GRISA, PORTO, 2015).

domicílios sem rendimentos, ou seja, aqueles que recebiam recursos financeiros apenas de benefícios, caiu de maneira significativa no Território, uma vez que era de 14,74%, em 2000, e passou para 6,76%, em 2010, e de 8,69% para 4,69% no estado. A diminuição que ocorreu no Brasil, contudo, não é tão relevante, tendo em vista que era de 7,65%, em 2000, e de 6,60%, em 2010. A análise do conjunto de dados estatísticos indica a existência de um contingente elevado de domicílios com baixa renda *per capita*, pois ao agruparmos o percentual dos que tinham renda de até dois salários com os sem rendimentos, observa-se, no Meio Oeste Contestado, mais de 70% dos domicílios se enquadravam nesse patamar. Ao verificarmos a mesma situação nos contextos municipais, observou-se que, em 2010, exceto em Joaçaba (44,61%), nos demais, mais da metade dos habitantes ocupados na semana de referência, tinham renda de até dois salários mínimos. Nesse cenário, destacaram-se os municípios de Entre Rios (84,37%), Passos Maia (82,32%), Jupiá (79,80%) e Ipuáçu (77,61%) (Quadro 21, Anexo 23).

Os cortes de renda adotados pelo IBGE na realização do Censo não são os utilizados pelo Governo Federal para definir o contingente da população que é pobre e, consequentemente, beneficiária de políticas sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família. Mesmo assim, observa-se uma correlação entre os municípios nos quais a maioria das pessoas não possuíam rendimentos ou a renda *per capita* superior a dois salário mínimos em 2010, com os que possuíam maior percentual da sua população atendida pelo Bolsa Família, de acordo com o Quadro 02 (Anexo 04).

Com o intuito de ampliar a discussão da pobreza para além do prisma da renda *per capita*, os Quadros 22 e 23 (Anexos 24 e 25) apresentam a população total e percentual em idade ativa ocupada, segundo a categoria do trabalhador no trabalho principal, no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000 e 2010.

No que concerne à ocupação de pessoas em idade ativa, a partir dos dados estatísticos dos Quadros 22 e 23 (Anexos 24 e 25), observa-se que as condições de trabalho melhoraram no período analisado. Agregadamente, entre 2000 e 2010, os empregados passaram de 58,53% para 65,97% no Território, de 64,11% para 70,26% no estado, de 66,58% para 70,85% no País. O aumento dessas proporções é um indicador de que no período de 10 anos, um número significativo de pessoas teve acesso ao emprego, em muitos casos, possibilitando a superação da condição de pobreza. Em 2010, figuram dentre os municípios com mais de 75% de trabalhadores com os direitos assegurados pela legislação - com carteira assinada e militares, funcionários públicos e estatutários - Catanduvas, Capinzal, Herval D'Oeste, Ponte

Serrada e Vargem Bonita. Esses municípios têm como característica em comum, percentual da população urbana superior a 69%, exceto Vargem Bonita, onde 55,85% da população vivem na cidade (Quadro 01, conferir Anexo 03). Ademais, estão localizados geograficamente próximos a rodovias estaduais e federal, o que facilita o escoamento das suas indústrias de celulose, madeireiras, ervateiras e abatedouros de suínos e aves. Por sua vez, Coronel Martins, Jupiá e Marema possuem menos de 40% de empregos formais, provavelmente em função da informalidade das atividades agropecuárias, pois são essencialmente rurais e com menos de 2.500 habitantes em 2010 (IBGE, 2010). É mister ressaltar a elevada proporção de trabalhadores sem carteira assinada em 2010, que era de 12,49% no Meio Oeste Contestado, de 11,61% em Santa Catarina, e de 20,17% no Brasil. Mesmo estando empregados, geralmente a informalidade leva à precariedade das condições de trabalho e de renda, além de não garantir os benefícios da seguridade social.

A categoria “não remunerados” se relaciona diretamente à condição de pobreza, uma vez que as pessoas trabalhavam sem receberem renda. De maneira geral, a proporção de pessoas em idade ativa e não remuneradas diminuiu bastante de 2000 para 2010, passando de 9,27% para 2,34% no Território, de 6,61% para 1,59% em Santa Catarina e de 3,97% para 2,64% no Brasil. No cenário do Território, se destacam os municípios de Lajeado Grande e Passos Maia, com respectivamente 9,11% e 8,28% de trabalhadores sem renda em 2010. Ao analisar a população que produzia para o consumo próprio em 2010, sob o prisma da pobreza, é relevante o fato de que em dez municípios, o índice é bastante superior ao percentual do Território (3,92%), com destaque para Jupiá (27,38%), Água Doce (13,79%) e Abelardo Luz (13,62%). Possivelmente, essa categoria abriga muitas famílias rurais pobres, uma vez que o IBGE contabiliza as pessoas em idade ativa, cuja principal atividade é a produção agropecuária, florestal ou pesqueira para o próprio consumo, fenômeno este não verificado, quando se estuda a pobreza apenas a partir da renda monetária (Quadros 22 e 23, Anexos 24 e 25).

O rendimento *per capita* e o percentual de trabalhadores, segundo a categoria de trabalho são influenciadas pelas principais atividades econômicas desenvolvidas. Nesse contexto, o Produto Interno Bruto (PIB) pode fornecer elementos que auxiliem na compreensão do seu comportamento no Território Meio Oeste Contestado. Por sua vez, o PIB é um indicador da macroeconomia utilizado mundialmente e tem como objetivo principal quantificar a atividade econômica, logo expressa a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais que são produzidos num município, estado, região ou País, num

determinado período. Como o Produto Interno Bruto considera apenas os serviços finais, todos os bens de consumo intermediários são excluídos para evitar a “dupla contagem” dos valores monetários gerados na cadeia de produção. Esse indicador, entretanto, é muito criticado, pois, a partir dele, não é possível analisar a desigualdade social ou econômica entre as pessoas, uma vez que, concomitantemente, o PIB *per capita* pode aumentar, enquanto que uma parcela de pessoas permanece na situação de pobreza.

Os Quadros 24 e 25 (Anexos 26 e 27), apresentam o valor bruto adicionado a preços correntes da agropecuária, da indústria, da administração, saúde e educação públicas e seguridade social (serviços), impostos, PIB a preços correntes e PIB *per capita* dos municípios que integram o Território Meio Oeste Contestado, de Santa Catarina e do Brasil, em 2000 e 2012.

Os dados dos Quadros 24 e 25 (Anexos 26 e 27) revelam um aumento do desempenho econômico, pois a capacidade de geração de produção medida pelo PIB *per capita* a preços correntes passou de R\$ 8.404,96%, em 2000, para R\$ 23.196,89, em 2012, no Meio Oeste Contestado, de R\$ 8.086,07 para R\$ 27.772,00, em Santa Catarina, e de R\$ 6.946,34 para R\$ 23.655,00, no Brasil. No cenário do Território, em 2000, as variações intermunicipais dos valores do PIB *per capita* a preços correntes vão de R\$ 2.454,67, em Entre Rios, a R\$ 14.014,17, em Joaçaba (quase seis vezes maior). Em 2012, Entre Rios continuou tendo o menor PIB *per capita*, sendo de R\$ 9.314,16, e Treze Tílias com o maior, R\$ 61.124,66 (quase sete vezes maior). Isso evidencia a forte desigualdade econômica existente entre os municípios do Meio Oeste Contestado. A análise do PIB dos municípios do Território denota que, em 2012, o setor de serviços (R\$ 3.118.906) contribuiu com o maior valor monetário, seguido do setor da indústria (R\$ 1.976.262) e, por último, da agropecuária (R\$ 656.431). Essa lógica prevalece em quase todos os municípios, exceto em Treze Tílias e Capinzal, nos quais a indústria é o setor mais importante (Quadro 24, Anexo 26). Cabe a ressalva de que, possivelmente, os setores da indústria e de serviços sejam impulsionados pela produção agropecuária, pois, de acordo com Mattei (2011), na região oeste de Santa Catarina, onde o Território Meio Oeste Contestado está inserido, o desempenho do PIB está relacionado ao setor agroindustrial.

Ao contrário do PIB, o Índice de Gini assinala as desigualdades econômicas existentes numa determinada sociedade, pois é um parâmetro internacional usado para medir o grau de qualquer distribuição, mas é geralmente utilizado para aferições da desigualdade na distribuição de renda entre os indivíduos, tendo como base a renda domiciliar *per capita*. O

valor desse Índice varia de 0 a 1, sendo que o valor 0 representa a igualdade, demonstrando que todas as pessoas possuem a mesma renda, e o valor 1 representa o oposto extremo, caso no qual apenas uma pessoa detém toda a renda. O Quadro 26 (Anexo 28) apresenta o Índice de Gini dos municípios que compõem o Território Meio Oeste Contestado, de Santa Catarina e do Brasil, em 2000 e 2010.

Entre 2000 e 2010, houve melhorias da redistribuição de renda nas três esferas analisadas: Território, estado e País. Observa-se uma trajetória declinante do Índice de Gini, que passou de 0,54 para 0,47 no Território, de 0,56 para 0,49 em Santa Catarina, e de 0,64 para 0,60 no Brasil. Dos municípios do Meio Oeste Contestado, destacam-se pelo alto índice de desigualdade, em 2000, Abelardo Luz (0,72), Ouro Verde (0,64), São Domingos (0,63) e Entre Rios (0,63). Já em 2010, figuraram nesse cenário, Treze Tílias (0,62), Ipuacu (0,61), São Domingos (0,58), Bom Jesus (0,55) e Água Doce (0,55). Destacam-se pela redução do Índice de Gini, no período analisado, Abelardo Luz, que passou de 0,72 para 0,53, Entre Rios que foi de 0,63 para 0,44, Vargeão e Galvão, cujos índices passaram de 0,62 para 0,45. O fato que chama a atenção é o aumento da desigualdade social, nesse período, em quatro municípios, a qual passou de 0,55 para 0,62 em Treze Tílias, de 0,56 para 0,61 em Ipuacu, de 0,42 para 0,44 em Lajeado Grande e de 0,53 para 0,55 em Bom Jesus (Quadro 26, Anexo 28).

Durante a década de 1980, os organismos internacionais não apresentaram novas ideias que alimentassem o debate em torno do desenvolvimento. No início dos anos de 1990, o PNUD confiou a tarefa de elaborar novas formas para discuti-lo a Mahbub ulHaq⁸⁵, que, com a colaboração de Amartya Sen, criou o índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O principal propósito era de evitar a utilização da riqueza econômica medida pelo PIB, como único critério de aferição do grau de desenvolvimento (RIST, 2013; VEIGA, 2010; PNUD, 20--). Após incorporação de novas metodologias na análise, a partir de 2010, o IDH para cada País, combina três variáveis: educação, longevidade e renda. O acesso ao conhecimento (educação) é avaliado pela média de anos de educação de adultos a partir de 25 anos de idade e pela expectativa de anos de escolaridade prevista para crianças na idade de começar a vida escolar, caso os padrões de taxa de matrículas por faixa etária não forem modificados durante a sua vida. As condições para ter uma vida longa e saudável (longevidade) é aferida por intermédio da expectativa de vida ao nascer. O padrão de vida que garanta o acesso às necessidades básicas (renda) é mensurado pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*,

⁸⁵ Renomado economista paquistanês, que, antes de criar o IDH, já tinha trabalhado por um longo período como crítico do Banco Mundial, integrado o Fórum Terceiro Mundo e contribuído na elaboração de três importantes relatórios: “Brandt”, “Sul” e da Fundação Hammarskjöld (RIST, 2013).

expressa em poder de compra contratante em dólar, tendo o ano de 2005 como referência (PNUD, 20--). Para a composição do IDH, o PNUD utiliza os dados dos Censos realizados pelo IBGE, nos quais essas três dimensões possuem a mesma importância na sua composição. Esse índice varia de zero (pior) a um (melhor).

Para fornecer informações mais adequadas à realidade de cada município, o PNUD criou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Este é composto pelas mesmas dimensões do IDHM Global - educação, longevidade e renda -, mas adequa a metodologia de aferição global aos contextos municipais para utilizar dados socioeconômicos do Censo do IBGE, referentes a cada município brasileiro a fim de produzir o IDHM (PNUD, 20--). Por ser calculado para cada município, permitindo a identificação de maneira rápida dos que possuem situações sociais precárias, bem como a comparação entre eles (BONNAL, 2013), o IDHM será utilizado como um dos indicadores de pobreza dos municípios que integram o Território Meio Contestado.

No entanto, que esse índice é limitado por diversas razões. Uma delas concerne à dificuldade de avaliar a evolução das condições de pobreza em espaços de tempo curto (um ano) ou médio (5 anos), pois das três variáveis usadas para a sua composição, duas (educação e longevidade) apresentam, geralmente, significativas variações, em períodos superiores há cinco anos (BONNAL, 2013). Entre outras dimensões importantes do desenvolvimento que esse índice não afere, estão a capacidade das pessoas participarem das decisões que afetam suas vidas, de desfrutar do respeito dos outros indivíduos na comunidade (VEIGA, 2010) e a questão ambiental. O Quadro 27 (Anexo 29) apresenta o IDHM, IDHM Educação, IDHM Longevidade e IDHM Renda no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000 e 2010.

De acordo com o Quadro 27 (Anexo 29), de 2000 a 2010, o IDHM brasileiro passou de 0,61 para 0,73. Em 2010, contudo, o Brasil ocupava a 73.^º lugar no *ranking* mundial, ficando longe do grupo de países mais seletos, cujo índice de desenvolvimento é considerado muito alto. Em relação ao mesmo período, o IDHM de Santa Catarina passou de 0,67 para 0,77, indicando que o estado possui boas condições de desenvolvimento, quando comparado aos demais, pois era o terceiro na posição no *ranking* nacional de 2010. Já o IDHM do Território Meio Oeste Contestado, de 2000 a 2010, passou de 0,62 para 0,73. Nas duas aferições IDHM, este se apresentou, similar ao do País, mas inferior ao de Santa Catarina. Mesmo com índices diferentes, as três esferas - Brasil, estado e Território - passaram de uma escala de IDHM médio, em 2000, para alto, em 2010. A variável que mais contribuiu para o

aumento do IDHM, no período analisado, foi a educação, mesmo assim, seu índice é bem mais em relação às demais variáveis - longevidade e renda -, nas duas aferições e nas três esferas analisadas.

Os dados estatísticos do Quadro 27 (Anexo 29) evidenciam a melhora do IDHM em todos os municípios que compõem o Território. Em 2000, dezoito municípios possuíam índice médio e, em 2010, vinte e dois municípios apresentaram índice alto. Dentre os que possuíam IDHM mais baixo, em 2000, estão: Entre Rios (0,49), Ipuaçu (0,51), Passos Maia (0,54), Bom Jesus (0,55) e Ponte Serrada (0,57). Na escala do IDHM, o índice do primeiro município é considerado muito baixo e dos demais, baixo. Em 2010, os que apresentam menores Índices foram praticamente os mesmos municípios, sendo que Entre Rios, Passos Maia e Ipuaçu obtiveram IDHM de 0,66 e Vargeão e Ponte Serrada de 0,69, todos considerados médio.

A melhora das condições de vida da população brasileira fica evidente ao analisarmos a evolução dos índices apresentados no Quadro 27 (Anexo 29), pois sinalizam o início da redução de disparidades históricas concernentes ao desenvolvimento humano. É preciso, todavia, considerar que esses dados refletem a média, seja dos municípios, do estado de Santa Catarina, ou do Brasil. Assim, ao compararmos tais informações, como por exemplo, com a porcentagem da população que vive em condições de pobreza no Meio Oeste Contestado, apresentadas no Quadro 02 (Anexo 04), observa-se que, embora em diferentes escalas, existe uma grande desigualdade social e de acesso a bens e serviços que precisam ser superadas.

CAPÍTULO III

VIVÊNCIA DA POBREZA

De imediato, observa-se que, a partir de sua leitura [1375 cartas endereçadas ao Presidente Lula entre 2004 e 2006], fica evidente a distância entre o refinamento de instrumental desenvolvido no Brasil para a medição e a localização da pobreza e a diversidade do cotidiano da vivência da pobreza pelos pobres. De fato, somos reconhecidos internacionalmente pela competência de nossos institutos em detectar e medir a pobreza, seja em termos de renda somente, seja em termos de seu caráter multidimensional. Com isso, torna-se possível saber muito sobre a pobreza, sobre a pobreza brasileira, sobre onde eles estão, sobre por onde e para onde eles migram, quanto gastam, no que gastam (alguns se julgam até saber no que eles deveriam gastar). Mas que fique claro que, apesar disso, muito pouco sabemos sobre os pobres: como vivem a pobreza, como representam o trabalho, a escassez, a doença, a saúde, a educação [...] (COHN, 2012, p. 28).

A premissa da sociologia da pobreza, preconizada por Georg Simmel (2013; 2011), é de que a definição do termo, bem como da noção de quem são os pobres a serem assistidos pelo Estado, depende de como a sociedade e os governos os concebem. Nesse sentido, a identificação e a classificação dos pobres é resultado dos critérios definidos pelos governos e pelos não pobres (PAUGAM, 2013, 1991; SIMMEL, 2013; 2011; RAHENEMA, 2004), - geralmente, a partir da renda -, a heterogeneidade das condições de pobreza são negligenciadas em detrimento de uma percepção simplista e uniforme dos pobres (RAHENEMA, 2003).

O Brasil, conforme citação acima, é reconhecido internacionalmente por identificar e quantificar a pobreza (COHN, 2012) e, embora nunca tenha adotado oficialmente uma linha de pobreza, utiliza o critério monetário para definir quem são as pessoas a serem assistidas pelo Programa Bolsa Família, que se constituiu na maior política pública de enfrentamento da pobreza desde o início da década de 2000. Não obstante, quase nada se sabe como os pobres vivenciam e representam a pobreza, ou seja, sobre a heterogeneidade da vivência da pobreza (*Ibid.*).

A partir do entendimento de que, geralmente, a pobreza é vista como um fenômeno homogêneo pelos governos e pela sociedade e de que pouco se sabe sobre como as pessoas pobres vivenciam e representam a pobreza, o estudo da sua vivência se apoia nos conceitos teóricos concernentes às suas múltiplas dimensões, apresentados no primeiro capítulo, como insuficiência de renda, subsistência, necessidades básicas, privações relativas, a pobreza como uma síntese sociológica única, vulnerabilidade social e precariedade das condições de trabalho. Nesse sentido, buscamos compreender as características das famílias principalmente

em relação a temas como migração, composição, educação escolar, profissões exercidas, condições de beneficiários da Previdência Social; bem como ao acesso aos serviços públicos, e aos meios de produção. Por fim, abordamos as percepções que possuem a respeito das políticas públicas por eles acessadas e da pobreza. Com intuito de compreender as diferentes formas de vivenciar a pobreza, este capítulo se apoia no resultado da pesquisa de campo realizada junto a 40 famílias residentes nos meios rural e urbano do Território Meio Oeste Contestado e beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. As figuras 11, 12 e 13 retratam contextos nos quais a pesquisa de campo foi realizada junto a famílias beneficiárias do PBF.



Figura 11: entrevista realizada pela pesquisadora com uma beneficiária do PBF, Coronel Martins/SC, abril/2016.

Fonte: acervo da autora.



Figura 12: entrevista realizada pela equipe do projeto Capes/Cofecub com integrante de uma família beneficiária do PBF, Faxinal dos Guedes/SC, abril/2016.
Fonte: acervo da autora.



Figura 13: entrevista realizada pela equipe do projeto Capes/Cofecub com famílias beneficiárias do PBF, Entre Rios/SC, abril/2016.
Fonte: acervo da autora.

3.1 Caracterização sócio-demográfica e profissional das famílias

O entendimento sobre o fenômeno da pobreza no Território Meio Oeste Contestado, inicialmente, passa pelo estudo de características das famílias entrevistadas como: origem étnica, itinerário migratório, composição familiar, educação escolar, profissões exercidas e condição de beneficiários da Previdência Social. Nesse sentido, compilamos, no Quadro 28 (Anexo 30), informações de cada família entrevistada que serão utilizadas no decorrer deste item sobre a quantidade de integrantes por unidade familiar, bem como a idade, a escolaridade, as ocupações principais e a condição de segurado da Previdência Social e do(s) principal(is) provedor(es) do sustento⁸⁶.

Entre as 40 famílias entrevistadas, 35 se declararam pertencer à etnia cabocla, três são indígenas e duas são descendentes de imigrantes europeus (italianos e alemães). Elas são originárias do oeste de Santa Catarina e de duas mesorregiões limítrofes localizadas no estado do Paraná: sudoeste e centro-sul paranaense. É oportuno lembrar, conforme discussão apresentada no segundo capítulo desta tese, que os caboclos e os indígenas protagonizaram as duas primeiras fases de ocupação da região Oeste de Santa Catarina e historicamente foram as populações que mais sofreram expropriação de terras. Praticamente todas as famílias entrevistadas são descendentes de agricultores proprietários de pequenas quantidades de terra, posseiros de terras ou de lotes em vilas rurais, agregados⁸⁷, ervateiros⁸⁸ e de indígenas.

3.1.1 A trajetória migratória e residencial das famílias

Neste estudo, de maneira similar a Cortes (1998), a migração é entendida como o deslocamento de um lugar de partida em direção ao lugar de chegada e resulta em mudança de residência temporária ou definitiva. Consideramos, para efeitos de análise, apenas o itinerário migratório após a constituição inicial das famílias nucleares entrevistadas. Na

⁸⁶ Consideramos como provedores os indivíduos responsáveis pelo sustento material das famílias. No âmbito das famílias entrevistadas, os principais responsáveis pela renda era a mulher, no caso das famílias monoparentais, ou a mulher e o seu cônjuge.

⁸⁷ De acordo com Ribeiro (2010), o termo “agregado” na sociedade rural designa uma relação de subordinação fundamentada nos princípios de reciprocidade, na qual o protetor é o dono das terras e o protegido, as utiliza de maneira independente para a produção agropecuária.

⁸⁸ Neste estudo, consideramos “ervateiros” as pessoas que trabalham na extração da erva-mate. De acordo com Renk (2006, 1991), a partir da colonização no oeste de Santa Catarina, se estabeleceu uma hierarquia de atividades baseada na divisão étnica do trabalho entre dois grupos: os colonos descendentes de italianos e os caboclos. Essa divisão é correspondente às posições estruturais por eles ocupadas no espaço social, na qual coube aos “italianos”, as terras, a produção agropecuária, a indústria e o comércio, e aos caboclos, o extrativismo, por não encontrarem outra atividade remunerada e por ser um espaço por onde os “italianos” não transitavam, por considerá-la hierarquicamente inferior às tarefas por eles exercidas (*Ibid.*).

Tabela 03, consta o itinerário migratório dessas famílias que migraram e as principais motivações, inclusive das famílias que nunca migraram. Note-se que das 40 famílias, 31 tiveram algum tipo de migração ao longo na sua história.

Tabela 3: Itinerário migratório, motivações e quantidade de famílias

Itinerário migratório	Motivações	Quantidade de famílias
	Famílias entrevistadas no meio urbano	
Rural-urbano	<ul style="list-style-type: none"> - busca de emprego - maior facilidade no acesso de serviços públicos - desestruturação familiar 	9
Urbano-urbano	<ul style="list-style-type: none"> - melhor prestação de serviços públicos - maior disponibilidade de empregos 	4
Nunca migraram	<ul style="list-style-type: none"> - possuem lote - relações sociais com familiares e/ou vizinhos 	4
Famílias entrevistadas no meio rural		
Rural-rural	<ul style="list-style-type: none"> - identidade com o meio rural - há emprego que não exige muita escolaridade 	11
Urbano-rural	<ul style="list-style-type: none"> - menor custo de vida - maior facilidade para educar as crianças - disponibilidade de emprego na agropecuária 	7
Nunca migraram	<ul style="list-style-type: none"> - possuem terra - relações sociais com familiares e/ou vizinhos 	5
Total		40

Fonte: elaborada pela autora, com base nas informações da pesquisa de campo.

Das 40 famílias entrevistadas, nove migraram do meio rural para o urbano (Tabela 03). As principais motivações dizem respeito à diminuição das contratações para trabalhar em atividades agropecuárias, a maior facilidade de acessar serviços públicos, bem como a “desestruturação familiar”⁸⁹. A redução da contratação de mão-de-obra no meio rural se acentuou após a “modernização” da agropecuária, devido, entre outros, à mecanização das atividades (KAGEYAMA *et al.*, 1990). Isso contribuiu para intensificação dos fluxos migratórios do campo para as cidades nas décadas de 1960 e 1970 (ELESBÃO, 2007). Não obstante, constatamos que, no Meio Oeste Contestado, esse fenômeno ainda está presente, pois algumas famílias entrevistadas haviam migrado para os centros urbanos há menos de cinco anos, alegando a redução das contratações de trabalhadores, seja na condição de diaristas, empreiteiros ou assalariados.

As famílias que residiam no meio rural e optaram por morar em cidades devido à maior facilidade para acessar os serviços público. Não raro, mencionaram as péssimas condições das estradas rurais e a falta de meios de transporte, o que dificultava a ida às cidades, principalmente para fazer tratamentos de saúde. Eis uma explicação de uma situação

⁸⁹ Entendemos por “desestruturação familiar”, as mudanças sofridas nos arranjos familiares que modificaram a sua composição inicial, com destaque para a separação de casais.

vivenciada: “[...] daí morando lá era muito ruim de sair [...] daí viemos para cá porque eu gastava muito dinheiro em transporte. Não era fácil para nós, quando era para nós ir para Chapecó, para Pato Branco, tinha que ficar dois dias na cidade para depois voltar” (mulher casada, 44 anos, quatro crianças, doméstica, 4.^a série⁹⁰, abril/2016).

A migração de áreas rurais para as urbanas também ocorreu após a “desestruturação familiar”, na qual houve a separação dos provedores do sustento familiar. Segundo a maioria das entrevistadas que vivenciou essa situação, o término do relacionamento afetivo foi motivado pela violência doméstica praticada pelos maridos (voltaremos a esse assunto mais adiante). Frequentemente, as mulheres optaram por residir próximo de familiares, com quem já possuíam - ou com quem era possível estabelecer - relações de solidariedade ou de ajuda.

As quatro famílias entrevistadas, entre as 40, migraram de uma cidade para outra (urbano-urbano), em busca de melhor ofertas de emprego e prestação de serviços públicos (Tabela 03). De maneira geral, migraram de centros urbanos de municípios pouco industrializados, para os que possuem melhor dinamização econômica. Além do mais, para essas famílias, a residência nos centros urbanos lhes proporciona melhor acesso aos serviços públicos, como escola, unidades de saúde, creche, Associação dos Pais e Amigos dos Expcionais (Apae), entre outros.

De acordo com a Tabela 03, entre as 40 famílias entrevistadas, onze migraram sem deixar de residir no meio rural, devido à identidade com o modo de vida nesse local e a disponibilidade de emprego que, segundo elas, não exige muita escolaridade. De maneira geral, essas famílias mencionaram que se sentem bem no campo, pois quando comparado ao meio urbano, é mais tranquilo e menos barulhento, conforme resposta de uma entrevistada ao ser indagada sobre os motivos pela preferência pelo rural: “Aí, eu adoro morar no mato. Não gosto de morar na cidade. Se não tem outro jeito, até que vou morar na cidade, mas não gosto, porque me dá dor de cabeça, me ataca os nervos. Aqui é melhor para criar as crianças” (mulher monoparental⁹¹, 47 anos, duas crianças, serviços domésticos e diarista na agricultura, 3.^a série, abril/2016). O baixo grau de escolaridade é outra razão pela qual as famílias migram sem deixar no campo, uma vez que, segundo elas, se configura como um empecilho para conseguirem emprego no meio urbano.

⁹⁰ Nesta tese, optamos por analisar o grau de escolaridade do Ensino Fundamental de acordo com a organização anterior às mudanças propostas pela Lei n.^o 11.274, pois identificamos que nenhuma pessoa entrevistada frequentou a escola após 2010, data limite estabelecida pela referida Lei para a ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos (BRASIL, 2006).

⁹¹ Família monoparental é “[...] a entidade familiar compreendida por um único progenitor que cria e educa sozinho seus filhos, sendo esta unidade decorrente de uma situação voluntária ou não” (SANTOS, SANTOS, 2009, p. 9).

Das 40 famílias inqueridas, sete migraram do meio urbano para o rural, motivadas pelo menor custo de vida, pela maior facilidade para educar as crianças e pela disponibilidade de emprego no setor da agropecuária (conferir Tabela 03 acima). O custo de vida no campo é menor quando comparado com o da cidade, devido à possibilidade de produzir alimentos, conforme depoimento a seguir:

Mas nossa! Lá eu comprava o feijão, a mandioca, a batata doce, o que você queria comer você precisava comprar tudo. E daí pra mim pesava. E aqui não, aqui eu planto mandioca, batata doce, milho, amendoim. Tenho chuchu, moranga, abóbora (trecho de entrevista: mulher monoparental, 50 anos, um adolescente, doméstica e diarista na agricultura, não alfabetizada, abril/2016).

A maior tranquilidade para educar principalmente os adolescentes foi um incentivo para algumas famílias buscarem trabalho no meio rural. Segundo as famílias, o fato de residirem nas cidades deixava os adolescentes mais vulneráveis ao envolvimento com drogas e bebidas alcóolicas, pois ficam em casa sozinhos no contraturno escolar. Outras famílias foram morar no meio rural para trabalhar como assalariadas em granjas de suínos e aves, motivadas pelo fato de não precisarem pagar água, luz e aluguel.

Independentemente da trajetória de migração, praticamente todas as famílias utilizaram a rede de parentes (irmãos, pais, tios) ou amigos, chamada por Cortes (1998) de rede socioespacial de migração. Essa rede prestou informações aos candidatos à migração, principalmente sobre a eficiência da prestação de serviços públicos e as oportunidades de emprego. Ademais, foi utilizada para auxiliar a família a se estabelecer e a se socializar na nova comunidade rural ou bairro.

Das 40 famílias entrevistadas, todavia, nove famílias nunca migraram, sendo quatro residentes no meio urbano e cinco no meio rural (Tabela 03). A opção por permanecer no mesmo lugar se deve principalmente ao fato de possuir um lote ou uma pequena quantidade de terra, herdado ou ocupado há muito tempo. As relações sociais, assunto que será retomado no item 3.7, construídas desde longa data com familiares e/ou vizinhos se constituem em uma importante estratégia de enfrentamento da pobreza, uma vez que, por meio delas, conseguem auxílio no cuidado das crianças, empréstimo de dinheiro e troca e/ou doação de alimentos, roupas e calçados. Se migrarem, essas relações sociais se perderiam, gerando insegurança para recomeçar a vida em um local desconhecido.

3.1.2 Composição familiar: as famílias pobres são mais numerosas?

A partir das informações do Quadro 28 (Anexo 30), observa-se que as famílias entrevistadas são compostas, em média, por cinco pessoas⁹². Para Rego e Pinzani (2013), na visão tradicional, as famílias pobres têm maior quantidade de filhos, na expectativa de um maior número de fontes de renda e, possivelmente, apoio para os pais quando chegarem à terceira idade. Os resultados de uma pesquisa conduzida por esses autores no nordeste brasileiro sugere, também, que as famílias pobres são mais numerosas devido a desinformações sobre o controle de natalidade. Além disso, a situação familiar faz com que muitas mulheres não consigam realizar o planejamento sobre o número de filhos, pois “a sujeição das mulheres em uma sociedade muito marcada pelo patriarcalismo as priva quase completamente de qualquer soberania sobre seu corpo” (REGO, PINZANI, 2013, p. 179), sendo, dessa maneira, a maternidade imposta pelos maridos ou companheiros⁹³. Ainda, algumas religiões, como as evangélicas e o catolicismo romano, condenam o uso de métodos anticonceptivos, influenciando as mulheres a não adotarem métodos anticonceptivos.

A grande maioria das mulheres entrevistadas possui conhecimento sobre os métodos anticonceptivos. Lembramos que, na maioria das famílias, as mulheres são as titulares do cartão do Programa Bolsa Família e as responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades desse Programa⁹⁴, fato este que as obriga a frequentarem as unidades de saúde e as reuniões organizadas pelas secretarias de assistência social. Nesses espaços, entre outras, recebem informações sobre o planejamento familiar e os métodos anticonceptivos. Como o Bolsa Família foi implementado em 2003, ou seja, é mais recente, muitas mulheres passaram a receber esse tipo de informação depois de já terem muitos filhos.

A situação familiar vivida por mulheres, na qual a gravidez foi desejada pelo marido foi mencionada por quatro mulheres entrevistadas, principalmente por ocasião do segundo casamento, conforme nos contou uma entrevistada ao falar sobre a sua gestação: “Eu casei novamente, daí, eu tinha os meus filhos de outro marido, ele [o atual companheiro] tinha um

⁹² Segundo o IBGE (2010d), as famílias brasileiras possuíam, em média, um pouco mais de três pessoas em 2010. Essa informação nos dá uma noção de que a média de integrantes das famílias pobres do Território Meio Oeste Contestado é superior à média nacional.

⁹³ A sujeição feminina foi percebida pelo filósofo e economista britânico John Stuart Mill, no século XIX. Para Mill (2006, p. 191), “todas as mulheres são educadas, desde os primeiros anos, na crença de que seu ideal de caráter é oposto ao dos homens; nenhuma vontade própria e nenhum domínio sobre si mesmas, mas submissão e sujeição ao controle dos outros”. Conforme observaram Rego e Pinzani (2013), Mill sugere que as mulheres não só foram treinadas para servir os homens, mas também para desejar servi-los.

⁹⁴ O cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família consiste na manutenção das crianças e dos adolescentes de seis a dezessete anos na escola; no acompanhamento de saúde de crianças com menos de sete anos, de grávidas e de nutrizes (MDS, 2014a).

filho de outro relacionamento. Ele quis um filho nosso, daí eu estou grávida” (trechos de entrevista: mulher casada, 38 anos, quatro crianças, doméstica, 3.^a série, abril/2006). A partir da noção de masculinidade, que em suma diz respeito ao padrão de comportamento de um homem que prevalece em uma determinada sociedade, March (2015) e Machado (2004) explicam que ter filhos é uma forma de os homens serem vistos “como homem” dentro de um determinado grupo. Acreditamos que essas mulheres estão imersas numa percepção de mundo que ordena que a felicidade feminina só seja alcançada pela geração de filhos, pois a maternidade é entendida como sua função essencial. Não obstante, no discurso, as mulheres tenham atribuído aos companheiros o desejo da maternidade, provavelmente, elas também a quiseram. Essa postura também pode ter relação com o fato de que essas mulheres concebem como correto: que o homem tenha a última palavra na relação, que ele conduza a formação familiar como chefe dessa instituição, mas não significa que ela não tenha participado dessa decisão.

Em dez das 40 famílias inqueridas, uma das características da composição, era a presença de parentes entre os seus integrantes, sendo a maioria crianças, cuja proteção integral, segundo a Lei da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), não estava sendo propiciada pela família natural⁹⁵. Nesses casos, a Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009a), dá primazia para que as crianças e adolescentes fiquem com a família extensa, que são os parentes com os quais convivem e mantém vínculos de afinidade e afetividade, como tios e avós, quando houver necessidade de guarda ou adoção.

Outra questão relacionada à composição familiar, indicada pelo Quadro 28 (Anexo 30), é que, das 40 famílias entrevistadas, doze eram monoparentais. Nesses casos, apenas a mulher, geralmente a mãe, é responsável por prover o sustento da família, sendo que a maioria delas é “separada”, estado civil de quem não vive mais com o(a) companheiro(a). Dessas doze mulheres, seis mencionaram a violência física sofrida⁹⁶ como motivo principal do término do relacionamento afetivo. Algumas entrevistadas, no entanto, relataram que continuaram a sofrer violência física e/ou psicológica mesmo após o término do convívio conjugal, conforme nos contou uma entrevistada:

Entrevistadora: A senhora conseguiu chamar ajuda [após a violência física sofrida]?

⁹⁵ A família natural é formada pelos pais ou qualquer deles, além de seus descendentes (BRASIL, 1990).

⁹⁶ Não era objetivo averiguar, nesta tese, a questão da violência física e/ou psicológica sofrida por mulheres, pois acreditamos que há necessidade de um preparo mínimo para abordar essa questão em uma pesquisa de campo, no entanto, espontaneamente, nove mulheres relataram a violência sofrida por elas ou pelas mães, irmãs, filhas ou vizinhas.

Entrevistada: Sim. Graças a Deus eles me atenderam bem. Tanto a autoridade [Justiça] quanto daqui mesmo [hospital], Graças a Deus. [...]. Ele [o agressor] ficou quatro meses preso, agora saiu.

Entrevistadora: E agora a senhora tem alguma medida judicial contra o agressor?

Entrevistada: Não pode! Nem se aproximar de nós.

Entrevistadora: E ele não vem mais aqui?

Entrevistada: Não. [...].

Entrevistadora: Mas já aconteceu alguma coisa com as crianças?

Entrevistada: Não, não aconteceu, mas ele já prometeu [...] roubar as crianças, mas eu já falei no colégio e no Peti⁹⁷: se ele se aproximar, ou parente dele, não é para entregar as crianças! Tem que entrega-las para mim! Mas ele já prometeu sequestrar-las [...]. Então eu fico preocupada [...], mas fazer o que... eu tenho que ir buscar as crianças! Arriscando a vida, mas eu tenho que ir. É Isso aí, eu tenho que ir na prefeitura, aí eu pego ônibus aqui na frente que vai para o centro. Às vezes eu pego [o ônibus] que vai pro Peti e vou junto com eles e venho com eles. Mas assim mesmo já me encontrei com ele, eu estava na rua e ele no ônibus, mas eu não facilito muito. Não dá pra facilitar.

Entrevistadoras: Então, você procura não sair muito de casa?

Entrevistada: É, eu procuro não sair muito. Mas os dia que eu tenho que ir na Assistência Social, eu vou! (trecho de entrevista: mulher monoparental, 44 anos, quatro crianças, doméstica e faxineira, não alfabetizada, abril/2016).

Nesse caso, após a agressão, conforme relato da própria entrevistada, ela contou com apoio do Estado por meio do atendimento na área da saúde, da assistência social e da Justiça. O Sistema Único de Saúde (SUS) prestou assistência médico-hospitalar durante todo o período de reestabelecimento do seu quadro de saúde. A assistência social ofereceu atendimento psicossocial e cesta básica⁹⁸ após a agressão, pois ela sempre trabalhou informalmente e não contribuía com a Previdência Social, logo não foi beneficiada com o auxílio-doença⁹⁹. Por sua vez, a Justiça proibiu o agressor de se aproximar da família após o cumprimento de quatro meses de prisão. Essas medidas, entretanto, não foram suficientes para impedi-lo de continuar a ameaçar a família, condicionando-a a viver com medo. Esse medo restringe a liberdade sobre o direito de ir e vir, pois a mulher agredida só sai de casa quando é extremamente necessário. É importante salientar que nem todas as mulheres

⁹⁷ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) foi criado em 1996 e integrado ao PBF em 2005. Atualmente, podem participar deste Programa, famílias com renda *per capita* mensal inferior a R\$ 170,00. O propósito principal do Peti é proteger crianças e adolescentes menores de 16 anos que se encontrem em situação de trabalho, salvo a condição de aprendiz (a partir dos 14 anos). Para tanto, os assistidos pelo Peti devem frequentar a escola - condição também exigida pelo PBF - e participar de atividades socioeducativas no contraturno escolar (MDSA, 2015).

⁹⁸ A cesta básica é um benefício eventual, previsto no artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Segundo essa Lei, benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (Suas), prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. A concessão e o valor da cesta básica, porém, é definido e regulamentado por cada município e devem estar previsto na sua lei orçamentária anual, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos conselhos municipais de assistência social (BRASIL, 2011c).

⁹⁹ O auxílio-doença é um benefício da Previdência Social às pessoas que comprovam a contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e por motivo de doença ou acidente, ficam temporariamente incapacitadas para o trabalho (BRASIL, 2016b).

entrevistadas que foram violentadas buscaram amparo judicial. De modo geral, justificam que não há mecanismos eficientes para impedir as agressões que, por sua vez, podem se tornar mais violentas após denúncia na Justiça¹⁰⁰.

Outra situação comum vivida por mulheres separadas é a imposição da presença dos ex-companheiros na residência. Estes, na ocasião da visita, levam alguns alimentos, contribuem com pequenas quantidades de dinheiro e fazem reformas e consertos na casa. De acordo com as explicações de assistentes sociais que atuam nos municípios pesquisados, esses homens objetivam a não caracterizar a separação ou o divórcio perante a Justiça, evitando, assim, a obrigatoriedade do pagamento da pensão alimentícia aos filhos. De acordo com March (2015), a presença desses homens no espaço doméstico, diz respeito não somente a uma questão econômica, mas também à crença no direito de posse sobre o corpo da ex-mulher.

3.1.3 Educação escolar: a insuficiência da garantia constitucional

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, revista pela Resolução n.º 3, de 15 de junho de 2010 (BRASIL, 2010; 1996), salvaguardam a educação como direito social, ao qual mesmo as pessoas que não frequentaram a escola na idade adequada deveriam ter acesso. Sobre esse aspecto, a Tabela 04 mostra a situação do acesso à educação escolar dos principais provedores do sustento das famílias inquiridas.

Tabela 4: Grau de escolaridade dos principais provedores do sustento das famílias pobres

	Grau de escolaridade	Mulheres	Homens
1.º Grau	Não alfabetizado	8	6
	1.ª série	2	-
	2.ª série	1	3
	3.ª série	5	3
	4.ª série	11	8
	5.ª série	4	3
	6.ª série	1	1
	7.ª série	1	1
	8.ª série	1	2

¹⁰⁰ De acordo com Lage e Nader (2016), o Estado brasileiro reconhece a violência contra a mulher como um problema social, praticado, na maioria dos casos, por maridos e companheiros, e tem se esforçado para combatê-la. Entre as medidas adotadas para prevenir e punir os agressores, essas autoras citam a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher a partir de 1980 e a promulgação da Lei conhecida como Maria da Penha em 2006. Ademais, as diversas organizações feministas atuam no sentido de promover a melhoria das condições de vida das mulheres por meio da luta contra a violência sofrida pelas mulheres ou da fiscalização dos serviços públicos que tem essa finalidade. Mesmo assim, o quadro é grave no que concerne à violência física e simbólica praticada contra as mulheres [Ibid.].

	1. ^a série	3	-
2. ^º Grau	2. ^a série	2	-
	3. ^a série	1	1
	Total	40	28

Fonte: elaborada pela autora, com base nas informações da pesquisa de campo.

As informações da Tabela 04 indicam que é significativa a quantidade de pessoas que são as principais provedoras do sustento das famílias entrevistadas e que possuem baixo grau de escolaridade, ou seja, não complementaram o Ensino Fundamental I, que corresponde ao primeiro estágio de educação escolar, ou simplesmente não foram alfabetizadas. De maneira específica, entre as 40 mulheres, oito não foram alfabetizadas e onze estudaram até a 4.^a série. Por sua vez, dos 28 homens, seis não foram alfabetizados e oito frequentaram a escola somente até completar a 4.^a série. A grande maioria das pessoas entrevistadas que não teve a oportunidade de estudar ou estudou muito pouco, lamenta o fato de não ter frequentado a escola. Elas têm noção das implicações negativas que isso causou e ainda causa às suas vidas, bem como dos motivos que limitou o acesso à educação escolar, conforme pode ser observado nos trechos de entrevistas que seguem.

Entrevistadoras: E você estudou Dona [nome da entrevistada]?

Entrevistada: Não. Meu pai nunca me mandou para a escola. Só trabalhar, trabalhar. Os meus irmãos estudaram, menos eu.

Entrevistadoras: Mas a senhora era a única mulher?

Entrevistada: Sim, a primeira filha [primogênita].

Entrevistadoras: E os outros estudaram?

Entrevistada: Eles estudaram, eu sempre trabalhei. Daí eu casei. Eu sei escrever o meu nome porque os filhos me ensinaram. Pelo menos agora com o dedo não assino mais.

Entrevistadoras: Agora a senhora escreve o nome?

Entrevistada: Sim, escrevo. Não muito bem, fica meio torto, mas escrevo (trecho de entrevista: mulher monoparental, 44 anos, quatro crianças, doméstica e faxineira, não alfabetizada, abril/2016).

Entrevistadora: [nome da entrevistada] você sabe ler?

Entrevistada: Não, só assinar o meu nome.

Entrevistadora: E o [nome do marido]?

Entrevistada: Ele nem sabe, porque ele nunca estudou, mas ele consegue ler as coisas [...]. Ele está mais perto de aprender, é mais rápido, porque ele é bem esperto. De vez em quando ele pega os livros, ele está lendo. Ele consegue ler letras emendadas. Ele pede ajuda para as meninas e elas ensinam a ler as letras emendadas. E a escrever também.

Entrevistadora: Isso é bom [...].

Entrevistada: Ele queria ter um carro, então precisa fazer a carteira [de motorista], mas para isso, é preciso estudo (trecho de entrevista: mulher casada, 29 anos, quatro crianças, doméstica, não alfabetizada, abril/2016).

Entrevistadoras: A Senhora estudou?

Entrevistada: Um pouco, só para aprender a ler um pouco e escrever. Quando adulta, eu estudei um pouco porque quando eu era criança, meus pais nunca me mandaram para a escola.

Entrevistadoras: A Senhora estudou no EJA [Educação de Jovens e Adultos]?

Entrevistada: Eu estudei no EJA durante um período [...] depois parei, depois comecei de novo. Aprendi um pouco.

Entrevistadoras: E porque você não continuou?

Entrevistada: Daí eu tinha as atividades diárias. Eu tinha os filhos, aí com filho é muito corrido. Aí eu parei (trecho de entrevista: mulher monoparental, 47 anos, três crianças, doméstica e faxineira, não alfabetizada, abril/2016).

A partir das informações da Tabela 04 e dos trechos de entrevistas apresentados acima, observamos que o oferecimento do ensino público gratuito não foi suficiente para que os provedores do sustento das famílias entrevistadas frequentassem a escola nem na idade adequada. De maneira geral, a necessidade de trabalhar ainda quando crianças e a falta de acesso às condições materiais (transporte, vestuário, material didático para uso diário) foram os principais motivos pelos quais não estudaram, ou estudaram muito pouco, fazendo com que as famílias pobres do Território Meio Oeste Contestado continuassem privadas desse direito.

As pessoas que tentaram iniciar ou retornar aos estudos quando adultas tiveram dificuldades para frequentar os programas de educação de jovens e adultos, uma vez que há incompatibilidade da oferta desses cursos com o trabalho fora de casa e/ou com atividades domésticas. Um dos empecilhos, é a necessidade de se afastar da residência por determinados períodos para trabalhar, como é o caso dos cortadores de erva-mate. A disponibilidade de empregos no período noturno, como por exemplo, nos frigoríficos, é outro fator que limita a frequência escolar. No caso específico das mulheres, a dificuldade maior para estudar à noite é a dupla jornada de trabalho, pois quando trabalham fora de casa durante o dia precisam executar as tarefas domésticas e cuidar das crianças à noite.

Os trechos das entrevistas apresentados acima também relatam o desconforto que as pessoas sentem pelo fato de não saberem escrever o nome, pois quando são desprovidas desse conhecimento e há necessidade da assinatura, são colocadas as suas impressões digitais nos documentos. Para superar esse constrangimento, algumas delas não alfabetizadas fizeram um esforço, para pelo menos aprender a escrever o nome com a ajuda das crianças que frequentam a escola ou em cursos de educação para jovens e adultos. As que alcançaram o objetivo demonstraram satisfação, conforme o trecho da primeira entrevista sobre educação aqui destacado, “pelo menos agora com o dedo não assino mais”.

O simples fato de aprender a escrever o nome deu dignidade à entrevistada, pois ela entendia o uso da digital como um diferenciador social que a colocava numa condição inferior às demais pessoas, condição essa rompida pelo fato de ter aprendido a escrever o nome. Para além disso, os participantes da pesquisa sabem das dificuldades para conseguirem

uma boa remuneração por meio do trabalho; para utilizarem os recursos tecnológicos, como o computador e os caixas eletrônicos nos bancos e, não obstante, ficam privados, por exemplo, de obterem a carteira de motorista, já que para isso precisam ser alfabetizadas.

A intenção de iniciar ou continuar os estudos está presente no ideário de vida da maioria das pessoas entrevistadas que não foram alfabetizadas ou o grau de escolaridade é baixo, sendo que uma delas falou assim: “Uma coisa que eu e o [nome do marido] sempre pensamos, é que não somos tão velhos, então, se tivesse uma aula aqui na vila [rural], se tivesse como estudar, terminar os estudos, seria melhor para o nosso futuro (trecho de entrevista: mulher casada, 33 anos, cinco crianças, doméstica, 7.^a série, abril/2016). Além dos obstáculos já relacionados acima, esse depoimento sugere que o fato de os cursos de educação de jovens e adultos serem oferecidos longe do local onde moram se constitui em outro entrave para que possam frequentá-los.

No que compete à educação das crianças, os pais ou os responsáveis demonstraram bastante preocupação em relação ao bom comportamento na escola, ao cumprimento dos horários e a frequência escolar, bem como a garantia de que estudem também em casa, como pode ser observada na Figura 14, uma adolescente fazendo a lição escolar durante a entrevista. Não foram poucas as menções sobre as dificuldades que as crianças e os adolescentes possuem em relação à aprendizagem. Ademais, relatam que a maioria dos adolescentes abandona a escola após completar dezessete anos, idade em que deixam de ser beneficiados pelo Programa Bolsa Família, mesmo sem terem completado o Ensino Médio. Segundo os pais ou responsáveis, esses jovens passam a se dedicar a trabalhos braçais, quase sempre informais, para cooperar nas despesas domésticas ou para comprar bens de sua preferência, como roupas, calçados e telefone celular.



Figura 14: adolescente fazendo a lição escolar durante a entrevista, Ouro/SC, abril/2016
Fonte: acervo da autora.

De acordo com Bourdieu e Passeron (2002), a escola reproduz as desigualdades sociais ao invés de transformá-la ao transmitir os conhecimentos da classe dominante, logo o sistema de ensino favorece os que já são privilegiados por seu capital cultural e não atende às demandas diversificadas dos estudantes, bem como o uso de determinadas linguagens que fazem parte do seu cotidiano. Essa característica faz com que aqueles que não são da classe dominante não se identifiquem com o ambiente escolar, tenham dificuldades em relação ao aprendizado e abandonem a escola.

Embora o estudo de Bourdieu e Passeron (2002) tenha sido realizado sobre o sistema de ensino francês do final da década de 1960, a partir do relato dos pais ou responsáveis e também de algumas crianças e adolescentes com quem conversamos durante as entrevistas, observamos elementos de reprodução de desigualdades sociais no Meio Oeste Contestado. Por exemplo, o conteúdo dos livros didáticos apresenta uma realidade bastante distante da vivenciada no dia-a-dia, o que implica dificuldade de compreensão, desmotivação e, consequentemente, abandono escolar. Aludimos que os métodos de ensino não se adaptam ao cotidiano das crianças e adolescentes pobres, pelo contrário, são eles que precisam se adaptar ao que lhes é ensinado. A exceção fica por conta da educação escolar nas escolas localizadas nas terras indígenas, onde, de acordo com os pais de crianças que as frequentam, boa parte da

educação escolar é trabalhada a partir de elementos da sua cultura, como o aprendizado da língua kaingang.

A pesquisa realizada por Souza (2011) também contribui para o entendimento acerca do baixo desempenho e do abandono escolar por crianças e adolescentes pobres do Meio Oeste Contestado. Para esse autor, as pessoas são marcadas em toda a sua trajetória por estímulos recebidos ou não, a partir da infância no âmbito familiar. Nesse sentido, existem pré-condições materiais e simbólicas que condicionam o sucesso ou o fracasso de uma classe social. Ao estudar a educação da ralé¹⁰¹ brasileira, Souza (2011) constatou que uma das razões do insucesso escolar de crianças e de jovens se deve ao fato de que, mesmo os que são motivados pelos pais para prosseguirem os estudos, não os têm como exemplo de pessoas cultas ou bem sucedidas no mundo do trabalho¹⁰². Assim, não desenvolvem uma identidade afetiva com o conhecimento, a disciplina, a concentração para estudar, a capacidade de planejar o futuro, visando à inserção no mundo do trabalho qualificado, mesmo que os pais os estimulem e propiciem as condições para que frequentem a escola. De maneira semelhante, no Meio Oeste Contestado, os responsáveis pelas crianças e adolescentes as incentivam a estudarem, mas devido ao seu baixo grau de escolaridade, não são exemplos de pessoas bem sucedidas nessa área.

3.1.4 Ocupações laborais: entre a divisão por gênero e a precariedade

A análise da estrutura etária dos principais provedores das famílias inqueridas, indica que praticamente todos estão em idade ativa, ou seja, teoricamente integram o grupo de pessoas que estão aptas para trabalhar, sendo que as mulheres possuem entre 22 anos e 53 anos, e os homens entre 23 anos e 59 anos (conferir Quadro 28, Anexo 30). Para Telles (2013), caracterizar ou tipificar situações ocupacionais junto às pessoas pobres é uma tarefa quase impossível, uma vez que os entrevistados se declaram desocupados ou desempregados por não possuírem carteira de trabalho assinada, mas atuam em atividades informais, às vezes, em mais de uma. Essa mesma situação foi constatada junto às famílias pobres do Meio

¹⁰¹ Para Souza (2011), a ralé é uma classe social de infelizes e desesperados, cujos conflitos e problemas sociais são negados ou escondidos pelo Estado brasileiro.

¹⁰² A outra razão atribuída ao insucesso escolar por Souza (2011) é a “má fé institucional” praticada pelo Estado, por meio de planejamentos e da alocação de recursos financeiros, bem como pelas relações de poder cotidianas, que mobilizam de diferentes maneiras os recursos simbólicos e materiais oferecidos pelas instituições de ensino. Ressaltamos que informações concernentes a essa questão não foram coletadas na pesquisa realizada no Território Meio Oeste Contestado, logo esse quesito não é analisado no âmbito da tese.

Oeste Contestado, então fez-se a opção de informar no Quadro 28 (Anexo 30), quando for o caso, apenas as duas atividades mais importantes no que concerne ao tempo dedicado e a renda obtida.

Na divisão do trabalho por gênero, as mulheres ficam responsáveis pelas atividades domésticas, independentemente de desempenharem uma segunda atividade, como faxineiras ou trabalhadoras rurais. O trabalho doméstico consiste basicamente em limpar a casa, lavar as roupas, prover os alimentos (plantar, colher ou comprar), preparar as refeições, bem como cuidar de crianças, de idosos e de familiares doentes. Segundo Pedro (2016), a reivindicação da divisão do trabalho doméstico, visto ao longo da história como uma incumbência feminina, passou a ser questionada pelo movimento feminista no Brasil a partir de 1960. Esse movimento queria que as tarefas domésticas fossem compartilhadas entre mulheres e homens e que o Estado fizesse investimentos em estruturas coletivas para socializar alguns desses serviços, como por exemplo, a construção de creches para as crianças ficarem enquanto mães vão ao trabalho (*Ibid.*). Essas reivindicações continuam em pauta, pois ainda não foram atendidas na plenitude, como observamos ao analisar a vivência laboral das mulheres pobres do Território Meio Oeste Contestado.

A responsabilidade pela execução de atividades domésticas se configura como o principal empecilho, para pelo menos 23 das 40 mulheres entrevistadas conseguirem trabalho renumerado (Quadro 28, Anexo 30). Elas não podem se ausentar da residência por longos períodos, além de os meios de transporte serem precários, de acordo com a explicação de uma entrevistada:

[...] eu nem posso trabalhar pelo seguinte: emprego aqui é só na cidade, para ir para a cidade trabalhar eu dependo de ônibus. Às vezes o horário do ônibus não dá certo, tentar eu já tentei, mas não deu certo. E depois tem os meninos que são pequenos, tem que cuidar deles, tem que fazer o almoço, arrumar eles para irem para o colégio (trecho de entrevista: mulher casa, 28 anos, duas crianças, doméstica, 2.^º grau incompleto).

Segundo as quatro mulheres entrevistadas que vivem no meio rural e também trabalham na condição de diaristas em atividades agropecuárias (Quadro 28, Anexo 30), elas são preteridas em relação aos homens nas contratações para trabalhar em atividades agropecuárias, por terem menos força física. Assim sendo, ficam vulneráveis ao trabalho precário, pois se sujeitam a não receber o pagamento condizente com as tarefas executadas, conforme nos explicou uma trabalhadora rural: “É por dia, ou por empreitada, ou quebrar milho a quatro reais a bolsa. A gente tem que pegar, fazer o quê!” (trecho de entrevista:

mulher monoparental, 50 anos, um adolescente, doméstica e diarista na agricultura, não alfabetizada, abril/2016). Outras quatro mulheres trabalham na agricultura, especificamente na produção de alimentos para o consumo doméstico, atividade que não garante ingresso de renda, mas é importante na economia doméstica, uma vez que os alimentos produzidos não precisam ser adquiridos no mercado (conferir Quadro 28, Anexo 30).

As mulheres que residem no meio urbano têm mais possibilidade de conseguir trabalho remunerado. Segundo o Quadro 28, Anexo 30, entre as 40 mulheres entrevistadas, cinco fazem faxina em alguns períodos da semana em casas localizadas próximas do local onde moram. Isso facilita conciliar o trabalho com as atividades domésticas e dispensa o uso do transporte que é deficitário, considerando o fato de que a maioria dos bairros onde as pessoas pobres moram estão distanciados até 10 km dos centros urbanos, geralmente onde a maioria dos postos de trabalho são oferecidos. O trabalho como faxineira não deixa de ser um trabalho precário, por ser informal e instável, tampouco garante renda suficiente para as principais necessidades familiares.

A maioria dos homens trabalha em atividades agropecuárias, sendo que dos 28 homens participantes da pesquisa, seis são diaristas, nove são assalariados (criação de suínos, frigorífico e corte de erva-mate) e três trabalham por conta própria (Quadro 28, Anexo 30). As principais situações de precarização do trabalho ficam por conta da sazonalidade das atividades agropecuárias e da construção civil, pois além de não garantirem renda fixa mensal, na maioria das vezes, são exercidas informalmente. O corte de erva-mate, conforme já havia sido verificado em pesquisa anterior (TECCHIO, 2012) é outra atividade precária, cujas especificidades podem ser vistas no Box 03. Os profissionais que atuam nessa área têm, formalmente, carteira de trabalho assinada, o que lhes garante férias e 13.º salário, além dos benefícios da Previdência Social, todavia, na prática, recebem apenas por produtividade, ou seja, por arroba de erva-mate cortada, de acordo com relato da esposa de um trabalhador nesta atividade:

Entrevistadora: E como é no corte de erva-mate?

Entrevistada: Faz as tarefas dele, ganha o dia dele.

Entrevistadora: Mas aí é com carteira assinada?

Entrevistada: É carteira assinada.

Entrevistadora: Mas eles pagam por salário, ou por rendimento?

Entrevistada: Pela arroba.

Entrevistadora: Aí o mês que corta bastante...

Entrevistada: Tem semana aí que ganha um bom dinheiro, às vezes um pouco menos, dependendo do clima. Tem vez que corta mil quilos de erva-mate em um dia, mas se o clima não colabora, não dá para cortar erva-mate (trecho de entrevista: mulher casada, 29 anos, dois adolescentes e duas crianças, doméstica, não alfabetizada, abril/2016).

Box 03: As especificidades do corte de erva-mate no oeste de Santa Catarina

O corte de erva-mate no oeste catarinense é um ofício étnico dos caboclos (RENK, 2006) e tradicionalmente praticado por toda a família - homens, mulheres, adolescentes, crianças -, de maneira que estas acampavam perto dos locais de colheita, geralmente de difícil acesso, ficando totalmente privadas de direitos sociais, em especial, da saúde e da educação. Após publicação da Instrução Normativa n.º 91, de 5 de outubro de 2011, que especificou os procedimentos a serem adotados sobre a fiscalização de trabalho em condições análogas a de escravo (DOU, 2011), o Ministério do Trabalho e Emprego aumentou o número de vistorias sobre as condições de trabalho dos cortadores de erva-mate. Segundo as famílias entrevistadas, as ervateiras passaram a empregar os trabalhadores formalmente e a melhorar as condições dos alojamentos, fornecendo-lhes casas equipadas, com no mínimo, energia elétrica, cama e fogão. Além da atuação desse Ministério, conforme as famílias entrevistadas e envolvidas com essa atividade, a exigência das condicionalidades do Programa Bolsa Família mudou a tradição de toda a família ir para o corte de erva-mate. Atualmente, a atividade é exercida apenas pelos homens, que regressam ao domicílio semanal, quinzenal ou mensalmente, de acordo com a distância entre a residência e o local do trabalho, que, por sua vez, muda de acordo com os contratos de compra da matéria-prima estabelecidos pela ervateira que os contrata. As mulheres ficam nas casas para que os filhos tenham acesso à saúde e à educação, ou seja, para cumprir as condicionalidades do Programa Bolsa Família.

De maneira geral, as pessoas entrevistadas no Território Meio Oeste Contestado têm uma vida laboral regida pela insegurança e pela instabilidade, pois não conseguem atuar por muito tempo num mesmo emprego, o que dificulta a permanência numa profissão ou ocupação mais definitiva e faz com que intercalem atuação em empregos formais e informais. Além disso, são obrigadas a migrar em busca de novos trabalhos, conforme sublinhamos no item anterior. De acordo com Telles (2013), isso leva os trabalhadores pobres a viverem em situação de precariedade e de vulnerabilidade, independentemente se estão na condição de desempregados, de empregados no mercado formal ou informal, ou ainda, se trabalham por conta própria.

Além da precariedade relacionada ao trabalho, para Rahnema (2004), as práticas econômicas do mundo moderno desqualificam socialmente os pobres, fazendo-os se sentirem inúteis para a sociedade e perderem a confiança em si, ao mesmo tempo em que as exigências relacionadas ao progresso dificultam o acesso às atividades lucrativas. A entrevista a seguir é um dos exemplos dos diversos relatos proferidos, durante a pesquisa, sobre o fato de se sentirem incapazes de atuarem em áreas que não exijam força física:

Às vezes eu estou trabalhando, fazendo a faxina e limpando o escritório, daí fico olhando as gurias [filhas da patroa] só no computador, fico pensando, sabendo que eu nunca vou ser uma pessoa dessas. A gente vai ser o resto da vida assim, fazendo faxina, limpando o que os outros sujam, a gente nunca vai ser uma pessoa pra viver mexendo no computador. Sempre que estou trabalhando, fico pensando nisso

(trecho de entrevista: mulher monoparental, 36 anos, cinco crianças, doméstica e faxineira, não alfabetizada, maio/2016).

3.1.5 Previdência Social: um direito incompatível com a trajetória de vida e de trabalho das pessoas pobres

O acesso universal à Previdência Social foi garantido no Art. 195 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), contudo a sua ampliação para os trabalhadores rurais ocorreu somente em 1992. Esse sistema previdenciário tem como princípio a distribuição de renda, garantindo, segundo estudo realizado por Delgado e Cardoso Jr. (1999), junto a domicílios rurais de todas as regiões, a manutenção de famílias beneficiárias acima da linha da pobreza. A Tabela 05 apresenta a condição de beneficiários da Previdência Social dos principais provedores do sustento das famílias entrevistadas do Território Meio Oeste Contestado.

Tabela 5: Condição de beneficiários da Previdência Social

Condição de beneficiário	Mulher	Homem
desprovido	27	9
NFPR*	5	3
indígena	3	2
carteira assinada	3	11
contribui com o INSS	2	1
aposentado	0	2
Total	40	28

Fonte: elaborada pela autora, com base nas informações da pesquisa de campo.

* Nota Fiscal de Produtor Rural

Observamos, a partir das informações da Tabela 05, que uma quantidade significativa dos provedores do sustento das famílias entrevistadas está privada do acesso aos benefícios previdenciários, sendo 27 das 40 mulheres e nove dos 28 homens. De maneira geral, os homens estão mais amparados pela Previdência Social em relação às mulheres, pois, como vimos anteriormente, na divisão do trabalho por gênero, não ficam responsáveis pelas atividades domésticas, logo possuem mais liberdade para ingressar no mercado de trabalho formal.

Parte dos trabalhadores que não contribuía oficialmente com a Previdência Social, relatou que, devido a problemas de saúde, não são aprovados em exames admissionais,

tampouco conseguem a aposentadoria por invalidez¹⁰³, ficando condicionados ao trabalho sazonal e informal. Essas pessoas relacionam os problemas de saúde com o fato de terem iniciado a vida laboral ainda quando crianças e aos acidentes de trabalhos sofridos. As entrevistas que seguem são ilustrativas nesse sentido.

Entrevistadora: E como a senhora machucou o ombro?

Entrevistada: Eu acho que foi lá ainda [nome do município]. Eu carregava o forno e as toras de lenha, elas eram pesadas, eu ia no médico e ele só me dava injeção, nunca pediu um exame. Depois que eu voltei aqui [nome do município] é que o médico pediu exame, pediu Raio X (trecho de entrevista: mulher casada, 49 anos, três crianças e dois adolescentes, doméstica, 4.^a série, abril/2016).

Eu não posso mais trabalhar, eu tenho problema na minha coluna. Eu não consigo mais trabalhar na roça. Eu cuido da minha hortinha aos poucos e só. [...] Trabalhei demais, desde os meus dez anos. Então, me estraguei quando eu era nova, a gente erguia peso, o que não podia a gente fazia, roçava mato, olha... de tudo. Até quando a gente se assentou aqui, a gente trabalhou entregando lenha, daí, carregar caminhões e caminhões de lenha. Então, isso prejudicou mais ainda. E hoje não posso mais fazer isso. Desde carpir, não consigo mais, vou roçar, não aguento e não tem como fazer cirurgia na minha coluna, não adianta (trecho de entrevista: mulher casada, 42 anos, dois adolescentes, doméstica, 4.^a série, maio/2016).

Segundo os entrevistados, o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) melhorou muito na última década, principalmente em relação ao acesso a consultas nas unidades de saúde e ao fornecimento de medicamentos. Os tratamentos mais complexos, porém, como cirurgias, que possivelmente poderiam resolver, pelo menos em partes os problemas de saúde, ainda estão aquém da demanda.

Nota-se, a partir das informações da Tabela 05, que a Nota Fiscal de Produtor Rural (NFPR) é a forma de comprovar a contribuição previdenciária para cinco mulheres e três homens. Trata-se de um documento emitido na circulação de produtos ou mercadorias produzidos no estabelecimento agropecuário próprio ou obtido mediante contrato de arrendamento de terras para a produção agropecuária. Como as famílias pobres praticamente não produzem produtos para comercializar¹⁰⁴, a forma de obter essa nota é estabelecendo contratos “fictícios” de arrendamento de terras com parentes ou vizinhos, bem como para estes utilizarem o bloco fiscal desse arrendatário fictício para fazer transações comerciais. Tecchio (2012) averiguou que se trata de uma estratégia de reprodução social adotadas pelas famílias pobres do Território Meio Oeste Contestado, para garantir a condição de segurados da Previdência Social.

¹⁰³ A aposentadoria por invalidez é um benefício concedido ao trabalhador considerado, segundo avaliação da perícia médica do INSS, como incapaz de atuar em qualquer atividade laborativa (BRASIL, 2016b).

¹⁰⁴ Este assunto será melhor abordado no item 3.5, a seguir.

Para efeito de aposentadoria¹⁰⁵, a Previdência Social considera os indígenas como “segurados especiais” a exemplo dos agricultores familiares, ou seja, se aposentam pelo critério de idade (homens: 60 anos e mulheres: 55 anos). De acordo com a Funai (s/d), a diferença em relação aos demais assegurados especiais é que a comprovação da contribuição se dá por meio da apresentação de uma certidão fornecida pela Funai, certificando a condição de índio como trabalhador rural. Diferentemente das demais pessoas pobres, essa condição confere aos indígenas maior segurança em relação à aposentadoria.

Alguns provedores do sustento das famílias entrevistadas, conforme informações do Quadro 28 (Anexo 30), já poderiam estar aposentados por tempo de contribuição ou por idade, mas não conseguiram comprovar a contribuição previdenciária, pois tiveram a carteira assinada durante um período inferior ao exigido para acessar tal benefício, devido à descontinuidade de empregos formais, ou simplesmente, por nunca terem trabalhado formalmente. As mulheres são mais privadas desses benefícios, pois o trabalho doméstico não é considerado uma atividade produtiva, logo chegam à velhice sem estar na condição de seguradas da Previdência Social, além de deixarem de receber o salário-maternidade¹⁰⁶, conforme relato de uma entrevista:

Entrevistadora: E quando você teve os filhos, você conseguiu o salário-maternidade?

Entrevistada: Conseguí quando nasceu a [nome da filha] que tem oito anos.

Entrevistadora: E das outras filhas?

Entrevistada: Das outras não. Eu consegui um salário-maternidade porque o meu pai tinha nota de bloco [NFPR], daí, eu estava incluída no bloco do meu pai. Daí dos outros eu não consegui, pois nós não tínhamos mais nota de bloco quando as outras crianças nasceram (trecho de entrevista: mulher casada, cinco crianças, doméstica, 7.^a série, abril/2016).

A solução proposta pelo Governo Federal em 2011, para que mulheres e homens de baixa renda que exercem atividades domésticas accessem os benefícios da Previdência Social,

¹⁰⁵ A aposentadoria é um benefício do INSS pago aos trabalhadores que tenham comprovado a contribuição com a Previdência Social. No caso de aposentadoria por idade, o trabalhador tem que comprovar o mínimo de 180 meses de trabalho/contribuição, além da idade mínima de 65 anos, se homem, ou 60 anos, se mulher. Já para o “segurado especial”, que é o agricultor familiar, o pescador artesanal, o indígena, entre outros, a idade é de 60 anos para o homem ou 55 anos para a mulher, ademais, deve estar exercendo atividade nessa condição no momento da solicitação do benefício. Em relação à aposentadoria por tempo de contribuição, esta exige comprovar o tempo total de 35 anos de contribuição, se homem, ou 30 anos de contribuição, se mulher, tendo também 180 meses de efetivo trabalho. Nesse tipo de aposentadoria, é possível também somar-se a idade da pessoa e tempo de contribuição e esta deve resultar em 85 anos para mulher e 95 para homem (BRASIL, 2016b).

¹⁰⁶ O salário-maternidade beneficia as seguradas que acabaram de ter um filho biológico ou adotivo (criança com no máximo 12 anos de idade). Para ter direito a esse benefício, geralmente com duração de 120 dias, a mulher deve comprovar 10 meses de contribuição até a data do evento gerador do benefício (BRASIL, 2016b).

foi a criação do “Facultativo de Baixa Renda (dona de casa)”. Para tanto, deve ser feita uma contribuição mensal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no valor de 5% de um salário mínimo, desde que a renda familiar mensal - excetuando os recursos recebidos do Bolsa Família - não ultrapasse dois salários-mínimos (BRASIL, 2017). Como indica a Tabela 05, apenas duas mulheres e um homem aderiram a essa forma de contribuição previdenciária. A entrevista apresentada a seguir dá uma noção da dificuldade que é para uma família pobre fazer a contribuição previdenciária, bem como ajuda no entendimento da razão pela qual muitas pessoas não o fizeram:

Entrevistada: E ainda estou pagando meu INSS, que eu vou ter que espremer o bolso [...].

Entrevistadoras: Isso garante que a senhora vai se aposentar...

Entrevistada: Sim, porque eu não estou trabalhando agora, estou cuidando das crianças, cuidando da casa. Se eu não pagar agora mais tarde vai me fazer falta (trecho de entrevista: mulher casada, 32 anos, quatro crianças e dois adolescentes, doméstica, 5.ª série, maio/2016).

De maneira geral, as pessoas entrevistadas conhecem os direitos e deveres previdenciários, principalmente por meio das informações prestadas pelas Secretarias de Assistência Social, no entanto mencionaram que não era possível retirar do orçamento doméstico R\$ 44,00 por mês, correspondente aos 5% do salário mínimo de 2016 (ano em que a pesquisa foi realizada), cujo valor era de R\$ 888,00.

Para Cohn (2012), a previdência social foi construída para assistir os setores formais e urbanos do mercado de trabalho. Assim sendo, quando foi ampliada visando ao atendimento das populações pobres, as regras mostraram-se incompatíveis com a trajetória de trabalho e de vida, vividas ou vivenciadas pelas pessoas. Em suma, em relação à Previdência Social, observou-se, no Meio Oeste Contestado, o mesmo ciclo vicioso identificado por Cohn (2012, p. 65 e 66): “[...] ausência de oportunidade de trabalho → aposentadoria/auxílio doença (no geral, negados) → Bolsa Família [...]”.

3.2 Acesso aos serviços públicos: uma questão de bem estar e saúde pública

Os dados estatísticos analisados no segundo capítulo indicam que, embora tenha havido melhorias na prestação de serviços públicos no Meio Oeste Contestado, entre os anos 2000 e 2010, ainda há déficits com destaque para o fato de que, em 2010, o lixo não era coletado em 17,30% dos domicílios e o esgoto era destinado inadequadamente por 45,13% dos domicílios (IBGE, 2010b; 2000b). Assim sendo, neste tópico, analisamos as informações

prestadas pelas famílias entrevistadas sobre as formas de acesso ou as implicações da inexistência da prestação de serviço público concernente ao abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo, destino do esgoto, bem como à disponibilidade de banheiro na casa.

De maneira geral, as famílias entrevistadas que habitam nos centros urbanos dispõem de água potável encanada em suas residências, fornecida pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) ou pelo Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (Simae)¹⁰⁷. Por sua vez, as famílias residentes em áreas de risco ambiental e praticamente todas as que habitam no meio rural estão privadas da prestação pública desse serviço. Estas utilizam água proveniente de fontes sem proteção, que chega até suas casas por meio de instalações precárias, conforme pode ser observado na Figura 15; transportada em baldes; ou, ainda, através de parcerias com vizinhos, para que estes cedam água para o consumo humano, conforme explicou um entrevistado: “a água não é do nosso terreno, é do terreno do vizinho, é água de poço” (trecho de entrevista: homem casado, cinco crianças, 59 anos, assalariado rural, 5.^a série, maio/2016). Há estudos científicos diversos como os realizados por Falavinha e Degenhardt (2014) e por Capp *et al.*, (2012) os quais comprovaram que a qualidade da água da maioria das fontes sem proteção é imprópria ao consumo humano, por apresentar quantidades elevadas de bactérias, principalmente do grupo dos coliformes, indicando contaminação fecal. Isso significa que as famílias carentes da prestação desse serviço público estão mais vulneráveis às doenças provocadas pelo consumo de água imprópria.

¹⁰⁷ Autarquia atuante nos municípios de Joaçaba, Erval d’Oeste e Luzerna.



Figura 15: mãe dando banho em uma criança numa casa desprovida de banheiro, Faxinal dos Guedes/SC, abril/2016

Fonte: acervo da autora.

A maioria das famílias entrevistadas no Meio Oeste Contestado dispunha de energia elétrica residencial. Como vemos a seguir, são poucas, porém, as que possuem o título de propriedade do imóvel rural ou a escritura do lote. Isso as impede de acessarem importantes políticas públicas direcionadas às populações pobres, como o Programa Luz Para Todos e o Programa Tarifa Social de Energia Elétrica¹⁰⁸, uma vez que para tanto a condição de proprietário é pré-requisito. Não obstante, a estratégia encontrada por uma parte significativa das famílias entrevistadas foi o estabelecimento de parcerias com vizinhos, a partir das quais

¹⁰⁸ O Programa, que foi criado pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e regulamentado pela Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e pelo Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011, beneficia famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e que: i) possuem renda familiar *per capita* inferior ou igual a meio salário mínimo; ii) usuárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e iii) famílias com renda mensal de até três salários mínimos, que tem portador de deficiência ou doença cujo tratamento necessite de aparelhos ou equipamentos que demandem elevado consumo de energia elétrica para o seu funcionamento. O desconto varia de 10% a 65%, sendo maior quanto menor for o consumo de luz na residência. Já as famílias indígenas e quilombolas que tiverem consumo até o limite de 50 kWh/mês, têm direito a 100% de desconto. Para acessarem o Programa, as famílias devem solicitar da empresa distribuidora de energia elétrica a classificação da unidade consumidora, na subclasse residencial baixa renda, mediante apresentação de documentos pessoais da unidade consumidora a ser beneficiada, bem como dados concernentes aos demais programas sociais que são beneficiados. Cabe à empresa distribuidora de energia elétrica, a verificação dos documentos apresentados pelos demandantes do benefício junto ao CadÚnico (MDS, 2015c; BRASIL, 2011b; 2010; 2002).

compartilham a energia elétrica, mediante acordo de divisão do valor mensal a ser pago, como nos contou um casal entrevistado:

Entrevistadora: E como conseguiram a energia elétrica?

Entrevistada: Estivemos durante bastante tempo sem luz aí, só com luz de vela, porque nós não podíamos comprar o poste, era muito caro.

Entrevistado: Só temos um contrato do lote, não tem escritura porque não dá para escriturar lote no meio rural. Aí o homem daqui que cedeu [vizinho], ele cedeu a luz para nós [...]

Entrevistadora: Mas vocês pagam a energia?

Entrevistado: Vem na fatura dele e eu pago metade. Mas está no nome dele.

Entrevistadora: A energia é muito cara?

Entrevistado: Aqui pra nós estava e está ainda muito cara. Tem só a geladeira, a televisão e o aparelho de som [...] e o chuveiro. Estava custando de R\$ 140,00 a R\$ 160,00 (trecho de entrevista: casal, cinco crianças: mulher, 58 anos, doméstica, 2.^a série; homem, 59 anos, assalariado rural, 5.^a série, maio/2016).

O custo mensal do consumo de energia elétrica é significativo no orçamento doméstico de todas as famílias entrevistadas, mesmo daquelas que obtiveram redução do valor, através do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica, implementado pelo Governo Federal, em 2002, para assistir famílias de baixa renda.

As famílias residentes em bairros consideraram eficiente a coleta de lixo, que é de responsabilidade do poder público municipal, no entanto aquelas que moram em áreas irregulares e no meio rural, praticamente não contam com a prestação desse serviço público. Nesses casos, geralmente, os materiais que poderiam ser reciclados, como plásticos e papelão são queimados e as latas e vidros são enterrados ou ficam expostos no ambiente.

Sobre o destino de esgoto doméstico, apenas as famílias beneficiárias de programas de habitação de interesse social dispunham de banheiro com fossa séptica em suas residências, pois a construção desta é prevista no projeto da casa. As demais, independentemente de residir no meio rural ou urbano, destinavam os dejetos humanos em fossas rudimentares e, a água de uso doméstico, a céu aberto. Ainda, algumas famílias dispõem de uma latrina de madeira distanciada da casa e em precárias condições, como pode ser observado na Figura 16.



Figura 16: latrina de madeira, Abelardo Luz/SC, abril/2016
Fonte: acervo da autora.

Nas áreas de risco ambiental, a infraestrutura é muito precária, pois, legalmente, o poder público não pode fazer investimentos. Em alguns casos, isso resulta, por exemplo, no

uso de um banheiro por mais de uma família. Quando perguntamos a uma moradora de uma área de risco ambiental, como era o acesso ao banheiro, ela nos deu a seguinte explicação:

Entrevistada: Tem o banheiro ali em cima, eu fui lá [na prefeitura] umas três ou quatro vezes pedir para arrumar o nosso banheiro. [...]. Como é que a gente vai sobreviver até ir lá em cima [bairro onde está prevista a construção de casas por meio da Política Nacional de Habitação de Interesse Social (PNHIS)]?

Entrevistadoras: É um banheiro coletivo?

Entrevistada: É. [...].

Entrevistada: A mãe construiu na casa dela para a família usar [...]. A fossa desse banheiro [próximo da residência] já está estourando, não tem como usar
(trecho de entrevista: mulher casada, 28 anos, duas crianças, doméstica, 3.^a série, abril/2016).

De maneira geral, as situações de maior privação em relação aos serviços públicos são vivenciadas pelas famílias que habitam áreas de risco ambiental. Estas, além de conviverem com os riscos constantes de desmoronamentos devido à declividade do terreno, estão privadas do acesso a serviços públicos como energia elétrica, saneamento básico e água potável. A falta de condições financeiras para morar em outro lugar que demandasse, no mínimo, pagamento de aluguel e a esperança de serem atendidas pela Política Nacional de Habitação de Interesse Social, as mantêm residindo nesses locais.

3.3 Formas de acesso a terra e aos lotes: o reflexo da expropriação

No Brasil, a falta de terra ou o acesso em condições precárias é um condicionante histórico e estrutural da pobreza rural, conforme indicam os estudos realizados por Mattei e Tecchio (2013); Mattei (2012b); Valadares *et al.* (2012) e Mattei e Maluf (2011). Por sua vez, a pobreza urbana também é correlacionada à estrutura fundiária, pois geralmente as populações pobres residem em assentamentos irregulares, muitas vezes construídos em áreas não passíveis de urbanização (MENEGAT, 2009; ROLNIK, 2006). Visando a compreensão da correlação da pobreza com a estrutura fundiária no Território Meio Oeste Contestado, compilamos na Tabela 06, as formas pelas quais as famílias entrevistadas acessaram a terra ou o lote, de acordo com o local de residência (rural ou urbano).

Tabela 6: Forma de acesso a terra ou ao lote e área de residência

	Forma de acesso	Área de residência	Quantidade de famílias
Terra	Aquisição com recursos próprios	rural	3
	Herança	rural	2
	Assentamentos da reforma agrária	rural	2
	Terra Indígena	rural	2
	Concessão por familiares	rural	2
Lote	PNHIS*	urbana	6
	Herança	urbana	2
	Concessão pelo empregador	rural	2
	Concessão por familiares	rural e urbana	3
	Aquisição com recursos próprios	rural e urbana	4
	Pagamento de aluguel	rural e urbana	3
	Ocupação de área de risco ambiental	urbana	3
	Ocupação em área comunitária de assentamentos da reforma agrária	rural	2
	Doação de ex-empregador	rural	2
	Terra Indígena	rural	2
Total			40

Fonte: elaborada pela autora, com base nas informações da pesquisa de campo.

* Política Nacional de Habitação de Interesse Social (PNHIS).

Entre as 40 famílias entrevistadas, onze possuem terra no meio rural por intermédio de aquisição com recursos próprios (3 famílias), de herança (2 famílias), da reforma agrária (2 famílias), da concessão por familiares (2 famílias) ou, ainda, possuem um sítio (área de terra) em Terras Indígenas (Tabela 06). As quantidades de terra que as famílias rurais dispõem, exceto as assentadas pela reforma agrária, são pequenas (entre 0,5 e 5 hectares), logo não conseguem obter o sustento a partir delas. Praticamente todos os alimentos produzidos por essas famílias são destinados ao consumo doméstico, sendo que, por exemplo, o milho produzido é destinado à alimentação de animais, como galinhas e porcos.

As famílias que moram em terras cedidas por familiares não possuem liberdade sobre o seu uso. Nestas, geralmente habitam duas ou três famílias, como explicou uma entrevistada: “Aqui é do sogro, ele dá uns cantinhos para nós plantar. O sogro mora ali na segunda casa, ali [na primeira casa] mora a minha cunhada [...]. Na verdade em toda a terra tem dois alqueires [4,84 hectares]” (trecho de entrevista: mulher casada, 32 anos, três crianças, agricultora e doméstica, 5.^a série, abril/2016).

As famílias entrevistadas que acessaram a terra por meio de aquisição, herança ou concessão por familiares não possuem o título de propriedade, ou seja, o imóvel não está registrado em cartório. Essas famílias ainda não foram beneficiadas por nenhuma ação da política de regularização fundiária, como comentado anteriormente, o que as priva do acesso a algumas políticas públicas, como por exemplo, de habitação rural e do Programa Luz Para Todos, cujo título de propriedade é pré-requisito.

A área de terra dos assentados da reforma agrária varia de 15 a 20 hectares, no entanto o acesso a esse importante meio de produção não foi suficiente para que todas as famílias assentadas superassem a pobreza. Os resultados de um estudo anterior (TECCCHIO, 2012) também foram constatados no âmbito desta pesquisa¹⁰⁹. Ambos indicam que a maioria das famílias pobres assentadas no Território Meio Oeste Contestado é de origem cabocla. A análise da trajetória dessas famílias sugere que, quando foram assentadas, não tinham recursos financeiros para iniciar a produção agropecuária, como por exemplo, comprar animais, equipamentos, sementes e construir as instalações necessárias. Os beneficiários da reforma agrária têm à disposição linhas de crédito de instalação e de inserção produtiva. Não raro, as famílias relataram dificuldades para pagar os financiamentos contraídos, sendo que algumas ficaram inadimplentes, e as que conseguiram saldar os débitos tem, receio para contrair novos empréstimos. Assim sendo, mesmo tendo acessado terra, continuaram a trabalhar como diaristas ou empreiteiros em atividades agropecuárias e florestais.

O sítio, denominação dada pelos indígenas para a área de terra que teoricamente caberia a cada família, é de aproximadamente 15 hectares. Observamos, no entanto, que a quantidade de terra acessada pelas famílias indígenas entrevistadas era inferior ao previsto, além de estarem desprovidas de infraestrutura necessária para desenvolver as atividades agropecuárias. As florestas estavam praticamente todas devastadas, fato que restringe a possibilidade de extrair matéria-prima para confeccionar artesanato, uma tradição indígena que lhes poderia proporcionar uma importante fonte de renda.

Entre as 40 famílias entrevistadas, 29 residiam em lotes urbanos e rurais, acessados por diferentes formas: Política Nacional de Habitação de Interesse Social (PNHIS) (6 famílias), herança (2 famílias), concessão pelo empregador (2 famílias), concessão por familiares (3 famílias), aquisição com recursos próprios (4 famílias), pagamento de aluguel (3 famílias), ocupação em área de risco ambiental¹¹⁰ (3 famílias), ocupação em área comunitária de assentamento da reforma agrária (2 famílias), doação de ex-empregador (2 famílias) e Terra Indígena (2 famílias) (Tabela 06).

As seis famílias beneficiadas pela Política Nacional de Habitação de Interesse Social, assinaram um contrato no qual se comprometeram em devolver uma parte do valor gasto na construção da casa e na infraestrutura aos cofres públicos, através do pagamento de parcelas

¹⁰⁹ A partir dessas evidências, recomendamos pesquisas específicas para melhor averiguar a pobreza nos assentamentos da reforma agrária no Território Meio Oeste Contestado.

¹¹⁰ Áreas de risco ambiental são aquelas onde não é recomendado a construção de casas ou instalações, uma vez que são propícias a desastres naturais como por exemplo, desmoronamento e inundações.

mensais¹¹¹. De maneira geral, isso compromete o orçamento doméstico, principalmente quando um dos provedores do sustento familiar fica desempregado ou a família é monoparental. Eis um breve trecho de entrevista que explica essa situação:

Entrevistadora: A senhora paga parcela desta casa?

Entrevistada: Eu pagava, mas fiquei sem emprego, daí eu não tinha renda para pagar [...]. Eu pagava uma parcela, daí parava. Quando parou de vir o carnê [...] eu fui lá na [Secretaria da] Habitação, pois eles pediram para conversar com eles pra começar a pagar. Daí eu vou começar a pagar no mês que vem.

Entrevistadora: E é muito por mês?

Entrevistada: Cento e oitenta [R\$ 180,00].

Entrevistadora: Por mês?

Entrevistada: Parece que está muito atrasado, daí por isso que está esse valor (trecho de entrevista: mulher monoparental, 36 anos, cinco crianças, doméstica e faxineira, não alfabetizada, maio/2016).

Quase todas as famílias beneficiadas pela PNHIS eram monoparentais e/ou bastante numerosas, critérios estes elencados como preferenciais na seleção de famílias de baixa renda pelos conselhos gestores da política de habitação. Lembramos que a liberação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social é condicionada à contrapartida em dinheiro, serviços e/ou bens, que deve ser dada pelo proponente do projeto, no caso, pelos municípios, estados ou Distrito Federal. Assim sendo, constatamos que, no Meio Oeste Contestado, os municípios cuja economia é pouca dinâmica, encontram mais dificuldade para investir nessa política pública. Isso corrobora com o fato de que uma parcela significativa das famílias entrevistadas e contempladas pela política de habitação, residiam nos municípios mais industrializados deste Território, ou seja, que possuíam maior capacidade de investimento em habitação de interesse social.

Praticamente todos os bairros visitados durante a pesquisa de campo, cujas casas foram construídas com recursos da Política Nacional de Habitação de Interesse Social, estão distantes dos centros urbanos. Nesses locais, o atendimento de serviços públicos como unidades de saúde, escolas, creches, assistência social e transporte público é precário, ou até mesmo inexistente, o que gerou muitas críticas pelas famílias entrevistadas que dependem desses serviços para sobreviverem. A escolha da localização geográfica para a construção das casas pela política de interesse social também foi criticada por Rolnik (2006, p. 201), para

¹¹¹ Os recursos disponibilizados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) aos municípios, estados ou Distrito Federal, devem ser geridos por um Conselho Gestor, que tem caráter deliberativo e deve ser composto de forma paritária por representantes governamentais e da sociedade civil. Cabe a cada Conselho Gestor, definir as linhas de ação, como por exemplo, os critérios de seleção de beneficiários, bem como o valor que cada família beneficiada pela habitação de interesse social deve restituir aos cofres públicos, bem como o prazo de restituição (BRASIL, 2005).

quem “a política habitacional de interesse social tem reforçado a exclusão dos mais pobres, ao destiná-los para conjuntos precários em periferias distantes”.

Outras cinco famílias residem em locais cujas casas foram cedida por familiares ou pelo empregador. Nas situações em que a casa é cedida por familiares, geralmente a mesma é dividida entre duas famílias (Figura 17) ou o lote é compartilhado entre duas ou três famílias (Figura 18). Os assalariados em atividades agropecuárias que demandam presença constante do trabalhador, como no caso dos trabalhadores de granjas de suínos e em aviários, recebem de seu empregador uma casa para a família morar no próprio estabelecimento agropecuário, sem precisar pagar aluguel, luz e água.



Figura 17: casa dividida entre duas famílias, Coronel Martins/SC, abril/2016
Fonte: acervo da autora.



Figura 18: lote dividido entre duas famílias, Erval Velho/SC, abril/2016

Fonte: acervo da autora.

O pagamento de aluguel é outra forma pela qual as famílias acessaram o local onde moram. Essa situação foi verificada em vilas e comunidades rurais e na área urbana. Ao indagar-lhes sobre essa opção, algumas famílias responderam:

Entrevistada: Eu procurei, procurei casa não tinha casa para eu morar. Daí o senhor [nome do proprietário de um estabelecimento rural] alugou pra mim.

Entrevistadora: Então, a senhora paga aluguel?

Entrevistada: R\$ 250,00. [...]

Entrevistadora: E esse dinheiro sai do Bolsa Família?

Entrevistada: Só quando não tem outro jeito [...]. Senão, eu trabalho para ele [dono da propriedade rural e da casa alugada] por dia pra pagar o aluguel. Ele paga R\$ 80,00 por dia de serviço.

Entrevistadora: A senhora trabalha por dia? [...]

Entrevistada: Eu trabalho na roça, por dia na vizinhança também quando tem serviço (trecho de entrevista: mulher monoparental, 47 anos, duas crianças, doméstica e diarista na agricultura, 3.^a série, abril/2016).

Entrevistadora: As condições da casa onde moravam antes eram péssimas?

Entrevistada: Era, tinha infiltrações na parede, era muito próxima do barranco, a terra encostava na parede.

Entrevistadora: Onde você morava?

Entrevistada: Ali embaixo, daí que eu passei pra cá.

Entrevistadora: Na mesma comunidade?

Entrevistada: Na mesma comunidade, só que em outra casa. Nós alugamos essa daqui. É um pouquinho cara só.

Entrevistadora: Mas pela condição da casa vale a pena?

Entrevistada: A condição da casa vale a pena. Lá onde que eu morava era muito apertadinho e muito úmido.

Entrevistadora: E as crianças ficavam mais doentes?

Entrevistada: O piá meu, tem problema, tem rinite, e as amídalas dele também, dá muita gripe nele. Aqui já é mais sossegado pra ele dormir. É mais prático (trecho de entrevista: mulher casada, 29 anos, quatro crianças, doméstica, não alfabetizada, abril/2016).

As três famílias que residem em áreas de risco ambiental, como vimos anteriormente, estão aguardando serem beneficiadas pela PNHIS e, consequentemente, residir em bairros com adequada infraestrutura, conforme informação prestada por uma entrevistada. “É. Diz que eles vão fazer as casas pra nós. Mas está demorado. Faz dois ou três anos já que já eram pra ter tirado nós daqui. [...] Se nós sair daqui eles não vão dar casa pra nós” (trecho de entrevista: mulher casada, 28 anos, duas crianças, doméstica, 3.^a série, maio/2016). Nesses casos, as prefeituras se comprometeram em retirá-las no prazo acordado com o Mistério Público, mediante assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta. Segundo informações prestadas por assistentes sociais, no entanto, só serão beneficiadas com casas de interesse social as famílias que moravam nesses locais quando da assinatura do referido Termo e que permanecerem residindo no local. Isso faz com que elas fiquem vivendo em condições precárias nas áreas de risco ambiental.

A construção de casas em lotes em áreas comunitárias de assentamentos da reforma agrária foi a maneira que duas famílias entrevistadas encontraram para continuar habitando próximas de familiares. Na organização do espaço pela comunidade, um local central - a sede - foi destinada à construção de escolas, unidades de saúde, centro comunitário, campo de futebol, instituições religiosas e pequenos comércios. Com o passar do tempo, filhos de assentados que não conseguiram terra e não queriam se afastar do convívio com familiares, com quem geralmente possuem relações sociais estabelecidas, passaram a construir casas nesses locais. Das duas famílias indígenas que habitam lotes localizados em sedes de aldeias indígenas, uma está aguardando a demarcação da Terra Indígena Toldo Imbu, conforme discutido no segundo capítulo, e a outra reside em um aglomerado de casas, segundo ela, por não ter acesso a área de terra para cultivar. Observamos que existem diversas aglomerações de casas em diversas aldeias da Terra Indígena Xapécó, como por exemplo, o localizado próximo da rodovia estadual SC 480¹¹², como pode ser visto na Figura 19.

¹¹² De acordo com entrevistas que realizamos em 2011, na Terra Indígena Xapécó, os aglomerados familiares começaram a se formar próximos à rodovia estadual, a SC 480, na metade da década de 1990. Naquela época, as famílias que não votaram em um determinado cacique, foram “convidadas” por ele a se retirarem da área de terra e irem residir próximo da rodovia (TECCHIO, 2012). Diante da importância e da complexidade da



Figura 19: aglomerado de residências indígenas da Terra Indígena Xapecó, próximo da SC 480, Ipuáu/SC, fevereiro/2017

Fonte: acervo de Caroline Tecchio.

O lote que duas famílias possuem foi doado por antigos empregadores, como forma de encerrar um vínculo empregatício informal mantido, às vezes, por décadas. A entrevista a seguir, explica, em partes, essa situação:

Entrevistadora: Os teus pais tinham terra?

Entrevistado: Não. [...] O meu pai sempre morou assim....trabalhou de diarista. Trabalhou aí com o dono dessa terra que deu esse pedaço.

Entrevistada: Ele doou para vocês?

Entrevistado: Deu, mas daí tem 400 metros e daí tem 6, 7 filhos. É uma herança né!

Entrevistadora: E os outros [herdeiros] querem construir casa aqui?

Entrevistado: Tem que construir, não tem como impedir (trechos de entrevista: homem casado, 35 anos, duas crianças, diarista na agricultura, 2.^a série, abril/2016).

Segundo os entrevistados, a doação do lote pelos empregadores foi feita mediante um acordo no momento do encerramento do vínculo de trabalho. Provavelmente, a prestação de serviços foi realizada informalmente na condição de agregados, parceiros, meeiros, diaristas ou empreiteiros, essa foi uma estratégia adotada pelos empregadores para evitar uma possível ação trabalhista na Justiça.

temática, seria necessária a realização de pesquisas específicas para melhor averiguar o acesso a terra e aos lotes na Terra Indígena Xapecó.

As duas famílias que acessaram o lote por meio de herança, da concessão por familiares, da aquisição e doação por antigos empregadores, não possuem a escritura do lote. Segundo as famílias que residiam no meio urbano, isso se deve à falta de recursos financeiros para fazer a legalização ou, ainda, pelo fato de a área do lote ser inferior à quantidade mínima para escriturar, definida pelo plano diretor de cada município. No caso das famílias rurais, não é possível registrar em cartório um lote. Dessa maneira, a opção encontrada pela maioria das famílias foi o estabelecimento de um contato. Nota-se que isso é fruto de um longo processo de expropriação que as famílias pobres, principalmente caboclas e indígenas, vêm sofrendo no Meio Oeste Contestado e ainda não reparado por políticas públicas.

3.4 Casa: entre o possível e o sonho

Para estabelecer a relação entre a pobreza e as condições da moradia, analisamos o critério material da construção das casas, seu estado de conservação e a sua adequação às necessidades da família. A Tabela 07 indica o material utilizado na construção das casas das 40 famílias entrevistadas.

Tabela 7: Material utilizado na construção das casas e quantidade de famílias

Material utilizado na construção	Quantidade de famílias
Alvenaria	10
Alvenaria e madeira (mista)	11
Madeira	14
Tapume*	5
Total	40

Fonte: elaborada pela autora, com base nas informações da pesquisa de campo.

*Chapa de compensado descartada após ter sido utilizado para separar uma obra de vias públicas.

Das 40 famílias entrevistadas, dez residem em casas edificadas em alvenaria, sendo que seis delas foram beneficiadas pela PNHIS (Tabela 07). Essas famílias mencionaram não haver problemas relacionados ao seu estado de conservação (Figura 20), o que era motivo de orgulho para elas. De acordo com Rego e Pinzani (2013), o estado de conservação das casas influencia na autoestima das famílias, principalmente das mulheres, conforme pesquisa realizada com beneficiárias do PBF no nordeste brasileiro. Mesmo quando a aparência das casas demonstrava pobreza, as entrevistadas transpareciam o ganho da dignificação através da satisfação de poderem melhorar a residência através da aquisição de alguns móveis, eletrodomésticos, ou da pintura (*Ibid.*).



Figura 20: casa construída em alvenaria pelo PNHIS, Luzerna/SC, abril/2017
Fonte: acervo da autora.

As 11 famílias que habitavam em casas mistas, ou seja, construídas com madeira e alvenaria (Tabela 07), conforme Figura 21, consideraram o estado de conservação das mesmas como “médio”. Essas casas mistas dispunham de forro nas paredes e no teto, mas como necessitavam de reformas, não proporcionavam às famílias o conforto térmico almejado, nem a proteção contra a entrada de água das chuvas.

As quatorze famílias que moravam em casas edificadas em madeira de péssima qualidade e as cinco famílias que habitavam em casas construídas basicamente com tapume consideraram suas casas em péssimo estado de conservação (Tabela 07). Na Figura 22, registrada em um dia de chuva e frio, o fogo feito no fogão à lenha mal dava conta de aquecer o ambiente, pois o ar gelado entrava pelas frestas da madeira da casa. Outro exemplo de casa cuja edificação é precária e corria o risco de desabamento, pode ser visualizado na Figura 23. As casas em péssimo estado de conservação geralmente não dispunham de forro no teto e nas paredes, nem de divisórias internas (ou estas são feitas com tecidos). Além disso, independentemente de a cobertura ser com telhas de barro ou com telhas amianto fibrocimento, havia problema na estrutura da cobertura, o que resultava, em muitos casos, no vazamento de água da chuva pelo telhado.



Figura 21: casa mista, construída em madeira e alvenaria, Ouro/SC, abril/2016
Fonte: acervo da autora.



Figura 22: casa mista, construída em madeira e “tapumes”, Ouro/SC, abril/2016
Fonte: acervo da autora.



Figura 23: casa construída com madeira e “tapume”, Abelardo Luz/SC, abril/2016
Fonte: acervo da autora.

Quando as casas estão em péssimo estado de conservação, ou seja, a infraestrutura é inadequada, a saúde da família fica prejudicada. No Meio Oeste Contestado, a temperatura chega a ser negativa durante o inverno, logo uma casa que não as protege do frio, do vento e da chuva, não propicia aos moradores conforto térmico, prejudicando a saúde. As famílias que habitam em casas nessas condições, associaram a chegada do frio com o aumento de doenças respiratórias. A correlação do aumento da incidência de doenças respiratórias com a falta de conforto térmico em habitações mais precárias foi verificada em estudos científicos, como por exemplo, na pesquisa realizada por Utimura (2010).

Outra questão que faz parte da realidade de praticamente todas as famílias entrevistadas é o inadequado tamanho da casa em relação ao da família. Conforme mencionado acima, nem todas possuem divisórias e, não raro, todos os integrantes da família dormem em um único quarto. Em relação a isso, segundo membros das famílias entrevistadas, o que mais as incomoda é o fato de não acomodarem confortavelmente os filhos, como podemos perceber a partir da seguinte fala: “Eu espero um dia conseguir melhorar, reformar a casa, esse é o meu sonho. [...] Fazer uma [casa] maior para as crianças, porque para elas é muito apertado. Elas dormem todas juntas na sala” (trecho de entrevista:

mulher monoparental, 36 anos, cinco crianças, doméstica e faxineira, não alfabetizada, maio/2016).

3.5 Alimentação: estratégias de produção e de aquisição

O consumo alimentar é um indicador de pobreza, pois quando as pessoas não possuem acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade nutricional adequada regularmente, se origina o fenômeno da fome e da desnutrição (MALUF, MENEZES, MARQUES, 2017; MALUF, 2011). Neste estudo, tomamos como ponto de partida o entendimento de que os alimentos consumidos pelas famílias pobres constituem caminho para apreendermos as estratégias por elas adotadas para produzi-los e/ou adquiri-los, bem como se essas estratégias são suficientes para garantir a segurança alimentar e nutricional.

Como vimos no item anterior, a maior parte das famílias entrevistadas reside em pequenos lotes em área rural ou urbana ou em pequenas áreas de terra, o que limita ou até mesmo impede a produção de alimentos. Mesmo assim, das 40 famílias entrevistadas, 21 possuíam hortas de porte pequeno, pois utilizavam qualquer espaço disponível, “cantinhos de terra”, para cultivar hortaliças, principalmente couve-de-folhas, temperos e chás. Além de o espaço ser pequeno, a estrutura usada para cercá-las é precária, conforme pode ser observado na Figuras 24.

Os animais são criados por apenas sete das 40 famílias entrevistadas. A pouca quantidade de terra para a produção dos alimentos necessários aos animais limita a sua criação, de maneira que apenas uma família possui porcos, bovinos e galinhas. As demais criam apenas galinhas por estas exigirem menor quantidade de alimentos. A necessidade de instalações para abrigar os animais também se constitui um fator condicionante, e quando existem, são precárias, conforme pode ser visualizado na Figura 25. Por sua vez, essas famílias dispõem de poucos equipamentos¹¹³ para cultivar a terra, sendo que, quando necessário, os utilizam em conjunto com familiares habitantes nas proximidades, ou emprestados de vizinhos, com quem mantêm relações de reciprocidade.

¹¹³ Consideramos que para desenvolver as atividades agropecuárias são necessários, no mínimo, as seguintes instalações e equipamentos: construções para abrigar animais, armazenar grãos e guardar equipamentos; e os implementos necessários para os cultivos agrícolas e criação de animais, como trator, junta de bois, motosserra, arado, carroça, plantadeira.



Figura 24: horta, Coronel Martins/SC, abril/2016
Fonte: acervo da autora.



Figura 25: galinheiro, Abelardo Luz/SC, abril/2016
Fonte: acervo da autora.

Uma estratégia adotada por algumas famílias - habitantes do meio rural e urbano - para produzir alimentos foi o estabelecimento de relações de reciprocidade com parentes ou

com vizinhos, fazendo uso de áreas de terra disponibilizadas por estes. Nesses casos, não há pagamento em dinheiro por tal uso, mas retribuição com a doação de uma parte dos alimentos produzidos. Essas parcerias permitem o cultivo de espécies que demandam uma quantidade maior de área, como batata, mandioca, milho, amendoim, pipoca, feijão e abóbora. De maneira geral, as famílias entrevistadas produzem alimentos apenas para o consumo próprio. Tal prática é importante no orçamento doméstico, já que reduz os gastos com a sua aquisição e aumenta a diversidade consumida.

A respeito dos alimentos que não podem ser produzidos, a maior parte destes é adquirida em estabelecimentos de mercado, sendo denominada pelas famílias como “comida grosseira”. Essa expressão refere-se basicamente aos itens que integram uma cesta básica: farinha, arroz, feijão, óleo e leite, além de produtos de higiene e limpeza. Geralmente, as famílias frequentam supermercados próximos dos locais onde residem, cujos donos são conhecidos, o que possibilita o pagamento parcelado ou, no mês seguinte, quando da ocorrência de imprevistos, como por exemplo, gastos com remédios. Além disso, tais estabelecimentos não cobram taxa extra para entrega dos produtos em suas residências. Se por um lado, essa estratégia proporciona alguns benefícios, por outro inviabiliza a aquisição de alimentos e produtos de higiene e limpeza a partir do critério do menor preço.

Ainda, algumas famílias entrevistadas são atendidas com cestas básicas nos períodos em que os recursos disponíveis não são suficientes para a aquisição da quantidade de alimentos necessária. Quem define os critérios para o fornecimento das cestas básicas é a Secretaria de Assistência Social de cada município. No Meio Oeste Contestado, de maneira geral, são atendidas famílias que possuem alguém impedido de trabalhar devido a problemas de saúde ou ficou desempregado temporariamente.

No que concerne aos hábitos alimentares, observamos que o feijão e arroz fazem parte de duas refeições diárias (almoço e jantar) de praticamente todas as famílias. No entanto, o consumo de carne é extremamente baixo, sendo mais consumida a de frango, por ser a mais barata. Mesmo que parte das famílias produzam alimentos, as frutas e as verduras não são consumidas com regularidade e, frente à escassez, são fornecidas prioritariamente às crianças.

3.6 Mobilidade: a influência na vivência da pobreza

A importância do transporte para as famílias pobres é citada por Townsend (2006) como uma necessidade básica, logo um serviço essencial que deve estar disponível à comunidade. No Brasil, o transporte é um dos direitos sociais assegurados na Constituição

Federal de 1988, porém as populações pobres do Meio Oeste Contestado enfrentam dificuldades em relação ao seu acesso em diversas situações. Segundo as famílias entrevistadas, somente não é deficitário o transporte de estudantes do Ensino Fundamental, bem como de pacientes que precisam fazer exames de saúde ou consultas médicas em municípios diferente daquele onde habitam. O período em que as famílias perceberam o início das melhorias no transporte escolar e na área da saúde coincide com a implementação do Programa Territórios da Cidadania, uma vez que, por meio deste, os municípios ampliaram ou renovaram as frotas de veículos.

Não obstante, uma das deficiências observada pelas famílias entrevistadas é de que nem sempre o itinerário e os horários dos ônibus escolares são condizentes com a ida de crianças para as creches e para as Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). Uma opção seria a utilização do transporte público, todavia observamos durante a pesquisa que apenas os municípios mais populosos dispõem da prestação desse serviço, por isso privilegiam os horários em que a maior parte da população precisa se deslocar para o trabalho. Cabe destacar que esses horários não são os mesmos do funcionamento de unidades de saúde, escolas, etc. Tal fato, muitas vezes, impossibilita ou dificulta o acesso por parte das famílias a esses importantes serviços públicos. Eis um breve trecho de entrevista que explica essa dificuldade:

Aqui quando a gente precisa consulta médica, a gente tem que sair daqui às vezes bem cedinho pra conseguir uma ficha. Mas às vezes a gente sai à pé, e às vezes pega carona, porque se sair com ônibus chega lá e não tem mais ficha (trecho de entrevista: homem casado, 51 anos, quatro crianças, agricultor, 3.^a série, abril/2016).

Sobre o transporte privado, das 40 famílias entrevistadas, sete são proprietárias de carros e duas de moto. Na maioria dos casos, o uso é compartilhado com demais familiares e, em situações de extrema necessidade, como para deslocamento até o local de trabalho - quando não há ônibus - e para fins de tratamento de saúde, por exemplo. Além do custo para aquisição, o orçamento doméstico não comporta os valores dispensados ao pagamento do combustível e à manutenção dos veículos.

Empresas, como frigoríficos e ervateiras, disponibilizam ônibus para transportar seus empregados das suas casas até os locais de trabalho. A qualidade da maioria dos veículos que transporta os funcionários dos frigoríficos é boa, logo os trabalhadores viajam em segurança, diferentemente dos que levam os cortadores de erva-mate que, conforme relato de

entrevistados, viajam em carrocerias de caminhões lotadas e cobertas apenas com lonas, o que os deixam expostos à chuva, ao frio, além de colocar em risco suas vidas.

De maneira geral, os moradores de comunidades rurais¹¹⁴ ou bairros distanciados dos centros urbanos são os mais vulneráveis em relação ao acesso ao transporte. Em alguns municípios, embora a Resolução nº 45, de 20 de novembro de 2013 (BRASIL, 2013a) proíba os não estudantes de utilizarem o transporte escolar, como medida paliativa, algumas prefeituras não cumprem essa determinação, permitindo que outras pessoas usem esse tipo de transporte, quando há vagas. Esse serviço costuma ser terceirizado e a empresa responsável cobra a passagem.

3.7 As dinâmicas das relações sociais

O estudo das relações sociais permite o entendimento dos padrões de sociabilidade em um determinado contexto, ou seja, permite a compreensão da dimensão social da pobreza. Para o entendimento dessas relações mantidas pelas famílias entrevistadas no Território Meio Oeste Contestado, consideramos, de acordo com Marques (2007), os vínculos primários (família, vizinhos e amigos) e os vínculos organizacionais ou institucionais (trabalho, associativismo e igreja).

Praticamente todas as famílias inqueridas mantêm relações sociais imprescindíveis às suas estratégias de reprodução social com familiares, amigos ou vizinhos (vínculos primários) que também vivem em situação de pobreza. Estas consistem basicamente em troca e/ou doação de alimentos, cuidados momentâneos das crianças, doação de roupas e calçados para crianças mais novas e empréstimo de dinheiro. Para Castel (2015), a precariedade das condições de trabalho dos mais pobres foi, muitas vezes, compensada pela densidade das redes de proteção próximas, no entanto se tornam vulneráveis, quando ocorre uma crise econômica e aumento do desemprego e do subemprego. Tal fato foi observado entre as famílias entrevistadas do Meio Oeste Contestado, que já sentiam os efeitos da crise econômica que começou a se agravar em 2016 e, diminuíam as trocas e/ou os empréstimos, principalmente de alimentos e de dinheiro. Essa situação vivenciada pelas famílias nos foi explicada, de maneira recorrente, a partir da verbalização da seguinte frase “Agora, é cada um para si e Deus para todos”.

¹¹⁴ Averiguamos, na pesquisa de campo, a concentração de populações pobres em comunidades rurais distanciadas em 30 km ou 40 km dos centros urbanos.

Não menos importantes são as relações sociais mantidas com vizinhos, familiares ou patrões que possuem condições econômicas melhores do que a das famílias entrevistadas. Estas consistem no estabelecimento de contrato de arrendamento de terras para obterem a nota fiscal de produtor rural, e posteriormente, da venda de algum produto agropecuário em seu nome. Como já citado, trata-se de uma estratégia de reprodução social adotada por famílias pobres rurais para acessar os benefícios da Previdência Social, uma vez que estas praticamente não produzem para a comercialização. Além disso, como uma parte significativa das famílias entrevistadas não possui quantidades de terra suficiente para a produção agropecuária, tampouco equipamentos adequados, o empréstimo desses materiais é outra forma de relação social estabelecida com famílias melhor estruturadas economicamente. Geralmente, esses empréstimos são “pagos” por intermédio de dias de trabalho, reforçando as relações sociais entre as famílias, uma vez que se beneficia tanto quem ajuda como quem é ajudado. Ressaltamos que essas relações não envolvem transações monetárias.

As famílias entrevistadas do Meio Oeste Contestado praticamente não possuem vínculos organizacionais, ou seja, não participam de sindicatos, de associações, de cooperativas, da vida social das comunidades rurais e dos bairros, de movimentos sociais ou outra forma de organização social. Ao serem questionados sobre a não participação, os entrevistados alegaram os mais diversos motivos, a saber: falta de transporte, não são convidadas a participar, não se sentem à vontade devido à condição de pobreza ou pela origem étnica.

A única relação institucional que parte das famílias entrevistadas afirmou manter é com as igrejas autodenominadas evangélicas¹¹⁵. Embora uma parcela significativa das famílias se identificou como católicas por ser a religião de origem, afirmaram ter optado por frequentar as igrejas evangélicas por se “sentirem bem”, ou seja, por estarem entre pessoas que vivem em condição social semelhante. Diferentemente de quando participavam da igreja católica, segundo as famílias, as igrejas evangélicas fazem doação de roupas, calçados e, em

¹¹⁵ O termo “evangélico” designa as diversas modalidades do pentecostalismo clássico, neoclássico ou neopentecostal. “Assim, ‘evangélico’ torna-se antes uma categoria ‘nativa’, um rótulo indenitário por meio do qual, no grupo disperso, se demarcam fronteiras, incluindo-se ou não determinados segmentos no interior do grupo de acordo com aquele que dele se utiliza, no constante processo pelo qual se desconstroem e se refazem identidades” (MONTES, 2012, p. 30). Essas igrejas crescem vertiginosamente no Brasil desde a década de 1970. Para Souza (2012), isso ocorre porque os modelos religiosos tradicionais eram moldados para atender aos anseios da burguesia e do proletariado e, embora esta última seja considerada uma classe trabalhadora, nenhuma religião era direcionada às aspirações de uma classe urbana, também trabalhadora, porém pouco integrada à sociedade capitalista. A autonomia no desenvolvimento dessas igrejas possibilitou a variação no discurso para atender às populações das periferias urbanas, o que também contribui nas explicações do seu sucesso entre esse público (*Ibid.*).

casos de doença na família, contribuem com o pagamento de medicamentos e de contas de luz e água.

De acordo com Souza (2012), essas igrejas possuem uma autonomia de adaptação à realidade dos locais onde estão inseridas, permitindo ajudar com doações e até mesmo dinheiro às famílias nas suas necessidades imediatas ou quando vivenciam alguma situação imprevista. No Meio Oeste Contestado, observamos que essas igrejas estão presentes nos meios urbano e rural, inclusive em tribos indígenas. Alude-se que a adaptação das igrejas à realidade social ocorre também pela presença do templo nos locais de maior concentração de famílias pobres. Diante das dificuldades de transporte, isso facilita a participação nos cultos.

Encontramos consonância das nossas constatações sobre as relações sociais de famílias pobres com alguns dos resultados do estudo realizado por Marques (2007), embora este tenha sido realizado no contexto urbano. De maneira geral, as pessoas pobres mantêm redes de sociabilidade pouco variadas e localizadas, em função da relevância dos custos econômicos para criar e manter os vínculos sociais. Não obstante, a participação em templos religiosos tende a aumentar a sociabilidade das famílias que participam dos cultos, quando comparadas com as que não os frequentam.

3.8 Quais políticas públicas são acessadas pelos pobres?

A maioria das famílias entrevistadas correlaciona as melhorias das condições de vida com o acesso às políticas públicas implementadas a partir do primeiro Governo Lula. Segundo essas famílias, a transferência de renda por meio do Programa Bolsa Família foi a política que mais contribuiu para as melhorias na qualidade de vida das famílias, pois os recursos financeiros garantem a aquisição de parte da “comida grosseira”, bem como das roupas e dos calçados para as crianças e os adolescentes que frequentam a escola.

Uma das regras do Bolsa Família é de que, entre os provedores do sustento, a mulher seja a titular do cartão do Programa, ou seja, são elas as administradoras desses recursos. Os resultados da importância da titularidade do cartão para as mulheres verificados no Meio Oeste Contestado corroboram com os resultados da pesquisa realizada por Rego e Pinzani (2013), no nordeste brasileiro. Para as mulheres, significa uma garantia maior de que conseguirão suprir as necessidades familiares mais básicas. Ademais, para muitas delas, o recebimento de renda mínima regular proporcionou a primeira oportunidade de gerir recursos financeiros e, a partir disso, aprenderam sobre economia e planejamento. Isso não significa,

porém, que conquistaram autonomia para se libertar da opressão conjugal ou de outras formas de submissão, até porque a construção da autonomia feminina é um longo processo.

Conforme já mencionado anteriormente, os provedores das famílias, quase todos pouco letrados ou não alfabetizados, não avaliam a qualidade da educação ou o aprendizado das crianças, mas reconhecem as melhorias ocorridas em relação ao acesso e às condições para que as crianças e adolescentes frequentem a escola. A entrevista apresentada a seguir ilustra a opinião de muitos entrevistados a esse respeito: “Uma vez não tinha transporte, hoje tem, não tinha roupa para ir à escola, não tinha sacola, era um pacote de açúcar, hoje tem mochila [...] a escola era longe, tinha que ir à pé, agora tem transporte (trecho de entrevista: mulher casada, 38 anos, uma criança, doméstica, 4.^a série, abril/2016).

As famílias também ressaltaram a importância da melhoria da alimentação escolar por meio do fornecimento de alimentos produzidos pelos agricultores familiares e adquiridos por intermédio do PAA e do Pnae. Uma parte significativa das famílias mencionou que, quando as crianças se alimentam bem na escola, diminui o consumo de alimentos em casa. Isso apesar de representar uma pequena economia na aquisição de comidas, não deixa de ser importante para os domicílios que possuem orçamentos limitados.

Embora não tenha havido o planejamento para a aplicação territorializada do PTC no âmbito do Colegiado do Território Meio Oeste Contestado, alguns gestores públicos destinaram recursos financeiros à construção de escolas, creches, unidades de saúde, Centros de Referência da Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), entre outros, em bairros periféricos ou em vilas rurais distanciadas dos centros urbanos. Para as famílias entrevistadas, a proximidade física desses serviços melhorou o acesso à informação, pois nem sempre tinham condições de se deslocar até o centro urbano para esclarecer dúvidas sobre políticas públicas junto à secretaria de ação social. Ademais, quando moram próximas de uma unidade de saúde, podem obter consultas médicas com mais frequência, o que possibilita o tratamento imediato de doenças assim que os sintomas aparecem e fazer consultas de rotina.

A grande maioria das famílias rurais entrevistadas nunca acessou às políticas de crédito e de aquisição pública de alimentos, tampouco receberam assistência técnica. Esses mesmos resultados haviam sido averiguados em estudos anteriores (TECCHIO, 2012), ou seja, exceto a implementação do PBSM, nada mudou para as famílias pobres entre 2011 e 2016, embora a ação pública territorial tenha como propósito principal, beneficiar esses atores.

3.9 A pobreza percebida por quem a vivencia

Para Paugam (2013b), são raras as pesquisas científicas sobre a representação social da pobreza que, em outras palavras, é o sentido que as pessoas dão ao fenômeno, a partir das experiências vividas, bem como das interações que caracterizam a vida em sociedade. Sob essa perspectiva, neste tópico, apresentamos as visões sobre o fenômeno da pobreza a partir da percepção das famílias entrevistadas, sendo que um grupo se considerou pobre, e o outro não.

Entre as 40 famílias entrevistadas, 21 se consideram pobres, outras treze não, e seis não souberam responder. A maioria das famílias que se considera pobres atribui à trajetória dos seus antepassados por viverem em situação de pobreza, por historicamente terem sofrido privações de acesso a direitos sociais básicos e de meios de produção, principalmente a terra, como ilustra este trecho de entrevista: “Sim, sou pobre porque, em primeiro lugar, eu vim de uma família bem pobre. Eu nunca tive muito dinheiro. Minha família sempre trabalhou e nunca teve nada” (homem casado, 50 anos, três crianças, diarista na construção civil e serviços domésticos, 4.^a série, maio/2016).

Outras famílias entrevistadas se consideram pobres, pois não possuírem dinheiro suficiente para as necessidades básicas, como alimentação, roupas, calçados e remédios. Para as demais, o fato de não serem proprietárias da casa onde residem e de esta não ter condições adequadas às condições climáticas e ao tamanho da família, é outro indicador de que são pobres. Ademais, a impossibilidade de trabalhar devido a problemas de saúde é percebida como outro fator condicionante da situação em que se encontram. Eis um trecho de entrevista que explica essa percepção: “Pobre sou eu, porque no tempo que eu podia trabalhar, os meus filhos nunca passaram fome, trabalhei sozinha, deixava eles aqui dentro [na casa], um pedaço de carne nunca faltou, pão também não. Porque se a gente tem serviço não tem dizer eu sou pobre” (mulher monoparental, 52 anos, doméstica, 1.^a série, maio/2016).

Chamou-nos a atenção, porém, o fato de que nem todas as famílias entrevistadas correlacionaram a sua condição de pobreza aos bens materiais. Para essas pessoas, é pobre quem tem a família desunida ou não demonstra compaixão e amor ao próximo, conforme relatou uma entrevistada “Pobre é a pessoa que não tem amor, porque com o resto a gente se vira” (mulher casada, 38 anos, uma criança, doméstica, 4.^a série, maio/2016).

O principal argumento pelo qual treze famílias não se consideraram pobres, é de que, em relação à vivência no período anterior às políticas sociais instituídas a partir do primeiro Governo Lula, as condições de vida melhoraram muito: “Pobreza é sofrimento. Eu sou rica e

feliz. Eu morava num barraco, nem panela eu tinha para cozinhar. Hoje temos panelas, fogão, mesinha [...]. Tem tudo o que precisa” (mulher casada, 58 anos, um adolescente, doméstica, não alfabetizada, abril/2016). Para este grupo de família, o fato de terem acesso aos bens materiais mínimos necessários à sobrevivência não os inclui na categoria de pobres. Ademais, algumas famílias não se consideraram pobres, pois possuem trabalho - formal ou informal -, dispõem de saúde e a família está unida.

Alude-se que o fato de parte das famílias entrevistadas não ter se considerado pobres, é uma forma de não se desejarem ser associadas a um *status* social específico, desqualificado e inferior na escala social, por não estarem inseridas no mercado de trabalho formal. De acordo com Paugam (2013b) e Rahnema (2004), na atualidade, o *status* social repousa, em grande medida, sobre a participação das pessoas nas atividades produtivas, logo desvaloriza as que querem e podem trabalhar, mas as suas aptidões não correspondem às exigências do mercado. Como vimos anteriormente, as pessoas pobres do Território Meio Oeste Contestado têm dificuldades de se inserirem no mercado formal de trabalho, pois não possuem os requisitos necessários para atender à demanda, como por exemplo, saúde física e escolaridade, ou no caso das mulheres, também por serem responsáveis pelas atividades domésticas.

CAPÍTULO IV

A TERRITORIALIZAÇÃO DA AÇÃO PÚBLICA DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA

E infelizmente a gente tem uma parcela da sociedade, que sempre foi jogada às margens, pelo sistema econômico brasileiro e que, portanto, nunca teve oportunidade, que normalmente a sociedade chama de vadio. Os vadíos, os que não querem isso, que não querem aquilo. E claro, tem também, mas não é só nos pobres que tem isso, tem em tudo quanto é classe social. Porque que as pessoas às vezes não querem trabalhar, dizem que não querem trabalhar? Mas ninguém vai lá olhar se ela não quer trabalhar, ou se ela não tem condição de trabalhar. Porque que ela não tem condição? Às vezes ela está cuidando de alguma coisa da família que ela não consegue sair pra trabalhar. E a gente vai chamando de vadio. Eu vivenciei um caso ontem, o cara veio me procurar e está desesperado. Ele tem três crianças e está separado da esposa e com uma perna quebrada. Ele está usando muletas, logo não consegue trabalhar. Ele não é vadio: ele não consegue trabalhar! Mas se ele for pedir um pacote de comida pra alguém são capazes de chamá-lo de vadio (trecho de entrevista: delegado do Codeter representando a sociedade civil, vereador e ex-secretário municipal de administração, abril/2016).

A territorialização da ação pública é entendida neste estudo como a implementação de um conjunto de políticas públicas num mesmo território e conta com a participação de atores governamentais e da sociedade civil que são relevantes para a política no processo de sua implementação e gestão social. Essa forma de gestão de políticas implica em mudanças institucionais, pois emerge uma nova relação entre os atores que participam desse processo ao construírem normas, regras, contratos e parcerias. Nessa perspectiva, a territorialização da ação pública permite abordar problemas em espaços precisos para tratar de forma diferenciada determinados segmentos sociais, via adequação das políticas às suas especificidades.

Esses preceitos orientaram a análise feita neste capítulo, principalmente, quando averiguamos se a territorialização da ação pública foi usada como uma ferramenta de planejamento de ações de enfrentamento da pobreza. Para tanto, analisamos dois programas territorializados que incluem o tema da pobreza entre suas justificativas, o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), implementados no Território Meio Oeste Contestado.

As noções de institucionalidades e de governança constituídas para implementação e gestão social do Pronat e do PTC auxiliam na compreensão das diversas mudanças institucionais que ocorreram no âmbito do Meio Oeste Contestado. A noção de institucionalidades adotada neste estudo foi elaborada por Delgado e Leite (2011, 444), a qual é compreendida como:

[...] o conjunto de instituições (regras de funcionamento, normas existentes – explícitas ou implícitas – e organizações colegiadas) criadas pelos programas federais para conduzir a gestão social, a governança e a escolha dos projetos estratégicos da política territorial, com a participação de representantes do Estado e da sociedade civil.

A governança, por sua vez, é entendida no âmbito desta pesquisa como um processo de negociação de interesses entre os gestores públicos e os atores da sociedade civil, que operam num determinado contexto e institucionalidade, para fazerem a gestão da ação pública (ROVER, 2011). No caso do Território Meio Oeste Contestado, interessa compreender os resultados das relações construídas entre os atores institucionais (gestores públicos e delegados do Codeter) que atuam no Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) na implementação das ações públicas territorializadas para o tratamento da pobreza.

Além da construção das institucionalidades e da governança no Meio Oeste Contestado, buscamos a compreensão dos principais entraves e desdobramentos referentes à aplicação territorializada dos recursos financeiros do Pronat e do PTC, em especial, no que concerne ao tratamento da pobreza. Ainda sobre a pobreza, analisamos o entendimento que os atores institucionais possuem a respeito das políticas públicas direcionadas ao seu tratamento, bem como do fenômeno da pobreza no Território. Isso nos permite compreender quais elementos esses atores levaram em conta na tomada de decisões acerca da priorização de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza. Para tanto, nos apoiamos na análise de documentos referentes ao Pronat e ao PTC e no resultado da pesquisa de campo realizada junto a 36 atores institucionais do Território Meio Oeste Contestado, cujas informações estão compiladas no Quadro 29 (Anexo 31). As figuras 26 e 27 retratam duas entrevistas realizadas com atores institucionais.



Figura 26: entrevista realizada pela equipe de pesquisadoras do Lemate, Abelardo Luz/SC, outubro/2014.

Fonte: acervo da autora.



Figura 27: entrevista realizada pela pesquisadora, Coronel Martins/SC, abril/2016.

Fonte: acervo da autora.

4.1 A construção, as institucionalidades e a governança do território rural de identidade

Após o lançamento do Pronat¹¹⁶, em 2003, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) iniciou a formação e a delimitação dos territórios rurais de identidade. A compreensão de como se deu esse processo é importante, pois os territórios convivem com recortes administrativos construídos, geralmente, por governos estaduais. “Nestes casos, trata-se de institucionalidades distintas e sobrepostas que encontram dificuldades de diálogo e de ações conjuntas, ainda que, por vezes, tenham objetivos similares” (DELGADO; GRISA, 2014, p. 147). Não obstante, organizações da sociedade civil, a exemplo de cooperativas, sindicatos e movimentos sociais também se organizam em esferas que extrapolam os limites municipais. A distribuição dos municípios que integram um território rural de identidade em diversos recortes, sejam eles criados pelo governo ou pela sociedade civil, resulta em desafios a sua gestão social e governança.

Em Santa Catarina, participaram das intensas e complexas negociações para a constituição dos territórios rurais de identidade, a SDT, a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina e organizações da sociedade civil vinculadas à agricultura familiar. Segundo assessores da SDT que atuaram na implementação política territorial na esfera nacional e estadual, essa Secretaria e o Governo Estadual travaram algumas disputas durante a implementação dos territórios em Santa Catarina. Uma delas concerne ao fato de não ter se empenhado para criar o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDR), cuja função principal, segundo Delgado e Leite (2011), é analisar e se manifestar a respeito da formação de territórios e da modificação de territórios já estabelecidos, bem como deliberar sobre a aprovação dos projetos financiados pelo Pronat e, posteriormente, encaminhar as suas decisões para a SDT.

Provavelmente, o Governo Estadual entendeu que as finalidades do CEDR eram semelhantes dos propósitos do Colegiado Estadual de Desenvolvimento, criado no início de 2003, quando, por meio da reforma administrativa, implementou as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), doravante Agências de Desenvolvimento Regional (ADR)¹¹⁷. Essas agências são estruturas administrativas descentralizadas do poder executivo,

¹¹⁶ A concepção do Programa Territórios Rurais de Identidade, bem como a implementação e o objetivo do Pronat foram apresentados no item 1.4.4, no primeiro capítulo desta tese.

¹¹⁷ Em 2015, momento em que as SDR foram transformadas em ADR, Santa Catarina contava com 36 estruturas. Segundo Oganauskas Filho (2016), as principais mudanças dizem respeito à diminuição do *status* dessas agências, pois enquanto as SDR compunham o primeiro escalão do governo, as ADR passaram para o segundo escalão, diretamente ligadas ao gabinete do Governador e os Conselhos de Desenvolvimento Regional deixaram de ter poder deliberativo.

criadas com o objetivo principal de planejar o desenvolvimento na escala regional. Para tanto, foram criadas 29 ADR e seus respectivos Colegiados de Desenvolvimento Regional, além do já mencionado Colegiado Estadual de Desenvolvimento. Por sua vez, a SDT não teve força política para mudar essa decisão e instituir o CEDR em Santa Catarina. Assim sendo, o Conselho Estadual do Pronaf foi escolhido para tratar dos assuntos relacionados à política de desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina.

De acordo com os assessores territoriais entrevistados, outro entrave entre o Governo Estadual e a SDT, diz respeito ao número e à configuração dos territórios rurais de identidade, cujas discussões ocorreram no decorrer de um ano no Conselho Estadual do Pronaf, sem êxito em relação aos acordos para delimitar os territórios. Como no início de 2004, a política territorial não tinha sido implementada somente em Santa Catarina, a SDT aceitou algumas imposições do Governo Estadual. A intenção inicial da SDT era construir quatro territórios no estado distribuídos em regiões distintas, a saber: Alto Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Planalto Norte e Oeste Catarinense. Por sua vez, o Governo Estadual defendia que os territórios fossem criados a partir do recorte geográfico das então SDR e que o maior número possível delas fosse contemplado. Assim sendo, a SDT aceitou a homologação de seis territórios rurais de identidade¹¹⁸, ou seja, dois a mais da sua intenção inicial.

No oeste catarinense, o propósito da SDT era de formar um território rural de identidade com base nos limites geográficos do Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) Alto Irani¹¹⁹. Cabe ressaltar que os municípios do Consórcio que integraram o Meio Oeste Contestado coincidem com o recorte geográfico da ADR de Xanxerê e da Associação de Municípios¹²⁰ do Alto Irani (Amai)¹²¹. A SDT, no

¹¹⁸ Em 2004, foram criados os seguintes territórios rurais de identidade em Santa Catarina: Meio Oeste Contestado, Oeste Catarinense, Alto Uruguai, Alto Vale do Itajaí, Planalto Norte e Planalto Serrano.

¹¹⁹ Apesar de os integrantes do Consad Alto Irani não se reunirem desde 2009, não foi extinto judicialmente. De acordo com Mascarenhas (2015), esse Consórcio não continuou as suas atividades devido aos entraves que os seus integrantes encontraram em administrar os recursos financeiros recebidos, a resistência dos prefeitos em relação à representação majoritária da sociedade civil (dois terços) e a falta de apoio do Governo Estadual, que, concomitantemente, instituía as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) e do próprio MDS. No período em que o Consad Alto Irani funcionou, todavia, realizou um amplo debate sobre a cadeia produtiva da agricultura familiar e articulou diversos projetos que ainda estão em funcionamento e beneficiam principalmente os agricultores familiares, como centros de comercialização, feiras e cooperativas (*Ibid.*). Os municípios que integram o Consórcio são: Abelardo Luz, Bom Jesus, Coronel Martins, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ipuaçu, Jupiá, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim. Cabe ressaltar que os municípios de Coronel Martins, Galvão e Jupiá integravam o Consad Alto Irani, mas no momento da constituição dos territórios, optaram por participar do Território Oeste Catarinense, conforme discussão apresentada a seguir.

¹²⁰ Em Santa Catarina, as primeiras iniciativas de articulações intermunicipais, denominado “movimento municipalista” datam da década de 1960. Em 1980, com o propósito principal de fortalecer os municípios por meio de associações para fazer frente ao forte centralismo federal imposto pela Ditadura Militar, foi

entanto, atendeu ao pedido do Governo Estadual - que objetivava a inserção do maior número possível de ADR nos recortes territoriais - e incluiu o conjunto de municípios que são compatíveis com a ADR de Joaçaba e a Associação de Municípios do Meio Oeste Catarinense (Ammoc)¹²².

Assim sendo, em 2004, o Meio Oeste Contestado foi composto por 27 municípios distribuídos em distintos recortes geográficos, preestabelecidos por associações de municípios, por ADR e pelo Consad Alto Irani. A inclusão dos municípios da Ammoc nesse Território resultou, porém, na polarização entre as regiões da Ammoc e a Amai, segundo as palavras da maioria dos atores entrevistados “são dois territórios dentro de um território”. As principais implicações dessa polarização concernentes à representação no Codeter, ao acesso aos recursos do Pronat e aos desdobramentos da política territorial serão discutidas no decorrer deste capítulo.

As organizações da sociedade civil também interferiram no recorte geográfico do Meio Oeste Contestado. Em 2006, os delegados representantes no Codeter da base sindical vinculada à Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) perceberam que a delimitação do Território não contemplava a sua articulação já existente e, então, se mobilizaram para fazer ajustes na sua composição. Lembramos que, segundo delegados entrevistados dos municípios de Galvão, Jupiá e Coronel Martins, - embora integrassem o Consad Alto Irani - haviam optado por participar do Território Oeste Catarinense, devido à proximidade física e à opção de agregar os municípios da Associação de Municípios do Noroeste Catarinense (AMNoroeste)¹²³ à qual pertenciam, em um mesmo território. Esses delegados, entretanto, também compunham a base regional da Fetraf, politicamente articulada com municípios da Amai. Em 2006, os municípios de Galvão, Jupiá e Coronel Martins passaram a pertencer ao Meio Oeste Contestado, por pressão dessa base sindical, que acreditava que, com a sua manutenção em um mesmo território, teriam mais

institucionalizada a Federação Catarinense das Associações de Municípios (Fecam) (FECAM, s/d). Atualmente, essa Federação possui 21 associações de municípios. Para maiores informações, ver Mascarenhas (2015) e Marques (2003).

¹²¹ Os municípios que integram a Amai, a ADR de Xanxerê e o Território Meio Oeste Contestado são: Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuáçu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.

¹²² Os municípios que participam da Ammoc, da ADR de Joaçaba e do Território Meio Oeste Contestado são: Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval d’Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Tangará, Treze Tílias e Vargem Bonita.

¹²³ Neste estudo, os municípios do Território que integram a AMNoroeste serão considerados como pertencentes à Amai, dada a proximidade geográfica e semelhanças socioeconômicas entre os municípios dessas duas associações. Ademais, os delegados entrevistados fazem menção à existência de dois polos no Meio Oeste Contestado, em vez de três, conforme o número de associação de municípios e de ADR que integram o Território. Dessa forma, nos reportamos, neste trabalho, a dois polos regionais: Amai e Ammoc.

força na articulação para acessar os recursos públicos anunciados pelo Pronat¹²⁴. No mesmo período, o município de Tangará, integrante da Ammoc, optou por não mais participar da política territorial, por considerar que os recursos financeiros que poderiam ser obtidos por intermédio do Pronat eram insignificantes diante do tempo dedicado à participação no Codeter. Por fim, a partir de 2006, um total de 29 municípios passou a compor o Território.

Ao mesmo tempo em que os delegados ligados à Fetraf se mobilizaram para manter a sua base sindical num mesmo território rural de identidade, passaram a verbalizar, em algumas reuniões do Codeter, a vontade de formar dois territórios. A principal justificativa era a dificuldade de participar das reuniões desse Colegiado, em função da distância dos municípios limítrofes do Território até os centrais, onde geralmente as reuniões eram realizadas¹²⁵. Um exame mais minucioso da dinâmica de atores do Território, sugere, no entanto, que existem outras razões de cunho mais político na intenção de formar dois territórios. Os delegados da região da Amai nunca aceitaram a imposição do Governo Estadual sobre a inclusão dos municípios da Ammoc. Ademais, seriam mais beneficiados pelo Pronat, pois os recursos financeiros seriam disputados por 17 municípios e não pelos 29 que integram o Meio Oeste Contestado¹²⁶.

No entanto, os delegados que representavam o MST no Colegiado do Meio Oeste Contestado, estiveram presentes desde o início da construção do Território e sempre desempenharam um papel de destaque na sua articulação, não aceitaram a ideia de dividi-lo. O argumento usado por eles foi o mesmo que justificou a reconfiguração para que todos os municípios que compõem a base sindical da Fetraf ficassem em um mesmo território. Os assentamentos da reforma agrária se organizam por regiões para empreender ações políticas

¹²⁴ O MDA aceitou, não apenas em Santa Catarina, como critério de seleção de municípios para integrar os territórios, recortes espaciais preestabelecidos por organizações da sociedade civil. O Ministério considerou, em Roraima, a delimitação geográfica da Terra Indígena Raposa Terra do Sol (ROSAR; CAZELLA; ZIMMERMAN, 2013), e no Pará, a área de atuação da Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sudeste do Pará (Fecat), para a formação do Território Sudeste Paraense (DELGADO; GRISA, 2014). Outro exemplo é a territorialização do Pronat no Território Litoral Norte Gaúcho, localizado no Rio Grande do Sul. A sua criação ocorreu diferentemente da maioria das demais iniciativas, nas quais a SDT “levava” a ideia e os atores locais se apropriam dela. No Litoral Norte Gaúcho, a intenção de instituir um território rural de identidade, bem como de delimitá-lo geograficamente, partiu dos coordenadores da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Coomafit). Os dirigentes dessa Cooperativa, após conhecerem experiências bem sucedidas em outros estados, instituíram o Território Litoral Norte Gaúcho em 2014, como uma estratégia, em especial, para fortalecer as cooperativas de produção ecológica por meio dos recursos financeiros do Pronat (MEDEIROS; TECCHIO; CAZELLA, 2016).

¹²⁵ Por exemplo, a distância estimada entre o município limítrofe de Jupiá e de Catanduvas, município central do Meio Oeste Contestado, onde foram realizadas a maioria das reuniões do Codeter, é de aproximadamente 170 km, com tempo estimado de viagem de três horas.

¹²⁶ A intenção do Codeter de dividir um território não é uma questão observada apenas no Meio Oeste Contestado. Segundo Oliveira, L. C. (2014), os delegados do Colegiado do Território Noroeste Paulista pretendiam formar dois territórios, com o argumento de que era difícil articular os mais de 30 municípios em torno de um propósito, além de a distância física entre eles influenciar negativamente na sua organização.

de interesse do Movimento, como por exemplo, o acesso a políticas públicas e a organização da produção agropecuária. No caso do Meio Oeste Contestado, essa organização abrange assentamentos localizados na região da Amai e da Ammoc, e os delegados representantes do MST entenderam que a divisão do Território implicaria uma maior dificuldade para organizar os debates em torno das propostas para elaboração dos projetos a serem financiados pelo Pronat. Como não houve consenso sobre a divisão do Território, os delegados e os assessores territoriais optaram por amadurecer melhor a ideia antes de colocá-la novamente em apreciação no Codeter, mas, com o passar do tempo, diante das demandas relacionadas à aprovação de projetos do Pronat, essa discussão foi arrefecendo e não voltou mais a ser pauta no Colegiado.

As institucionalidades criadas no Meio Oeste Contestado seguiram, de maneira geral, as orientações da SDT. O Codeter é a instância máxima de discussão e de deliberação dos territórios, pois, nesse espaço, são negociadas as regras e as normas para a implementação de projetos de desenvolvimento territorial (MDA, 2005a). O colegiado territorial deve contemplar a diversidade, a representatividade e a pluralidade dos atores envolvidos nas diversas dimensões do desenvolvimento rural (social, econômica, cultural, política e ambiental), visando à efetividade e à legitimidade da gestão social (CONDRAF, 2004). Sobre a sua composição, dois terços das vagas devem ser ocupadas por representantes da sociedade civil ligados a segmentos da agricultura familiar ou que estudem ou promovam ações direcionadas ao seu apoio e/ou desenvolvimento. As demais vagas (um terço) devem ser preenchidas pelo poder público (executivo, legislativo e judiciário), que tenham alguma ligação com o desenvolvimento rural sustentável, bem como por universidades, associações de municípios, entre outras (*Ibid.*).

Seguindo essas recomendações, o Codeter do Meio Oeste Contestado foi composto por representantes da sociedade civil e do governo, na proporção de dois terços para os primeiros e de um terço para os últimos. A polarização presente na constituição do Território se refletiu na participação dos atores no Codeter, sendo que a maioria dos delegados da região da Amai são representantes da sociedade civil, ligados a segmentos da agricultura familiar, de maneira específica, do MST, de sindicatos vinculados à Fetraf e de cooperativas de produção, de crédito e de assistência técnica ligadas ao segmento da agricultura familiar. A nosso ver, o protagonismo dos agricultores familiares no Colegiado do Território desta região relaciona-se com a forte presença dos movimentos sociais, de sindicatos e de cooperativas, que, desde a década de 1980, se organizam para reivindicar políticas públicas, além da experiência que vivenciaram no Consad Alto Irani. Por sua vez, os delegados da região da Ammoc

pertencem, majoritariamente, a instituições públicas, a saber: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Ammoc e prefeituras, com destaque para secretários municipais de agricultura. A Ammoc possui um papel de destaque no que concerne à mobilização de atores públicos para buscar soluções coletivas dos problemas dos municípios que integram essa associação, prevalecendo, assim, a presença de delegados governamentais dessa região no Colegiado do Território.

Em relação à participação por gênero no Codeter, no período de 2004 a 2007, preponderou a representação masculina ligada ao setor agropecuário, refletindo o fato de que, historicamente, esse setor é representado por homens. O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que se originou na década de 1980, no oeste de Santa Catarina, com forte atuação também em nível nacional, no sentido de garantir os direitos e a participação das mulheres nos diversos contextos da sociedade, contribuiu para a constituição do Meio Oeste Contestado, mas a participação no Codeter foi inconstante. Provavelmente, isso ocorreu porque o Pronat financia principalmente projetos de inclusão produtiva, não fortalecendo diretamente os propósitos do MMC. Acreditamos que, se esse movimento tivesse participado assiduamente no Colegiado, poderia ter equalizado a participação por gênero.

Sobre a participação das populações pobres no Codeter do Meio Oeste Contestado, Tecchio (2012) averiguou que apenas os indígenas tiveram uma incipiente atuação durante um curto período de tempo, no qual houve uma tentativa de articular um projeto para financiar uma agroindústria de leite no município de Ipuaçu, que beneficiaria indígenas e agricultores familiares¹²⁷. Semelhante às constatações de Delgado e Grisa (2014), participaram do Codeter do Meio Oeste Contestado, agricultores familiares ligados ao setor da agropecuária, mais organizados socialmente e com maior poder de barganha. Nesse sentido, o poder público não demonstrou ter condições técnicas, nem orientação política para compensar a tendência hegemônica dos setores mais organizados da agricultura familiar, ou para motivar as populações pobres a se organizar e participar do Colegiado Territorial ou até mesmo para capitanejar recursos do Pronat para atender aos interesses dos segmentos mais pobres do meio rural do Território.

Os atores da esfera do mercado também não participaram da política territorial no Meio Oeste Contestado. Para Delgado e Grisa (2015; 2014), uma das razões diz respeito à continuidade que a política de desenvolvimento territorial, embora em escala intermunicipal,

¹²⁷ Os fatos que levaram à não execução desse projeto serão tratados a seguir, no item 3.3.

deu ao Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais. Essa modalidade do Pronaf tinha como características, a priorização do desenvolvimento rural sem considerar as interações rural-urbano e a participação de representantes da agricultura familiar e do governo nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Outra razão está relacionada à dificuldade que os atores da sociedade civil e governamentais têm em discutir, à guisa de exemplo, a construção e a regulação dos mercados nos territórios (*Ibid.*). Além disso,

Se, por exemplo, o volume de recursos é pouco expressivo, destinado a grupos sociais subalternos e oriundo de programas ou agências com reduzido influência na política governamental, é muito provável que os atores empresariais e suas organizações não terão motivos para envolver-se na institucionalidade territorial, dada sua irrelevância diante das expectativas e dos interesses econômicos e políticos que possuem (BONNAL, CAZELLA; DELGADO, 2011, p. 53-54).

No caso do Meio Oeste Contestado quem, na maioria das vezes, determina a dinâmica econômica do Território, são os complexos agroindustriais ligados à produção de suínos, aves, leite¹²⁸ e soja, no entanto nenhuma representação desses setores do mercado integra o Codeter do Território. As três principais motivações citadas pela literatura especializada acima contribuem para explicar a não participação de representantes do mercado, ou da chamada iniciativa privada, no Codeter. De maneira específica, participaram desse fórum, representantes de segmentos de agricultores familiares e da esfera governamental devido à similaridade que o Pronat manteve com o Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais e à recomendação do MDA para que integrassem o Codeter atores com interesses específicos na política. Por fim, não faz parte das prioridades dos grupos de agricultores familiares que integram o Colegiado Territorial, a negociação com atores do mercado. Assim sendo, tanto os atores do mercado não foram mobilizados para participar do Colegiado Territorial, como a irrelevância dos valores financiados pelo Pronat não os atraiu para participar dessa institucionalidade.

Sobre a organização dos Codeter, o MDA/SDT recomendou que esses se estruturassem, minimamente, a partir de três instâncias: Plenário, Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico. O Plenário é o órgão colegiado superior, que tem por atribuições tomar decisões estratégicas sobre o desenvolvimento territorial, entre elas, deliberar sobre a composição do Codeter, de maneira que sejam garantidos os princípios de representatividade do território, bem como avaliar o funcionamento das suas instâncias. Além disso, compete a essa

¹²⁸ Para maiores informações sobre as cadeias de produção agropecuária no oeste de Santa Catarina, consultar Souza (2009) e Pertile (2008).

institucionalidade, analisar e aprovar o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), visando à orientação de ações de desenvolvimento a serem financiadas pelo Pronat e o regimento interno do Codeter, para regulamentar as formas de convocação para as reuniões e as regras concernentes a tomada de decisão (MDA, 2006; 2005a).

O Núcleo Dirigente tem como atribuição apoiar ações da instância colegiada, como reuniões, construção e implementação do PTDRS e projetos territoriais, orientar os trabalhos do assessor técnico e enviar projetos aprovados pelo Codeter às instâncias competentes. O Núcleo Técnico deve ser constituído por técnicos de organizações de assistência técnica, de pesquisa ou de ensino, e tem a função de prestar apoio técnico às atividades do Codeter, como por exemplo, realizando a análise dos projetos que visam à obtenção de financiamento do Pronat, antes da sua apreciação no Codeter (DELGADO; GRISA, 2014; MDA, 2006; 2005b). Cada Codeter conta também com um assessor técnico, que deve atuar junto ao núcleo técnico, além de apoiar a execução do PTRDS, acompanhar e monitorar contratos de serviços técnicos, mobilizar e articular parcerias no âmbito do território, formar agentes de desenvolvimento e sistematizar atividades do Codeter (DELGADO; GRISA, 2013; MDA, 2009).

As reuniões do Codeter no Meio Oeste Contestado ocorriam geralmente a cada dois ou três meses, ou em intervalo menor de tempo, quando havia necessidade de, por exemplo, deliberar sobre projetos a serem financiados pelo Pronat. Na maioria das reuniões, a participação de delegados no Codeter era motivada por interesses, ou seja, se faziam presentes os maiores envolvidos em aprovar um projeto que beneficiaria o grupo social que representavam. Como o Codeter do Território não concluiu a elaboração do PTDRS, nem do regimento interno, embora tenha realizado diversas reuniões com esse objetivo, as normas e regras que orientaram o funcionamento do Colegiado eram informais, o que explica, em grande parte, a elevada rotatividade de delegados. Isso influenciou negativamente o seu funcionamento, uma vez que nem sempre as pessoas que participavam estavam informadas a respeito das discussões e empoderadas para tomar decisões.

Nota-se que a territorialização das ações do Pronat implicou mudanças institucionais. No Meio Oeste Contestado, porém, essa inovação não foi suficiente para garantir a participação social mais equânime do público alvo do MDA, uma vez que das populações mais pobres, os indígenas tiveram uma atuação incipiente e os caboclos nunca participaram desse espaço de discussão. Isso poderia ter ocorrido por meio do estabelecimento de estratégias de desenvolvimento territorial que contemplassem essas populações no PTDRS e

de regras que assegurasse a sua participação no Codeter, além do empenho do poder público e das organizações da sociedade civil em organizá-las para que pudessem atuar no Colegiado.

Na composição do Núcleo Dirigente do Meio Oeste Contestado, prevaleceu a participação de representantes da sociedade civil, enquanto no núcleo técnico, predominou os atores governamentais. O Núcleo Dirigente contribuiu, principalmente, na organização de reuniões do Codeter e nas tentativas de elaboração tanto do PTDRS quanto do regimento interno. Já o Núcleo Técnico praticamente não atuou devido à falta de mobilização, função que deveria ter sido desempenhada pelo assessor técnico do Território. Ademais, para os delegados, participar no Núcleo Técnico é “um serviço a mais”, uma vez que não deixam de cumprir funções nas instituições nas quais atuam profissionalmente para atuar no Núcleo. Assim sendo, geralmente, os projetos que visavam ao financiamento do Pronat eram colocados em apreciação nas reuniões do Codeter sem o devido parecer técnico. Esse assunto é retomado no item 3.3.

O Meio Oeste Contestado contou com a atuação de dois assessores técnicos, sendo que o primeiro era ligado ao MST e o seu sucessor, à Fetraf. O papel desempenhado pelo primeiro profissional foi imprescindível na mobilização de atores da sociedade civil e governamentais para a formação e o funcionamento inicial do Território. Por sua vez, o segundo assessor a ocupar esse cargo, devido a sua forte ligação com os sindicatos da região da Amai, encontrou dificuldades para executar as suas tarefas na região da Ammoc representada no Codeter, majoritariamente, por delegados governamentais, conforme já comentado. Além disso, nenhum desses assessores deixou de atuar junto às instituições às quais estavam vinculados para se dedicar exclusivamente ao cargo no Codeter. De acordo com esses assessores territoriais, pela natureza das ocupações dos assessores técnicos junto a organizações da sociedade civil, estes desempenharam um papel mais de articuladores, deixando a desejar no que se refere às atividades técnicas, como sintetização das discussões e das decisões do Codeter na forma de documentos.

4.2 A reconfiguração do território rural de identidade para território de cidadania

Em 2008, a territorialização da ação pública de enfrentamento da pobreza ganhou novo impulso com a criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC)¹²⁹. O Programa foi implementado em territórios cuja incidência da pobreza era mais significativa e implicou em

¹²⁹ As informações sobre a concepção, a implementação e os objetivos do Programa Territórios da Cidadania podem ser consultadas no item 1.4.5 do primeiro capítulo desta tese.

mudanças no que concerne às institucionalidades e a governança. Nos territórios da cidadania, a institucionalidade territorial foi composta da mesma maneira que nos territórios rurais de identidade, por representantes da sociedade civil e do governo, no entanto com uma representação paritária. Para Delgado e Leite (2011), a intenção do Governo Federal era de que a presença do Estado, por meio das esferas municipal, estadual e federal, fosse mais intensa do que no Programa que o antecedeu. Segundo esses pesquisadores,

Essa orientação é coerente com os objetivos gerais do [PTC], que pretende a superação da pobreza rural e a conquista da cidadania em territórios selecionados, por meio da mobilização de diferentes ministérios setoriais e agências governamentais no sentido de planejarem suas ações para que as políticas públicas incidentes nesses territórios sejam implementadas de forma articulada e integrada (DELGADO; LEITE, 2011, p. 446).

O Codeter do Meio Oeste Contestado não aceitou instituir a representação paritária, mantendo a formação do território rural de identidade, logo continuou prevalecendo a representação de segmentos de agricultores familiares minimamente inseridos em cadeias de comercialização. Essa opção, de acordo Delgado e Leite (2011), está ligada ao fato de que os delegados da sociedade civil ficaram desconfortáveis diante da possibilidade de a institucionalidade territorial ser dominada por representantes do governo. Diante da complexidade para planejar a aplicação territorializada das ações do PTC, por iniciativa de um articulador territorial estadual¹³⁰, o Codeter buscou, entre os representantes governamentais, a participação dos prefeitos e de profissionais das áreas da saúde, da educação e da assistência social. Esses atores participaram no início da implementação do PTC, mas se desmobilizaram logo em seguida. Na opinião dos delegados e assessores territoriais, a desmotivação se deve, em partes, a falta de entendimento de qual seria a função a ser desempenhada no Codeter.

Provavelmente, os gestores públicos não viram mudanças após a implementação do Programa Territórios da Cidadania, pois as políticas públicas informadas na Matriz de Ações já vinham sendo executadas nos municípios antes da criação deste Programa. Na prática, a forma de acessar os recursos públicos iria continuar da mesma maneira, independentemente de os gestores públicos participarem ou não no Colegiado Territorial, pois o acesso às verbas não dependia da sua aprovação, como era o procedimento de acesso ao Pronat. Além disso, conforme sugerem os assessores territoriais que atuaram na esfera federal e estadual, não

¹³⁰ As principais funções do articulador territorial estadual consistiram em contribuir para a organização dos atores sociais e na gestão social das ações territorializadas nos territórios do estado de Santa Catarina, além de fazer a “ponte” entre o MDA e os territórios (TECCHIO, 2012).

houve suficiente capacitação para que os delegados e os gestores públicos entendessem que além das funções que já vinham desempenhando relacionadas ao Pronat, deveriam fazer a gestão social e planejar a aplicação territorializada dos recursos financeiros informados na Matriz de Ações do PTC. Soma-se a isso o fato de os prefeitos participarem de associações de municípios e de Agências de Desenvolvimento Regional, que são dois recortes administrativos com finalidades similares às dos territórios da cidadania, como sugere um articulador territorial estadual:

Eles se reúnem nos fóruns deles. As associações de municípios tem reuniões ordinárias a cada um ou dois meses, realizadas à tarde, nas quais os prefeitos se reúnem. As SDR [atual ADR], ainda tinham uma capacidade de mobilizar os prefeitos através do Estado para participarem das suas reuniões. Sempre foi um sonho trazer os prefeitos para o debate do Colegiado Territorial. [...] Mas o rito sumário para acessar as políticas já estava definido antes, e nenhum Ministério quis rever isso [no sentido de que] precisaria de um aval do Colegiado, sobre a participação dos prefeitos nas reuniões para a liberação de recursos financeiros do PTC (trecho de entrevista: assessor do MDA e ex-articulador dos territórios em Santa Catarina, outubro/2014).

Para contribuir com a implementação das decisões estratégicas dos territórios da cidadania contempladas nos PTDRS, o MDA orientou a criação de Câmaras Temáticas, Grupos de Trabalho, Comitês Permanentes e/ou Temporários (MDA, 2009). Para Delgado e Grisa (2013), essa institucionalidade tem a função de apoiar o Codeter na inclusão de grupos sociais excluídos do acesso às políticas de desenvolvimento territorial. Seguindo as orientações do MDA, mesmo sem ter concluído o PTDRS, o Meio Oeste Contestado criou, em 2008, as Câmaras Temáticas da saúde, da educação, da agricultura e da assistência social. Os diferentes setores se reuniam para discutir os assuntos mais importantes antes de levá-los para apreciação na plenária do Codeter. Depois de dois anos, sem ter cumprido um dos seus propósitos, que era de incluir os setores sociais mais excluídos das ações públicas, os integrantes dessas Câmaras se desmobilizaram e essa institucionalidade deixou de existir.

A desarticulação das Câmaras Temáticas, em 2010, coincidiu com o arrefecimento da participação social no Codeter Território Meio Oeste Contestado. Por um lado, os delegados que passaram a atuar no Colegiado Territorial após a implementação do PTC perderam o interesse ao não verem sentido na sua atuação. Por outro lado, as inovações que ocorreram após a territorialização do PTC, principalmente em relação à gestão social para atender aos requisitos desse Programa, não agradaram os delegados representantes da sociedade civil que estiveram presentes no Território desde a sua constituição. A afirmação comprova-se na entrevista apresentada abaixo:

No território [rural], eram discutidos os problemas do município nas questões como cadeia produtiva, comercialização, debate agrícola [...] depois entrou educação, saúde e funcionou dois anos e depois não funcionou mais nada, nem rural e nem cidadania. Pois não havia discussões sobre a qual município as ações propostas na Matriz de Ações seriam destinadas. O recurso já vem destinado, não é discutido com o Território se é necessário esse recurso, ou qual município necessita dessa obra (trecho de entrevista: delegado do Codeter representando a sociedade civil, vereador e colaborador de uma cooperativa ligada à agricultura familiar, abril/2016).

A partir de 2011, os territórios da cidadania perderam dinamismo ao não serem apoiados pelo Governo Dilma da mesma maneira que eram no Governo Lula. O PTC passou por muitas indefinições no âmbito nacional, entre eles, houve atraso na liberação dos recursos financeiros pactuados em 2010 e o não lançamento da Matriz de Ações de 2011 (PIRAUX, *et al.*, 2013). O PTC estava alocado na Casa Civil, mas ficou “sem casa” até outubro de 2011, quando foi assumido pelo MDA e teve uma significativa redução de recursos financeiros (*Ibid.*). Isso implicou a não renovação de contratos de trabalho dos assessores e articuladores territoriais e, em alguns territórios, os atores que integravam os colegiados se desmobilizaram (DELGADO; LEITE, 2015).

Desde o final de 2012, a SDT retomou o PTC, porém o fez com uma Matriz de Ações mais enxuta e com a substituição das Células Territoriais¹³¹ pelos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet) (DELGADO; LEITE, 2015). Os Nedet são unidades administrativas, concebidas pela SDT/MDA e implementadas em 2013, como instrumentos de fortalecimento e de consolidação da abordagem territorial no âmbito do Programa Território da Cidadania. Para a implementação desses Núcleos, a SDT estabeleceu parcerias com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O CNPq fez o processo de seleção dos projetos que visavam à implementação desses Núcleos, propostos por professores de Universidades Federais e Estaduais bem como de Institutos Federais e Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica (MDA, 2014; NEDET, 201-). Em 2014, 189 territórios rurais de identidade e/ou da cidadania contavam com a estrutura de um Nedet (MDA, 2014).

As principais funções dos Nedet consistiam em: i) acompanhar e registrar informações referentes à composição e ao funcionamento do Codeter, a execução de projetos apoiados

¹³¹ As Células de Acompanhamento de Informação (CAI) foram criadas pelo MDA/SDT, em 2010, por meio de um convênio com o CNPq. O propósito principal dessas células consistia em acompanhar e registrar informações no Sistema de Gestão Estratégica (SGE), referente às atividades executadas por territórios rurais e/ou de cidadania e, a partir dos resultados, subsidiar os colegiados no aperfeiçoamento da gestão das ações territorializadas (MDA, 201-). O Território Meio Oeste Contestado não foi contemplado com uma célula de acompanhamento de informação.

pela SDT/MDA, com o objetivo de aprimorar o processo de gestão do desenvolvimento territorial; ii) apoiar os Codeter na implementação territorializada das ações do PTC; iii) realizar reuniões com as institucionalidades construídas em cada território, como Plenárias, Núcleos, Câmaras Temáticas, Seminários Estaduais, além de promover a participação de mulheres nos Codeter e iv) apoiar atividades de pesquisa sobre políticas públicas aplicadas com a abordagem territorial, como as de desenvolvimento rural e de inclusão produtiva (MDA, 2014). Cada Núcleo contou com uma equipe técnica, constituída basicamente por um professor coordenador do projeto e outro por território, um assessor territorial de gestão social, um assessor territorial de inclusão produtiva, um profissional para articular a participação das mulheres no Colegiado Territorial e um estudante¹³² (CNPq, 2014).

No Meio Oeste Contestado, o Nedet foi implementado, no segundo semestre de 2014, com o propósito principal de reestruturar a política territorial, por meio da execução do projeto de extensão “Governança na Perspectiva da Gestão Social de Territórios da Cidadania de Santa Catarina e Paraná: uma Estratégia para o Desenvolvimento Regional Sustentável e Solidário”¹³³. Este foi coordenado pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), cujo prazo de execução era de 24 meses. Outras informações sobre o funcionamento do Nedet no Território Meio Oeste Contestado estão disponíveis no Box 04.

¹³² Em suma, as principais funções do professor coordenador do projeto consistem em repassar os recursos financeiros aos Nedet, de acordo com o plano de trabalho, selecionar os profissionais que irão compor a equipe técnica e monitorar todas as atividades desenvolvidas pelo Núcleo. O professor coordenador de cada território deve produzir análises sobre o desenvolvimento sustentável no âmbito territorial e auxiliar na negociação de investimentos públicos para o desenvolvimento sustentável. Cabe ao assessor territorial de gestão social apoiar a gestão social e o planejamento territorial, visando ao funcionamento das instâncias de participação, bem como acompanhar os projetos que constam na agenda do Colegiado Territorial, relacionados ao desenvolvimento regional, a economia solidária e as ações do PTC que têm interface com as políticas sociais. As principais atribuições do assessor territorial de gestão produtiva consistem em acompanhar a agenda de trabalho do Colegiado Territorial, relacionada às políticas de inclusão produtiva e dinamização econômica, como Pronat, Pronaf, Ater, Pnae e PAA. O profissional que se ocupará da articulação das mulheres para que participem nos Colegiados Territoriais, deverá também buscar informações sobre as políticas públicas efetivadas nos territórios com foco nas mulheres (CNPq, 2014). De acordo com informações obtidas no projeto do Nedet executado no Meio Oeste Contestado, o estudante deve auxiliar o professor coordenador do território e os assessores territoriais em todas as atividades por eles executadas.

¹³³ Os territórios rurais de identidade de Santa Catarina incluídos nesse projeto são: Planalto Norte, Serra Mar, Alto Vale do Itajaí, Alto Uruguai Catarinense, Extremo Sul, Alto Vale do Rio do Peixe, Oeste Catarinense, Extremo Oeste, Meio Oeste Contestado e Serra Catarinense. Além desses, integram o projeto dois territórios do Paraná: Cantuquiriguaçu e Paraná-Centro.

Box 04: Projeto de extensão desenvolvido pelo Nedet no Território Meio Oeste Contestado

Com base nas diretrizes do funcionamento dos Nedet, o projeto implementado em Santa Catarina, intitulado “Governança na Perspectiva da Gestão Social de Territórios da Cidadania de Santa Catarina e Paraná: uma Estratégia para o Desenvolvimento Regional Sustentável e Solidário” visava à reestruturação da política territorial, por meio das seguintes atividades: i) elaborar diagnósticos e produção de dados sobre a realidade e histórico do Codeter do Meio Oeste Contestado; ii) difundir métodos e tecnologias sociais voltadas à gestão social por intermédio do estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação da implementação de projetos de inclusão produtiva (Pronaf, Pronat, Ater, Pnae e PAA) e da qualificação da metodologia para implementação e articulação de políticas públicas que constam na Matriz de Ação do PTC; iii) desenvolver sistema que possibilite o monitoramento, a avaliação e a assessoria técnica aos colegiados territoriais; iv) organização de reuniões, conferências e plenárias em conjunto com o Codeter do Território; e v) organizar e desenvolver pesquisas nos Territórios e apresentar trabalhos em eventos regionais em parceria com a SDT (CAZELLA, et al., 2015).

De acordo com as informações obtidas nas entrevistas com delegados do Codeter e nos relatórios de avaliação do Nedet, no Meio Oeste Contestado, o principal legado desse Núcleo foi a rearticulação do Colegiado Territorial. Os assessores territoriais de gestão social e de inclusão produtiva, além de cumprir as suas funções de acompanhamento das políticas públicas de inclusão social e produtiva no âmbito do Território, fizeram uma articulação junto às organizações da sociedade civil e instituições governamentais, para que indicassem os delegados para a recomposição do Codeter, discutida e aprovada no final de 2013. Segundo a deliberação, o Colegiado Territorial seria composto por três representantes efetivos e três suplentes por município que integra o Meio Oeste Contestado, sendo um do poder público, indicado pelo poder executivo e dois da sociedade civil - um homem e uma mulher -, escolhidos em reuniões das organizações da sociedade civil, além dos representantes das instituições públicas e civis de base regional. No intuito de formalizar as decisões a respeito da composição do Codeter, os assessores de gestão social e de inclusão produtiva visitaram e/ou enviaram ofícios às instituições públicas e organizações da sociedade civil, explicando a retomada da política territorial e motivando a indicação de delegados¹³⁴. Atenderam a essa demanda, todavia, as instituições da sociedade civil da região da Amai e as instituições

¹³⁴ Entre as instituições governamentais que foram convidadas a indicar delegados para participar do Codeter estão: prefeituras, Epagri, associações de municípios, Agências de Desenvolvimento Regional, Institutos Federais, Universidades e Funai. Por sua vez, as organizações da sociedade contatadas foram: Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina (Fetaesc), Fetraf, MST, MMC, Cooperativa dos Trabalhadores na Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina (Cooptrasc), Cooperativa de Trabalho na Prestação de Serviços Agropecuários e Ambientais (Unitagri), Central de Cooperativas da Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina (Ascooper) e Associações Ambientais.

governamentais da região da Ammoc, ou seja, sobressaiu-se a mesma configuração de atores do território rural de identidade.

As instituições de Ensino Superior foram fundamentais na rearticulação do Codeter, pois contribuíram para a mobilização dos delegados a participarem das reuniões, conforme depoimento de um assessor territorial: “antes, os delegados recebiam o convite assinado pelo assessor técnico, depois, com o Núcleo, os convites passaram a ser assinados pela Universidade. Os delegados passaram a ver que as reuniões estavam mais organizadas, porque a Universidade ajudava” (trechos de entrevista: delegado do Codeter representando a sociedade civil, líder sindical e assessor territorial, abril/2016). Além do envio dos convites, a universidade colaborava na organização das pautas das reuniões e no fornecimento de informações concernentes às ações do PTC.

A política de desenvolvimento territorial sempre orientou a participação de segmentos sociais no Codeter, como jovens e mulheres, no entanto, no Meio Oeste Contestado, os jovens foram mobilizados para participar dessa política, somente após a implementação do Nedet. Para tanto, foi constituído um Comitê da Juventude, cujo objetivo principal era buscar recursos financeiros do Pronat a fim de financiar projetos empreendidos por jovens. O Comitê de Mulheres, por seu turno, não foi instituído. Segundo assessores territoriais, em uma reunião do Codeter do Território, os delegados tomaram a decisão de não incluir a contratação desse profissional na equipe técnica, por entender que não havia coletivos de mulheres organizados para participar do Colegiado, uma vez que o Movimento de Mulheres Camponesas que poderia cumprir essa função, não tinha demonstrado interesse. Alude-se que é uma grande contradição, uma vez que seria atribuição desse profissional organizar e empoderar as mulheres para que participassem e apresentassem as suas reivindicações no Codeter.

Nota-se que desde o início, a política pública territorial vem sofrendo alterações e adequações, sendo significativa a passagem dos territórios rurais de identidade para os territórios de cidadania e a criação dos Nedet. Não se observou, entretanto, nenhuma ação proativa no sentido de incluir, no Codeter do Meio Oeste Contestado, as populações pobres, público-alvo dessa política, para que possam, por meio de decisões coletivas, escolher as suas prioridades em termos de políticas públicas. Além disso, tampouco o Colegiado Territorial se empenhou para viabilizar a participação efetiva de outros segmentos sociais recomendados pela SDT, como as mulheres e jovens.

4.3 A territorialização das ações do Pronat

O Governo Federal não reconhece os territórios como unidades administrativas para a aplicação de ações territorializadas, dito de outra maneira, não instituiu um marco legal que garantisse aos territórios segurança e validade jurídica para a realização de algumas de suas iniciativas. Na prática, isso impõe uma importante dificuldade para aplicar os recursos financeiros de projetos do Pronat aprovados pelos Codeter (DELGADO; GRISA, 2014; 2013; MEDEIROS, DIAS, 2011). Assim sendo, a execução dos projetos depende do estabelecimento de parcerias entre a SDT e instituições públicas municipais ou estaduais. A forma legal que o MDA encontrou para repassar a infraestrutura rural financiada pelo Pronat foi o estabelecimento de um contrato de repasse. Trata-se de um instrumento administrativo que permite executar de forma descentralizada um objeto de interesse recíproco. A transferência dos recursos financeiros se processa por meio de uma instituição financeira pública federal, que atua como mandatária da União. O contrato de repasse foi regulamentado pela União por meio dos Decretos nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013 (BRASIL, 2013b; 2007b).

No Território Meio Oeste Contestado, após a aprovação dos projetos a serem financiados pelo Pronat no Codeter, as organizações da sociedade civil negociavam a sua execução com a prefeitura do município onde a infraestrutura seria alocada. Após a execução da obra ou da aquisição do equipamento, a prefeitura repassava para os beneficiários por meio de um contrato de repasse. Nesse processo, as administrações municipais, na maioria das vezes, enfrentavam dificuldades ou entraves relativos à viabilização dos custos operacionais para a elaboração dos projetos técnicos, à disponibilidade de profissionais técnicos para qualificar os procedimentos burocráticos e ao atendimento dos diversos requisitos legais necessários à concretização dos projetos.

Para os beneficiários do Pronat, o estabelecimento de contrato de repasse não significa que utilizariam a infraestrutura financiada¹³⁵ na forma e no período estabelecido, segundo informação repassada por um assessor territorial:

No município de Coronel Martins, por exemplo, um veículo financiado pelo Pronat em 2007 foi destinado por meio de contrato de repasse para uso do [Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar de Santa Catarina] (Icaf). Todavia, a gestão municipal [2013-2016] entendeu que se o veículo fazia parte do seu patrimônio, iria utilizá-lo. Em Joaçaba, por outro lado, a administração municipal [2013-2016]

¹³⁵ Maiores informações sobre o funcionamento dos empreendimentos e dos equipamentos pelo Pronat no Meio Oeste Contestado podem ser obtidas em Oliveira, L. Z. (2014).

reivindicou na Justiça o centro de comercialização de produtos da agricultura familiar financiado pelo Pronat em 2006. A Promotoria Pública deu ganho de causa para a prefeitura, pois era esta que pagava luz e água (trechos de entrevista: delegado do Codeter representando a sociedade civil, líder sindical e assessor territorial, abril/2016).

Conforme sugere o trecho da entrevista, no Meio Oeste Contestado, duas prefeituras não respeitaram o contrato de repasse, pois utilizaram a infraestrutura financiada pelo Pronat para os seus interesses. O desvio de função de infraestruturas adquiridas com recursos do Programa também foi verificado por Barbosa, Zimmermann e Tecchio (2013) no Território Serra Geral, em Minas Gerais. Nesse Território, um tanque de resfriamento de leite destinado pelo Codeter a uma cooperativa ligada à agricultura familiar foi “apropriado” por uma prefeitura e destinado a grandes produtores de leite, assim como um caminhão adquirido com recursos do Pronat para transporte de leite estava a serviço da equipe de limpeza urbana de um município. Conforme indicam as pesquisas, nenhum desses dois Colegiados Territoriais obteve respaldo jurídico do MDA, para exigir judicialmente o cumprimento do contrato de repasse. Nesse contexto, fica evidente a fragilidade institucional do Pronat.

No Meio Oeste Contestado, há agroindústrias financiadas pelo Pronat que não estão funcionando, são as chamadas de “elefante branco” expressão utilizada por Mattei e Cazella (2009) para designar as agroindústrias financiadas pelo Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais que não estavam sendo usadas pelo grupo de agricultores contemplados. Segundo delegados do Codeter e gestores públicos, algumas agroindústrias foram concebidas para atender a mercados municipais, porém sem muito estudo sobre o mercado dos produtos. Logo, para viabilizá-las, haveria necessidade de comercializar a produção, no mínimo em escala regional, implicando, de maneira geral, investimentos na estrutura para atender ao aumento da produção e a legislação. Por exemplo, os produtos industrializados de origem animal vendidos no âmbito municipal têm sua qualidade atestada pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Já para comercializá-los no estado ou no País, é preciso adequar o empreendimento à legislação do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) ou ao Sistema de Inspeção Federal (SIF), o que exige aumento da estrutura física e da produção da matéria-prima. É muito difícil que agricultores familiares, geralmente dotados de pouca força de trabalho e descapitalizados, possam atender satisfatoriamente a essas duas demandas.

Em alguns casos, entretanto, averiguou-se que há motivos diversos pelos quais os empreendimentos não estão funcionando, conforme informações prestadas por um delegado do Codeter:

A unidade de beneficiamento de mel está funcionando? Não, porque quando foi buscado o recurso aqui para o município [Faxinal dos Guedes], era um grupo político que estava administrando, mas ela não foi concluída... todo o projeto, teve que fazer alterações, e não foi feito naquela administração, perdeu a administração, assumiu outra administração, e você sabe quando muda partido, infelizmente [...] pode ser bom aquilo que você está fazendo, mas para partido adversário, o que você fez não é bom. Bom é o que eu vou fazer. Aí acabou tendo uma desmobilização, porque o nosso município não tem mesmo muita produção de mel, mas [...] o projeto não era para o município, ele era para a região. [...] Na época, o município foi escolhido porque facilitava a logística, desde Coronel Martins até Joaçaba, fica próximo da BR [282]. Se tivesse um consórcio da microrregião e estivesse participando, aí todos os municípios vão estar mais interessados. Por quê? Porque todos colocaram recursos (trechos de entrevista: delegado do Codeter representando a sociedade civil e coordenador de cooperativa ligada à agricultura familiar, maio/2016).

Alude-se que na questão específica da agroindústria de mel de Faxinal dos Guedes, prevaleceu a falta de compreensão por parte dos gestores municipais sobre a territorialização da ação pública. Os delegados do Codeter optaram por construir a agroindústria de mel naquele município, devido a sua localização estratégica em relação aos demais municípios do Território. Dessa maneira, em função de o estabelecimento estar localizado próximo da BR 282, o transporte da matéria-prima até o entreposto de mel para ser processado e embalado, e do produto pronto para ser comercializado seria facilitado. Outro entrave, como sugerido, foi a não continuidade da gestão municipal (2005-2008), com a qual o grupo de agricultores beneficiários havia negociado a contrapartida financeira. Para que esse empreendimento ficasse pronto para funcionar, seria preciso complementar os investimentos. Os possíveis municípios beneficiados, porém, não aportaram recursos financeiros uma vez que o empreendimento foi construído fora dos seus limites geográficos, numa clara e muito comum prevalência da visão municipalista sobre a abordagem territorial. Se o empreendimento é construído em um dos municípios que fazem parte do território, como é muito comum, ele é considerado como pertencente a este município e não ao território.

Outra dificuldade enfrentada na aplicação de recursos financeiros do Pronat diz respeito à morosidade do processo burocrático, compreendido entre a aprovação dos projetos no Codeter e a execução da obra ou a aquisição do equipamento. Essa situação se torna mais grave nos casos em que uma gestão municipal aceita dar a contrapartida financeira, mas o recurso só é liberado pelo Governo Federal na gestão seguinte. Além dos exemplos discutidos acima, em Ipuaçu, um projeto aprovado pelo Codeter nem chegou a ser iniciado. O Colegiado do Território aprovou, em 2008, um financiamento para uma agroindústria de derivados de leite que atenderia a agricultores familiares e indígenas. Os trâmites legais, no entanto, não

foram concluídos naquele ano e a gestão municipal de 2009-2012 não cumpriu o acordo feito pela gestão anterior, como consequência disso os recursos foram devolvidos ao MDA.

De modo geral, as principais dificuldades relacionadas ao funcionamento das infraestruturas financiadas pelo Pronat se devem à troca de grupos políticos nas administrações municipais por meio de eleições que ocorrem a cada quatro anos, pois a gestão que assume, dificilmente, cumpre os acordos feitos pelos seus antecessores. Ademais, a inexistência do PTDRS e a ineficácia do Núcleo Técnico propiciaram a aprovação no Codeter de projetos sem viabilidade econômica. Soma-se a isso o fato de que, muitas vezes, o tempo entre a data da divulgação da existência dos recursos financeiros pelo MDA e a data limite para protocolar o projeto não permitia que eles fossem amadurecidos e suficientemente discutidos entre o grupo proponente, tampouco nas instâncias colegiadas.

Diante dessas fragilidades institucionais, conforme já havia sido constatado em pesquisa anterior (TECCHIO, 2012), como critério de aprovação dos projetos financiados pelo Pronat, prevaleceram os acordos de reciprocidade estabelecidos por organizações da sociedade civil. Assim sendo, geralmente, os projetos que visavam ao financiamento do Pronat eram colocados em apreciação nas reuniões do Codeter sem o devido parecer técnico, o que facilitava a aprovação por acordos de reciprocidade. Esses acordos eram estabelecidos entre os atores da sociedade civil, sendo que o apoio na aprovação dos projetos pleiteados pelas organizações parceiras significava um crédito aos projetos a serem apresentados pelas organizações apoiadoras.

As entrevistas realizadas com delegados do Codeter e o estudo da Matriz de Ações do Pronat, no período de 2003 a 2015 (Quadro 30, Anexo 32), sugerem que, no Meio Oeste Contestado, o planejamento para aplicação territorializada das ações não aconteceu. De maneira geral, teve prevalência o financiamento de projetos que assistem grupos sociais de municípios cuja prefeitura se responsabilizou pelos trâmites burocráticos e pela contrapartida financeira. Novamente, a falta de uma institucionalidade jurídica interferiu no cumprimento das orientações da política pública, pois preponderou o caráter municipalista na implementação das ações do Pronat no Território Meio Oeste Contestado. De maneira geral, os prefeitos não admitem interferências nas decisões relacionadas às políticas implementadas, logo não participaram do Codeter, espaço no qual a aplicação territorializada das ações do Pronat poderia ter sido articulada. De acordo com Niederle (2014, p. 126), os prefeitos justificam essa atitude dizendo que “[...] é lá no município que a vida e a política acontecem”.

Outra questão importante sobre a territorialização do Pronat diz respeito aos projetos financiados. Segundo as informações que constam no Quadro 30 (Anexo 32), entre 2003 e

2015, o Território Meio Oeste Contestado foi contemplado com 80 projetos, cujo valor total de recursos financeiros aplicados foi da ordem de R\$ 15.306.578,58¹³⁶. Dos 29 municípios que integram o Território, 25 foram proponentes de projetos, sendo que Coronel Martins se destacou por ter sido beneficiado com nove projetos e Abelardo Luz com oito projetos. Os dois municípios têm como característica comum a atuação de atores da sociedade civil ligados à agricultura familiar, concomitantemente, nas administrações municipais (pelo menos em boa parte do período analisado) e no Codeter. Isso explica, em parte, essa centralidade no acesso aos recursos do Pronat. Os municípios que não foram beneficiados por nenhuma ação do Pronat são Bom Jesus, Herval d’Oeste, Ipuaçu e Luzerna. Destes, Ipuaçu manteve uma participação mais recorrente no Codeter, enquanto a presença dos demais foi bastante inconstante.

De acordo com o Quadro 30 (Anexo 32), entre os municípios proponentes de projetos financiados pelo Pronat, quatorze pertencem à microrregião da Amai e foram contempladas com R\$ 12.259.150,00, o que representa 80% dos recursos aplicados entre 2003 e 2015, enquanto dez municípios pertencem à microrregião da Ammoc e foram beneficiados com R\$ 3.047.428,00, ou seja, 20% dos recursos. A forte atuação de atores da sociedade da Amai no Codeter, associada à articulação dos prefeitos com os deputados federais e senadores para que estes destinassem recursos financeiros de emendas parlamentares (esse assunto é retomado a seguir), explica o fato de 80% dos recursos financeiros do Pronat terem sido aplicados em municípios que integram essa região.

A análise dos projetos do Pronat, implementados entre 2003 e 2015 no Território Meio Oeste Contestado (Quadro 30, Anexo 32), indica que existe uma dicotomia no que concerne ao objeto financiado e a forma de acesso aos recursos. Entre 2003 e 2008, foram financiados, principalmente, agroindústrias, equipamentos para as agroindústrias e construção de centros de comercialização de produtos da agricultura familiar. Esses projetos foram propostos pelos grupos de agricultores familiares, discutidos e aprovados no Colegiado do Território e a contrapartida financeira necessária foi negociada com as prefeituras.

Entre 2009 e 2015, porém, preponderou o financiamento de infraestrutura como caminhões, equipamentos para distribuição de calcário, retroescavadeira, tratores, entre

¹³⁶ No montante de recursos financeiros (R\$15.306.578,58) aplicados no Meio Oeste Contestado entre 2003 e 2015 por meio do Pronat, estão incluídos o valor liberado pelo MDA e o valor da contrapartida financeira paga pelas prefeituras municipais ou por meio de emendas parlamentares. Embora tenhamos feito buscas nos documentos disponibilizados pelo MDA na rede mundial de computadores e junto aos assessores territoriais do Meio Oeste Contestado, não obtivemos uma Matriz de Ações com informações referentes a todo o período analisado sobre o montante de recursos financeiros liberado pelo MDA e o montante bancado pelas prefeituras ou por emendas parlamentares.

outros (Quadro 30, Anexo 32). Segundo assessores territoriais que atuaram na esfera federal, estadual e territorial e delegados do Codeter, praticamente todos os recursos que financiaram esses projetos são oriundos de emendas parlamentares, cujas negociações foram realizadas entre os prefeitos e os deputados federais, sem a devida discussão e aprovação no Codeter. De acordo com assessores territoriais da SDT, isso ocorreu em função de o Tribunal de Contas da União ter passado a entender que o repasse de equipamentos e estruturas produtivas por meio de contrato para instituições da sociedade civil era ilegal. Diante dessa situação, o MDA orientou que os recursos do Pronat fossem investidos nas prefeituras. Os delegados do Colegiado Territorial e os assessores territoriais discutiram a liberação de recursos financeiros sem a aprovação do Codeter, com assessores territoriais do MDA que atuavam em nível nacional quando estes estiveram presentes em reuniões no Território, mas não enviaram a reclamação formalizada ao MDA por meio de documentos.

De qualquer forma, a aplicação de recursos financeiros do Pronat sem discussão prévia no Codeter, desrespeitou um dos princípios básicos da territorialização da ação pública, que é a participação de atores governamentais e da sociedade civil no seu processo de gestão social. Além disso, para Leite e Wesz Júnior (2011), quando a contrapartida dos projetos financiados pelo Pronat provém de emendas parlamentares, provavelmente, são financiados projetos de interesse do parlamentar ou de grupos políticos municipais ligados a ele, sem considerar a noção de desenvolvimento territorial.

Nota-se que mesmo que o MDA considere os povos tradicionais como público prioritário a ser atendido pelas suas políticas, no Meio Oeste Contestado, os indígenas e os caboclos¹³⁷ não acessaram recursos do Pronat. Segundo Cazella (2006), as ações públicas de desenvolvimento rural que são elaboradas como opção ao modelo produtivista, beneficiam, na grande maioria das vezes, agricultores familiares consolidados socioeconomicamente. As ações referentes a tais políticas concentram-se em torno dos de “três agros”, agroecologia, agroturismo e agroindústria familiar, e são implementadas por instituições governamentais, por Organizações Não Governamentais, por movimentos sociais e pelos sindicatos rurais. O autor não contesta a importância social dessas estratégias, todavia chama a atenção para o fato de que elas não contemplam as populações rurais mais pobres. Para Delgado e Grisa (2014), isso se deve, em partes, ao fato de o Pronat não ter conseguido superar o paradigma de intervenção pública do Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais, ao qual sucedeu. Com

¹³⁷ Os caboclos não são reconhecidos pelo Estado como “povos tradicionais”, embora possuam fortes características para tanto, como evidenciou Podelesky (2014).

isso, o rural presente nos Colegiados continuou limitado à representação de agricultores familiares ligados a movimentos sociais, sindicatos e cooperativas (*Ibid.*).

4.4 A territorialização das ações do PTC

Os delegados e os gestores públicos tiveram dificuldades para compreender a Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania, como vimos anteriormente, logo não ocorreu o planejamento ou iniciativas articuladas para aplicação territorializada dos recursos financeiros no Codeter do Meio Oeste Contestado. Assim sendo, buscamos compreender quais foram os mecanismos adotados pelas prefeituras para acessar os recursos financeiros disponibilizados pelo PTC.

Na grande maioria dos municípios pesquisados, quem toma as decisões concernentes à implementação de políticas públicas é o prefeito, assessorado por sua equipe de governo, geralmente com base no plano de governo apresentado durante a campanha eleitoral. A maioria das prefeituras, com o propósito de buscar recursos financeiros nos Governos Federal e Estadual, contrataram empresas de assessoria, conforme explica um gestor público:

É assim, então essa empresa [de assessoria para a captação de recursos financeiros] é contratada [...]. Daí o município, no caso o prefeito, em conjunto com os secretários, decide como utilizar esse recurso. Então uma emenda [parlamentar]¹³⁸ pode ser gasta com obra e pode ser gasta com compra de equipamentos, de bens. Aí é feita uma avaliação com o próprio prefeito. Não existe um planejamento prévio, já definido sobre o uso do recurso. O uso é feito conforme a liberação, pois quando vêm os recursos, já vêm direcionado para um certo objeto. Então o município acaba direcionando dentro daquele objeto (trecho de entrevista: gestor público que atua como secretário municipal de administração, maio/2016).

Os serviços prestados pelas empresas de assessoria que atuam na captação de recursos financeiros dependem basicamente do contrato que é estabelecido com o município. A maioria deles, no entanto, optou por contratar uma empresa que realiza um planejamento anual com cada gestão municipal, do qual participam o prefeito e os secretários, para definir, dentre as promessas de campanha, as prioridades em relação à aplicação de políticas públicas naquele ano. Nesses casos, no decorrer do ano, a empresa de assessoria comunica as

¹³⁸ As emendas parlamentares já foram citadas na Constituição de 1988, na Seção II, Dos Orçamentos (Arts. 165 a 169), e modificadas repetidas vezes através de emendas constitucionais e leis complementares (BRASIL, 1988). Por meio destas, os deputados federais e senadores apoiam financeiramente diversos tipos de obras nos municípios que representam. Tais emendas são requisitadas, muitas vezes, pelos prefeitos e/ou vereadores. Os recursos financeiros referentes às emendas são retirados do Fundo Orçamentário Anual, divulgado pelo Congresso no mês de agosto de cada ano, através da Lei Orçamentária Anual (LOA).

prefeituras sobre os editais públicos¹³⁹ lançados e que lhes interessam. Após decisão de concorrer ao edital lançado, fica a cargo de um funcionário ou de uma equipe de funcionários o fornecimento - para a empresa de assessoria - de toda a documentação da prefeitura, como escritura do terreno, relatórios, dados estatísticos, entre outros. Nessa modalidade, geralmente, o trabalho da assessoria consiste em elaborar e cadastrar os projetos - exceto o técnico -, acompanhar a tramitação junto aos Ministérios em Brasília e organização da prestação de contas para a prefeitura apresentar aos Governos Federal ou Estadual. Outras prefeituras contrataram empresas que apenas as comunicam sobre a disponibilidade de recursos financeiros, desde que atendam os critérios dos editais. Em alguns casos, a empresa contratada apenas acompanha a tramitação dos pedidos nos Ministérios em Brasília.

Não obstante, nem todas as prefeituras dos municípios do Meio Oeste Contestado contratam assessoria para captar recurso financeiro, conforme comentou um prefeito:

Eu nunca tive uma empresa contratada. Nesse meu mandato justamente eu fiz um esforço muito pessoal, meu. Eu saía daqui, por exemplo, de manhã, chegava em Brasília e voltava no mesmo dia pra resolver algum problema que tivesse. Mas assim, o auxílio que tinha maior era com assessorias, [da] própria administração aqui, até pela minha força de vontade. Até conheço muito como funcionava isso [contratação de empresa para assessorar a captação de recursos], a consultoria mais, principalmente o assessor do deputado [nome do deputado federal] nos auxiliaram muito, muito! (trecho de entrevista: prefeito, abril/2016).

Outro dispositivo bastante utilizado pelos prefeitos para angariarem recursos financeiros é o apoio das equipes de assessoria dos deputados federais e estaduais e dos senadores da mesma sigla partidária da coligação de partidos que compõe a gestão municipal. Nessa modalidade, as demandas são enviadas ou entregues pessoalmente a deputados e senadores. Cabe a eles - e não aos prefeitos - priorizarem os municípios e as áreas a serem beneficiadas financeiramente. Outro fator que influencia na decisão sobre a aplicação de políticas públicas é a disponibilidade de recursos necessários à contrapartida, que é de responsabilidade das prefeituras, bem como a capacidade de executar os demais trâmites legais, conforme mencionado anteriormente.

Ao serem indagados sobre como ocorria o planejamento das políticas públicas direcionadas às populações pobres, quase todos os gestores públicos responderam que estas são assistidas pelo Estado por meio das políticas de saúde, educação, da assistência social e de ações que promovem o aumento de emprego. Nenhum município possui um planejamento

¹³⁹ O edital público é um dispositivo lançado, principalmente pelos ministérios, que contém as informações sobre o público a ser beneficiado, os critérios para enquadramento dos concorrentes, os valores total e máximo que cada concorrente pode obter, bem como os prazos para inscrição e para execução dos projetos aprovados.

ou uma política específica de enfrentamento da pobreza, pois os gestores públicos atribuíram essa tarefa exclusivamente aos Governos Federal e Estadual, alegando que os orçamentos municipais não comportam tais ações.

A proposição de recursos financeiros na Matriz de Ações a serem destinados aos Territórios da Cidadania exigiu um planejamento entre os ministérios. Uma articulação semelhante, porém, não ocorreu no Codeter do Meio Oeste Contestado, pois o Governo Federal não promoveu capacitações ou debates de maneira suficiente para que os delegados e os gestores públicos municipais compreendessem a necessidade de planejar na escala territorial a implementação articulada das ações públicas setoriais dispostas na Matriz de Ações. O PTC, diferentemente do Pronat, não condicionou a liberação das verbas à aprovação nos Codeter, se o tivesse feito, pelo menos em parte - como acontecia nos Orçamentos Participativos¹⁴⁰ -, essa estratégia poderia ter gerado novos mecanismos de incentivo à aplicação das ações públicas territorializadas.

O Governo Federal tinha uma orientação política geral de facilitar a liberação de recursos financeiros para os municípios integrantes do PTC (DELGADO; GRISA, 2013). Não obstante, isso ficava a cargo de cada Ministério, de cada Secretaria, em outras palavras, permanecia condicionado à ação dos gestores federais de cada política. Além disso, os municípios que integravam os territórios da cidadania recebiam, de acordo com Delgado e Grisa (2014; 2013), o “selo PTC”, que significa, na prática, que agências e bancos governamentais aumentaram o interesse por tais municípios, devido ao prestígio que passaram a ter em função das melhorias no acesso às políticas públicas. Entre os gestores públicos do Território Meio Oeste Contestado, há divergências a esse respeito. Em geral, os que são mais alinhados partidariamente ao Governo Federal enfatizaram que mencionavam nas justificativas dos projetos que fazem parte do Território da Cidadania Meio Oeste Contestado, pois havia uma priorização na análise da proposta e na liberação das verbas. Já os gestores públicos que eram antagônicos ao Governo Federal, afirmaram que o fato de o município pertencer a um território de cidadania não influenciava na obtenção de recursos financeiros na esfera federal. Isso significa certa negação política das ações dos “adversários”, pois esses gestores declararam que citavam, nas justificativas dos projetos

¹⁴⁰ Para Avritzer (s/d, p. 3), o orçamento participativo “[...] é uma forma de rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa”. Essa experiência de participação local iniciou em 1989, em Porto Alegre, na gestão do Partido dos Trabalhadores (1989-2002). Uma das premissas básicas do orçamento participativo é a participação da população nas discussões e nas definições do orçamento público previstos na legislação municipal (LUCHMANN, 2012).

enviados ao Governo Federal, o fato de o município pertencer ao território da cidadania Meio Oeste Contestado.

4.5 Arranjos institucionais e desdobramentos da territorialização da ação pública: a criação de um consórcio intermunicipal

A primeira organização dos municípios catarinenses em arranjos institucionais intermunicipais ocorreu em 1960, com a instituição das associações de municípios. Segundo os gestores públicos, essas associações prestam assessoria à elaboração de projetos técnicos, principalmente na área da engenharia. Por exemplo, um município que não possui condições financeiras de contratar um engenheiro civil que atue em tempo integral, conta com a prestação de serviços de engenharia da associação de municípios, somente quando há necessidade de elaborar um projeto técnico. Ademais, por intermédio da Federação Catarinense das Associações de Municípios (Fecam), as associações também oferecem cursos que ajudam a melhorar a gestão dos municípios nas áreas de contabilidade, de legislação, de tributação, entre outros. Os gestores públicos, conforme indica a entrevista apresentada a seguir, discutem os problemas que são comuns aos municípios:

Os problemas de [nome do município] são os mesmos de outros municípios, então juntos nós achamos algumas soluções mais adequadas. Já conseguiram reivindicar, por exemplo, coletivamente pavimentação de asfalto da região. No momento de tomar uma decisão sobre algum desastre [ambiental], por exemplo, as decisões são tomadas em conjunto. Vários assuntos que são discutidos assim coletivamente (trecho de entrevista: prefeito, outubro/2014).

Concomitantemente à implementação das políticas públicas de desenvolvimento territorial pela SDT/MDA, ocorreu a divisão administrativa do estado de Santa Catarina em Agências de Desenvolvimento Regionais (ADR). Nessas agências, os gestores públicos resolvem questões burocráticas, como assinar projetos relacionados à liberação de recursos financeiros e obter apoio e orientação na prestação de contas das políticas estaduais acessadas¹⁴¹, conforme explica um prefeito:

¹⁴¹ Existem outras funções desempenhadas pelas ADR, além das mencionadas pelos prefeitos. Também há críticas sobre a descentralização realizada pelo Governo de Santa Catarina a partir de 2003. Maiores informações a esse respeito podem ser obtidas em Oganauskas Filho (2016), Miranda (2012) e Birkner, Tomio, Bazzanella (2010).

Hoje desburocratiza bastante as situações, a documental principalmente, a questão da liberação de recursos, de convênios. Nós temos tido diversos convênios com o Governo do Estado, e a ADR tem nos facilitado muito essa questão burocrática da documentação, e facilitado muitas vezes a economia de deslocamento que necessariamente teria que ser feito até Florianópolis, a gente acaba resolvendo e eliminando essa viagem e resolvendo os problemas aqui. Na minha concepção a ADR, tem exercido um papel fundamental tanto na agilidade da liberação dos recursos quanto da desburocratização da documentação e na economia dos próprios municípios (trechos de entrevista: prefeito, maio/2016).

O fato de os territórios não terem institucionalidade jurídica, discutida em seções anteriores, limitou consideravelmente, em vários aspectos, os desdobramentos da territorialização das ações públicas. Por exemplo, a necessidade de firmar contratos com uma prefeitura, usualmente inviabilizou ou dificultou a aplicação de recursos financeiros do Pronat para além dos limites municipais. As ações do PTC também foram implementadas nas esferas municipais, pois o Programa foi criado sem que o entrave jurídico concernente à aplicação territorializada dos recursos financeiros tivesse sido solucionado. Não obstante, as associações de municípios e as ADR não supriram, por exemplo, o entrave jurídico para os municípios aplicarem ações públicas coletivamente.

Como alternativa à inexistência de institucionalidade jurídica para a aplicação territorializada das ações públicas, em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Agrário uniu-se ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para apoiar a criação de consórcios públicos de direito público. A proposta foi apresentada ao Meio Oeste Contestado, todavia, apenas os municípios que integram a Ammoc implementaram um consórcio público intermunicipal. O Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) foi constituído em 2013, sendo composto por treze municípios. De acordo com o seu Estatuto, o objetivo do Consórcio é apoiar os municípios consorciados nas seguintes áreas: i) fortalecimento institucional, ii) dinamização econômica, iii) meio ambiente, iv) saúde, v) educação, vi) cultura, esporte e lazer, vii) assistência social, inclusão e direitos humanos e viii) segurança pública (CPIMMOC, 2013). O funcionamento geral do Consórcio é explicado por um gestor público que atua nele:

O Consórcio faz a parte de negociação, faz o edital, mas quem vai efetuar o pagamento e o recebimento é o município. Cada município paga sua cota. Nem todos os municípios que formam o consórcio são obrigados a participar de todas as ações de todas as decisões, por exemplo: se apenas cinco municípios desejam se unir para coleta de lixo, os demais não precisam obrigatoriamente aderir a essa ideia, por isso o Consórcio veio justamente para ajudar os pequenos municípios (trecho de entrevista: gestor público que atua em duas instituições intermunicipais e delegado do Codeter representando o governo, abril/2016).

De acordo com Mascarenhas (2015), um fator que influenciou a criação do consórcio público intermunicipal apenas na região da Ammoc foi a presença de um “empreendedor político”¹⁴², uma pessoa que possui capacidade de articular e implementar inovações, sejam elas concernentes à elaboração de projetos técnicos ou à implementação de ações públicas. Além disso, é um ator que inspira confiança pela competência técnica e pela longa trajetória em uma instituição intermunicipal. Ressaltamos que esse ator participou desde o início da constituição do Território Meio Oeste Contestado, vindo a atuar como delegado no Codeter, experiência que lhe proporcionou conhecimento sobre a aplicação territorializada da ação pública, da qual é grande entusiasta, pois a vê como uma ferramenta que possibilita a busca coletiva - entre diversos municípios - para solução de problemas comuns.

Na opinião de alguns gestores públicos, há algumas particularidades no que concerne à localização geográfica de alguns municípios que integram o CPIMMOC, que precisam ser levadas em conta para a implementação de ações públicas, motivando a criação do consórcio, como indica a entrevista a seguir:

Como eu disse, não tem como pensar mobilidade somente de Joaçaba. Então, para o transporte coletivo nós temos uma concessionária de linhas de ônibus intermunicipal. Os ônibus fazem transporte de Joaçaba a Erval [d'Oeste], e de Joaçaba a Luzerna. Existia uma proposta de firmar um consórcio intermunicipal desse transporte, mas a Câmara de Vereadores [de Joaçaba] não aprovou a criação desse consórcio, por motivos que não vem ao caso no mencionar. Os vereadores não entenderam a proposta, que era uma melhoria. Que podia ser uma melhoria, talvez resolvesse o problema... Joaçaba, Erval [d'Oeste] e Luzerna precisam pensar o trânsito conjuntamente (trecho de entrevista: gestor público que atua como responsável pelo controle interno de uma prefeitura, abril/2016).

Os centros urbanos de Joaçaba e de Herval d’Oeste são divididos apenas pelo Rio do Peixe e praticamente contíguos com a área urbana de Luzerna. O trecho da entrevista apresentada acima sugere a necessidade que esses municípios possuem de, coletivamente, solucionar a questão do transporte público e do trânsito. Ao mesmo tempo, indica a dificuldade que o recém-criado Consórcio encontra, em especial, em relação aos interesses distintos entre os gestores municipais que não corroboram com as propostas de solução de problemas propostas pelo CPIMMOC. Assim sendo, observa-se que da mesma forma que o Território Meio Oeste Contestado, esse consórcio público enfrenta o desafio de construir a complementariedades entre a escala municipal e a territorial na aplicação territorializada das ações públicas. Um exemplo disso foi relatado por um gestor público que atua no Consórcio, uma vez que nem todos os municípios participaram das licitações:

¹⁴² Para Flexor e Leite (2007), um empreendedor político tem a capacidade de mobilizar os recursos necessários às atividades e às ações públicas empreendidas na construção de uma arena.

Hoje, um dos carros chefe do consórcio são as licitações. A gente viu que do lixo, baixou muito o preço pago pela coleta de lixo. Trouxemos empresas concorrentes, pois tinha muita disparidade de preço de um município para outro. Conseguimos aproximar o preço [do mais baixo] então os municípios ganham muito. [...] Na verdade é assim, quem negocia, quem faz o processo todo é o Consórcio, e o Consórcio faz igual para todos. Não arruma para ninguém, não quer negociação (trecho de entrevista: gestor público que atua em duas instituições intermunicipais e delegado do Codeter representando o governo, abril/2016).

O Estatuto do CIPMMOC não obriga as gestões municipais a participarem das licitações partilhadas para aquisição de bens materiais ou contratação de serviços, porém há necessidade de uma adesão mínima para viabilizar o seu trabalho. Além disso, conforme sugere a entrevista acima, não há motivos para que os municípios não participem, pois, na grande maioria das compras coletivas, há consideráveis reduções de custos. Além disso, na opinião dos gestores públicos que coordenam o Consórcio, alguns prefeitos aceitaram integrá-lo, atraídos pela prestação de serviço concernente à licença ambiental (que será mais bem discutido a seguir), mas não participam das licitações, para não perder o poder sobre a negociação na aquisição dos produtos e serviços.

Em 2016, no período em que a pesquisa foi realizada, o CPIMMOC estava trabalhando para implementar o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Sisbi-Poa/Suasa)¹⁴³. Nesse sentido, o grande desafio consistiu em aprovar a mesma lei do SIM em todos os municípios antes das eleições municipais:

Nós nos inspiramos em outros Suasa do Brasil. Um dos aprendizados foi fazer uma lei padrão para todos os outros municípios integrantes do Consórcio. Essas leis precisam ser aprovadas antes das eleições [de 2016]. Pode mudar a gestão, se não tiver a lei aprovada, tem que começar o processo novamente (trecho de entrevista: gestor público que atua em duas instituições intermunicipais e delegado do Codeter representando o governo, abril/2016).

O Consórcio encontrou entraves em relação à aprovação da lei do Sistema de Inspeção Municipal em algumas Câmaras de Vereadores, nas quais a maioria dos vereadores era contrária à participação do município no CPIMMOC. Provavelmente, eles entenderam

¹⁴³ O Suasa tem como propósito principal garantir a saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, bem como a idoneidade dos insumos e dos serviços, além da identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos a serem consumidos. O Sistema, de acordo com a Instrução Normativa 36/2011, de 16/07/2011, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), permite que os estabelecimentos de pequeno porte tenham a inspeção realizada com base nas normas definidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Por sua vez, o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-Poa) é um subsistema do Suasa e tem como propósito a manutenção dos padrões e harmonia dos métodos de produtos de origem animal, visando à garantia da inocuidade e segurança dos alimentos (MAPA, 2011).

que o município perderia autonomia sobre as decisões concernentes às políticas públicas a serem implementadas e as aquisições de bens e serviços. Nota-se que, entre outros benefícios, o Suasa pode contribuir para a viabilidade econômica de agroindústrias familiares que possuem seus produtos atestados pelo SIM, pois estes poderão ser comercializados em todos os municípios que integram o Consórcio.

O CPIMMOC passou a prestar serviços relacionados ao licenciamento ambiental de impacto local no início de 2016¹⁴⁴. No período em que gestores do Consórcio foram entrevistados - abril de 2016 -, havia quatro técnicos contratados pelo CPIMMOC trabalhando na operacionalização do serviço. Em função da grande demanda relacionada à obtenção de licenças ambientais e da morosidade na prestação do serviço pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma) de Santa Catarina, o processo não estava encontrando entraves em relação a sua implantação e funcionamento.

Segundo alguns gestores públicos entrevistados, a criação do CPIMMOC é um desdobramento da territorialização da ação pública implementada no Meio Oeste Contestado, pois esta deixou um legado ou aprendizado e a certeza de que há a necessidade da ação conjunta dos municípios para resolverem problemas comuns. O trecho da entrevista concedida por um prefeito ilustra essa afirmação: “o Consórcio não é só um desdobramento, mas é dada uma sequência positiva de um projeto que o Território abriu as portas e as alternativas pra atacarmos mais de frente os problemas, assim, mais espinhosos” (trecho de entrevista: prefeito que integra a direção do CPIMMOC, abril/2016). Como observamos ao longo desse item, ainda, permanece o desafio de garantir a participação da sociedade civil na gestão do Consórcio, bem como de avançar no planejamento para que determinadas políticas setoriais sejam aplicadas de maneira territorializada.

Os municípios do Território Meio Oeste Contestado que fazem parte da Amai e da AMNordeste já realizaram reuniões, visando a formação de um consórcio público intermunicipal, porém não haviam chegado a nenhum acordo a esse respeito. Um dos motivos pelo qual essas duas associações de municípios não criaram um consórcio público, segundo Mascarenhas (2015), é o fato de elas seguirem a recomendação da Fecam, que é a de fortalecer a prestação de serviços já existentes, ao invés de criar uma nova institucionalidade. Além disso, no Codeter do Meio Oeste Contestado, como já mencionamos anteriormente, a Amai e a AMNordeste são representadas, principalmente, por delegados da sociedade civil.

¹⁴⁴ A prestação desse serviço é amparada pela Lei complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Essa Lei fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como para a emissão de licenças ambientais (BRASIL, 2011d).

Esses delegados demonstraram descontentamento ao saber que seu papel no colegiado de um consórcio público seria apenas consultivo e não deliberativo, não atuaram em prol da sua institucionalização naquelas associações de municípios.

4.6 O que falta para superar a pobreza?

Tendo em vista que a territorialização das ações públicas do PTC almejam, principalmente, o enfrentamento da pobreza, os gestores públicos e os delegados do Codeter foram indagados sobre a contribuição dessas ações para a melhoria das condições de vida da população pobre, bem como sobre quais políticas públicas precisam ser ampliadas ou criadas para a superação da pobreza. Conforme exemplifica a entrevista a seguir, praticamente todos os atores institucionais mencionaram que as ações da política territorial aliviaram a pobreza no Território Meio Oeste Contestado, por meio da construção de escolas, de creches, de unidades de saúde e de habitação de interesse social, das melhorias na qualidade do transporte escolar (aquisição de veículos novos) e da infraestrutura (estradas e energia elétrica) e das políticas de inclusão produtiva (PAA, Pnae, Pronaf e Pronat).

Como nós trabalhamos com um público que tinha uma deficiência muito grande de acesso às políticas públicas, a gente viu no território – primeiro rural, depois da cidadania e quando virou território da cidadania melhorou muito isso – a possibilidade de esse povo acessar as políticas públicas de educação, saúde, a possibilidade de ampliar, por exemplo, as escolas, os assentamentos, a recuperação da malha viária, as estradas, a questão da energia elétrica, assistência técnica, a questão do crédito, implementação das pequenas agroindústrias (trecho de entrevista: delegado do Codeter representando a sociedade civil, vereador e ex-secretário municipal de administração, abril/2016).

Quando questionados a respeito de como o Estado deveria atuar para avançar no enfrentamento da pobreza no Território Meio Oeste Contestado, os entrevistados sugeriram a ampliação do aporte de recursos financeiros para as políticas sociais¹⁴⁵, econômicas, agrárias e de inserção produtiva¹⁴⁶. Entre as políticas sociais, os gestores públicos apontaram como ação importante para as populações pobres, a ampliação dos investimentos em habitação de

¹⁴⁵ Entendemos por políticas sociais as ações do Estado direcionadas a assegurar a todos os cidadãos os direitos sociais salvaguardados no Art. 6 da Constituição Federal de 1988, como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

¹⁴⁶ Consideramos como política pública de inserção produtiva as ações do Estado que visam a beneficiar o aumento da produção agropecuária, entre elas, as políticas de crédito agrícola, o PAA, o Pnae, a Ater e o Pronat.

interesse social e do acesso à saúde e à educação. A Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005¹⁴⁷, embasa legalmente a PNHIS, direcionada à população de menor renda (BRASIL, 2005). De maneira geral, os recursos financeiros no âmbito federal para a construção das casas são geridos pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Cabe às prefeituras viabilizar a infraestrutura, como a aquisição do terreno, as licenças ambientais, a pavimentação, bem como a instalação das redes elétrica, de esgoto e de água. A Figura 28 retrata um bairro cujas casas tinham sido construídas com recursos da PNHIS e a prefeitura estava concluindo a infraestrutura.



Figura 28: finalização da infraestrutura em um bairro de “habitação popular”, Joaçaba/SC, maio/2016
Fonte: acervo da autora.

De maneira geral, os entraves encontrados pelos gestores públicos para executar a política nacional de habitação de interesse social, dizem respeito à morosidade dos processos exigidos pela Lei nº 11.124, para acessar os recursos financeiros, conforme explicação de um gestor público:

A Assistente Social faz uma estimativa das famílias que necessitavam de casa. Fiquei até surpreso, pois têm muitas famílias que precisam de habitação. Aí decidi comprar um terreno para construir casas. Mais de cem. [...] Mais de cem [famílias] que ainda precisam de moradia. Por isso ainda é minha prioridade. Só não concluí

¹⁴⁷ Essa Lei dispõe do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o FNHIS e instituiu o seu Conselho Gestor.

pela dificuldade, porque até que o terreno é comprado, que tudo se resolva... [É um processo] moroso demais até. [...] Bem chato. Poderia não ser tão burocrático. Mas é onde eu estou sofrendo mais hoje, a própria legislação, a parte legal (trecho de entrevista: entrevista com prefeito, maio/2016).

Na prática, além da morosidade para cumprir as condicionalidades para acessar os recursos financeiros, o custo da infraestrutura necessária, que é de responsabilidade das prefeituras, é elevado. Assim sendo, os municípios desfavorecidos economicamente têm acesso restrito a essa política pública. Não obstante, os municípios que possuem um bom dinamismo econômico como Xanxerê, também enfrentam desafios relacionados à habitação de interesse social. A prefeitura buscou aportes financeiros nos Governos Federal e Estadual e em emendas parlamentares para construção e reforma de casas, bem como revitalização das mesmas em bairros nos quais as residências haviam sido construídas por políticas de habitação social há mais de 20 anos. Além disso, financiou com recursos próprios a construção de casas de interesse social e a infraestrutura, como aquisição do terreno, calçamento, construção das redes de esgoto e de água e a instalação de energia elétrica. Mesmo assim, de acordo com a Diretoria de Habitação do município, em maio de 2016, 1.188 famílias, ou seja, aproximadamente 9%¹⁴⁸ das famílias que demandava casas de interesse social.

Os gestores públicos também assinalaram a necessidade de dar continuidade ao acesso a educação pública de qualidade, principalmente para jovens e adultos que não frequentaram a escola na idade adequada. Entre os entrevistados, todavia, apenas um deles relatou o empenho do poder público municipal para propiciar educação às populações pobres. Essas iniciativas acabam não obtendo sucesso porque as atividades exercidas por tais populações, como o corte de erva-mate, exigem que fiquem fora do local de domicílio durante uma semana, quinze dias ou até um mês, além disso migram com frequência em busca de melhores condições de emprego, dificultando o comparecimento regular em cursos escolares, conforme relato a seguir “o maior índice de pessoas analfabetas está lá [comunidades pobres]. Nós começamos a fazer um trabalho em 2014, e é difícil mantê-los na escola, porque eles são itinerantes” (trecho de entrevista: prefeito, abril/2016).

No que se refere às políticas de saúde, os gestores públicos mencionaram a necessidade de aumentar o investimento na ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto, pois, em praticamente todos os municípios, as localidades mais deficitárias em relação à prestação do serviço são habitadas por populações pobres do meio urbano. De

¹⁴⁸ Para essa estimativa, consideramos que, em 2010, Xanxerê era habitado por 44.128 pessoas (IBGE, 2010a) e que cada família brasileira possuía, em média, 3,34 integrantes (IBGE, 2010d).

maneira geral, os gestores públicos reconheceram a importância do saneamento básico, porém apenas um deles afirmou que priorizou investimentos nessa área, quando administrou o município por três gestões (12 anos) e estava satisfeito com os resultados. Segue o seu depoimento:

Quando eu fui prefeito pela primeira vez em [nome do município] em 1988, investi muito em saneamento básico. É isso, saneamento para mim é prevenção de saúde. Os municípios fornecem a cada trimestre com uma quantidade de sangue ao hemocentro de Chapecó. No caso, quando se vai coletar sangue em [nome do município], para se coletar uma quantidade de sangue, um terço das pessoas é suficiente. Por que nos outros municípios precisa duas ou três vezes mais? É que a grande maioria das pessoas tem hepatite. [...] Essa é a prova de que o saneamento básico evitou muitas doenças lá no meu município. Esse dado quem nos deu foi o próprio hemocentro” (trecho de entrevista: ex-prefeito por três gestões e coordenador de uma instituição intermunicipal, maio/2016).

Os gestores públicos afirmaram que, das ações do PTC, os recursos financeiros para o saneamento básico - principalmente para ampliar a rede pública de esgoto - são os mais difíceis de serem acessados. Na Lei nº 11.445, de 5 de Janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, está determinado que os municípios devem elaborar os planos de saneamento básico antes de fazer os projetos técnicos a fim de obter recursos públicos federais ou operados e geridos por órgãos ou agências da União (BRASIL, 2007a). A Lei também orienta que as propostas e os estudos que embasam a elaboração desses planos devem ser amplamente divulgados por meio da realização de audiências ou consultas públicas. Há um consenso entre os administradores públicos acerca da morosidade dos municípios em cumprir os requisitos legais para poder acessar o financiamento da rede de tratamento de esgoto.

A falta de investimentos em saneamento básico no Meio Oeste Contestado já havia sido evidenciada por meio da análise de dados estatísticos no segundo capítulo desta tese, uma vez que, segundo o IBGE (2010b), 45,13% dos domicílios particulares permanentes não possuía destino adequado de esgoto, em 2010. Assim sendo, os municípios que compõem o Território terão que intensificar os investimentos para atender as diretrizes da política federal de saneamento básico estabelecidos na Lei nº 11.445, que, dentre outros direitos, garante à população a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, como o esgotamento sanitário (BRASIL, 2007a).

Em suma, dos direitos sociais salvaguardados no Art. 6º da Constituição Federal vigente (BRASIL, 1988), os gestores públicos mencionaram a necessidade de aumentar os investimentos públicos para moradia, educação e saúde (tratamento de esgoto). Constatamos

que nenhum deles fez referências à necessidade de promover acesso universal à alimentação, ao lazer, à segurança e à previdência social, bem como proteção à maternidade, à infância e aos desamparados. Tampouco se reportaram ao Programa Bolsa Família, apontado por alguns pesquisadores (CAMPOLLO; NERI, 2013; REGO; PINZANNI, 2013), como principal ação destinada às populações pobres, embora com a ressalva de que não é uma solução definitiva para a superação da fome e da pobreza, mas atende de maneira imediata às suas questões mais emergenciais.

No que concerne às políticas econômicas, os gestores públicos ressaltaram a necessidade de implementar ações com o propósito de aumentar o número de empregos e de opções de renda para a população pobre do Meio Oeste Contestado. O apoio à criação e ao estabelecimento de empresas e de indústrias são as principais estratégias adotadas, conforme depoimento de um prefeito apresentado abaixo:

A assistente social fez um trabalho bastante intenso em relação às questões sociais, questões como a pobreza. Hoje eu penso que nós temos um planejamento para tentar evitar a formação principalmente de favelas, que é a industrialização do município. Nós estamos implantando uma política de desenvolvimento econômico, de implantação de novas empresas, de geração de novos empregos, justamente pra poder oferecer pra essa classe mais desfavorecida do município oportunidade de trabalho, para que possamos juntos tirar as pessoas da situação em que eles vivem. Porque se depender exclusivamente do poder público para fazer o atendimento total, da educação, da saúde, da alimentação, da questão de moradia, até de vestuário, fica muito difícil. Penso que a via da industrialização do município vai gerar oportunidade, vai gerar um possibilidade de essas pessoas buscarem uma oportunidade de se autossustentar (trecho de entrevista: prefeito, maio/2017).

Além de incentivarem a industrialização, as gestões municipais sensibilizam as pessoas, principalmente as pobres, para que busquem a qualificação profissional para o trabalho e a divulgação dos cursos profissionalizantes que são oferecidos de maneira gratuita, em especial pelas escolas técnicas federais, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). A estratégia de aumentar o número de emprego, entretanto, foi mais eficaz em municípios que dispõem de rodovias estaduais ou estão localizados próximos da única rodovia federal que passa pelo Território Meio Oeste Contestado, a BR 282, facilitando o acesso a outros estados e/ou centros comerciais, conforme explicação de um prefeito:

A localização geográfica [do município] é muito propícia para empreendimentos. [...] aqui nós estamos num entroncamento, quarenta, cinquenta quilômetros distantes do Rio Grande do Sul, quarenta, cinquenta quilômetros distantes do Paraná. A logística então pra um empreendedor colocar sua empresa aqui hoje seria talvez o melhor local do oeste de Santa Catarina. A BR-282 [está] totalmente

duplicada, sem gargalo nenhum. Então nós estamos vendendo essa imagem para o empreendedor (trecho de entrevista: prefeito, maio/2017).

Em relação às políticas agrárias como estratégia de enfrentamento da pobreza, os delegados do Codeter citaram a necessidade de ampliar o acesso a terra por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). A principal crítica tecida a este Programa, porém, é de que ele não é viável para as famílias pobres, pois, com o recurso recebido, estas não conseguem comprar terra em quantidade suficiente e qualidade adequada, os implementos agrícolas, os animais, os insumos e construir as instalações necessárias (GOMES, 2013). Nesse sentido, o PNCF é viável para os agricultores familiares que já dispõem da infraestrutura necessária para iniciar as atividades agropecuárias ou recursos econômicos para adquiri-la. Nota-se que nenhum ator entrevistado mencionou a reforma agrária como uma política possível para a superação da pobreza.

Quanto às políticas de inclusão produtiva, para o enfrentamento da pobreza, os delegados do Codeter também apontaram a necessidade de adequação do crédito rural às condições das famílias pobres. O Pronaf¹⁴⁹ Grupo “B”¹⁵⁰, criado na safra 1999/2000, é a linha de microcrédito destinada ao enfrentamento da pobreza rural e às melhoria das condições de vida da população rural por intermédio do financiamento de atividades produtivas no meio rural (AQUINO, BASTOS, 2015). Essa linha de financiamento, que inicialmente era destinada somente aos municípios da região nordeste, do norte do Espírito Santo e do norte de Minas Gerais¹⁵¹, foi estendida a todo território nacional a partir da safra de 2004/2005 (MAIA *et al.*, 2012). Entre 2013 e 2016, período cujos dados estatísticos são fornecidos pelo

¹⁴⁹ De acordo com Maia *et al.* (2012), desde a sua criação em 1996 até 1999, o Pronaf não distinguiu as famílias de agricultores beneficiadas em relação aos limites anuais de renda familiar. Dessa maneira, as condições de financiamento eram as mesmas para todos os agricultores familiares, ou seja, não levava em consideração as diferentes condições financeiras existentes dentro dessa categoria. Como resultado, a grande maioria dos beneficiários foram os agricultores familiares estruturados e inseridos em mercados e os pobres continuaram privados do acesso ao crédito. Diante das críticas que essa forma de concessão de crédito recebeu e da necessidade de compensar a extinção do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), o Governo Federal delimitou distintas categorias de beneficiários do Pronaf, considerando os critérios de renda e de mão-de-obra. Desta maneira, o Pronaf “A” foi direcionado aos assentados pela reforma agrária e os grupos “B”, “C” e “D”, eram definidos segundo a renda familiar anual (*Ibid.*).

¹⁵⁰ Atualmente, podem se beneficiar do Pronaf “B”, agricultores com renda bruta familiar anual de até R\$ 20.000,00, exceto os proventos de aposentadoria anual, cujo valor máximo por operação é de R\$ 2.500,00 com prazo para pagamento de até dois anos. As taxas de juros incidentes sobre os financiamentos dessa linha do Pronaf são de 0,5% a.a. O bônus de adimplênciia do Pronaf “B” é de 25% sobre cada parcela paga em dia. O prazo de pagamento é de até 2 anos, com 1 ano de carência (BCB, 2017c; BN, 2016).

¹⁵¹ Não havia determinação legal sobre a aplicação regionalizada dos recursos do Pronaf “B”. Não obstante, nos primeiros anos de sua execução, os recursos financeiros eram provenientes exclusivamente do Orçamento Geral da União, logo o Governo Federal tinha a prerrogativa de decidir sobre onde seria aplicado. O poder sobre essa decisão ficou a cargo do MDA, que optou por destinar os recursos financeiros para municípios da Região Nordeste, do norte de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo, uma vez que são regiões mais vulneráveis do ponto de vista social (BNDES, 2012; MAIA, *et al.*, 2012).

Banco Central do Brasil, no Território Meio Oeste Contestado, foi celebrado apenas um contrato no valor de R\$ 2.500,00¹⁵² (BCB, 2017a).

Nota-se que o Pronaf “B”, linha de microcrédito destinada aos agricultores pobres não foi usada como ferramenta de enfrentamento da pobreza no Território Meio Oeste Contestado. De acordo com Silva (2017) nos debates ocorridos no Conselho Estadual do Pronaf de Santa Catarina, a operacionalização dessa linha de microcrédito ficou sob a responsabilidade do Banco do Brasil, pois nenhuma instituição de crédito se interessava em implementá-la. Não obstante, os agricultores pobres não são o público prioritário do Banco do Brasil, pois não estão inseridos no sistema financeiro, o que demoraria muito tempo para terem uma movimentação financeira. Além disso, o Pronaf “B” praticamente não gera retorno financeiro às instituições bancárias, já que a taxa de juro é de apenas 0,5% a.a, não compensando (financeiramente) dispensar gasto no atendimento dos possíveis beneficiários, considerando que, de maneira geral, a visão dos gerentes de agências bancárias relaciona-se ao lucro obtido a partir de suas atividades (*Ibid.*). O Colegiado Territorial poderia ter tido a iniciativa de sensibilizar, por um lado, as instituições bancárias que operacionalizam o Pronaf para oferecessem o microcrédito, e por outro, os agricultores familiares pobres para acessá-la, uma vez que a iniciativa pode contribuir na superação da pobreza, de pelo menos, uma parte das famílias pobres do Meio Oeste Contestado.

Para avançar no enfrentamento da pobreza, os gestores públicos mencionaram a priorização das políticas sociais e econômicas e os delgados do Codeter, das políticas fundiárias e de inserção produtiva. De maneira geral, os atores institucionais entrevistados somente reforçaram a necessidade de ampliar o aporte de recursos financeiros a um conjunto restrito de ações públicas já existentes. Nota-se que nenhuma política nova ou a implementação territorializada de ações foi sugerida por eles como estratégia para o enfrentamento da pobreza.

4.7 A pobreza sob o prisma dos atores institucionais

O entendimento que os atores institucionais têm sobre as políticas públicas de tratamento da pobreza é complementado com a opinião deles sobre o fenômeno da pobreza. Sob essa perspectiva, os indagamos a respeito de quem são e onde vivem as populações mais

¹⁵² Embora a linha de microcrédito denominada Pronaf “B” tenha sido disponibilizada para todos os municípios do Brasil a partir de 2004, a maior parte dos recursos financeiros, continuou sendo destinado à região nordeste. De acordo com o BCB (2017b), entre 2013 e 2016, aproximadamente 90% dos recursos financeiros foram na região nordeste, enquanto a região sul contou com 0,03%, o que pode ser considerado insignificante.

pobres do Meio Oeste Contestado, bem como as suas percepções sobre a pobreza no Território. A maneira como os gestores públicos e os delegados do Codeter consideram os pobres permite a reflexão sobre quais políticas públicas eles julguem importantes para a superação da pobreza.

Segundo a maioria dos atores institucionais, as populações mais pobres do Meio Oeste Contestado são os caboclos e os povos indígenas. As famílias caboclas que vivem no meio rural são proprietárias ou posseiros de pequenas quantidades de terras, proprietárias ou posseiros de lotes em vilas rurais ou ainda assentadas pela reforma agrária. Por sua vez, a grande maioria dos caboclos que reside nas áreas urbanas são proprietários ou posseiros de lotes localizados em bairros “periféricos”, posseiros de lotes em áreas de risco ambiental ou habita conjuntos habitacionais cujas casas foram financiadas pelas políticas de habitação de interesse social. Os trechos das duas entrevistas apresentadas a seguir expressam o entendimento de alguns dos atores institucionais a respeito da pobreza vivenciada por essa etnia no Meio Oeste Contestado:

Elas [as famílias pobres] são de origem cabocla, são mais discriminadas na sociedade. [...] eles já tinham pouca terra, trabalhavam como agregados, para os outros. [...] algumas conseguiram um pouco de terra, mas não é suficiente (trecho de entrevista: delegado do Codeter e presidente de uma cooperativa ligada à agricultura familiar, maio/2016).

Eles não são organizados. Eles estão espalhados. Eles moram no meio urbano, mas trabalham em atividades agropecuárias. Corte de erva-mate e limpeza e plantio de *pinnus*. A mecanização da agropecuária diminuiu a contratação da mão de obra dos caboclos (trecho de entrevista: prefeito, abril/2016).

De certa maneira, as entrevistas acima fazem referência ao processo histórico da ocupação da região oeste de Santa Catarina, conforme discussão apresentada no segundo capítulo desta tese, no qual os caboclos passaram a ter dificuldades de se reproduzir socialmente, devido ao contínuo processo de expropriação de terras. O entendimento de que a pobreza vivenciada por esse grupo social está correlacionada com a privação do acesso aos principais meios de produção, corrobora com resultados de outras pesquisas feitas na região oeste de Santa Catarina (MELO, 2015; PODELESKI, 2014; TECCHIO, 2012).

A maioria dos atores institucionais que reconhece os caboclos como o grupo social mais empobrecido do Território, os vê de maneira bastante estigmatizada, como sugere a entrevista com um gestor público: “Em grande parte, são... assim, de pele mais escura [...] os que trabalham, trabalham na fundição. A fundição não exige trabalho muito qualificado, nem

escolaridade, então os caboclos aprendem o ofício e ficam trabalhando na fundição” (trecho de entrevista: secretário municipal de administração, outubro/2014).

O outro grupo considerado pobre pelos atores institucionais são os indígenas. Conforme discussões apresentadas no segundo capítulo, a situação mais crítica encontra-se na Terra Indígena Toldo Imbu, no município de Abelardo Luz, cuja área de moradia está em processo de demarcação. Na Terra Indígena Xapecó, a condição de pobreza não está presente em todas as aldeias, uma vez que algumas famílias estão integradas a cadeias produtivas, como, por exemplo, a do leite, arrendam a terra para a produção de soja, trabalham em frigoríficos da região ou ainda ocupam cargos em administrações municipais, principalmente na prefeitura de Entre Rios.

Assim como os caboclos, os indígenas pobres foram vistos de maneira bastante estigmatizada, como é possível notar na fala de um dos gestores públicos:

E na conversa [com a família], eu descobri que eles estavam morando em seis na casa, mais a criança que estava no hospital e que iria logo para casa. Nem o atual marido dela trabalhava, nem ela trabalhava. Eles estavam morando num barraco, coberto de lona que o município doou para ela poder construir, de chão batido, e quase não tinha móveis. Tem energia elétrica por conta de um rabicho que eles puxaram da casa de outro indígena. Uma situação bem triste se você for ver. Mas aí tu entra e olha pela ótica que nem o pai, nem ela tinham emprego, não porque eles queriam trabalhar e não conseguiam emprego. É porque eles não queriam trabalhar. Eles não tinham interesse no trabalho. Com cinco filhos, ela tinha uma Bolsa Família, eu não sei quanto que dá hoje, mas acho que uns quinhentos reais, com uma quantia dessa de filhos. E todos os filhos dela, a gente conhece a família, todos os filhos têm problema de desnutrição, por conta de não ter alimentação em casa o suficiente, por conta de a mãe e o pai não conseguir providenciar. Inclusive ela própria tem problema de fraqueza. Tanto é que uma criança nasceu debilitada (trecho de entrevista: secretário de planejamento, maio/2016).

A entrevista acima sugere que a família indígena citada como exemplo está privada de todos os direitos sociais assegurados na Constituição Federal vigente. O gestor público que ocupa o cargo de secretário de planejamento, em vez de buscar apoio junto aos Governos Federal e Estadual para atender, pelo menos, as necessidades básicas da família, como alimentos, vestuário, energia elétrica, moradia, optou por culpá-la pelo elevado número de filhos e por não querer trabalhar.

A estigmatização da pobreza também foi manifestada por atores institucionais, ao correlacioná-la com o fato de que os pobres, sejam eles caboclos ou indígenas, não querem trabalhar, conforme entrevistas apresentadas abaixo:

Tem muita família acomodada. Sabe aquela pessoa que se acomoda com o que recebe de uma bolsa [Programa Bolsa Família], uma cesta básica, ou porque é mais

fácil. Eu não sei. Porque tem condição de eles trabalhar (trecho de entrevista: prefeito, maio/2016).

Não tem muita pobreza no nosso município, pobreza mesmo não tem sabe? Tem emprego, sabe? Ou carpir um lote. Ou ir lá no interior que todo mundo contrata para plantar alguma coisa. [...] Todo mundo pode trabalhar. Os frigoríficos passam aqui [disponibilizam ônibus para transportar as pessoas até o local de trabalho]. Tem ônibus que sai daqui de madrugada, de tarde, de noite (trecho de entrevista: prefeito, maio/2016).

Pobre, pobre mesmo não tem. [...] só passa dificuldades quem não quer trabalhar. Está difícil de encontrar trabalhadores braçais. Não tem desemprego, mas tem muita mão de obra não qualificada (trecho de entrevista: gestor público municipal que atua como secretário de administração, abril/2016).

Essas entrevistas exemplificam a concepção, em especial, de gestores públicos, de que existem pessoas pobres simplesmente porque elas não querem trabalhar. No Brasil, para Rego e Pinzani (2013), o estereótipo de que os pobres são vagabundos é um dos fenômenos mais brutais da nossa sociedade e está associado ao cruel e nefasto fato criado durante a escravidão, no qual os negros escravos só trabalhariam sob a brutal violência física, por serem preguiçosos, lenientes e lascivos. Moura Jr. e Ximenes (2016) chamam atenção para o fato de que os profissionais do serviço público, principalmente dos que atuam juntamente às populações pobres, devem estar atentos no sentido de evitar a reprodução da estigmatização deste fenômeno.

Apenas um grupo minoritário de atores institucionais do Território Meio Oeste Contestado correlacionou a existência da pobreza com as decisões políticas que foram tomadas historicamente pelo Estado, evidenciando as melhorias nas condições de vida das populações pobres ocorridas a partir do início da década de 2000:

A pobreza só existe se tu não der condições. Não existe pessoa que queira ser pobre. Às vezes, ele não teve oportunidade. Talvez seja uma condição de falha do Estado, talvez a gente pudesse agir de forma mais eficaz, de pegar esses bolsões ou essas famílias para que a gente pudesse dar um treinamento ou uma educação para que a gente pudesse inserir essas pessoas em uma outra condição, mas percebo que aqui na nossa região, na atividade rural, essa pobreza que a gente enxergava duas décadas atrás, ela foi superada (trechos de entrevista: gestor público de uma instituição intermunicipal, abril/2016).

De 2002, 2005 em diante existe a pobreza, mas não mais a miséria. Aquela miséria existente, que chegava ao meio dia na casa das pessoas e que tinha uma panela com água em cima do [fogão] e depois decidia se ia cozinhar o macarrão, ou ia cozinhar o arroz, ou ia cozinhar alguma coisa para comer. Hoje, normalmente, se chega nas casas e tem 3, 4 panelas em cima do fogão (trechos de entrevista: delegado do Codeter representando a sociedade civil, assessor territorial e líder sindical, abril/2016).

Evidentemente que as possíveis melhorias das condições de vida e a redução da pobreza não se devem apenas às políticas territorializadas, embora estas incluam um conjunto de ações (bolsa família, saúde, educação, habitação e outras) que influenciam positivamente no dia-a-dia das famílias pobres. De acordo com Maluf (2013), desde o início do primeiro Governo Lula, o Brasil combinou modestas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, com a redução da pobreza e da desigualdade, por meio de uma conjugação de instrumentos, sendo que os principais foram “a recuperação do valor real do salário-mínimo e, com ela, dos benefícios da seguridade social (com forte impacto no meio rural), investimentos públicos estimulando a geração de empregos, amplo programa de transferência de renda e forte apoio à agricultura familiar” (*Ibid.*, p. 61).

Considerações finais

A presente pesquisa se propôs a analisar em que medida as ações territorializadas do Pronat e do PTC contribuíram no enfrentamento da pobreza no Território Meio Oeste Contestado. Como observado no segundo capítulo, o estudo das principais transformações espaciais e sociais do oeste de Santa Catarina, região onde o Território pesquisado está inserido, sugere que a característica mais marcante daquela região é a disputa pelo controle e uso das terras. Historicamente, os indígenas e os caboclos, que tinham como particularidade o uso da terra apenas para se sustentarem, foram as etnias que mais sofreram expropriação desse meio de produção. Isso levou uma significativa parcela dessas populações a viver em condição de pobreza.

As questões “Onde?” e “Por que lá?” orientaram a análise entre o espaço social e o espaço físico. Para o entendimento da inscrição da pobreza no espaço geográfico do Meio Oeste Contestado - “Onde?” -, baseamo-nos nos dados estatísticos sobre a quantidade de pessoas assistidas pelo PBF - que é o indicador da condição de pobreza adotado nesta tese - e nos locais de residência das famílias assistidas por esse Programa: rural ou urbano. O estudo desses dados assinalou que a pobreza rural está mais presente em municípios do Território onde residem grupos populacionais tradicionais ou específicos, como indígenas e assentados pela reforma agrária, sendo eles: Entre Rios, Ipuaçu, Passos Maia e Abelardo Luz. Por sua vez, a pobreza urbana é mais expressiva em Entre Rios, Passos Maia, Ouro Verde e Galvão.

Para compreender os possíveis condicionantes da pobreza - “Por que lá?” - cruzamos os dados estatísticos da espacialização da pobreza com os indicadores das dinâmicas territoriais do Meio Oeste Contestado. De maneira geral, os municípios mais afetados pela pobreza possuem como principais especificidades demográficas população total, em 2010, entre 2.200 e 6.800 pessoas, exceto Abelardo Luz (17.100) e mais de 68% da população vivendo no meio rural, salvo Abelardo Luz (44,04%) e Galvão (32,40%) (Quadro 01, Anexo 03). De maneira geral, esses são municípios rurais, cuja base da economia é a agricultura.

Ao verificarmos a correlação da concentração da pobreza com o acesso à educação, à habitação (tamanho inadequado para a quantidade de pessoas que habitam) e aos serviços públicos, observamos que, em 2010, as populações de Abelardo Luz, Entre Rios, Galvão, Ipuaçu, Passos Maia e Ouro Verde eram as mais privadas em relação a esses direitos sociais e serviços. Esses municípios possuíam os maiores índices de pessoas não alfabetizadas, de domicílios que abrigavam mais de três pessoas por dormitório, bem como de domicílios que

não dispunham de energia, de água canalizada, de coleta de lixo e de banheiro ou sanitário na residência.

Identificamos relação da concentração da pobreza com a maior incidência de assentamentos da reforma agrária, a exemplo do que ocorre em Abelardo Luz e Passos Maia. O agrupamento dos dados estatísticos referentes aos agricultores familiares arrendatários, parceiros, ocupantes ou sem área, indicam a presença dessas condições de produtor em Ipuacu e Passos Maia, dois dos municípios onde a pobreza é marcante. Ademais, a pobreza está associada à elevada proporção de estabelecimentos agropecuários que possuem menos de cinco hectares em Ipuacu e Entre Rios. Há que se ressaltar que o IBGE considera as áreas de uso coletivo, como as Terras Indígenas, como 01 (um) estabelecimento agropecuário. Se tivéssemos, então, à disposição dados estatísticos sobre o acesso a terra das famílias indígenas, provavelmente, a quantidade de estabelecimentos com menos de cinco hectares seria bem maior, uma vez que em Abelardo Luz, a área indígena está em processo de demarcação e em Entre Rios e Ipuacu, nem todas possuem acesso a terra. Isso permitiria correlacionar de forma mais precisa a incidência da pobreza nesses municípios com as quantidades insuficientes de terras para a prática de atividades agropecuárias.

No que concerne ao vínculo da maior ocorrência da pobreza com as dinâmicas territoriais sociais e econômicas, observa-se que, de maneira geral, Abelardo Luz, Entre Rios, Ipuacu e Passos Maia figuram entre os municípios cujo maior percentual da população recebia salários inferiores a dois salários mínimos e os valores do PIB *per capita* eram os mais baixos. Esse baixo dinamismo econômico, associado aos déficits relacionados à prestação de serviços públicos e aos direitos sociais, se reflete nos índices mais baixos de IDHM nesses municípios do Meio Oeste Contestado.

De forma resumida, a pobreza atinge, em maiores proporções, populações dos municípios de Abelardo Luz, Entre Rios, Galvão, Ipuacu, Passos Maia e Ouro Verde. As principais dinâmicas territoriais que condicionaram essas populações à condição de pobreza é o histórico processo de expropriação de terras, que afetou principalmente os caboclos e os indígenas. Esses municípios também são os mais vulneráveis em relação ao acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais, além de possuírem baixo dinamismo econômico.

No terceiro capítulo, averiguamos a heterogeneidade das situações vividas pelas famílias pobres. A trajetória das famílias entrevistadas sugere que a pobreza tem raízes profundas na história da ocupação da região oeste de Santa Catarina, na qual, uma parcela significativa de indígenas e de caboclos foi expropriada de suas terras. Assim sendo, essas famílias encontram dificuldades de se viabilizarem economicamente, pois além da privação

dos principais meios de produção, como terra, galpões para animais e equipamentos agrícolas, sofreram privação dos direitos sociais e de serviços públicos. Pelo menos uma parte dessas famílias migrou, independentemente da trajetória, com o propósito de melhorar as condições de vida por meio de melhores empregos e maior facilidade de acessar políticas públicas.

As mulheres vivem uma condição de maior vulnerabilidade em relação aos homens, já que, na divisão do trabalho por gênero, o fato de serem incumbidas pelas atividades domésticas se configura em implicações que reforçam a situação de pobreza. Uma delas diz respeito às privações que sofrem em relação ao trabalho remunerado, uma vez que as atividades domésticas exigem a presença praticamente constante nos domicílios. As que trabalham fora de casa, por sua vez, o fazem em tempo parcial e são submetidas à dupla jornada de trabalho, pois não se eximem de executar as atividades domésticas. Isso acarreta na falta de autonomia financeira, pois os recursos recebidos pelo Programa Bolsa Família não são suficientes para isso, dificultando, entre outras questões, a contribuição com a Previdência Social.

O PTC investiu em estruturas coletivas para socializar algumas incumbências femininas, como na construção de creches. Todavia, nem todos os municípios do Território Meio Oeste Contestado foram contemplados, e os que foram, geralmente não dispõem de vagas suficientes para atender a demanda existente. Outra dificuldade relacionada ao acesso a creche, diz respeito ao itinerário e aos horários do transporte público, que nem sempre são condizentes com a ida de crianças para a creche. Outra situação de vulnerabilidade vivenciada pelas mulheres é a violência doméstica, que levou algumas delas a optarem pelo término do relacionamento afetivo, o que, na maioria dos casos, obrigou-as a arcarem sozinhas com os cuidados e o sustento dos filhos. Ainda há aquelas que não confiam na proteção do Estado, e temendo as represálias, nunca efetuaram denúncias aos órgãos competentes.

As condições de trabalho de praticamente todas as famílias entrevistadas são precárias, com exceção de algumas pessoas, geralmente homens, que possuem emprego fixo e carteira de trabalho assinada. Uma parte significativa das pessoas trabalha informalmente, na condição de diaristas e empreiteiras. Isso não lhes garante uma renda fixa mensal, tampouco o acesso aos benefícios da Previdência Social. Independentemente de residirem no meio rural ou urbano, os homens trabalham principalmente como diaristas, empreiteiros, assalariados ou por conta própria em atividades agropecuárias, em frigoríficos ou na construção civil.

No que concerne à educação, é notório o esforço que o Brasil tem feito para ampliar o seu acesso, principalmente após a sua garantia como um direito social na Constituição Federal de 1988. O fato de a frequência escolar ser uma condicionalidade para as famílias pobres acessarem o Programa Bolsa Família, criou a cultura de os pais ou responsáveis manterem as crianças e os adolescentes na escola, além de desejarem que acessem ao ensino superior. Ainda há, no entanto, barreiras que o Estado brasileiro precisa superar para que a educação se constitua em uma ferramenta transformadora da realidade social para as crianças e os adolescentes que estão em idade escolar, como, por exemplo, adequar os métodos de ensino à realidade social dos estudantes. Já as principais dificuldades para os jovens e adultos poderem frequentar a escola consistem na necessidade de trabalharem à noite, na permanência no local de trabalho por determinados períodos, como, por exemplo, os cortadores de erva-mate, e na falta de transporte das comunidades rurais e dos bairros até as escolas onde esses cursos são ministrados. No caso específico das mulheres, soma-se a isso a incumbência de cuidar das crianças e/ou fazer as atividades domésticas à noite.

Nenhuma família está totalmente satisfeita em relação às condições da moradia. As famílias que são proprietárias ou que foram assistidas pela Política Nacional de Habitação de Interesse Social gostariam de ampliar e/ou reformar as casas, visando a acomodar de maneira satisfatória os seus integrantes. Já as que não são proprietárias, aguardam serem beneficiadas pela política de habitação.

As famílias que foram consideradas pela pesquisa não se encontravam em situação de fome. Não obstante, as residentes no meio rural não dispunham de terra e de equipamentos suficientes para a produção da diversidade e da quantidade de comida necessária à alimentação da família. Por sua vez, as famílias urbanas, tinham como principal condicionante em relação à alimentação, a falta de dinheiro para adquirir a diversidade desejada. De maneira geral, destacamos o consumo limitado de carnes, furtas e verduras, pois, diante da necessidade de fazer opções, a preferência era dada à “comida grosseira”, ou seja, feijão, arroz, farinha, leite e óleo.

As famílias pobres sofrem privações em relação à prestação de serviços públicos, sendo os mais deficitários o abastecimento de água potável e o destino adequado do esgoto. Há que se ressaltar que as famílias moradoras de áreas de risco ambiental estão privadas ou tem acesso muito restrito a água potável, rede de esgoto, energia elétrica e coleta de lixo. Não menos importante é o acesso restrito aos serviços de transporte público, exceto o escolar. Os principais condicionantes dessa restrição são: o alto custo das passagens, a inadequação dos horários e dos itinerários às necessidades das famílias, ou até mesmo, a inexistência da

prestação desse serviço. Dessa maneira, as pessoas sofrem privações no que concerne ao deslocamento, pois estas o utilizam somente em casos de extrema necessidade.

Mesmo sofrendo privação em relação aos transportes, as famílias pobres não vivem isoladas. As relações sociais por elas mantidas com familiares, vizinhos, patrões ou com a igreja são importantes estratégias adotadas para o enfrentamento da pobreza. A não participação em organizações sociais como, por exemplo, sindicatos e movimentos sociais, faz com que não tenham força política para reivindicarem coletivamente as políticas públicas que considerem mais importantes para a superação da pobreza.

A respeito da percepção sobre a pobreza, um grupo de famílias se considerou pobre e correlacionou a vivência nessa condição aos fatores históricos, pois possuem uma trajetória marcada pela expropriação da terra e exclusão do acesso aos direitos sociais, o que lhes poderia ter garantido melhorias nas condições de vida a partir de melhores empregos ou da obtenção de renda a partir da produção agropecuária. Outro grupo de famílias não se considerou pobre devido à melhoria das condições de vida na última década e por ter saúde, a família unida e trabalho, mesmo que informal. Independentemente de se considerarem pobres ou não, essas famílias estão conscientes sobre a necessidade de políticas públicas sociais e/ou de inserção produtiva para terem melhores condições de vida. Ademais, não estão conformadas com a situação em que vivem, pois buscam constantemente melhorias das condições de vida.

No quarto capítulo, buscamos entender a territorialização das ações do Pronat e do PTC, que é um processo relativamente recente de intervenção pública governamental. Essa inovação levou à criação de novas institucionalidades nacionais, estaduais e territoriais, com o objetivo, entre outros, de viabilizar a participação conjunta de atores da sociedade civil e das três esferas governamentais - federal, estadual e municipal - na gestão social da política.

Em princípio, o reconhecimento dos territórios como unidade de aplicação de recursos financeiros por meio do Pronat foi um avanço significativo em relação à política de desenvolvimento rural anterior, o Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais. A inexistência de um marco jurídico para o território, no entanto, retira graus de liberdade consideráveis das instituições territoriais, o que Delgado e Grisa (2015) chamaram de “incompletude” da política, obrigando essas instituições e os atores sociais delas participantes a negociarem com os governos estaduais e, principalmente, com as prefeituras municipais o acesso aos recursos de infraestrutura disponibilizados pelo Pronat, bem como as responsabilidades sobre os trâmites burocráticos e a contrapartida financeira que se faz necessária.

No caso do Território Meio Oeste Contestado, destacamos que não houve registro de qualquer tentativa, nem por parte do Codeter, nem por parte do Governo Estadual por meio das ADR, para que algum projeto territorial fosse apresentado por essas Agências, uma vez que dispõem de personalidade jurídica capaz de viabilizar a implantação de projetos de caráter territorial. Embora a descentralização administrativa de Santa Catarina e a instituição da política territorial tenha ocorrido no mesmo período, ou seja, em 2003, e o Governo Estadual tenha participado da criação dos territórios rurais de identidade, possivelmente, as ADR e o Codeter não se reconheceram um ao outro como espaços de planejamento e desenvolvimento territorial. Assim, não houve tentativas de estabelecer uma parceria para materialização dos projetos.

Por sua vez, nem todas as prefeituras dispunham de recursos necessários - inclusive por inadimplência - para atender às demandas por investimentos. Para os beneficiários potenciais de um projeto, ademais, a disponibilidade de infraestrutura territorial por meio de um contrato de repasse não garantiu que dele pudessem usufruir, uma vez que o patrimônio tornava-se propriedade das prefeituras e estas o utilizam, em alguns casos, conforme suas necessidades e interesses. A “incompletude” da política é um dos fatores responsáveis, então, pela manutenção do caráter municipal dos projetos financiados pelo Pronat, uma vez que a infraestrutura rural fica alocada, em quase todos os casos, no município com o qual é firmado o contrato de repasse, contrariando a orientação da política territorial, de implementar projetos realmente territorializados.

A estrutura rural financiada pelo Pronat no Meio Oeste Contestado entre 2003 e 2015, beneficiou agricultores familiares inseridos em mercados e organizados em cooperativas de produção, sindicatos e movimentos sociais. As populações tradicionais presentes no Meio Oeste Contestado, como os caboclos e os indígenas, que a exemplo dos agricultores familiares, faziam parte do público prioritário do referido Ministério, praticamente não possuem vínculos organizacionais, e desse modo, não participaram do Codeter. Por outro lado, não observamos nenhuma ação ou interesse das esferas do poder público - federal, estadual e municipal - em representá-las ou motivá-las para que se organizassem para participar do Colegiado ou capitaneiar recursos do Pronat para atender os interesses desses segmentos.

A concepção do PTC baseada na abordagem territorial implicou na necessidade de planejamento das ações nas esferas nacional e territorial para o enfrentamento da pobreza em espaços precisos. No Meio Oeste Contestado, não houve suficiente capacitação ou debate para que os delegados do Território e os gestores públicos entendessem o uso da Matriz de

Ações como um instrumento de planejamento de ações setoriais a serem implementadas de maneira territorializada. Assim sendo, as ações do PTC não acompanharam inteiramente a inovação conceitual incorporada na ideia da aplicação territorializada de ações públicas, uma vez que os mecanismos de acesso e de liberação dos recursos financeiros não foram alterados adequadamente e continuaram praticamente os mesmos do período anterior a sua existência.

A experiência e o aprendizado que o Pronat e o PTC propiciaram - mesmo com sua “incompletude” -, estimularam a recente criação do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Meio Oeste Contestado na região da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense. Essa unidade administrativa, de certa forma, pode dar continuidade e aprimorar a territorialização de políticas públicas, por ser um espaço que possibilita o planejamento para a sua aplicação territorializada. Esse tipo de consórcio representa também uma alternativa jurídica importante para viabilizar a territorialização de políticas públicas federais de âmbito territorial e dinamizar as ações coletivas intermunicipais, como sugerem as articulações existentes entre os municípios que integram o Consórcio. Para tanto, permanece o desafio de garantir a participação da sociedade civil na sua gestão social, bem como de avançar no planejamento para que as políticas aplicadas superem e/ou complementem o caráter municipalista. O outro desafio consiste em construir um (ou mais) consórcio intermunicipal de interesse público na região dos municípios da Associação de Municípios do Alto Irani e da Associação de Municípios do Noroeste Catarinense.

As ações territorializadas, principalmente as do PTC, contribuíram, de modo geral, para a melhoria das condições de vida das populações pobres do Meio Oeste Contestado, na opinião dos delegados do Codeter e dos gestores públicos, como consequência do maior acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais. Soma-se a isso, segundo as famílias entrevistadas, a transferência de renda por intermédio do Programa Bolsa Família. Permanece, contudo, o desafio de o Estado, por um lado, de ampliar os investimentos nessas políticas, tendo em vista que nem toda a população pobre as acessaram na sua plenitude e, por outro, de investir em políticas públicas para superar os condicionantes históricos e estruturais da pobreza, como, por exemplo, políticas de acesso a terra e de regularização fundiária que beneficiem também a população urbana.

Todavia, os gestores públicos e delegados do Codeter entrevistados não mencionaram a relevância de políticas sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família e dos benefícios da Previdência Social como ações públicas para o enfrentamento da pobreza, tampouco o acesso a terra via reforma agrária, o que talvez reflita certo distanciamento dos gestores da política territorial desse Programa. Isso se deve, possivelmente, ao fato de praticamente todos os

delegados do Codeter e os gestores públicos entrevistados verem os pobres de maneira bastante estigmatizada, seja por pertencerem às etnias indígena ou cabocla ou por conceber que eles não querem trabalhar para prover o seu próprio sustento, além de terem um elevado número de filhos. Quando os gestores públicos culpam os pobres pela condição em que vivem, não reconhecem a necessidade de implementar políticas públicas diferenciadas para as populações pobres, tampouco de planejar a aplicação territorializada de ações públicas visando o enfrentamento da pobreza. Outra questão, que provavelmente contribui para essa visão, se refere ao desconhecimento da diversidade de situações vividas por famílias pobres, pois concebem a pobreza como um fenômeno homogêneo.

Em suma, a criação dos territórios como unidade de articulação para a aplicação territorializada de políticas públicas com a participação de atores governamentais e da sociedade civil na sua gestão social foi uma importante inovação no que concerne à intervenção pública governamental. Essa inovação institucional necessitaria ser aprimorada no que diz respeito à divulgação e à compreensão - pelos atores institucionais participantes - de sua abordagem conceitual e metodológica e aos mecanismos de operacionalização das ações públicas.

A extinção do MDA em maio de 2016, todavia, implicou na transferência da SDT, que era responsável pelo Pronat e pelo PTC para a Casa Civil. Isso significou um processo mais amplo de desmonte da política de desenvolvimento territorial, principalmente em relação à estrutura administrativa que fornecia suporte a essa política. Um dos efeitos imediatos disso é que desde o final de 2016 não houve destinação de recursos financeiros para o Pronat, tampouco pactuação de agendas voltadas aos territórios da cidadania. Isso significa que os avanços até então alcançados no que se refere à territorialização de ações públicas e participação da sociedade civil na gestão social de ações públicas vão sofrer uma descontinuidade.

Além do mais, os atuais impasses políticos do País não geram esperanças de que haverá espaço para aperfeiçoamento na aplicação das ações públicas territorializadas, pelo menos, num curto período de tempo, a partir de iniciativas do Governo Federal. De todo modo, trata-se, certamente, de um processo de aprendizagem social que servirá de base para novas experiências de natureza semelhante, que possam ser operadas no futuro.

Por fim, apesar de suas limitações, temos a expectativa de que esta tese tenha propiciado contribuições à análise da territorialização da ação pública, bem como da necessidade de considerar a heterogeneidade de situações vividas pelas populações pobres para futuras formulações de políticas públicas com o objetivo de superar a pobreza.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos avançados**, São Paulo, SP, v. 15, n. 43, p. 121-140, 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300011>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- ALMEIDA, M. H. T. A política social no governo Lula. **Novos Estudos**, São Paulo, SP, n. 70, p. 7-17, 2004. Disponível em:
<http://socialsciences.scielo.org/pdf/pdf/s_nec/v1nse/Maria_Herm%EDnia_Tavares_de_Almida.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- ALVES, P. A.; MATTEI, L. Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2006, Caxambú. **Anais eletrônicos**. Caxambu, MG, 2006, 20 p. Disponível em:
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_598.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2012.
- AMABILE, A. E. N. Políticas Públicas. In: **Dicionário de Políticas Públicas**. CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. (Org.). Barbacena: EdUEMG, 2012. p. 390-391.
- AQUINO, J. R., BASTOS, F. Dez anos do Programa Agroamigo na região nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica**, Fortaleza, CE, v. 46, p. 139-160, 2015. Disponível em:
<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/800344/Art9_REN_ESP_2015.pdf/396220d4-89ba-4555-a1b9-a08c00002fb9>. Acesso em: 15 dez. 2016.
- AUTÈS, M. Les sens du territoire. **Recherches et Prévisions**, n. 39, p. 57-71, 1995. Disponível em: <http://www.persee.fr/docAsPDF/caf_1149-1590_1995_num_39_1_1680.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2015.
- AVRITZER, L. **Orçamento participativo e a teoria democrática**: um balanço crítico. s/d, 52 p. Disponível em:
<https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36829280/orcameto_participativo_e_teoria_democratica_-leoardo_avritzer.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1508370376&Signature=iQlzFBwE7yHXAInBzVT4fcsDOpw%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DOrcameto_participativo_e_teoria Democrat.pdf>. Acesso em: 15 ago.2017.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Quantidade e Valor dos Contratos por Município**. 2017a. DISPONÍVEL EM: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br#!/r/micrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcMunicipio.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Munic%C3%ADpio&exibeparametros=true&botoesExportar=true>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- _____. **Quantidade e Valor dos Contratos por Região e Brasil**. 2017b. DISPONÍVEL EM: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br#!/r/micrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRegiaoUF.rdl&nome=Quan>>

tidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Regi%C3%A3o%20e%20UF&exibe
parametros=true&botoesExportar=true>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. **Manual do crédito rural**. 2017c. Disponível em:
<<http://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>>. Acesso em: 20 out. 2017.

BANCO DO NORDESTE – BN. **Grupos e Linhas de Crédito PRONAF**: quadro resumo. 2016. Disponível em:
<<http://www.banconordeste.gov.br/documents/165130/165145/Grupos+e+Linhas+Pronaf/4dd9526a-51af-42fb-b3a2-a07823326de2>>. Acesso em: 20 out. 2017.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. **Pronaf B**: evolução e metodologia. Informativo Técnico AGRIS, n. 2, 2012. Disponível em:<https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2470/1/InformativoAGRIS_02_2012_P.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

BARBOSA, R. S.; ZIMMERMANN, S. A.; TECCHIO, A. Desenvolvimento territorial e pobreza rural no Território da Cidadania Serra Geral (MG). In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**: Estudos de caso. Brasília: IICA, v. 20, 2013, p. 171-205.

BELIK, W., GRAZIANO DA SILVA, J., TAKAGI, M. Políticas de Combate à Fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10378.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

BIRKNER, W. M. K.; TOMIO, F. R. DE L.; BAZZANELLA, S. L. A descentralização em Santa Catarina. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, RJ, v. 275, n. 57, p. 68–77, 2010. Disponível em:
<http://www.ipacpesquisas.com.br/files/descentralizacao_sc.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2017.

BONNAL, P. Referências e considerações para o estudo e a atuação dos programas de desenvolvimento territorial (PRONAT e PTC) na perspectiva da redução da pobreza em territórios rurais. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013, v.19, p. 33-56.

BONNAL, P.; KATO, K. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. V. 14, p. 61-88.

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; DELGADO, N. G. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011, v.14, p. 35-60.

BOURDIEU, P. (Dir.). **La misère du monde**. Paris: Seuil, 2007 (1e éd. 1993).1.461 p.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. Petrópolis: Vozes, 2. ed., 2002. 275 p.

BRASIL. Facultativo de Baixa Renda (dona de casa). 2017. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/informacoes-gerais/facultativo-baixa-renda/>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

_____. Decreto n. 8.794, de 29 de junho de 2016. Altera o Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências. **Presidência da República.** 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8794.htm>. Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. **Benefícios do INSS.** 2016b. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/beneficios-do-inss/>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

_____. RESOLUÇÃO N° 45, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013. Dispõe sobre os critérios para a utilização de veículos de transporte escolar adquiridos no âmbito do Programa Caminho da Escola. **Diário Oficial da União.** 2013a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14635-resol45&category_slug=novembro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 06 jun. 2017.

_____. DECRETO N° 8.180, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013. Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. **Presidência da República.** 2013b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. **Desenvolvimento agrário:** orientações para o acompanhamento dos programas de desenvolvimento agrário. Brasília, 2012, 62 p. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/controle-social/arquivos/desenvolvimentoagrario2012.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. DECRETO N° 7.492, DE 2 DE JUNHO DE 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Presidência da República.** 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm>. Acesso em: 25 abr. 2014.

_____. DECRETO N° 7.583, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011. Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica, e dá outras providências. **Presidência da República.** 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7583.htm>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. LEI N° 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Presidência da República.** 2011c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 01 jun. 2017.

_____. LEI COMPLEMENTAR N° 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição

Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Presidência da República.** 2011d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm>. Acesso em: 15 dez. 2016.

_____. LEI N° 12.212, DE 20 DE JANEIRO DE 2010. Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis nos 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002; e dá outras providências. **Presidência da República.** 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12212.htm>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. LEI N° 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. **Presidência da República.** 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. **Territórios da cidadania:** integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Brasília, 2009b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638134.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. **Territórios da cidadania.** Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. LEI N° 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Presidência da República.** 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 25 fev. 2017.

_____. DECRETO N° 6.170, DE 25 DE JULHO DE 2007. Dispõe sobre normas relativas às transferências de recursos da União, mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. **Presidência da República.** 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. DECRETO N° 6.214, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. **Presidência da República.** 2007c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm>. Acesso em: 05 maio 2017.

BRASIL. LEI N° 11.274, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Presidência da República.** 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. LEI N° 11.124, DE 16 DE JUNHO DE 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Presidência da República.** 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável.** 2003. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/publicacoes-nead/publicacoes/arquivo_253.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2010.

_____. LEI N° 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no 9.648, de 27 de maio de 1998, no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 5.655, de 20 de maio de 1971, no 5.899, de 5 de julho de 1973, no 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências. **Presidência da República.** 2002. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10438.htm>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. **Fome Zero:** Conceito. [200-]. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

_____. LEI N° 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República.** 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 12 nov. 2016.

_____. LEI N° 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previsto no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Presidência da República.** 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. LEI N° 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Presidência da República.** 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 18 jul. 2017.

_____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. **Presidência da República.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucacao/constituicacompileado.htm>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRIGUENTI, C. A. **Terras Indígenas em Santa Catarina.** (s/d). Disponível em: <<https://leiaufsc.files.wordpress.com/2015/08/terrass-indigenas-em-santa-catarina.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.

BRODIEZ-DOLINO, A. La vulnérabilité, nouvelle catégorie de l'action publique. **Informations sociales**, n. 188, 2015, p. 10-18. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-informations-sociales-2015-2-page-10.htm>>. Acesso em: 28 set. 2017.

BRUNET, R. **Géographie Universelle:** Mondes nouveaux. BRUNET, R. ; DOLLFUS, O. (Org.). Berlin: Hachette/Reclus, 1990.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família:** uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013. 494 p.

CAPP, N., et al. Qualidade da água e fatores de contaminação na área urbana de Anastácio (MS). **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, RS, v. 16, n. 3, p. 77-92, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/geografia/article/view/7581>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 9, n. 1., p. 22-55, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100003&lng=en&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2017.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 12. ed., 2015. 611 p.

_____. As transformações da questão social. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, A. C.; WANDERLEY, M. B. **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 4. ed., 2013. p. 283-312.

CAZELLA, A. A. Contribuições metodológicas da sócio-antropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia**, Florianópolis, SC, v. 4, n. especial, p. 225-247, 2006.

_____. La dynamique des processus de marginalisation: de la vulnérabilité à la désaffiliation. **Cahiers de recherche sociologique**, n. 22, p. 11-27, 1994. Disponível em: <<https://www.erudit.org/revue/crs/1994/v/n22/1002206ar.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CAZELLA, A. A.; ZIMMERMANN, S. A.; LEITE, S. P. Ações e Políticas no Processo de Gestão do Programa Territórios da Cidadania: Análise a Partir dos Estudos de Caso. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil.** Brasília: IICA, 2013, v.19, p. 289-335.

CAZELLA, A. A. et at. Desafios das políticas públicas contemporâneas no Brasil: superação da pobreza rural com ênfase na sustentabilidade. **Relatório Técnico Final.** 2015. Disponível em: <http://lemate.paginas.ufsc.br/files/2016/03/Relat%C3%BDrio_CNPq_2015_FINAL.pdf>. Acesso em: 09 out. 2016.

CAZELLA, A. A. *et at.* Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, SC, v. 15, Edição Especial, p. 49-79, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p49>. Acesso em: 13 mar. 2017.

CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza:** em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, texto para discussão n. 1332, 2008. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf. Acesso em: 20 abr. 2015.

COHN, A. **Cartas ao Presidente Lula:** Bolsa Família e Direitos Sociais. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2012. 189 p.

COMMAILLE, J. Sociologie de l'action publique. In: BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S. RAVINET, P. (Dir.). **Dictionnaire des politiques publiques**. Paris: Presses de Sciences Po, 2014, p. 599-607.

CONSEIL ÉCONOMIQUE, SOCIAL ET ENVIRONNEMENTAL. **Grande pauvreté et précarité économique et sociale:** et maintenant ? DELEVOYE, J. P.; MADIGNIER, P. Y. (Ed.), Paris : France, 2012. Disponível em:
http://grandepauvrete.lecese.fr/documents/reedition_wresinski.pdf. Acesso em: 18 jul. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq. **Chamadas Públicas.** Chamada CNPq/MDA/SPM-PR No 11/2014 – Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial. 2014. Disponível em: http://cnpq.br/chamadas-publicas?p_p_id=resultadoportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&id=47-347-2459&detalha=chamadaDetalhada&filtro=resultados. Acesso em: 03 jul. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONDRAF. **Resolução Nº 94 de 23 de maio de 2013.** Incorpora territórios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT, e dá outras providências. 2013. Disponível em:
http://www.mda.gov.br/portal/condraf/arquivos/view/resolu-es-condraf/Resolu%C3%A7%C3%A3o_94_-_Novos_territ%C3%B3rios_no_PRONAT_-_DOU.pdf. Acesso em: 14 nov. 2013.

_____. RESOLUÇÃO Nº 48 DE 16 DE SETEMBRO DE 2004. Propõe Diretrizes e Atribuições para a rede de Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS, nos diferentes níveis de atuação. **Condraf**, 2004. Disponível em:
<http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/1372514307.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC. **Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Meio Oeste Contestado.** 2013. Disponível em:
<http://www.cpimmoc.sc.gov.br/pdf/estatuto.pdf>. Acesso em: 16 maio 2016.

CORTES, G. Migrations et mobilités circulatoires dans les Andes boliviennes : la face cachée d'une ruralité « en résistance ». **Caravelle**, Toulouse, v. 79, n. 1, p. 93-115, 2002. Disponível

em: <www.persee.fr/doc/carav_1147-6753_2002_num_79_1_1372>. Acesso em: 20 maio 2017.

D'ANGELIS, W. R. Para uma história dos índios do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, SC, n. 1, p. 141-2019, 1995.

DEAN, H.; CIMADAMORE, A.; SIQUEIRA, J. Introdução. In: CIMADAMORE, A.; DEAN, H.; SIQUEIRA, J. **A Pobreza do Estado**: Reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Buenos Aires, Clacso, 2006. p. 15-36.

DELGADO, G. C. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 429-442.

DELGADO, G.; CARDOSO, JR. ; J. C. **O idoso e a previdência rural no brasil: a experiência recente da universalização**. IPEA: Rio de Janeiro, 1999.

Texto para discussão nº 688. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2834/1/td_0688.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2017.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:
<http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

DELGADO, N. G; GRISA, C. Institucionalidades, Governança e Projetos Territoriais na Política de Desenvolvimento Rural no Brasil. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. v. 19, Brasília: IICA, 2013, p. 239-288.

_____. Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Brasil: análise das institucionalidades e da governança. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, RJ, v. 22, n. 1, p. 132-163, 2014.

_____. Governança territorial, dinâmica institucional e protagonismo social territorial: revisitando um percurso metodológico seguido pelo OPPA/CPDA no marco dos estudos territoriais. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 48-66, 2015.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, RJ, v. 54, n. 2, 2011.

_____. Atualização das políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. v. 19, Brasília: IICA, 2013, p. 125-148.

_____. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 239-259.

DELGADO, N. G.; ZIMMERMANN, S. **Gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto das novas institucionalidades**: Relatório 1: Os Programas Territórios de Cidadania e Territórios Rurais de Identidade: reflexões metodológicas sobre institucionalidades territoriais e gestão de políticas públicas. Brasília: IICA, 2008.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - DOU. INSTRUÇÃO NORMATIVA No - 91, DE 5 DE OUTUBRO DE 2011. 2011. Dispõe sobre a fiscalização para a erradicação do trabalho em condição análoga à de escravo e dá outras providências. **Secretaria de Inspeção do Trabalho**. Disponível em: <<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2011/Out/6/secretaria-de-inspecao-do-trabalho-instrucao>>. Acesso em: 28 maio 2017.

DI MÉO, G. **Introduction à la géographie sociale**. Paris: Cursus Armand Colin, 2014. 189 p.

_____. **Géographie sociale et territoires**. Paris: Nathan/VUEF, 2e éd., 2001. 317 p.

_____. De l'espace aux territoires: éléments pour une archéologie des concepts fondamentaux de la géographie. **L'information géographique**, v. 62, n. 3, p. 99-110, 1998. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/ingeo_0020-0093_1998_num_62_3_2586>. Acesso em: 25 jul. 2016.

DI MEO, G., BULÉON, P. **L'espace social**: lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2005, 304 p.

DOUILLET, A. C. Les politiques contractuelles de développement local en milieu rural. In: FAURE, A.; DOUILLET, A. C. (Dir.). **La action publique et la question territoriale**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2005.p. 75-91.

DURAN, P. Territorialisation. In: **Dictionnaire des politiques territoriales**. PASQUIER, R.; GUIGNÉ, S.; COLE, A. (Dir.). Paris: Presses de Sciences Po, Collection Références, 2011. p. 475-482.

ELESBÃO, I. O espaço rural brasileiro em transformação. **Finisterra**, v. 42, n. 84, p. 47-65. 2007. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1421/1117>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

ELISSALDE, B. Une géographie des territoires. **L'information géographique**, v. 66, n. 3, p. 193-205, 2002. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/ingeo_0020-0093_2002_num_66_3_2810>. Acesso em: 16 mar. 2015.

EVANS, P. Collective capabilities, culture, and Amartya Sen's Development as Freedom. **Summer**, v. 37, n. 2, p. 54-60, 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/248139856_Collective_Capabilities_Culture_and_Amartya_Sen's_Development_as_Freedom>. Acesso em: 04 mar. 2017.

FALAVINHA, G.; DEGENHARDT, R. Qualidade microbiológica da água de nascentes e poços da comunidade de Barro Branco, Capinzal, SC. **Unoesc & Ciência**, v. 5, n. 12, p. 209-216, 2014. Disponível em:

<https://editora.unoesc.edu.br/index.php/acbs/article/view/5003/pdf_70>. Acesso em: 16 jun. 2017.

FAURE, A. Action publique territoriale. In: **Dictionnaire des politiques territoriales**. PASQUIER, R.; GUIGNÉ, S.; COLE, A. (Dir.). Paris: Presses de Sciences Po, Collection Références, 2011. p. 27-33.

FAVARETO, A. As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural – lições para uma nova geração de políticas públicas. In: PIRAUT, M.; CANIELLO, M. (Org.). Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública. **Raízes**, Campina Grande, PB, v. 28, n. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 52-62, 2010. Disponível em:
<http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_217.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2017.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM. s/d. **Nasce a Federação Catarinense de Municípios**. Disponível em:
<http://antigo.fecam.org.br/conteudo/index.php?cod_menu=16>. Acesso em: 13 jun. 2016.

FLÁVIO, L. C.; SAQUET, M. A. Elementos de reflexão para fundamentar a pesquisa em geografia centrados na relação tempo-espacó-território. **Revista Formação**, Presidente Prudente, SP, v. 2, n. 15, p. 67-77, 2008. Disponível em:
<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewArticle/616>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

FLEXOR, G.; LEITE, S. Análise das políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 12. 2007, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP: SEP, 2007.

FREITAS, A. F.; FREITAS; A. F.; DIAS, M. M. Desafios da gestão social dos territórios rurais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 48, 2010, Campo Grande, **Anais eletrônicos**. Campo Grande, 2010. 21 p.

FRÉMONT, A. *et al. Géographie sociale*. Paris, Masson: 1984. 387 p.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. **Previdência Social**, s/d. Disponível em:
<<http://www.funai.gov.br/index.php/previdencia-social>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil**: SC - índios kaingang lutam para homologar terras indígenas já demarcadas. [20--]. Disponível em:
<<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=420>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

GAGO, P. C. Questões de transcrição em Análise da Conversa. **Veredas**: Juiz de Fora, MG, v. 6, n. 2, p. 89-113, 2002. Disponível em:
<<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap051.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2017.

GAUDRON, C. Z.; SANCHOU, P. Introduction. **EM PAN**, n. 60, p. 10-13, 2005. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-empan-2005-4-page-10.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 51-71.

GIBAND, D. Territorialisation et territorialisation de l'action publique: Retour sur des concepts. **Palestra ministrada no Seminário internacional** “Políticas territoriais e pobreza no campo e na cidade”, Rio de Janeiro, 4 e 5 de novembro de 2014.

GOMES, C. M. P. **A governança da terra em questão**: uma Análise da política de crédito fundiário no Brasil. 2013. 249 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**: Agricultura e indústria no sistema internacional. Tradução de Carlos Eduardo Baesse de Souza. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 192 p.

GOULART, S. S. Terras indígenas no Oeste Catarinense. **Revista Santa Catarina em História**. Florianópolis, SC, v. 1, n. 2, p. 39-46, 2009. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/137/155>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. 280 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 52, n. 2, p. 323-345, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000200007>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180.

HASSENTEUFEL, P. Think social, act local: la territorialisation comme réponse à la “crise de l'état-providence”? **Politiques et management public**, Cachan, v. 16, n. 3, p. 1-11,1998. Disponível em: <http://www.persee.fr/docAsPDF/pomap_0758-1726_1998_num_16_3_2195>. Acesso em: 15 mar. 2015.

HÉLARDOT, V. Précarisation du travail et de l'emploi : quelles résonances dans la construction des expériences sociales ?. **EMPAÑ**, Toulouse, n. 60, p. 30-37, 2005. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-empan-2005-4-page-30.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Banco de dados: Cidades@**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

_____. **Banco de dados agregados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

_____. **Censo Demográfico do ano de 2010:** Manual do Recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Censo Agropecuário 2007:** Manual do Recenseador. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000a.

_____. **Banco de dados agregados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000b.

_____. **Banco de dados:** Cidades@. Rio de Janeiro: IBGE, 2000c.

_____. **Censo Demográfico do ano de 2000:** Manual do Recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

INSTUTUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Programa Bolsa Família:** uma década de inclusão e cidadania. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). Brasília: Ipea, 2013. 494 p.

_____. **Erradicar a pobreza extrema:** um objetivo ao alcance do Brasil. Texto para discussão. Brasília: 2011,62 p. Disponível em:
http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1619.pdf. Acesso em: 29 ago. 2016.

IVO, A. B. L. A reconversão da questão social da pobreza e a retórica da pobreza nos anos de 1990. In: CIMADAMORE, A.; DEAN, H.; SIQUEIRA, J. **A Pobreza do Estado:** Reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Buenos Aires, Clacso, 2006. p. 61-85.

_____. Georg Simmel e a “Sociologia da pobreza”. **Cadernos CRH**, Salvador, BA, v. 21, n. 52, p. 171-180, 2008. Disponível em: <http://www.nespom.com/news/texto-28-georg-simmel-sociologia-da-pobreza/>. Acesso em: 07 jan. 2016.

JAILLET, M. Contre le territoire, la bonne distance. In: **Territoires, territorialité, territorialisation:** controverses et perspectives. VANIER, M. (Dir.) Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009. p.115-121.

KAGEYAMA, A. *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: **Agricultura e políticas públicas.** Brasília: IPEA, n. 127, 1990, p. 113-123.

KAGEYAMA; A.; BERGAMASCO; S. M. P. P; OLIVEIRA, J. I. **Os assentamentos rurais no Censo do IBGE de 2006.** s/d. Disponível em:
https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/mesas/Kageyama.pdf. Acesso em: 28 ago. 2017.

KAZTMAN, R. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. In: **5º Taller regional:** la medición de la pobreza: métodos e aplicaciones. México: BID-BIRF-CEPAL, 2000. p.

275-301. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/31545>>. Acesso em: 28 set. 2017.

KLANOVICZ, J. Kaingáng e Xokleng do sul do Brasil e a Floresta: discutindo Etno-história e História Ambiental. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 3.330-3.333, 2009. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/9032/6312>>. Acesso em : 13 jul. 2014 .

KOWARICK, L. Vulnerabilidade e (sub)cidadania na sociedade brasileira – entrevista com Lúcio Kowarick. Entrevista concedida a Thiago Aparecido Trindade e Maria Carolina Tiraboschi Ferro. **Idéias**, Campinas, SP, v. 3, 2011. p. 236-252. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649325/15880>>. Acesso em: 28 set. 2017.

_____. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos**: CEBRAP. São Paulo, n. 63, p.9-30, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/20080627_viver_em_risco_1.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2016.

LABBENS, J. **Sociologie de la pauvreté**: le tiers-monde et le quart-monde. Paris: Gallimard, 1978. 312 p.

LAGE, L ; NADER, M. B. Da legitimação à condenação social. In : **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1. ed., 2. Reimpressão, 2016, p. 286-312.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS. P. **Sociologie de l'action publique**. 2e éd. Paris: Armand Colin, 2012. 127 p.

LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n.1, p. 25-59, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomicav4n1/lavinas.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

LE BERRE, M. Territoires. In: BAILLY, A.; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (Dir.). **Encyclopédie de Géographie**. Paris: Economica, 1992. p. 601-622.

_____. Le territoire dans ses rapports avec les espaces géographiques: concept ancien, utilisation nouvelle. **Geopoint 82**: les territoires de la vie quotidienne, p. 3-16, 1982.

LEFEVRE, H. **La production de l'espace**. 4e éd. Paris: Anthropos. 485 p.

LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **RER**, Rio de Janeiro, RJ, v. 45, n. 03, p. 777-805, 2007.

LEITE, S. P.; WESZ JUNIOR, V. J. O financiamento da política de desenvolvimento territorial: uma análise do PRONAT e do Programa Território da Cidadania. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. v. 14, p. 169-186.

LEITE, S. P. *et al.* Políticas públicas, desenvolvimento territorial e atores sociais no meio rural brasileiro. In : **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. MDA: Brasília, 2010. p. 319-362. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_19/Livro%20Brasil%20Rural%20em%20Debate.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

_____. Avaliando a gestão das políticas agrícolas no Brasil: uma ênfase no papel das policymakers. **Redes**: Rede, Desenvolvimento, Ensino e Sociedade. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://ceragro.iica.int/Documents/Projeto_CPDA-NEAD_3_- Produto_13.2_Gepolagri_.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2011.

LÉVY, J.; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés**. Paris, Belin: 2013. 1127 p.

LISBOA, T. K. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense**: um novo movimento social. 1987. 302 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1987.

LUCHMANN, L. H. H. **Participação e aprendizado político no orçamento participativo**: estudo de caso em um município catarinense. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a10v33n119.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MACHADO, L. Z. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, M. R. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editora. 2004. p. 35-78.

MACHADO, P. P. Conflitos sertanejos e Direito: Bacharéis e rábulas durante da Guerra do Contestado (1912-1916). In: 5 Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2012, Belém, **Anais Eletrônicos**. Belém, PA, 2012, 16 p. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/Conflitos%20sertanejos%20e%20Direito%20Bachar%C3%A9is%20e%20r%C3%A1bulas%20durante%20da%20Guerra%20do%20Contestado.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. **Topoi**. Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 22, p. 178-186, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n22/1518-3319-topoi-12-22-00178.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

MAIA, G. B. S, *et al.* O Pronaf B e o financiamento agropecuário nos Territórios da Cidadania do semiárido. **Revista do BNDES**, 39 p., 2012. Disponível em: <https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3366/1/RB%2037%20O%20Pronaf%20B%20e%20o%20financiamento%20agropecuario_P.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

MAILLARD, J.; ROCHÉ, S. La sécurité entre secteurs et territoires. In: FAURE, A.; DOUILLET, A. C. (Dir.). **La action publique et la question territoriale**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2005. p. 33-51.

MALUF, R. S. Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão sócio produtiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável. In: LEITE,

S. P. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013, v.19, p. 57-88.

_____. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, 174 p.

MALUF, R. S., MENEZES, F., MARQUES. S. B. Caderno ‘Segurança Alimentar’. In: CONSEA. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2017, 52 p. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

MANFROI, N. M. S. Registros etnográficos de Antonio Selistre de Campos: a defesa da Terra Indígena Xapê - Xanxerê/SC. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, SC, n. 32, p. 241-256, 2008.

MARCH, K. C. “**Jogos de luzes e sombras**” Processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos de 1950. 2015. 305 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2015.

MARQUES, E. C. L. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. 2007. 176 p. Tese (Livre Docência) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

MARQUES, V. M. **As associações de municípios e a Regionalização do estado de Santa Catarina**. 2003. 185 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2003.

MASCARENHAS, G. A. **Consórcio público e arranjos institucionais de desenvolvimento territorial no Meio Oeste Contestado: cooperação ou competição?** 2015. 150 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

MATTEI, L. Pobreza e política de desenvolvimento territorial: noções metodológicas de mensuração e estratégias de enfrentamento do problema. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013, v.19, p. 89-123.

_____. Pobreza na América Latina: diferenças intra-regionais e principais tendências. **Pesquisa & Debate**. São Paulo, SP, v. 23, n. 1, p. 1-24, 2012a. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12399/8985>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. **Pobreza rural**: um fenômeno histórico-estrutural relacionado à estrutura agrária do país. Boletim nº 41, 2012b. Disponível em: <http://oppa.net.br/artigos/portugues/artigo_OPPOA_pt_041-01_2012-lauro_mattei.PDF>. Acesso em: 19 ago. 2015.

_____. Economia catarinense: crescimento com desigualdades regionais. **Artigos Científicos**: Núcleo de Estudos da Economia Catarinense. 2011, p.1-24. Disponível em: <<http://necat.ufsc.br/files/2011/10/Lauro-2011.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

MATTEI, L. **Pobreza na América Latina**: Heterogeneidade e Diferenças Intra-Regionais. Instituto de Estudos Latino-Americanos: Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, n. 1, 2009. Disponível em:
<http://www.iela.ufsc.br/uploads/docs/129_texto1.lauromattei.pdf>. Acesso em: 22 fev.
2011.

MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Planejamento e gestão do Pronaf Infra-estrutura e Serviços: evidências a partir do Estado de Santa Catarina. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas e Participação Social no Brasil Rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da URGS, 2009, p. 175-199.

MATTEI, L.; MALUF, R. S. **Pobreza Rural**: concepções, determinantes e agenda de políticas públicas para seu enfrentamento. Brasília: IICA, Boletim Eletrônico. Fórum DRS, n. 72, 2011. Disponível em:
<[http://www.iacaforumdrs.org.br/IICA2010/Index.asp?ID_NOTICIA=18884&Menu=Publicacoes&Pagina=Noticias_Mostar](http://www.iicaforumdrs.org.br/IICA2010/Index.asp?ID_NOTICIA=18884&Menu=Publicacoes&Pagina=Noticias_Mostar)>. Acesso em: 15 mai. 2011.

MATTEI, L.; TECCHIO, A. Caracterização e evolução da pobreza nos seis territórios da cidadania selecionados. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013, v.19. p. 213-238.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989, 116 p.

MEDEIROS, L. S; DIAS, M. M. Marco jurídico-normativo para o desenvolvimento rural com enfoque territorial. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011, v.14, p. 197-230.

MEDEIROS, M.; TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A. A construção de mercados agroalimentares territorializados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. In: **VII Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 2016, Natal, Anais Eletrônicos. Disponível em:
<http://www.redesrurais.org.br/wp-content/uploads/2016/10/2_6.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2017.

MELO, D. N. **Regularização fundiária em zonas rurais: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina**. 2015. 204 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.

MELO, J., et al. A inclusão produtiva rural no Brasil Sem Miséria: estratégias e primeiros resultados. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T; COSTA, P. V. **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014. P. 323-345.

MENEGAT, I. Crise urbana na atualidade: indagações a partir do fenômeno da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais. In: POGGIESE, H.; EGLER, T. T. C. [Comp.]. **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/poggiese/>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

MILL, J. S. A sujeição das mulheres. **Gênero**. Niterói, RJ, v. 6, n. 2, v.7, n.1, p.181-202, 2006. Disponível em:

<<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/351/263>>. Acesso em 03 jul. 2017.

MÉNY, Y.; THOENIG, J. C. **Politiques Publiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989. 391 p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 20 DE JULHO DE 2011. 2011. **Gabinete do Ministro**. Disponível em: <<http://www.sgc.goiás.gov.br/upload/arquivos/2016-07/instrucao-normativa-19.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME. **Programa Luz Para Todos**: O Programa. 2015. Disponível em: <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp>. Acesso em: 23 ago. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Núcleos de extensão em desenvolvimento territorial**: parceria MDA/CNPq. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www3.ifmg.edu.br/downloads/2014junho/Videoconfer%C3%AAAncia.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2017.

_____. **Mapas dos Territórios Rurais**. Sistema de Informações Territoriais (SIT). MDA, 2013. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?opcaomap=TR&modo=0>>. Acesso em: 06 jun. 2013.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: guia para o planejamento territorial. Documentos de Apoio 02. 2 ed. Brasília, 2010.

_____. **Orientações gerais para a elaboração e qualificação dos PTDRS**. Brasília: SDT, 2009.

_____. **Referência para a gestão social dos territórios rurais**: guia para a organização social. Documento de apoio n 3. Brasília, 2006.

_____. **Referências para a gestão social de territórios rurais**. Documento institucional nº 3. Brasília, 2005a.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento**. Documento de apoio nº 2. Brasília, 2005b.

_____. **Orientações operacionais, atribuições de cada projeto e da SDT, principais atividades e perfil do técnico da Célula de Acompanhamento e Informação**. MDA, 201-. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/cnpq/Anexo_3.pdf>. Acesso em: 02 maio 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. **Programas Remanescentes**. 20--a. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/bolsa-familia/beneficiario/programas-remanescentes>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 20--b. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

_____. INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 45, DE 06 DE AGOSTO DE 2010 - DOU DE 11/08/2010 – Alterada. Dispõe sobre a administração de informações dos segurados, o reconhecimento, a manutenção e a revisão de direitos dos beneficiários da Previdência Social e disciplina o processo administrativo previdenciário no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. MDS. 2010. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/inss-pres/2010/45_1.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

_____. **Bolsa Família**. 2014a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

_____. **Bolsa Família**: Relatório de informações sociais. 2014b. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

_____. **Plano Brasil Sem Miséria**: Resultados no meio rural 2011/2014. 2014c. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_25/Caderno%20de%20Graficos%20BSM%20-%203%2C5%20anos%20-%20Rural.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. **Bolsa Família**: Relatório de Informações Sociais, 2015a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília: MDS, 2015b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

_____. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC)**. 2015c. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>>. Acesso em: 20 abri. 2017.

MIRANDA, E. **Descentralização e territorialização do sistema de planejamento do desenvolvimento em Santa Catarina**: uma análise sistêmica do período 2003-2010. 2012. 300 p. Tese (doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

MONTES, M. L. **As figuras do sagrado**: entre o público e o privado na religiosidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma. 2012. 149 p.

MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, RJ, v. 28, n. 1, p. 76-83. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v28n1/1984-0292-fractal-28-1-0076.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise de políticas públicas**. Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro. 2. ed. Pelotas: Educat, 2004. 156 p.

MULLER, P. **Les politiques publiques**. 10e éd. Paris: Presses Universitaires de France, 2013. 127 p.

_____. Un schéma d'analyse des politiques sectoriales. **Revue française de science politique**, Paris, n. 2, p. 165-189, 1985. Disponível em: <http://www.persee.fr/docAsPDF/rfsp_0035-2950_1985_num_35_2_396182.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

NIERDERLE, P. A. Política local e a trama das relações de poder no desenvolvimento territorial . In: **Participação, Territórios e Cidadania**: um olhar sobre a política territorial no Brasil. CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIERDERLE, P. A. (Org.). 2014. P. 103-134.

NÖTZOLD, A. L. V. (Org.). **O ciclo de vida Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004. p. 1-12.

_____. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003. 99 p.

NOZOE, N. Sesmarias e Apossamento de Terras no Brasil Colônia. **EconomiA**. Brasília, DF, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006.

NUCLEOS DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - NEDET. **Nedet**, 201-. Disponível em: <<http://portaldosdados.info/wordpress/nedet-2/>>. Acesso em: 03 maio 2017.

OGANAUSKAS FILHO, V. **Descentralização administrativa do estado de Santa Catarina**: caracterização e resultados (2003-2015). 2016. 155 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

OLIVEIRA, L. C. **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) no Território Noroeste Paulista**: análise da participação social. 2014. 145 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Ilha Solteira, SP, 2014.

OLIVEIRA, L. Z. **Análise do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat)**: O Caso do Território Meio Oeste Contestado (SC). 2014. 213 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

PACÍFICO, D. A. **A territorialização da ação pública**: de traduções e de controvérsias na análise do Plano Brasil Sem Miséria no norte do estado de Minas Gerais. 2016. 283 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

PAIM, E. A. Aspectos da constituição da região oeste de Santa Catarina. **SACULUM**. João Pessoa, PB, n. 14, p. 121-138, 2006.

PAUGAM, S. **La disqualification sociale**. 5e éd. Paris: Presses Universitaires de France, 2013a. 256 p.

- _____. **Les formes élémentaires de la pauvreté**: le lien social. 3e éd. Paris: Presses Universitaires de France, 2013b. 290 p.
- _____. O homem socialmente desqualificado. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, A. C.; WANDERLEY, M. B. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 4. ed., 2013c, p. 313-347. conferir
- _____. Science et conscience de la pauvreté. **Revue L'Économie politique**, v. 2, n. 26, p. 66-79. 2005. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-l-economie-politique-2005-2-page-66.htm>>. Acesso em: 09 set. 2015.
- _____. Les statuts de la pauvreté assistée. **Revue française de sociologie**, v. 1, n. 31, p. 75-101. 1991. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1991_num_32_1_4021>. Acesso em: 12 fev. 2017.
- PAUGAM, S.; SCHULTHEIS, F. Introduction. In: SIMMEL, J. **Les pauvres**. Traduit par Bertrand Chokrane. 4e éd. Paris: Presses Universitaires de France, 2011. p.1-34.
- PEDRO, J. M. O feminismo de “segunda onda”: corpo, prazer e trabalho. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1. ed., 2. Reimpressão, 2016, p. 238-259.
- PERTILE, N. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina**: o processo de produção de carnes no oeste catarinense. 2008. 322 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.
- PIRAUX, M. *et al.* Um olhar sobre a diversidade dos Colegiados dos Territórios da Cidadania. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, PA, v. 16, n. 1, p. 101-124, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/896>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- PODELESKI, O. S. **Estratégias de reprodução social de populações remanescentes do Contestado**: o caso da comunidade de Taquaruçu, no Meio-Oeste de Santa Catarina. 2014. 157 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.
- POLI, J. Caboclos: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, SC, n. 23, p. 149-187, 2006.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH**. [20--]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 15mar. 2015.
- _____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: **Consulta**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 03ago. 2015.
- RAFESTIN, C. Écogénèse Territoriale et Territorialité. In: AURIAC, F.; BRUNET, R (Coor.). **Espaces, jeux et enjeux**. Paris : Fayard & Fondation Diderot, p. 175-185, 1986.

_____. Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité. **Espaces et sociétés**, n. 41, p. 167-171, 1982.

_____. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: Libraires Techniques, 1980. 249 p.

RAHNEMA, M. **Quand la misère chasse la pauvreté**. Paris: Babel, 2004. 458 p.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 241 p.

RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2 ed., 2006. 250 p.

_____. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000. 440 p.

_____. **A colonização do oeste catarinense**: as representações dos brasileiros. Cadernos do CEOM, Chapecó, SC, n. 7, p. 37-71, 1991.

RIBEIRO, W. C. Impactos das mudanças climáticas em cidades do Brasil. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, n. 27, 2008, p. 297-321. Disponível em:
http://laboratorios.cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2014/05/ribeiro_impactos.pdf. Acesso em: 17 jul. 2016.

RIBEIRO, E. M. Agregados e fazenda no nordeste de Minas Gerais. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, RJ, v. 18. n. 2, p. 393-433, 2010. Disponível em:
<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/330/326>. Acesso em: 10 mar. 2017.

RIGOTTI, J. I. R. A (re)distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32, 2008, Caxambu, **Anais eletrônicos**. Caxambu. 2008, 26 p. Disponível em:
http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/ANPOCS08_rigotti.pdf. Acesso em: 13 maio 2017.

RIST, G. **Le développement**: histoire d'une croyance occidentale. 2e éd. Paris: Sciences Po, 2013, 511 p.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. 244 p.

_____. Renda e Pobreza: os impactos do plano real. **Rev. Bras. Estudos Pop.** Campinas, SP, v. 13, n. 2, p. 117-133, 1996. Disponível em:
http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol13_n2_1996/vol13_n2_1994_1artigo_117_133.pdf. Acesso em: 29 ago. 2016.

ROLNIK, R. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios . In: IPEA. **Políticas sociais acompanhamento e análise**. Brasília, 2006. p. 199-210. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_12_completo.pdf. Acesso em: 12 ago. 2017.

ROMANO, J. O. Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (Org.). **Empoderamento e Direitos no Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, p. 9-20. 2002. Disponível em: <<http://187.45.205.122/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

ROSAR, D. B.; CAZELLA, A. A.; ZIMMERMANN, S. A. Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Território Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**: Estudos de caso. Brasília: IICA, v. 20, 2013, p. 207-247.

ROVER, O. J. Obstáculos e exigências para a governança Regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 7, n. 1, p. 130-152, 2011. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/361/231>>. Acesso em: 4 ago. 2012.

_____. Gestão política e desenvolvimento na região oeste de Santa Catarina. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, SC, n. 30, p. 101-117, 2009.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**. Porto Alegre, RS, n. 27, p. 24-51, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a03v13n27.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 15, n. 43, 2001, p. 75-82. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a08.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

SANTA CATARINA. **Estudo de avaliação da metodologia utilizada pelo PRAPEM/MICROBACIAS 2 junto às populações indígenas de Santa Catarina**: Relatório final. Florianópolis, 2008.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Editora Hucitec, 1978. 182 p.

SANTOS, J. B.; SANTOS, M. S. C. Família monoparental brasileira. **Revista Jurídica**, Brasília, DF, v. 10, n. 92, out./2008 a jan/2009, p. 1-30. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/209>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 162 p.

_____. **Abordagens e concepções de território**. 3 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. 192 p.

SCHNEIDER, S., MATTEI, L., CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-50.

SÉCHET, R. **Espaces et pauvretés**: la géographie interrogée. Paris: L'Harmattan, 1996. 213 p.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT. **Território Rurais**: sobre o programa, [200-]. Disponível em:
<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas//territoriosrurais>. Acesso em: 08 fev. 2011.

_____. **Sistemas de Informações Territoriais**. 2011.

_____. Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades. 2009. **Revista Territórios da Cidadania**, 20 p. Disponível em:
http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/pageflip/pageflip-view?pageflip_id=2221713. Acesso em: 22 out. 2011.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Meio Oeste Contestado** (versão preliminar). Xanxerê, 2006.

_____. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília: SDT/MDA, 2005. (Documentos Institucionais 1).

SÉLIMANOVSKI, C. **La frontière de la pauvreté**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008. 294 p.

SÉLIMANOVSKI, C. Les politiques publiques de traitement de la pauvreté à l'épreuve du territoire. In: **Territoires en action et dans l'action**. DODIER, R., ROUYER, A., SÉCHET, R. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007, p. 285-301.

SEN, A. K. **Desigualdade Reexaminada**. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Editora ecord, 2. ed., 2008. 297 p.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

_____. **Pobreza e fomes**: um ensaio sobre direitos e privações. Tradução de Freitas e Silva. Lisboa: Terramar, 1999. 360 p.

SEYFERTH, G. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, n. 8, 1992.

SILVA, L. M. O.; SECRETO, M. V. Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, SP, n.12, p. 109-141, 1999. Disponível em:
http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V8-F1-S12/06_ligia.pdf. Acesso em: 22 jan. 2016.

SIMMEL, J. **Sociologie**: Études sur les formes de la socialisation. Traduit par Lilyane Deroche-Gurcelet Sibylle Muller. 2e. éd. Paris: Presses Universitaires de France, 2013. 756 p.

_____. **Les pauvres**. Traduit par Bertrand Chokrane. 4e. éd. Paris: Presses Universitaires de France, 2011. 102 p.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 404 p.

_____. **A ralé brasileira**: Quem é como vive?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 483 p.

SOUZA, J. J. **Gênese e evolução da indústria de laticínios do oeste de Santa Catarina**. 2009. 120 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2009.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n.16, p.20-45, 2006.

SOUZA, L. C. P. **Desafios para implementar o Pronaf “B” em Santa Catarina** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <deiatecchio@yahoo.com.br> em 23 out. 2017.

TECCHIO, A. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro**: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC). 2012. 183 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

TELLES, V. S. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2. ed. 167 p.

THOENIG, J. C. Pour une épistémologie des recherches sur l'action publique. **HAL archives-ouverts.fr**. 2007, p. 1-28. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/halshs-00140212/document>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 181-235.

TOWNSEND, P. What is Poverty? An historical perspective. **UNDP: International Poverty Centre, Poverty in Focus**, p. 5-6, 2006. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCPovertyInFocus9.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2011.

_____. **Conceptualising Poverty**. 1993. Disponível em: <http://adatbank.transindex.ro/html/cim_pdf380.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2016.

VALADARES, Alexandre, et al. A questão agrária e a pobreza rural no Brasil. In: BUAINAIN, A. M., et. al (Org.). **A nova cara da pobreza rural**: desafio para as políticas públicas. Brasília: IICA, v. 16, 2012, p. 259-286.

VEIGA, J. E. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. In: TEÓFILO, E., et al. (Org.). **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. Brasília, MDA: Estudos NEAD 2, 2010. p. 173-200. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Distribuicao_riqueza_crescimento_economico.pdf#page=172>. Acesso em: 12 ago. 2017.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** 2001. Disponível em:
http://www.zeeli.pro.br/Novo/Arquivos/Artigos/Periodicos/2001/O_Brasil_rural_precisa_de_uma_estrategia_de_desenvolvimento.aspx. Acesso em: 28 abr. 2012.

_____. **Cidades Imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se imagina. 2. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2003. 304 p.

_____. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 226 p.

UTIMURA, I. **Conforto térmico em habitações de favelas e possíveis correlações com sintomas respiratórios:** o caso do “Assentamento Futuro Melhor” - SP. 2010. 278 p. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2010.

VALENTINI, D. J.; RADIN, J. C. Camponeses no sertão catarinense: a colonização da região Contestado nas primeiras décadas de século XX. In: Simpósio Nacional de História - ANPUH, 26, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos do XXVI Simpósio da ANPUH**, São Paulo, 2011. 14 p. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308581578_ARQUIVO_ANPUHValentiniRadinDOC3.pdf. Acesso em: 28 jun. 2014.

_____. A Guerra do Contestado e a expansão da colonização. In: MACHADO, P. P. *et al.*, 2012 (Org.). Simpósio Nacional do Centenário do Movimento do Contestado: História, Memória, Sociedade e Cultura no Brasil Meridional, 1912-2012, 2012, Pelotas. **Anais da sessão Pelotas, RS**, Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2012. p. 52-75.

VANIER, M. (Dir.). **Territoires, territorialité, territorialisation:** controverses et perspectives. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009. 228 p.

WANDERLEY, M. N. B. Gênese e abordagem territorial no Brasil. In: **Participação, Territórios e Cidadania:** um olhar sobre a política territorial no Brasil. CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIERDERLE, P. A. (Org.). 2014. p.79-102.

WERLANG, A. A. **A colonização as margens do rio Uruguai no extremo oeste catarinense:** atuação da Cia Territorial Sul Brasil 1925 a 1954. 1992. 223 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1992.

Anexos

Anexo 01

Questionário semiestruturado aplicado junto às famílias rurais pobres no Território Meio Oeste Contestado (SC)

1 Identificação do entrevistado

1.1 Nome:

1.2 Endereço:

1.3 Município:

1.4 Fone:

1.5 Data:

1.6 Entrevista número:

2 Perfil da família

2.1 Qual é a trajetória da sua família?

Reconstruir a trajetória de vida dos avôs, dos pais e da família entrevistada com ênfase:

- a) Qual é a origem? (onde nasceu, etnia)
- b) Em quais locais (municípios, estados) a sua família já morou?
- c) Há quanto tempo está residindo neste local?
- d) Quais profissões foram exercidas? (sempre foram agricultores?)

2.2 Composição e ocupação dos membros da unidade familiar

3 Identificação e estrutura da unidade de produção, lote ou terreno

3.1 De que forma você obteve suas terras?

Forma de obtenção	Área em ha
Compra com recursos próprios	
Herança	
Crédito Fundiário	
Banco da Terra	
Assentamento da Reforma Agrária () individual () coletivo	
Terra Indígena () individual () coletivo	
Posse	
Parceria	
Arrendamento	
Aluguel	
Outro	
Total	

3.2 Capital fixo

Estrutura/ Equipamento	Estado de conservação*	Propriedade	
		Individual	Coletiva
Galpão (armazenar grãos, cereais e guardar equipamentos agrícolas)			
Galpão para animais			
Bomba Hidráulica			
Motosserra			
Arado			
Carroça			
Junta de bois			
Plantadeira			
Trator			
Moto			
Carro			
Outros			

*01 Excelente 02 Bom 03 Médio 04 Mau 05 Péssimo

3.3 Produção, industrialização, consumo e comercialização de produtos (período março/2015 a fevereiro/2016)

Principais produtos	Produção média	Unidade	Consumo próprio (%)	Alimentação para animais (%)	Industrialização (%)	Comercialização (%)	Formas de Comercialização*
Feijão		kg					
Arroz		kg					
Milho		kg					
Mandioca		kg					
Batata-doce		kg					
Abóbora		kg					
Amendoim		kg					
Pipoca		kg					
Laranja		kg					
Eervas medicinais		kg					
Lenha/madeira		m ³					
Pinhão		kg					
Aves		kg					
Bovinos		kg					
Suínos		kg					
Ovinos		kg					
Caprinos		kg					
Leite		L					
Ovos		Dz					
Banha		kg					
Mel		kg					
Peixes		kg					
Panificados		kg					
Doces		kg					
Embutidos		kg					
Artesanato							
Outros							

*01 Cooperativa 02 Intermediário 03 Agroindústria 04 Varejo 05 Feira 06 Direto ao consumidor 07 Outros (especificar):

4 Condições sociais da família

4.1 Condições da casa

() própria () alugada () do empregador () acampamento
 () madeira () alvenaria () mista () lona

Estado de conservação da casa:

() excelente () bom () médio () mau () péssimo

4.2 Abastecimento de água e saneamento

4.2.1 Qual é o sistema de abastecimento de água?		4.2.3 Qual é o destino dado aos dejetos humanos?
Poço com proteção	Poço sem proteção	Rede pública
Fonte com proteção	Fonte sem proteção	Privada com fossa negra/séptica
Poço profundo	Direto do rio	Rio
Rede pública	Outro	Outros

4.2.2 Qual é o destino das águas usadas na casa?		4.2.4 Qual é o destino dos dejetos animais?
Sumidouro		Céu aberto
Céu aberto		Buraco no chão
Outro		Esterqueira
		Outro

4.3 Qual é a renda mensal (estimada) da família?

- Quais são as principais fontes de renda e suas respectivas proporções? (agricultura, trabalho assalariado, ajudas do Estado)

4.4 Quais alimentos são mais comprados no mercado?

4.5 Quanto a família gasta por mês com a aquisição de alimentos no mercado?

- 01 () R\$ 50,00 a 100,00 02 () R\$ 100,00 a 200,00
 03 () R\$ 200,00 a 300,00 04 () R\$ 300,00 a 400,00
 05 () R\$ 400,00 a 500,00 06 () R\$ 500,00 a 600,00
 07 () R\$ 700,00 a 800,00 08 () R\$ 800,00 a 900,00
 09 () R\$ 900,00 a 1.000,00 10 () mais de R\$ 1.000,00
 11 () não sabe avaliar

4.6 Quais são os meios de transportes utilizados pela família?

4.7 Existem ajudas/trocadas entre parentes e/ou vizinhos, como por exemplo, de dias de trabalho, comida, empréstimo de dinheiro, entre outros?

Se sim, quais são os principais tipos de ajuda?

4.8 Os membros da família participam ou participaram de alguma organização social?

() Sim () Não

Se sim, ocupa/ocupou cargo(s) diretivo(s) em alguma(s) organização(ões)?

() Sim () Não

Se sim, especificar: entidade(s) e período

5 Caracterização referente à condição de beneficiários de políticas públicas

5.1 A família recebeu quais benefícios do governo?

5.2 Políticas sociais

5.2.1 Programa Bolsa Família (PBF)

Em que período a família começou a receber o benefício?

5.2.2 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

() crianças () adolescentes

5.2.3 Benefícios Eventuais

() morte () nascimento () calamidade pública
() situações de vulnerabilidade temporária

5.2.4 Benefício de Prestação Continuada (BPC)

() idosos () pessoas com deficiência
() tarifa social de energia elétrica

5.2.5 Outros benefícios

() cadeira de rodas () muletas
() pagamento de exames () transporte de doentes
() carteira de idosos () Programa Brasil Carinhoso
() telefone popular () outros. Especificar

5.2.6 Cursos Técnicos

() Pronatec
() Outros. Especificar

5.3 Política de Habitação

() Sim () Não

Se sim, o que foi contemplado?

() construção de casa () reforma de casa
() construção de banheiro () reforma de banheiro

Através de qual órgão do governo?

() Microbacias 2 () Funasa
() Minha casa minha vida () COHAB (SC)
() Outros

5.4 Política de Saúde

() Saúde da Família () Farmácia Popular
() Internação () Exames

5.4.1 Houve construção de postos de saúde ou hospital? (na comunidade rural, no bairro, no município). Se sim, quando?

5.5 Política de Educação

() Educação Básica () Ensino Médio

- Educação de Jovens e Adultos (EJA) Creche
 Programa Universidade para Todos (PROUNI) Outro
 Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)

5.5.1 Como é a alimentação das crianças na escola?

5.5.2 Houve construção de escola ou creche? (na comunidade rural, no bairro, no município). Se sim, quando?

5.6 Políticas da Previdência Social

- Aposentadoria: por idade por invalidez por tempo de serviço
 - Auxílio: doença acidente reclusão
 - Pensão: por morte
 - salário-maternidade

5.6.1 Vocês tem carteira de trabalho ou bloco de produtor rural?

Políticas de Inserção Produtiva

5.7 Crédito agrícola

Finalidade	Fonte*
Custeio	
Comercialização	
Investimento	
Animais	
Outro (especificar)	

***01 Banco do Brasil 02 Cresol 03 Sicoob 04 Crenor 05 Sicredi**

Se não utiliza(ou), por quê?

5.8 Assistência técnica e extensão rural (ATER)

- () Sim () Não

Se sim, de quem recebe assistência técnica?

- () EPAGRI () Prefeitura () ONG
() Incra () FUNAI () Empresa privada

5.8.1 Com que frequência recebe assistência técnica?

5.8.2 Quais são os assuntos discutidos com os técnicos?

- () conselhos técnicos () fontes de renda () financiamentos
() legislação ambiental () outros

5.9 Acessa o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

- () Sim () Não

Se sim:

Qual modalidade?

Qual é a forma de participação no PAA?

5.10 Política de Eletrificação

- () Programa Luz Para Todos

- Iluminação pública
 Outros. Exemplificar

5.11 Políticas Agrárias

5.11.1 É beneficiário do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)/Banco da Terra?
 Sim Não

5.12 É beneficiário do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária?
 Sim Não

5.13 É beneficiário de Assentamentos da Reforma Agrária?
 Sim Não

Importância das políticas públicas para a família

5.14 A família percebeu mudanças nos últimos anos em relação a essas políticas?

5.15 Qual é a importância das políticas públicas acessadas para a família?

6 Percepção sobre a condição de pobreza

6.1 Como você define uma condição de pobreza?

6.2 Você e/ou a tua família se considera pobre?

6.3 Quais são os fatores que mais contribuem para a condição de pobreza?

6.4 Você percebe melhorias nas condições de vida da família? Se sim, a partir de quando?

6.5 O que é necessário para ter a condição de vida desejada para a família?

7 Informações sobre a entrevista:

Onde foi realizada a entrevista:

- Na casa do(a) entrevistado(a) No trabalho
 Outro. Especificar:

Tempo aproximado de duração da entrevista:

Quem esteve presente durante a entrevista?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Cônjuge | <input type="checkbox"/> Filho (a)(s) |
| <input type="checkbox"/> Pais | <input type="checkbox"/> Amigo(a)s |
| <input type="checkbox"/> Outros(as) parentes | <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: |

Anexo 02

Roteiro de entrevista aplicado junto a gestores de políticas públicas e membros do Colegiado Territorial no Território Meio Oeste Contestado (SC)

1 Identificação do entrevistado

- | | |
|--|------------------------|
| 1.1 Nome: | 1.2 Município: |
| 1.3 Fone comercial: | 1.4 Celular: |
| 1.5 Correio eletrônico: | |
| 1.6 Data: | 1.7 Entrevista número: |
| 1.8 Formação/escolaridade: | |
| 1.9 Profissão: | |
| 1.10 Há quanto tempo está vinculado à organização? | |
| 1.11 Qual é o cargo ocupado na organização? | |

2 Identificação da organização do entrevistado

- | | |
|---|--|
| 2.1 Nome | |
| 2.2 Qual é o espaço de atuação? () município () região () estado () país | |
| 2.3 Que conjunto da população ou segmento social é atendido? | |
| 2.4 A tua organização participa de colegiados? (ADR, Pronaf, Associação de Municípios, Consórcios Intermunicipais, Colegiado Territorial) | |
| Como se dá a participação? | |
| Como você avalia a participação? | |

Se o entrevistado é ou já foi delegado do Colegiado Territorial:

- | | |
|--|---------------------------|
| 2.5 Representante: () sociedade civil | () governo |
| 2.6 Função no Colegiado: () delegado | () membro da coordenação |
| 2.7 Há quanto tempo participa ou durante quanto tempo participou do Colegiado? | |
| 2.8 Quais atores estavam envolvidos na criação do Território? | |
| 2.9 Que interesses estavam em jogo durante o processo de formação do Território? | |

3 Políticas públicas acessadas pela organização e parcerias entre institucionalidades

- | | |
|---|--|
| 3.1 Quais políticas públicas estaduais são acessadas pela organização? | |
| - Dentre essas políticas, quais são as mais importantes para o meio rural e urbano? | |
| - Quais políticas poderiam ser implementadas no meio rural e urbano? | |
| 3.2 Essa organização desenvolve ações em parceria com a ADR? Se sim: | |
| - Quais são as ações? | |
| - Dentre essas ações, quais são as mais importantes para o meio rural e urbano? | |
| - Quais ações poderiam ser implementadas no meio rural e urbano? | |
| 3.3 Qual é a relação dessa organização com a Associação de Municípios? | |
| 3.4 A Prefeitura participa de algum Consórcio Intermunicipal? Se sim: | |
| - Qual é o objetivo do Consórcio? | |

- O que motivou a criação do Consórcio?

4 Territorialização de políticas públicas de luta contra a pobreza (Pronat e PTC)

4.1 Você participou de quais momentos da implementação e/ou da execução das políticas territorializadas?

4.2 Como as informações sobre as políticas públicas do Governo Federal chegam ao conhecimento da organização?

- Comunicado feito pelo Governo Federal?
- Há alguma lista de projetos (ações) que pode ser acessada?
- Através do Colegiado Territorial?
- Através de Assessoria?

4.3 Como é realizada a contrapartida por parte das prefeituras?

- Contrapartida financeira (prefeitura, emendas parlamentares);
- Elaboração de projeto técnico, doação de terreno para construção ou outra infraestrutura básica.

4.4 Existem dificuldades em relação à aplicação de recursos repassados pelo Governo Federal? Se sim, quais? Por quê?

4.5 As políticas públicas territorializadas devem continuar? Por quê?

4.6 O que deveria mudar nas políticas públicas territorializadas? Por quê?

5 Pobreza e territorialização de políticas públicas

5.1 Qual é a tua percepção em relação à pobreza:

- do município?
- do Território?

5.2 Quem são os pobres:

- do município?
- do Território?

5.3 As ações implementadas através do Pronat e do PTC contribuem na redução da pobreza?

Se sim, quais são as ações mais importantes?

5.4 Que ações/políticas deveriam ser apoiadas para reduzir a pobreza no meio rural e urbano?

Anotar após a realização de cada entrevista:

- Onde foi realizada a entrevista?
- Tempo aproximado de duração da entrevista:

Anexo 03

Quadro 01: Total e percentual da população urbana e rural em 2000 e 2010, variação populacional e densidade demográfica no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil

Município	População em 2000					População em 2010					Variação 2000 – 2010 em %			Área Km ²	Densidade demográfica em 2010
	Total	Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	Rural		
Abelardo Luz	16.440	7.228	43,97	9.212	56,03	17.100	9.570	55,96	7.530	44,04	4,01	32,40	-18,26	955	17,91
Água Doce	6.843	3.148	46,00	3.695	54,00	6.961	3.433	49,32	3.528	50,68	1,72	9,05	-4,52	1.313	5,30
Bom Jesus	2.046	989	48,34	1.057	51,66	2.526	1.495	59,18	1.031	40,82	23,46	51,16	-2,46	64	39,47
Capinzal	19.955	15.460	77,47	4.495	22,53	20.769	17.754	85,48	3.015	14,52	4,08	14,84	-32,93	244	85,12
Catanduvas	8.291	5.304	63,97	2.987	36,03	9.558	8.094	84,68	1.464	15,32	15,28	52,60	-51,99	198	48,27
Coronel Martins	2.388	458	19,18	1.930	80,82	2.458	685	27,87	1.773	72,13	2,93	49,56	-8,13	107	22,97
Entre Rios	2.857	751	26,29	2.106	73,71	3.018	928	30,75	2.090	69,25	5,64	23,57	-0,76	105	28,74
Ervá Velho	4.269	2.160	50,60	2.109	49,40	4.352	2.842	65,30	1.510	34,70	1,94	31,57	-28,4	207	21,02
Faxinal dos Guedes	10.767	7.044	65,42	3.723	34,58	10.661	7.718	72,39	2.943	27,61	-0,98	9.57	-20,95	340	31,36
Galvão	4.235	2.494	58,89	1.741	41,11	3.472	2.347	67,60	1.125	32,40	-18,02	-5,89	-35,38	122	28,46
Herval d'Oeste	20.044	17.140	85,51	2.904	14,49	21.239	18.851	88,76	2.388	11,24	5,96	9,98	-17,77	217	97,88
Ibicaré	3.587	1.240	34,57	2.347	65,43	3.373	1.557	46,16	1.816	53,84	-5,97	25,56	-22,62	156	21,62
Ipuacu	6.122	967	15,80	5.155	84,20	6.798	1.377	20,26	5.421	79,74	11,04	42,40	5,16	261	26,05
Joaçaba	24.066	21.688	90,12	2.378	9,88	27.020	24.924	92,24	2.096	7,76	12,27	14,92	-11,86	232	116,47
Jupiá	2.220	671	30,23	1.549	69,77	2.148	1.044	48,60	1.104	51,40	-3,24	55,59	-28,73	92	23,35
Lacerdópolis	2.173	983	45,24	1.190	54,76	2.199	1.160	52,75	1.039	47,25	1,20	18,01	-12,69	68	32,34
Lajeado Grande	1.572	476	30,28	1.096	69,72	1.490	648	43,49	842	56,51	-5,22	36,13	-23,18	66	22,58
Luzerna	5.572	3.964	71,14	1.608	28,86	5.600	4.259	76,05	1.341	23,95	0,50	7,44	-16,60	117	47,86
Marema	2.651	941	35,50	1.710	64,50	2.203	760	34,50	1.443	65,50	-16,90	-19,23	-15,61	104	21,18
Ouro	7.419	4.165	56,14	3.254	43,86	7.372	4.844	65,71	2.528	34,29	-0,63	16,30	-22,31	213	34,61
Ouro Verde	2.352	625	26,57	1.727	73,43	2.271	715	31,48	1.556	68,52	-3,44	14,40	-9,90	189	12,02
Passos Maia	4.763	748	15,70	4.015	84,30	4.425	1.099	24,84	3.326	75,16	-7,10	46,93	-17,16	614	7,21
Ponte Serrada	10.561	7.230	68,46	3.331	31,54	11.031	7.624	69,11	3.407	30,89	4,45	5,45	2,28	564	19,56
São Domingos	9.540	5.430	56,92	4.110	43,08	9.491	6.313	66,52	3.178	33,48	-0,51	16,26	-22,68	384	24,72
Treze Tílias	4.840	2.907	60,06	1.933	39,94	6.341	4.715	74,36	1.626	25,64	31,01	62,19	-15,88	185	34,28
Vargeão	3.526	1.380	39,14	2.146	60,86	3.532	1.820	51,53	1.712	48,47	0,17	31,88	-20,22	166	21,28
Vargem Bonita	5.158	2.199	42,63	2.959	57,37	4.793	2.677	55,85	2.116	44,15	-7,08	21,74	-28,49	299	16,03
Xanxeré	37.429	32.385	86,52	5.044	13,48	44.128	39.143	88,70	4.985	11,30	17,90	20,87	-1,17	378	116,74
Xaxim	22.857	16.058	70,25	6.799	29,75	25.713	20.967	81,54	4.746	18,46	12,50	30,57	-30,20	295	87,16
Território	254.543	166.233	65,31	88.310	34,69	272.042	199.363	73,28	72.679	26,72	6,87	19,93	-17,70	8.255	32,95
SC	5.356.360	4.217.931	78,75	1.138.429	21,25	6.248.436	5.247.913	83,99	1.000.523	16,01	16,65	24,42	-12,11	95.703	65,29
Brasil	169.799.170	137.953.959	81,25	31.845.211	18,75	190.755.799	160.925.792	84,36	29.830.007	15,64	12,34	16,65	-6,33	8.547.404	22,32

Fonte: IBGE, 2000a; 2010a.

Anexo 04

Quadro 02: População total, urbana e rural em 2010, população total e porcentual assistida pelo PBF, residente no meio rural e urbano dos municípios do Território Meio Oeste Contestado, em maio de 2014.

Município	população total	Total de pessoas usuárias do PBF	% de pessoas usuárias do PBF	Total população urbana	total de pessoas urbanas usuárias do PBF	% de pessoas urbanas usuárias do PBF	população rural	total de pessoas rurais usuárias do PBF	% de pessoas rurais usuárias do PBF
Abelardo Luz	17.100	5.735	34	9.570	2.540	27	7.530	3.195	42
Água Doce	6.961	654	9	3.433	185	5	3.528	469	13
Bom Jesus	2.526	677	27	1.495	429	29	1.031	248	24
Capinzal	20.769	453	1	17.754	331	2	3.015	122	4
Catanduvas	9.558	1.587	17	8.094	1.155	14	1.464	432	30
Coronel Martins	2.458	559	23	685	148	22	1.773	411	23
Entre Rios	3.018	1.715	57	928	359	39	2.090	1.356	65
Ervá Velho	4.352	718	16	2.842	420	15	1.510	298	20
Faxinal dos Guedes	10.661	1.303	12	7.718	863	11	2.943	440	15
Galvão	3.472	801	23	2.347	695	30	1.125	106	9
Herval d'Oeste	21.239	1.451	7	18.851	1.320	7	2.388	131	5
Ibicaré	3.373	383	11	1.557	152	10	1.816	231	13
Ipuaçu	6.798	2.703	40	1.377	170	12	5.421	2.533	47
Joaçaba	27.020	1.811	7	24.924	1.792	7	2.096	19	1
Jupiá	2.148	342	16	1.044	194	19	1.104	148	13
Lacerdópolis	2.199	95	4	1.160	42	4	1.039	53	5
Lajeado Grande	1.490	246	17	648	117	18	842	129	15
Luzerna	5.600	256	5	4.259	168	4	1.341	88	7
Marema	2.203	222	10	760	207	27	1.443	15	1
Ouro	7.372	389	5	4.844	213	4	2.528	176	7
Ouro Verde	2.271	595	26	715	216	30	1.556	379	24
Passos Maia	4.425	1.719	39	1.099	329	30	3.326	1.390	42
Ponte Serrada	11.031	2.274	21	7.624	1.948	26	3.407	326	10
São Domingos	9.491	1.728	18	6.313	1.094	17	3.178	634	20
Treze Tílias	6.341	406	6	4.715	280	6	1.626	126	8
Vargeão	3.532	627	18	1.820	299	16	1.712	328	19
Vargem Bonita	4.793	951	20	2.677	625	23	2.116	326	15
Xanxerê	44.128	1.974	4	39.143	1.667	4	4.985	307	6
Xaxim	25.713	2.148	8	20.967	1.643	8	4.746	505	11
Total: Território	272.042	34.522	13	199.363	19.601	10	72.679	14.921	21

Fonte: IBGE, 2010a; MDS, 2014b.

Anexo 05

Quadro 03: Total de famílias beneficiadas pelo PBF, total e percentual de famílias beneficiadas pelo PBF e pertencente aos GPTE e quantidade de famílias integrantes de GPTE no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em setembro de 2014.

Municípios	Total de famílias assistidas pelo PBF	Total de famílias pertencentes a GPPE	% de famílias pertencentes a GPTE	Grupos populacionais tradicionais ou específicos									
				1*	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Abelardo Luz	1.651	237	14,35	42	-	6	54	110	-	19	1	-	5
Água Doce	143	55	38,46	-	-	4	2	47	-	-	2	-	-
Bom Jesus	172	5	2,91	3	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Capinzal	111	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Catanduvas	395	22	5,57	-	-	2	20	-	-	-	-	-	-
Coronel Martins	156	30	19,23	-	-	-	20	8	-	1	-	-	1
Entre Rios	496	342	68,95	288	-	1	51	-	-	-	-	-	2
Ervá Velho	189	3	1,59	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-
Faxinal dos Guedes	306	5	1,63	2	-	2	1	-	-	-	-	-	-
Galvão	229	36	15,72	-	-	1	35	-	-	-	-	-	-
Herval d'Oeste	379	17	4,49	-	1	-	10	-	-	-	6	-	1
Ibicaré	104	1	0,96	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Ipuáçu	651	572	87,86	554	-	3	7	-	-	-	8	-	-
Joaçaba	468	26	5,56	-	2	5	14	-	-	2	1	-	4
Jupiá	107	1	0,93	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Lacerdópolis	22	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lajeado Grande	66	1	1,52	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luzerna	71	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marema	59	8	13,56	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-
Ouro	104	3	2,88	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-
Ouro Verde	170	60	35,30	-	-	-	59	-	-	-	-	-	1
Passos Maia	389	188	48,59	-	-	-	3	183	1	2	-	-	-
Ponte Serrada	664	5	0,75	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-
São Domingos	434	71	16,36	-	-	2	68	-	-	-	-	-	1
Treze Tílias	108	1	0,93	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Vargeão	143	25	17,48	-	-	1	11	13	-	-	-	-	-
Vargem Bonita	251	17	6,77	-	-	3	9	3	-	-	1	-	1
Xanxerê	488	48	9,84	6	-	4	19	-	-	-	2	1	18
Xaxim	566	9	1,59	4	-	1	2	-	-	-	-	-	2
Total Território	9.092	1.789	19,67	900	4	40	398	368	1	24	21	1	38
Santa Catarina	135.817	8.524	6,28	1.674	400	428	3.816	897	32	174	271	51	781
Brasil	13.982.036	897.612	4,42	106.433	20.403	49.660	608.034	62.000	2.250	11.854	5.580	3.832	27.566

Fonte: MDS, 2015a.

* Legenda:

1 Indígenas

2 Em situação de rua

3 Com componente resgatado do trabalho escravo

4 Agricultores familiares

5 Assentadas da Reforma Agrária

6 Beneficiárias do PNCF

7 Acampadas

8 Com pessoa presa no sistema carcerário

9 Atingidas por empreendimentos de infraestrutura

10 De catadores de material reciclável

Anexo 06

Quadro 04: Total e percentual de pessoas de 5 anos ou mais, alfabetizadas e não alfabetizadas no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil em 2000.

Municípios	Total				Pessoas com mais de 5 a 14 anos				Pessoas com mais de 14 a 24 anos				Pessoas com mais de 25 anos							
	Total	Alfabe-tizadas	%	Não alfa-betizadas	%	Total	Alfabe-tizadas	%	Não alfa-betizadas	%	Total	Alfabe-tizadas	%	Não alfa-betizadas	%	total	Alfabe-tizadas	%	Não Alfa-betizadas	%
Abelardo Luz	14.450	12.377	85,65	2.073	14,35	3.646	2.949	80,88	697	19,12	3.166	3.051	96,37	115	3,63	7.638	6.377	83,49	1.261	16,51
Água Doce	6.181	5.461	88,36	720	11,64	1.394	1.086	77,91	308	22,09	1.255	1.252	99,76	3	0,24	3.532	3.123	88,42	409	11,58
Bom Jesus	1.838	1.583	86,14	255	13,86	419	358	85,44	61	14,56	410	389	94,88	21	5,12	1.009	836	82,85	173	17,15
Capinzal	18.103	16.288	89,97	1.815	10,03	3.802	3.017	79,35	785	20,65	4.011	3.953	98,55	58	1,45	10.290	9.318	90,55	972	9,45
Catanduvas	7.354	6.440	87,56	914	12,44	1.701	1.376	80,89	325	19,11	1.608	1.548	96,97	60	3,03	4.045	3.516	86,92	529	13,08
Coronel Martins	2.153	1.856	86,21	297	13,79	535	425	79,44	110	20,56	408	391	95,83	17	4,17	1.210	1.040	85,95	170	14,05
Entre Rios	2.419	1.955	80,83	464	19,17	701	608	86,63	93	13,37	503	451	89,66	52	10,34	1.215	895	73,74	319	26,26
Ervá Velho	3.937	3.471	88,18	466	11,82	765	619	80,92	146	19,08	719	715	99,44	4	0,56	2.453	2.137	87,12	316	12,88
Faxinal dos Guedes	9.716	8.713	89,68	1.003	10,32	2.296	1.940	84,49	356	15,51	2.014	1.998	99,21	16	0,79	5.406	4.775	88,33	631	11,67
Galvão	3.821	3.282	85,90	539	14,10	944	774	81,99	170	18,01	722	703	97,37	19	2,63	2.155	1.805	83,76	350	16,24
Herval d'Oeste	18.193	16.542	90,92	1.651	9,08	3.849	3.234	84,02	615	15,98	3.772	3.693	97,91	79	2,09	10.572	9.615	90,95	957	9,05
Ibicaré	3.333	3.087	92,62	246	7,38	613	524	85,48	89	14,52	600	592	98,67	8	1,33	2.120	1.971	92,97	149	7,03
Ipuaçu	5.237	4.159	79,41	1.078	20,59	1.321	925	70,02	396	29,98	1.195	1.146	95,90	49	4,10	2.721	2.088	76,74	633	23,26
Joaçaba	22.179	20.673	93,21	1.506	6,79	4.323	3.672	84,94	651	15,06	4.313	4.284	99,33	29	0,67	13.543	12.717	93,90	826	6,10
Jupiá	2.020	1.696	83,98	324	16,02	445	354	79,55	91	20,45	405	394	97,28	11	2,72	1.170	948	81,03	222	18,97
Lacerdópolis	2.019	1.886	93,41	133	6,59	338	326	96,45	12	3,55	377	377	100,00	0	0,00	1.304	1.183	90,72	121	9,28
Lajeado Grande	1.427	1.339	93,87	88	6,13	338	328	97,04	10	2,96	175	175	100,00	0	0,00	914	836	91,58	77	8,42
Luzerna	5.154	4.852	94,15	302	5,85	915	767	83,83	148	16,17	929	929	100,00	0	0,00	3.310	3.156	95,35	154	4,65
Marema	2.410	2.031	84,26	379	15,74	502	409	81,47	93	18,53	428	415	96,96	13	3,04	1.480	1.207	81,55	273	18,45
Ouro	6.843	6.430	93,96	413	6,04	1.320	1.141	86,44	179	13,56	1.301	1.297	99,69	4	0,31	4.222	3.992	94,55	230	5,45
Ouro Verde	2.182	1.935	88,68	247	11,32	467	382	81,80	85	18,20	485	478	98,56	7	1,44	1.230	1.075	87,40	155	12,60
Passos Maia	4.205	3.378	80,33	827	19,67	1.172	899	76,71	273	23,29	871	776	89,09	95	10,91	2.162	1.703	78,77	459	21,23
Ponte Serrada	9.336	8.069	86,43	1.267	13,57	2.274	1.883	82,81	391	17,19	1.977	1.895	95,85	82	4,15	5.085	4.291	84,39	794	15,61
São Domingos	8.684	7.765	89,42	919	10,58	1.859	1.644	88,43	215	11,57	1.710	1.674	97,89	36	2,11	5.115	4.447	86,94	668	13,06
Treze Tílias	4.448	4.017	90,30	431	9,70	1.004	874	87,05	130	12,95	924	912	98,70	12	1,30	2.520	2.231	88,53	289	11,47
Vargeão	3.199	2.788	87,14	411	12,86	724	569	78,59	155	21,41	657	643	97,87	14	2,13	1.818	1.576	86,69	242	13,31
Vargem Bonita	4.585	4.132	90,12	453	9,88	1.119	937	83,74	182	16,26	987	968	98,07	19	1,93	2.479	2.227	89,83	252	10,17
Xanxerê	34.039	30.704	90,20	3.335	9,80	7.458	6.117	82,02	1.341	17,98	6.953	6.885	99,02	68	0,98	19.628	17.702	90,19	1.926	9,81
Xaxim	20.769	18.563	89,38	2.206	10,62	4.584	3.807	83,05	777	16,95	4.189	4.079	97,37	110	2,63	11.996	10.677	89,00	1.319	11,00
Território	230.234	205.472	89,24	24.762	10,76	50.828	41.944	82,52	8.884	17,48	47.064	46.063	97,87	1.001	2,13	132.342	117.464	88,76	14.876	11,24
Santa Catarina	4.882.338	4.477.802	91,71	404.536	8,29	1.034.504	856.310	82,77	178.194	17,23	1.014.350	999.530	98,54	14.820	1,46	2.833.484	2.621.962	92,53	211.523	7,47
Brasil	153.486.617	129.392.841	84,30	24.093.776	15,70	33.929.942	25.303.428	74,58	8.626.514	25,42	34.092.224	32.329.892	94,83	1.762.332	5,17	85.464.451	71.759.521	83,96	13.704.930	16,04

Fonte: IBGE, 2000b.

Anexo 07

Quadro 05: Total e percentual de pessoas de 5 anos ou mais alfabetizadas, e não alfabetizadas no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil em 2010.

Municípios	Total				Pessoas com mais de 5 a 14 anos				Pessoas com mais de 14 a 24 anos				Pessoas com mais de 25 anos							
	Total	Alfabeti-zadas	%	Não alfa-Betizadas	%	Total	Alfabeti-zadas	%	Não alfa-betizadas	%	Total	Alfabeti-zadas	%	Não alfa-betizadas	%	Total	Alfabeti-zadas	%	Não Alfa-betizadas	%
Abelardo Luz	1.5787	13.947	88,35	1.840	11,65	3.482	3.059	87,85	423	12,15	2.985	2.952	98,89	33	1,11	9.320	7.936	85,15	1.384	14,85
Água Doce	6.457	5.943	92,04	514	7,96	1.277	1.094	85,67	183	14,33	1.153	1.135	98,44	18	1,56	4.027	3.714	92,23	313	7,77
Bom Jesus	2.362	2.130	90,19	232	9,81	426	395	92,72	31	7,28	428	420	98,13	8	1,87	1.508	1.315	87,20	193	12,80
Capinzal	19.374	18.171	93,79	1.203	6,21	3.291	2.969	90,22	322	9,78	3.661	3.632	99,21	29	0,79	12.422	11.570	93,14	852	6,86
Catanduvas	8.859	8.315	93,86	544	6,14	1.679	1.531	91,19	148	8,81	1.695	1.686	99,47	9	0,53	5.485	5.098	92,94	387	7,06
Coronel Martins	2.337	2.099	89,84	238	10,16	434	416	95,85	18	4,15	424	420	99,06	4	0,94	1.479	1.263	85,40	216	14,60
Entre Rios	2.799	2.473	88,36	326	11,64	706	635	89,94	71	10,06	535	526	98,32	9	1,68	1.558	1.312	84,21	246	15,79
Ervал Velho	4.098	3.754	91,61	344	8,39	627	563	89,79	64	10,21	670	660	98,51	10	1,49	2.801	2.531	90,36	270	9,64
Faxinal dos Guedes	9.894	9.199	92,98	695	7,02	1.827	1.625	88,94	202	11,06	1.943	1.928	99,23	15	0,77	6.124	5.646	92,19	478	7,81
Galvão	3.251	2.745	84,42	506	15,58	579	511	88,26	68	11,74	564	553	98,05	11	1,95	2.108	1.681	79,74	427	20,26
Herval d'Oeste	19.873	18.828	94,74	1.045	5,26	3.220	2.975	92,39	245	7,61	3.732	3.711	99,44	21	0,56	12.921	12.142	93,97	779	6,03
Ibicaré	3.199	2.964	92,64	235	7,36	496	420	84,68	76	15,32	469	467	99,57	2	0,43	2.234	2.077	92,97	157	7,03
Ipuácu	6.184	5.514	89,17	670	10,83	1.600	1.447	90,44	153	9,56	1.274	1.240	97,33	34	2,67	3.310	2.828	85,44	482	14,56
Joaçaba	25.456	24.471	96,13	985	3,87	3.742	3.375	90,19	367	9,81	4.605	4.592	99,72	13	0,28	17.109	16.504	96,46	605	3,54
Jupiá	2.010	1.803	89,71	207	10,29	362	309	85,36	53	14,64	348	341	97,99	7	2,01	1.300	1.153	88,69	147	11,31
Lacerdópolis	2.085	1.975	94,71	110	5,29	318	295	92,77	23	7,23	305	305	100,00	0	0,00	1.462	1.375	94,05	87	5,95
Lajeado Grande	1.410	1.304	92,51	106	7,49	199	180	90,45	19	9,55	255	253	99,22	2	0,78	956	871	91,11	85	8,89
Luzerna	5.361	5.248	97,88	113	2,12	721	687	95,28	34	4,72	906	906	100,00	0	0,00	3.734	3.655	97,88	79	2,12
Marema	2.117	1.949	92,09	168	7,91	343	326	95,04	17	4,96	341	330	96,77	11	3,23	1.433	1.293	90,23	140	9,77
Ouro	6.945	6.666	95,98	279	4,02	1.034	969	93,71	65	6,29	1.255	1.253	99,84	2	0,16	4.656	4.444	95,45	212	4,55
Ouro Verde	2.126	1.874	88,15	252	11,85	388	339	87,37	49	12,63	392	387	98,72	5	1,28	1.346	1.149	85,36	197	14,64
Passos Maia	4.104	3.727	90,81	377	9,19	916	830	90,61	86	9,39	775	764	98,58	11	1,42	2.413	2.133	88,40	280	11,60
Ponte Serrada	10.153	9.162	90,24	991	9,76	2.049	1.781	86,92	268	13,08	2.019	1.988	98,46	31	1,54	6.085	5.393	88,63	692	11,37
São Domingos	8.899	8.070	90,69	829	9,31	1.538	1.395	90,70	143	9,30	1.560	1.555	99,68	5	0,32	5.801	5.120	88,26	681	11,74
Treze Tílias	5.911	5.670	95,93	241	4,07	1.005	946	94,13	59	5,87	1.175	1.175	100,00	0	0,00	3.731	3.552	95,20	179	4,80
Vargeão	3.260	3.008	92,26	252	7,74	572	548	95,80	24	4,20	622	615	98,87	7	1,13	2.066	1.845	89,30	221	10,70
Vargem Bonita	4.453	4.124	92,62	329	7,38	924	826	89,39	98	10,61	840	836	99,52	4	0,48	2.689	2.463	91,60	226	8,40
Xanxerê	41.077	38.714	94,25	2.363	5,75	6.941	6.397	92,16	544	7,84	7.992	7.926	99,17	66	0,83	26.144	24.391	93,29	1.753	6,71
Xaxim	23.928	22.652	94,67	1.276	5,33	3.961	3.781	95,46	180	4,54	4.666	4.608	98,76	58	1,24	15.301	14.264	93,22	1.037	6,78
Território	253.769	236.499	93,20	17.270	6,80	44.657	40.624	90,97	4.033	9,03	47.589	47.164	99,11	425	0,89	161.523	148.718	92,07	12.805	7,93
Santa Catarina	5.841.530	5.544.325	94,91	297.205	5,09	956.204	856.341	89,56	99.863	10,44	1.111.012	1.102.870	99,27	8.141	0,73	3.774.314	3.585.114	94,99	189.200	5,01
Brasil	176.949.066	158.311.433	89,47	18.637.633	10,53	32.134.902	27.157.437	84,51	4.977.465	15,49	34.227.652	33.460.689	97,76	766.962	2,24	110.586.512	97.693.307	88,34	12.893.205	11,66

Fonte: IBGE, 2010b.

Anexo 08

Quadro 06: Total e porcentagem de pessoas por dormitório nos domicílios particulares permanentes no Território Meio Oeste Contestado em 2000 e 2010.

Municípios	Quantidade de pessoas por dormitório em 2000						Quantidade de pessoas por dormitório em 2010							
	total de domicílios	1	(%)	2	(%)	3 ou mais	(%)	total de domicílios	1	(%)	2	(%)	3 ou mais	(%)
Abelardo Luz	4.073	802	19,69	2.340	57,45	931	22,86	4.999	2.076	41,53	2.258	45,17	665	13,30
Água Doce	1.862	393	21,11	1.102	59,18	367	19,71	2.127	881	41,42	1.043	49,04	203	9,54
Bom Jesus	529	69	13,04	292	55,20	168	31,76	768	327	42,58	370	48,18	71	9,24
Capinzal	5.709	1.758	30,79	3.265	57,19	686	12,02	7.021	3.538	50,39	3.151	44,88	332	4,73
Catanduvas	2.194	561	25,57	1.273	58,02	360	16,41	2.981	1.221	40,96	1.450	48,64	310	10,40
Coronel Martins	590	146	24,75	370	62,71	74	12,54	738	295	39,97	389	52,71	54	7,32
Entre Rios	700	152	21,71	340	48,57	208	29,71	890	247	27,75	433	48,65	210	23,60
Erval Velho	1.190	405	34,03	663	55,71	122	10,25	1.443	722	50,03	645	44,70	76	5,27
Faxinal dos Guedes	2.812	386	13,73	1.962	69,77	464	16,50	3.203	1.399	43,68	1.645	51,36	159	4,96
Galvão	1.124	239	21,26	715	63,61	170	15,12	1.119	545	48,70	508	45,40	66	5,90
Herval d'Oeste	5.771	1.442	24,99	3.431	59,45	898	15,56	6.896	3.150	45,68	3.126	45,33	620	8,99
Ibicaré	1.029	181	17,59	703	68,32	145	14,09	1.115	606	54,35	474	42,51	35	3,14
Ipuacu	1.511	166	10,99	695	46,00	650	43,02	1.877	558	29,73	740	39,42	579	30,85
Joaçaba	7.094	2.004	28,25	4.190	59,06	900	12,69	9.061	4.428	48,87	4.175	46,08	458	5,05
Jupiá	555	86	15,50	376	67,75	93	16,76	671	361	53,80	274	40,83	36	5,37
Lacerdópolis	566	162	28,62	328	57,95	76	13,43	692	274	39,60	386	55,78	32	4,62
Lajeado Grande	371	33	8,89	293	78,98	45	12,13	442	205	46,38	224	50,68	13	2,94
Luzerna	1.611	390	24,21	1.049	65,11	172	10,68	1.918	969	50,52	887	46,25	62	3,23
Marema	632	103	16,30	420	66,46	109	17,25	616	257	41,72	332	53,90	27	4,38
Ouro	2.033	292	14,36	1.611	79,24	130	6,39	2.343	1.069	45,63	1.174	50,11	100	4,27
Ouro Verde	617	107	17,34	471	76,34	39	6,32	694	313	45,10	336	48,41	45	6,48
Passos Maia	1.044	80	7,66	640	61,30	324	31,03	1.235	340	27,53	704	57,00	191	15,47
Ponte Serrada	2.731	602	22,04	1.608	58,88	521	19,08	3.331	1.108	33,26	1.776	53,32	447	13,42
São Domingos	2.580	439	17,02	1.736	67,29	405	15,70	2.966	1.262	42,55	1.482	49,97	222	7,48
Treze Tílias	1.336	251	18,79	823	61,60	262	19,61	2.084	1.025	49,18	960	46,07	99	4,75
Vargeão	914	153	16,74	642	70,24	119	13,02	1.057	460	43,52	530	50,14	67	6,34
Vargem Bonita	1.308	285	21,79	784	59,94	239	18,27	1.380	474	34,35	745	53,99	161	11,67
Xanxerê	10.635	2.214	20,82	6.738	63,36	1.683	15,83	13.712	6.093	44,44	6.458	47,10	1.161	8,47
Xaxim	6.217	1.444	23,23	3.756	60,41	1.017	16,36	8.075	3.346	41,44	4.090	50,65	639	7,91
Total no Território	65.265	14.543	22,28	40.276	61,71	11.377	16,41	85.454	35.473	41,51	38.507	45,06	7.140	8,36

Fonte: IBGE, 2000b; 2010b.

Anexo 09

Quadro 07: Total e percentual de domicílios particulares permanentes com e sem acesso à energia elétrica no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000 e 2010.

Municípios	2000					2010				
	Total de domicílios	Domicílios com a acesso à energia elétrica	%	Domicílios sem acesso à energia elétrica	%	Total de domicílios	Domicílios com a acesso à energia elétrica	%	Domicílios sem acesso à energia elétrica	%
Abelardo Luz	3.710	3.210	86,52	500	13,48	5.002	4.937	98,70	65	1,30
Agua Doce	1.757	1.671	95,11	86	4,89	2.123	2.115	99,62	8	0,38
Bom Jesus	477	453	94,97	24	5,03	766	759	99,10	7	0,90
Capinzal	5.587	5.550	99,34	37	0,66	7.017	7.009	99,90	8	0,10
Catanduvas	2.172	2.160	99,45	12	0,55	2.981	2.968	99,56	13	0,44
Coronel Martins	497	484	97,38	13	2,62	738	734	99,46	4	0,54
Entre Rios	501	397	79,24	104	20,76	890	850	95,50	40	4,50
Ervал Velho	1.186	1.170	98,65	16	1,35	1.442	1.436	99,58	6	0,42
Faxinal dos Guedes	2.788	2.694	96,63	94	3,37	3.200	3.191	99,72	9	0,28
Galvão	1.096	1.017	92,79	79	7,21	1.118	1.110	99,28	8	0,72
Herval d'Oeste	5.560	5.487	98,69	73	1,31	6.901	6.880	99,70	21	0,30
Ibicaré	1.006	1.006	100,00	0	0,00	1.112	1.111	99,90	1	0,10
Ipuácu	1.455	1.155	79,38	300	20,62	1.878	1.756	93,50	122	6,50
Joaçaba	6.927	6.899	99,60	28	0,40	9.069	9.056	99,85	13	0,14
Jupiá	453	404	89,18	49	10,82	673	661	98,22	12	1,78
Lacerdópolis	566	566	100,00	0	0,00	692	691	99,86	1	0,14
Lajeado Grande	371	335	90,30	36	9,70	442	437	98,87	5	1,13
Luzerna	1.600	1.600	100,00	0	0,00	1.916	1.915	99,95	1	0,05
Marema	632	586	92,72	46	7,28	616	616	100,00	0	0
Ouro	2.015	2.005	99,50	10	0,50	2.346	2.344	99,90	2	0,10
Ouro Verde	591	591	100,00	0	0,00	693	692	99,86	1	0,14
Passos Maia	1.014	771	76,04	243	23,96	1.237	1.226	99,10	11	0,90
Ponte Serrada	2.648	2.545	96,11	103	3,89	3.336	3.276	98,20	60	1,80
São Domingos	2.528	2.463	97,43	65	2,57	2.964	2.955	99,70	9	0,30
Treze Tílias	1.330	1.302	97,89	28	2,11	2.084	2.083	99,95	1	0,05
Vargeão	909	850	93,51	59	6,49	1.057	1.047	99,05	10	0,95
Vargem Bonita	1.303	1.283	98,47	20	1,53	1.384	1.375	99,35	9	0,65
Xanxerê	10.322	10.149	98,32	173	1,68	13.710	13.653	99,58	57	0,42
Xaxim	6.132	5.970	97,36	162	2,64	8.066	8.040	99,68	26	0,32
Território	67.133	64.773	96,48	2.360	3,52	85.453	84.923	99,38	530	0,62
Santa Catarina	1.466.903	1.449.601	98,82	17.302	1,19	1.993.097	1.988.641	99,78	4.456	0,22
Brasil	42.707.925	40.621.531	95,00	2.086.394	5,00	57.324.167	56.595.495	98,73	728.672	1,27

Fonte: IBGE, 2000b; 2010b.

Anexo 10

Quadro 08: Total e porcentual de domicílios particulares permanentes por condição de acesso à coleta de lixo no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000 e 2010.

Municípios	2000					2010				
	Total de domicílios	Domicílios com acesso à coleta de lixo*	%	Domicílios sem acesso à coleta de lixo**	%	Total de domicílios	Domicílios com acesso à coleta de lixo*	%	Domicílios sem Acesso à coleta de lixo**	%
Abelardo Luz	4.071	1.824	44,80	2.247	55,20	5.002	2.946	58,90	2.056	41,10
Agua Doce	1.862	1.129	60,63	733	39,37	2.123	1.536	72,35	587	27,65
Bom Jesus	537	261	48,60	276	51,40	766	509	66,45	257	33,55
Capinzal	5.709	4.768	83,52	941	16,48	7.017	6.693	95,38	324	4,62
Catanduvas	2.190	1.788	81,64	402	18,36	2.981	2.647	88,80	334	11,20
Coronel Martins	591	126	21,32	465	78,68	738	384	52,03	354	47,97
Entre Rios	700	96	13,71	604	86,29	890	240	26,97	650	73,03
Ervал Velho	1.190	674	56,64	516	43,36	1.442	1.112	77,12	330	22,88
Faxinal dos Guedes	2.812	2.065	73,44	747	26,56	3.200	2.977	93,03	223	6,97
Galvão	1.129	533	47,21	596	52,79	1.118	766	68,52	352	31,48
Herval d'Oeste	5.771	4.902	84,94	869	15,06	6.901	6.301	91,31	600	8,69
Ibicaré	1.031	606	58,78	425	41,22	1.112	780	70,14	332	29,86
Ipuacu	1.511	282	18,66	1.229	81,34	1.878	670	35,68	1.208	64,32
Joaçaba	7.094	6.336	89,31	758	10,69	9.069	8.578	94,59	491	5,41
Jupiá	555	111	20,00	444	80,00	673	317	47,10	356	52,90
Lacerdópolis	562	304	54,09	258	45,91	692	625	90,32	67	9,68
Lajeado Grande	382	124	32,46	258	67,54	442	236	53,39	206	46,61
Luzerna	1.621	1.195	73,72	426	26,28	1.916	1.735	90,55	181	9,45
Marema	632	233	36,87	399	63,13	616	344	55,84	272	44,16
Ouro	2.033	1.200	59,03	833	40,97	2.346	2.069	88,19	277	11,81
Ouro Verde	616	182	29,55	434	70,45	693	417	60,17	276	39,83
Passos Maia	1.044	341	32,66	703	67,34	1.237	609	49,23	628	50,77
Ponte Serrada	2.731	2.142	78,43	589	21,57	3.336	2.971	89,06	365	10,94
São Domingos	2.580	1.391	53,91	1.189	46,09	2.964	2.010	67,81	954	32,19
Treze Tílias	1.330	857	64,44	473	35,56	2.084	1.870	89,73	214	10,27
Vargeão	914	591	64,66	323	35,34	1.057	806	76,25	251	23,75
Vargem Bonita	1.308	996	76,15	312	23,85	1.384	1.077	77,82	307	22,18
Xanxerê	10.635	9.169	86,22	1.466	13,78	13.710	12.487	91,08	1.223	8,92
Xaxim	6.217	4.602	74,02	1.615	25,98	8.066	6.960	86,29	1.106	13,71
Território	69.358	48.828	70,40	20.530	29,60	85.453	70.672	82,70	14.781	17,30
Santa Catarina	1.498.742	1.244.660	83,05	254.082	16,95	1.993.097	1.849.191	92,78	143.906	7,22
Brasil	44.795.101	35.393.331	79,01	9.401.770	20,99	57.324.167	50.106.088	87,41	7.218.079	12,59

Fonte: IBGE, 2000b; 2010b.

*Consideraram-se os domicílios particulares permanentes que possuíam lixo coletado por serviço de limpeza, ou colocado em caçamba de serviço de limpeza.

** Consideraram-se os domicílios particulares permanentes nos quais o lixo era queimado (na propriedade), enterrado (na propriedade), jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar e outro destino, quando o lixo domiciliar tinha destino diferente das situações descritas anteriormente.

Anexo 11

Quadro 09: Total e porcentual de domicílios particulares permanentes com e sem acesso à rede de abastecimento de água no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000 e 2010.

Municípios	2000					2010				
	Total de domicílios	Domicílios com a acesso à rede de abastecimento de água	%	Domicílios sem acesso à rede de abastecimento de água	%	Total de domicílios	Domicílios com a acesso à rede de abastecimento de água	%	Domicílios sem acesso à rede de abastecimento de água	%
Abelardo Luz	4.071	3.654	89,76	417	10,24	4.999	4.864	97,31	135	2,69
Água Doce	1.862	1.822	97,85	40	2,15	2.127	2.114	99,39	13	0,61
Bom Jesus	537	530	98,70	7	1,30	768	753	98,05	15	2,01
Capinzal	5.709	5.676	99,42	33	0,58	7.021	6.977	99,37	44	0,63
Catanduvas	2.190	2.155	98,40	35	1,60	2.981	2.969	99,60	12	0,42
Coronel Martins	591	563	95,26	28	4,74	738	718	97,29	20	2,66
Entre Rios	700	454	64,86	246	35,14	890	757	85,06	133	14,91
Ervá Velho	1.190	1.154	96,97	36	3,03	1.443	1.433	99,31	10	0,68
Faxinal dos Guedes	2.812	2.759	98,12	53	1,88	3.203	3.199	99,88	4	0,14
Galvão	1.129	1.038	91,94	91	8,06	1.119	1.104	98,66	15	1,37
Herval d'Oeste	5.771	5.666	98,18	105	1,82	6.896	6.887	99,87	9	0,13
Ibicaré	1.031	1.019	98,84	12	1,16	1.115	1.115	100	0	0,00
Ipuacu	1.511	1.182	78,23	329	21,77	1.877	1.613	85,94	264	14,06
Joaçaba	7.094	7.063	99,56	31	0,44	9.061	9.054	99,92	7	0,08
Jupiá	555	510	91,89	45	8,11	671	665	99,15	6	0,86
Lacerdópolis	562	560	99,64	2	0,36	692	692	100	0	0,00
Lajeado Grande	382	342	89,53	40	10,47	442	442	100	0	0,00
Luzerna	1.621	1.609	99,26	12	0,74	1.918	1.912	99,69	6	0,32
Marema	632	590	93,35	42	6,65	616	616	100	0	0,00
Ouro	2.033	2.023	99,51	10	0,49	2.343	2.317	98,89	26	1,10
Ouro Verde	616	612	99,35	4	0,65	694	688	99,10	6	0,90
Passos Maia	1.044	984	94,25	60	5,75	1.235	1.221	98,83	14	1,17
Ponte Serrada	2.731	2.632	96,37	99	3,63	3.331	3.274	98,29	57	1,70
São Domingos	2.580	2.523	97,79	57	2,21	2.966	2.844	95,89	122	4,10
Treze Tílias	1.330	1.310	98,50	20	1,50	2.084	2.082	99,90	2	0,08
Vargeão	914	894	97,81	20	2,19	1.057	1.030	97,45	27	2,57
Vargem Bonita	1.308	1.287	98,39	21	1,61	1.380	1.372	99,42	8	0,57
Xanxerê	10.635	10.494	98,67	141	1,33	13.712	13.683	99,79	29	0,21
Xaxim	6.217	6.108	98,25	109	1,75	8.075	7.866	97,41	209	2,59
Território	69.358	67.213	96,91	2.145	3,09	85.454	84.261	98,60	1.193	1,40
Santa Catarina	1.498.742	1.475.518	98,45	23.224	1,55	1.993.012	1.977.380	99,22	15.632	0,78
Brasil	44.795.101	40.040.756	89,39	4.754.345	10,61	57.320.555	54.013.187	94,23	3.307.368	5,77

Fonte: IBGE, 2000b; 2010b.

Anexo 12

Quadro 10: Total e porcentual de domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário no Território Meio Oeste Contestado, Santa Catarina e Brasil, em 2000 e 2010.

Municípios	2000						2010							
	Total de domicílios	Domicílios com destino “adequado” de esgoto*	%	Domicílios com destino inadequado de esgoto**	%	Domicílios sem banheiro ou sanitário	%	Total de domicílios	Domicílios com destino “adequado” de esgoto*	%	Domicílios com destino inadequado de esgoto**	%	Domicílios sem banheiro ou sanitário	%
Abelardo Luz	4.071	924	22,70	3.078	75,61	69	1,69	5.002	653	13,05	4.322	86,41	27	0,54
Água Doce	1.862	1.201	64,50	539	28,95	122	6,55	2.123	1.518	71,50	584	27,51	21	0,99
Bom Jesus	537	87	16,20	447	83,24	3	0,56	766	442	57,70	324	42,30	0	0,00
Capinzal	5.709	5.278	92,45	375	6,57	56	0,98	7.017	4.390	62,56	2.620	37,34	7	0,10
Catanduvas	2.190	1.582	72,24	564	25,75	44	2,01	2.981	2.064	69,24	914	30,66	3	0,10
Coronel Martins	591	19	3,21	535	90,52	37	6,26	738	169	22,90	558	75,61	11	1,49
Entre Rios	700	1	0,14	290	41,43	409	58,43	890	75	8,43	799	89,78	16	1,80
Erval Velho	1.190	726	61,01	424	35,63	40	3,36	1.442	849	58,88	587	40,71	6	0,42
Faxinal dos Guedes	2.812	1.146	40,75	1.592	56,61	74	2,63	3.200	2.258	70,56	937	29,28	5	0,16
Galvão	1.129	956	84,68	59	5,23	114	10,10	1.118	1.035	92,58	75	6,71	8	0,72
Herval d'Oeste	5.771	3.544	61,41	2.124	36,80	103	1,78	6.901	3.117	45,17	3.771	54,64	13	0,19
Ibicaré	1.031	453	43,94	570	55,29	8	0,78	1.112	790	71,04	319	28,69	3	0,27
Ipuácu	1.511	34	2,25	971	64,26	506	33,49	1.878	168	8,95	1.371	73,00	339	18,05
Joaçaba	7.094	6.436	90,72	586	8,26	72	1,01	9.069	7.750	85,46	1.308	14,42	11	0,12
Jupiá	555	10	1,80	456	82,16	89	16,04	673	12	1,78	659	97,92	2	0,30
Lacerdópolis	562	374	66,55	185	32,92	3	0,53	692	604	87,28	88	12,72	0	0,00
Lajeado Grande	382	119	31,15	259	67,80	4	1,05	442	99	22,40	342	77,38	1	0,23
Luzerna	1.621	1.363	84,08	238	14,68	20	1,23	1.916	998	52,09	916	47,81	2	0,10
Marema	632	82	12,97	539	85,28	11	1,74	616	512	83,12	102	16,56	2	0,32
Ouro	2.033	1.109	54,55	917	45,11	7	0,34	2.346	266	11,34	2.077	88,53	3	0,13
Ouro Verde	616	7	1,14	535	86,85	74	12,01	693	536	77,34	157	22,66	0	0,00
Passos Maia	1.044	297	28,45	637	61,02	110	10,54	1.237	611	49,39	614	49,64	12	0,97
Ponte Serrada	2.731	998	36,54	1.665	60,97	68	2,49	3.336	1.428	42,81	1.853	55,55	55	1,65
São Domingos	2.580	515	19,96	2.001	77,56	64	2,48	2.964	489	16,50	2.461	83,03	14	0,47
Treze Tílias	1.330	825	62,03	500	37,59	5	0,38	2.084	1.958	93,95	121	5,81	5	0,24
Vargeão	914	228	24,95	662	72,43	24	2,63	1.057	530	50,14	518	49,01	9	0,85
Vargem Bonita	1.308	778	59,48	522	39,91	8	0,61	1.384	730	52,75	650	46,97	4	0,29
Xanxeré	10.635	5.253	49,39	5.230	49,18	152	1,43	13.710	8.129	59,29	5.545	40,44	36	0,26
Xaxim	6.217	2.474	39,79	3.647	58,66	96	1,54	8.066	4.075	50,52	3.971	49,23	20	0,25
Território	69.358	36.819	53,09	30.147	43,47	2.392	3,45	85.453	46.255	54,13	38.563	45,13	635	0,74
Santa Catarina	1.498.742	1.102.032	73,53	373.091	24,89	23.619	1,58	1.993.097	1.526.744	76,60	460.592	23,11	5761	0,29
Brasil	44.795.101	27.860.450	62,20	13.229.343	29,53	3.705.308	8,27	57324167	38.440.283	67,06	17.368.892	30,30	1514992	2,64

Fonte: IBGE, 2000b; 2010b.

* Consideraram-se os domicílios cujo esgoto era destinado à rede geral de esgoto ou pluvial ou à fossa séptica.

** Consideraram-se os domicílios cujo esgoto era destinado à fossa rudimentar; à vala, ao rio, ao mar ou ao lago; ou a escoadouro diferente das situações descritas anteriormente.

Anexo 13

Quadro 11: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários e área de terra pertencente a agricultores não familiares e a agricultores familiares no Território Meio Oeste Contestado, em 2006.

Município	Estabelecimentos					Área				
	Total	Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar		Total	Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar	
		Quantidade	%	Quantidade	%		Área	%	Área	%
Abelardo Luz	2.068	225	10,88	1.843	89,12	78.641	54.228	68,96	24.413	31,04
Água Doce	753	186	24,70	567	75,30	79.252	67.042	84,59	12.209	15,41
Bom Jesus	187	25	13,37	162	86,63	6555	4.355	66,44	2.200	33,56
Capinzal	486	98	20,16	388	79,84	19.602	13.020	66,42	6.582	33,58
Catanduvas	192	46	23,96	146	76,04	6.119	3.388	55,37	2.731	44,63
Coronel Martins	520	52	10,00	468	90,00	9.300	2.003	21,54	7.297	78,46
Entre Rios	511	86	16,83	425	83,17	5.319	1.266	23,80	4.053	76,20
Erval Velho	372	54	14,52	318	85,48	14.191	6.595	46,47	7.596	53,53
Faxinal dos Guedes	498	80	16,06	418	83,94	25.840	16.264	62,94	9.576	37,06
Galvão	302	40	13,25	262	86,75	10.222	5.009	49,00	5.213	51,00
Herval d'Oeste	532	36	6,77	496	93,23	67.971	58.493	86,06	9.478	13,94
Ibicaré	554	64	11,55	490	88,45	12.748	3.596	28,21	9.153	71,80
Ipuáçu	543	52	9,58	491	90,42	14.115	6.924	49,05	7.192	50,95
Joaçaba	546	85	15,57	461	84,43	14.547	4.430	30,45	10.116	69,54
Jupiá	384	57	14,84	327	85,16	8.189	2.082	25,42	6.107	74,58
Lacerdópolis	235	9	3,83	226	96,17	6.595	638	9,68	5.956	90,32
Lajeado Grande	187	22	11,76	165	88,24	3.890	1.109	28,51	2.780	71,49
Luzerna	375	35	9,33	340	90,67	7.720	1.782	23,08	5.938	76,92
Marema	376	28	7,45	348	92,55	9.489	2.771	28,99	6.738	71,01
Ouro	693	149	21,50	544	78,50	17.413	5.433	31,32	11.960	68,68
Ouro Verde	378	47	12,43	331	87,57	15.679	9.432	60,15	6.247	39,85
Passos Maia	590	77	13,05	513	86,95	30.846	21.280	68,99	9.567	31,01
Ponte Serrada	453	99	21,85	354	78,15	49.854	42.841	85,93	7.013	14,07
São Domingos	903	143	15,84	760	84,16	29.888	14.414	48,23	15.474	51,77
Treze Tílias	268	38	14,18	230	85,82	7.887	2.429	30,80	5.458	69,20
Vargeão	330	70	21,21	260	78,79	12.995	7.513	57,82	5.481	42,18
Vargem Bonita	224	22	9,82	202	90,18	7.497	4.145	55,29	3.352	44,71
Xanxerê	720	150	20,83	570	79,17	29.707	20.854	70,20	8.853	29,80
Xaxim	1.294	249	19,24	1.045	80,76	24.180	9.003	37,23	15.177	62,77
Território	15.474	2.324	15,02	13.150	84,98	626.251	392.339	62,65	233.910	37,35
Santa Catarina	193.668	25.156	12,99	168.512	87,01	6.062.506	3.419.265	56,40	2643241	43,60
Brasil	5.175.636	809.369	15,64	4.366.267	84,36	333.680.037	253.577.343	75,99	80102694	24,01

Fonte: IBGE, 2006.

Anexo 14

Quadro 12: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários e área de terra pertencente a agricultores não familiares e a agricultores familiares proprietários no Território Meio Oeste Contestado, em 2006.

Município	Estabelecimentos de agricultores proprietários						Áreas de agricultores proprietários					
	Total		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar		Total		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Área	%	Área	%	Área	%
Abelardo Luz	1.153	55,75	169	8,17	984	47,58	67.350	85,64	52.739	67,06	14.611	18,58
Água Doce	661	87,78	178	23,64	483	64,14	76.737	96,83	65.803	83,03	10.934	13,80
Bom Jesus	174	93,05	24	12,83	150	80,21	6.339	96,70	4.210	64,23	2.129	32,48
Capinzal	444	91,36	87	17,90	357	73,46	18.364	93,69	12.090	61,68	6.274	32,01
Catanduvas	179	93,23	43	22,40	136	70,83	5.031	82,23	3.166	51,74	1.866	30,49
Coronel Martins	459	88,27	43	8,27	416	80,00	8.782	94,43	1.929	20,74	6.853	73,69
Entre Rios	301	58,90	32	6,26	269	52,64	3.758	70,65	943	17,73	2.815	52,93
Ervá Velho	310	83,33	42	11,29	268	72,04	11.523	81,20	5.444	38,36	6.079	42,84
Faxinal dos Guedes	470	94,38	79	15,86	391	78,51	25.309	97,94	16.239	62,84	9.070	35,10
Galvão	271	89,74	39	12,91	232	76,82	9.759	95,46	5.009	49,00	4.750	46,46
Herval d'Oeste	415	78,01	29	5,45	386	72,56	64.949	95,55	57.674	84,85	7.276	10,70
Ibicaré	526	94,95	60	10,83	466	84,12	12.318	96,63	3.437	26,96	8.881	69,67
Ipuacu	333	61,33	45	8,29	288	53,04	12.216	86,54	6.598	46,74	5.618	39,80
Joaçaba	507	92,86	79	14,47	428	78,39	14.209	97,68	4.296	29,53	9.913	68,15
Jupiá	356	92,71	53	13,80	303	78,91	7.940	96,96	2.066	25,23	5.874	71,73
Lacerdópolis	235	100,00	9	3,83	226	96,17	6.595	100,00	638	9,68	5.956	90,32
Lajeado Grande	185	98,93	22	11,76	163	87,17	3.870	99,49	1.109	28,51	2.760	70,97
Luzerna	356	94,93	29	7,73	327	87,20	7.464	96,68	1.693	21,92	5.771	74,75
Marema	369	98,14	27	7,18	342	90,96	9.435	99,43	2.734	28,81	6.701	70,62
Ouro	660	95,24	142	20,49	518	74,75	17.086	98,12	5.390	30,95	11.696	67,17
Ouro Verde	342	90,48	45	11,90	297	78,57	15.338	97,82	9.416	60,05	5.922	37,77
Passos Maia	326	55,25	54	9,15	272	46,10	23.588	76,47	18.395	59,63	5.193	16,84
Ponte Serrada	419	92,49	96	21,19	323	71,30	49.043	98,37	42.707	86,66	6.336	12,71
São Domingos	834	92,36	129	14,29	705	78,07	28.799	96,35	13.644	45,65	15.155	50,70
Treze Tílias	262	97,76	38	14,18	224	83,58	7.762	98,41	2.429	30,80	5.333	67,61
Vargeão	288	87,27	60	18,18	228	69,09	12.630	97,20	7.429	57,17	5.202	40,03
Vargem Bonita	148	66,07	17	7,59	131	58,48	5.590	74,57	3.453	46,06	2.137	28,51
Xanxerê	682	94,72	141	19,58	541	75,14	28.928	97,37	20.455	68,85	8.473	28,52
Xaxim	1.202	92,89	228	17,62	974	75,27	23.864	98,69	8.907	36,84	14.957	61,86
Território	12.867	83,15	2.039	13,18	10.828	69,98	584.576	93,34	380.042	60,70	204.535	32,70
Santa Catarina	170.913	88,25	22.670	11,71	148.243	76,54	5.767.382	95,13	3.295.990	54,37	2.471.392	40,77
Brasil	3.946.411	76,25	684.043	13,22	3.262.368	63,03	310.515.259	93,06	240.324.285	72,02	70.190.973	21,04

Fonte: IBGE, 2006.

Anexo 15

Quadro 13: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários e área de terra pertencente a agricultores não familiares e a agricultores familiares assentados sem titulação definitiva no Território Meio Oeste Contestado, em 2006.

Município	Estabelecimentos de agricultores assentados sem titulação definitiva*						Área de agricultores assentados sem titulação definitiva					
	Total		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar		Total		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Área	%	Área	%	Área	%
Abelardo Luz	809	39,12	39	1,89	770	37,23	9.953	12,66	480	0,61	9.473	12,05
Água Doce	65	8,63	0	0,00	65	8,63	779	0,98	0	0,00	779	0,98
Bom Jesus	1	0,53	0	0,00	1	0,53	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Capinzal	2	0,41	0	0,00	2	0,41	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Catanduvas	1	0,52	0	0,00	1	0,52	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Coronel Martins	4	0,77	0	0,00	4	0,77	29	0,31	0	0,00	29	0,31
Entre Rios	188	36,79	45	8,81	143	27,98	1.479	27,81	307	5,76	1.173	22,05
Erval Velho	1	0,27	0	0,00	1	0,27	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Faxinal dos Guedes	7	1,41	0	0,00	7	1,41	109	0,42	0	0,00	109	0,42
Galvão	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Herval d'Oeste	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ibicaré	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ipuacu	5	0,92	0	0,00	5	0,92	110	0,78	0	0,00	110	0,78
Joaçaba	1	0,18	0	0,00	1	0,18	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Jupiá	2	0,52	0	0,00	2	0,52	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lacerdópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lajeado Grande	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Luzerna	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Marema	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ouro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ouro Verde	2	0,53	1	0,26	1	0,26	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Passos Maia	61	10,34	3	0,51	58	9,83	997	3,23	126	0,41	871	2,82
Ponte Serrada	26	5,74	0	0,00	26	5,74	514	1,03	0	0,00	514	1,03
São Domingos	2	0,22	0	0,00	2	0,22	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Treze Tílias	1	0,37	0	0,00	1	0,37	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vargeão	34	10,30	4	1,21	30	9,09	325	2,50	49	0,38	277	2,13
Vargem Bonita	10	4,46	0	0,00	10	4,46	188	2,51	0	0,00	188	2,51
Xanxerê	5	0,69	0	0,00	5	0,69	72	0,24	0	0,00	72	0,24
Xaxim	5	0,39	1	0,08	4	0,31	48	0,20	24	0,00	47	0,20
Território	1.232	7,60	93	0,60	1.139	7,36	14.603	2,33	986	0,16	13.642	2,18
Santa Catarina	2.651	1,37	202	0,10	2.449	1,26	36.253	0,60	4.361	0,07	31.893	0,53
Brasil	189.193	3,66	18.882	0,36	170.311	3,29	5.758.341	1,73	1.685.394	0,51	4.072.947	1,22

Fonte: IBGE, 2006.

* Integram a condição de produtor “assentados sem titulação definitiva”, as unidades de produção cuja terra foi concedida por órgão fundiário, que ainda estão sem título definitivo.

Anexo 16

Quadro 14: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários e área de terra pertencente a agricultores não familiares e a agricultores familiares arrendatários no Território Meio Oeste Contestado, em 2006.

Município	Estabelecimentos de agricultores arrendatários						Área de agricultores arrendatários					
	Total		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar		Total		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Área	%	Área	%	Área	%
Abelardo Luz	37	1,79	12	0,58	25	1,21	1.255	1,60	985	1,25	270	0,34
Água Doce	5	0,66	3	0,40	2	0,27	568	0,72	492	0,62	0	0,00
Bom Jesus	5	2,67	1	0,53	4	2,14	187	2,85	0	0,00	41	0,63
Capinzal	16	3,29	7	1,44	9	1,85	969	4,94	847	4,32	123	0,63
Catanduvas	1	0,52	1	0,52	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Coronel Martins	11	2,12	1	0,19	10	1,92	112	1,20	0	0,00	97	1,04
Entre Rios	9	1,76	4	0,78	5	0,98	22	0,41	7	0,13	15	0,29
Erval Velho	8	2,15	2	0,54	6	1,61	335	2,36	0	0,00	46	0,33
Faxinal dos Guedes	14	2,81	0	0,00	14	2,81	315	1,22	0	0,00	315	1,22
Galvão	10	3,31	0	0,00	10	3,31	174	1,71	0	0,00	174	1,71
Herval d'Oeste	4	0,75	0	0,00	4	0,75	32	0,05	0	0,00	32	0,05
Ibicaré	9	1,62	2	0,36	7	1,26	148	1,16	0	0,00	144	1,13
Ipuacu	14	2,58	1	0,18	13	2,39	264	1,87	0	0,00	259	1,83
Joaçaba	15	2,75	3	0,55	12	2,20	243	1,67	125	0,86	119	0,82
Jupiá	6	1,56	0	0,00	6	1,56	47	0,57	0	0,00	47	0,57
Lacerdópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lajeado Grande	2	1,07	0	0,00	2	1,07	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Luzerna	12	3,20	4	1,07	8	2,13	172	2,22	73	0,94	99	1,28
Marema	3	0,80	1	0,27	2	0,53	21	0,22	0	0,00	0	0,00
Ouro	10	1,44	5	0,72	5	0,72	121	0,70	54	0,31	68	0,39
Ouro Verde	17	4,50	1	0,26	16	4,23	245	1,56	0	0,00	240	1,53
Passos Maia	2	0,34	1	0,17	1	0,17	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ponte Serrada	2	0,44	2	0,44	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
São Domingos	23	2,55	6	0,66	17	1,88	608	2,03	410	1,37	198	0,66
Treze Tílias	4	1,49	0	0,00	4	1,49	73	0,92	0	0,00	73	0,92
Vargeão	7	2,12	6	1,82	1	0,30	39	0,30	39	0,30	0	0,00
Vargem Bonita	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Xanxerê	18	2,50	5	0,69	13	1,81	533	1,79	319	1,07	214	0,72
Xaxim	16	1,24	5	0,39	11	0,85	108	0,45	22	0,09	86	0,36
Território	280	1,80	73	0,50	207	1,33	6591	1,05	3373	0,50	2.660	0,42
Santa Catarina	7.085	3,66	950	0,49	6.135	3,17	134.260	2,21	71.739	1,18	62.521	1,03
Brasil	230.121	4,45	34.052	0,66	196.069	3,79	9.055.047	2,71	6.965.211	2,09	2.089.836	0,63

Fonte: IBGE, 2006.

Anexo 17

Quadro 15: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários e área de terra pertencente a agricultores não familiares e a agricultores familiares parceiros no Território Meio Oeste Contestado, em 2006.

Município	Estabelecimentos de agricultores parceiros						Área de agricultores parceiros					
	Total		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar		Total		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Área	%	Área	%	Área	%
Abelardo Luz	4	0,19	1	0,05	3	0,15	17	0,02	2	0,00	15	0,02
Água Doce	1	0,13	1	0,13	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Bom Jesus	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Capinzal	3	0,62	1	0,21	2	0,41	109	0,56	0	0,00	0	0,00
Catanduvas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Coronel Martins	10	1,92	3	0,58	7	1,35	112	1,20	33	0,35	79	0,85
Entre Rios	7	1,37	2	0,39	5	0,98	43	0,81	0	0,00	42	0,79
Erval Velho	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Faxinal dos Guedes	5	1,00	1	0,20	4	0,80	95	0,37	0	0,00	70	0,27
Galvão	6	1,99	0	0,00	6	1,99	88	0,86	0	0,00	88	0,86
Herval d'Oeste	2	0,38	0	0,00	2	0,38	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ibicaré	8	1,44	1	0,18	7	1,26	200	1,57	0	0,00	64	0,50
Ipuáçu	6	1,10	2	0,37	4	0,74	116	0,82	0	0,00	53	0,38
Joaçaba	2	0,37	1	0,18	1	0,18	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Jupiá	2	0,52	0	0,00	2	0,52	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lacerdópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lajeado Grande	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Luzerna	5	1,33	1	0,27	4	1,07	82	1,07	0	0,00	66	0,85
Marema	3	0,80	0	0,00	3	0,80	34	0,35	0	0,00	34	0,35
Ouro	2	0,29	0	0,00	2	0,29	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ouro Verde	3	0,79	0	0,00	3	0,79	33	0,21	0	0,00	33	0,21
Passos Maia	1	0,17	1	0,17	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ponte Serrada	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
São Domingos	15	1,66	7	0,78	8	0,89	393	1,32	360	1,21	33	0,11
Treze Tílias	1	0,37	0	0,00	1	0,37	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vargeão	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vargem Bonita	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Xanxerê	4	0,56	1	0,14	3	0,42	151	0,51	0	0,00	78	0,26
Xaxim	24	1,85	7	0,54	17	1,31	86	0,36	57	0,24	29	0,12
Território	114	0,74	30	0,19	84	0,54	1.559	0,25	452	0,07	684	0,10
Santa Catarina	2.151	1,11	267	0,14	1.884	0,97	35.210	0,58	16.896	0,28	18.314	0,30
Brasil	142.534	2,75	15.738	0,30	126.796	2,45	1.985.839	0,60	12.77.186	0,38	708.653	0,21

Fonte: IBGE, 2006.

Anexo 18

Quadro 16: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários e área de terra pertencente a agricultores não familiares e a agricultores familiares ocupantes no Território Meio Oeste Contestado, em 2006.

Município	Estabelecimentos de agricultores ocupantes						Área de agricultores ocupantes					
	Total		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar		Total		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Área	%	Área	%	Área	%
Abelardo Luz	12	0,58	4	0,19	8	0,39	67	0,10	22	0,03	45	0,06
Água Doce	20	2,66	3	0,40	17	2,26	1.153	1,45	733	0,92	420	0,53
Bom Jesus	2	1,07	0	0,00	2	1,07	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Capinzal	16	3,29	3	0,62	13	2,67	128	0,65	9	0,05	119	0,61
Catanduvas	10	5,21	2	1,04	8	4,17	1.069	17,47	0	0,00	862	14,09
Coronel Martins	30	5,77	4	0,77	26	5,00	266	2,86	27	0,29	239	2,57
Entre Rios	4	0,78	1	0,20	3	0,59	17	0,31	0	0,00	8	0,14
Erval Velho	49	13,17	9	2,42	40	10,75	2.315	16,31	863	6,08	1.452	10,23
Faxinal dos Guedes	1	0,20	0	0,00	1	0,20	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Galvão	13	4,30	1	0,33	12	3,97	201	1,97	0	0,00	201	1,96
Herval d'Oeste	108	20,30	7	1,32	101	18,98	2.977	4,38	819	1,21	2.158	3,17
Ibicaré	11	1,99	1	0,18	10	1,81	82	0,65	0	0,00	63	0,49
Ipuácu	184	33,89	4	0,74	180	33,15	1.409	9,98	257	1,82	1.152	8,16
Joaçaba	15	2,75	2	0,37	13	2,38	77	0,53	0	0,00	70	0,48
Jupiá	18	4,69	4	1,04	14	3,65	154	1,88	16	0,20	138	1,68
Lacerdópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lajeado Grande	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Luzerna	1	0,27	0	0,00	1	0,27	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Marema	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ouro	11	1,59	2	0,29	9	1,30	177	1,02	0	0,00	167	0,96
Ouro Verde	5	0,32	0	0,00	5	1,32	36	0,23	0	0,00	36	0,23
Passos Maia	195	33,05	18	3,05	177	30,00	6.136	19,89	2.664	8,64	3.472	11,26
Ponte Serrada	4	0,88	1	0,22	3	0,66	188	0,38	0	0,00	164	0,33
São Domingos	4	0,44	0	0,00	4	0,44	69	0,23	0	0,00	69	0,23
Treze Tílias	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vargeão	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vargem Bonita	64	28,57	5	2,23	59	26,34	1.719	22,92	692	9,23	1.027	13,69
Xanxerê	5	0,69	2	0,28	3	0,42	24	0,08	8	0,00	16	0,06
Xaxim	18	1,39	3	0,23	15	1,16	74	0,30	15	0,06	59	0,24
Território	800	5,17	76	0,50	724	4,68	18.338	2,93	6.125	0,98	11.937	1,90
Santa Catarina	6.746	3,48	764	0,39	5.982	3,09	89.401	1,47	30.279	0,50	59.122	0,98
Brasil	412.358	7,97	43.707	0,84	368.651	7,12	6.365.552	1,91	3.325.267	1,00	3.040.285	0,91

Fonte: IBGE, 2006.

Anexo 19

Quadro 17: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários e área de terra pertencente a agricultores não familiares e a agricultores familiares sem área no Território Meio Oeste Contestado, em 2006.

Município	Estabelecimentos de produtores sem área					
	Total		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Abelardo Luz	53	2,56	0	0,00	53	2,56
Água Doce	1	0,13	1	0,13	0	0,00
Bom Jesus	5	2,67	0	0,00	5	2,67
Capinzal	5	1,03	0	0,00	5	1,03
Catanduvás	1	0,52	0	0,00	1	0,52
Coronel Martins	6	1,15	1	0,19	5	0,96
Entre Rios	2	0,50	2	0,39	0	0,00
Erval Velho	4	1,08	1	0,27	3	0,81
Faxinal dos Guedes	1	0,20	0	0,00	1	0,20
Galvão	2	0,66	0	0,00	2	0,66
Herval d'Oeste	3	0,56	0	0,00	3	0,56
Ibicaré	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ipuáçu	1	0,18	0	0,00	1	0,18
Joaçaba	6	1,10	0	0,00	6	1,10
Jupiá	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lacerdópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lajeado Grande	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Luzerna	1	0,27	1	0,27	0	0,00
Marema	1	0,27	0	0,00	1	0,27
Ouro	10	1,44	0	0,00	10	1,44
Ouro Verde	9	2,38	0	0,00	9	2,38
Passos Maia	5	0,85	0	0,00	5	0,85
Ponte Serrada	2	0,44	0	0,00	2	0,44
São Domingos	25	2,77	1	0,11	24	2,66
Treze Tílias	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vargeão	1	0,30	0	0,00	1	0,30
Vargem Bonita	2	0,89	0	0,00	2	0,89
Xanxerê	6	0,83	1	0,14	5	0,69
Xaxim	29	2,24	5	0,39	24	1,85
Território	181	1,17	13	0,08	168	1,08
Santa Catarina	4.122	2,13	303	0,16	3.819	1,97
Brasil	255.019	4,93	12.947	0,25	24.2072	4,68

Fonte: IBGE, 2006.

Anexo 20

Quadro 18: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários de produtores sem área e por grupos de área de mais de 0 ha a mais de 10 hectares no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2006.

Municípios	Total	Produtor sem área		Mais de 0 a menos 1 ha		De 1 a menos de 2 ha		De 2 a menos de 3 ha		De 3 a menos de 4 ha		de 4 a menos de 5 ha		De 5 a menos de 10 ha		mais de 10 ha	
		Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Abelardo Luz	2.068	53	2,56	14	0,7	18	0,9	31	1,5	28	1,4	36	1,7	169	8,17	1.719	83,07
Água Doce	753	1	0,13	11	1,5	4	0,5	18	2,4	11	1,5	11	1,5	98	13,01	599	79,46
Bom Jesus	187	5	2,67	3	1,6	4	2,1	9	4,8	6	3,6	14	7,5	38	20,32	108	57,41
Capinzal	486	5	1,03	6	1,2	6	1,2	13	2,7	22	4,5	16	3	99	20,37	319	66
Catanduvas	192	1	0,52	3	1,6	10	5,2	9	4,7	19	9,8	15	7,8	46	23,96	89	46,42
Coronel Martins	520	6	1,15	19	3,7	13	2,5	12	2,3	17	3,3	25	5,2	115	22,12	313	59,73
Entre Rios	511	2	0,5	71	13,9	39	7,8	49	9,9	35	6,8	28	5,5	118	23,09	169	32,51
Ervá Velho	372	4	1,08	2	0,5	4	1,1	6	1,6	8	2,2	4	1,1	50	13,44	294	78,98
Faxinal dos Guedes	498	1	0,2	4	0,8	7	1,4	6	1,2	9	1,9	10	2	51	10,24	410	82,26
Galvão	302	2	0,66	9	3	4	1,3	4	1,3	13	4,3	12	4	47	15,56	211	69,88
Herval d'Oeste	532	3	0,56	20	3,8	18	3,5	8	1,5	13	2,6	20	3,8	79	14,85	371	69,39
Ibicaré	554	0	0	44	7,9	10	1,8	7	1,3	18	3,2	20	3,5	79	14,26	376	68,04
Ipuuaçu	543	1	0,18	7	1,3	32	5,9	61	11,2	18	3,3	38	7	94	17,31	292	53,81
Joaçaba	546	6	1,1	4	0,7	12	2,2	16	2,9	16	2,9	12	2	72	13,19	408	75,01
Jupiá	384	0	0	19	4,9	11	2,9	13	3,4	17	4,4	20	5,5	57	14,84	247	64,06
Lacerdópolis	235	0	0	0	0	0	0	1	0,4	1	0,4	6	2,4	23	9,79	204	87,01
Lajeado Grande	187	0	0	1	0,5	1	0,5	8	4,3	9	4,8	9	5,1	35	18,72	124	66,08
Luzerna	375	1	0,27	2	0,5	4	1,1	10	2,7	8	2,1	23	6,3	65	17,33	262	69,7
Marema	376	1	0,27	7	1,9	2	0,5	11	2,9	5	1,5	12	3,5	59	15,69	279	73,74
Ouro	693	10	1,44	4	0,6	3	0,4	10	1,4	10	1,4	8	1,3	61	8,8	587	84,66
Ouro Verde	378	9	2,38	14	3,7	19	5	19	5	14	3,8	15	4	47	12,43	241	63,7
Passos Maia	590	5	0,85	0	0	0	0	3	0,5	2	0,4	7	1,2	29	4,92	544	92,12
Ponte Serrada	453	2	0,44	4	0,9	14	3,1	18	4	11	2,4	13	2,7	63	13,91	328	72,54
São Domingos	903	25	2,77	14	1,6	15	1,7	21	2,5	18	2	42	5	111	12,29	657	72,14
Treze Tílias	268	0	0	4	1,5	3	1,1	3	1,1	7	2,6	3	1,2	44	16,42	204	76,09
Vargeão	330	1	0,3	2	0,6	3	0,9	3	0,9	7	2,1	7	2,1	44	13,33	263	79,77
Vargem Bonita	224	2	0,89	0	0	0	0	4	1,6	1	0,4	8	3,4	64	28,57	145	65,14
Xanxerê	720	6	0,83	18	2,5	28	3,9	35	4,7	20	2,8	40	5,4	128	17,78	445	62,09
Xaxim	1.294	29	2,24	35	2,7	58	4,5	56	4,3	47	3,6	57	4,2	228	17,62	784	60,84
Total Território	15.474	181	1,17	341	2,2	342	2,2	464	3	410	2,6	531	3,6	2.213	14,3	10.992	70,93
Santa Catarina	193.668	4.122	2,13	5.275	2,7	5.883	3	7.940	4,1	7.584	4	8.014	4,2	34.698	17,92	120.147	61,95
Brasil	5.175.636	255.024	4,93	606.837	11,7	442.163	8,5	319.671	6	256.148	5	215.988	4,4	636.344	12,29	2.443.314	47,18

Fonte IBGE: 2006.

Anexo 21

Quadro 19: Total e percentual de estabelecimentos agropecuários de produtores sem área e por grupos de área de mais de 0 a mais de 500 hectares no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2006.

Município	Total	Produtor sem área		Até 10 ha		De 10 a 50 ha		De 50 a 100 ha		De 100 a 500 ha		Mais de 500 ha	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Abelardo Luz	2.068	53	2,56	296	14,37	1.574	76,11	36	1,74	79	3,82	30	1,40
Água Doce	753	1	0,13	153	20,41	407	54,05	73	9,69	84	11,07	35	4,65
Bom Jesus	187	5	2,67	74	39,92	83	44,20	10	5,30	13	6,88	2	1,03
Capinzal	486	5	1,03	162	32,97	254	52,46	29	6,10	31	6,38	5	1,06
Catanduvas	192	1	0,52	102	53,06	67	34,96	7	3,65	14	7,29	1	0,52
Coronel Martins	520	6	1,15	201	39,12	286	54,54	23	4,42	4	0,77	0	0,00
Entre Rios	511	2	0,50	340	66,99	158	30,42	8	1,54	3	0,55	0	0,00
Ervá Velho	372	4	1,08	74	19,94	228	61,24	40	10,75	24	6,45	2	0,54
Faxinal dos Guedes	498	1	0,20	87	17,54	310	62,20	54	10,82	39	7,83	7	1,41
Galvão	302	2	0,66	89	29,46	166	54,97	27	8,94	17	5,63	1	0,34
Herval d'Oeste	532	3	0,56	158	30,05	314	58,80	38	7,10	10	1,82	9	1,67
Ibicaré	554	0	0,00	178	31,96	325	58,74	42	7,60	9	1,70	0	0,00
Ipuacu	543	1	0,18	250	46,01	244	44,97	26	4,79	19	3,50	3	0,55
Joaçaba	546	6	1,10	132	23,89	343	63,00	55	10,15	10	1,86	0	0,00
Jupiá	384	0	0,00	137	35,94	216	56,01	25	6,49	6	1,56	0	0,00
Lacerdópolis	235	0	0,00	31	12,99	178	75,95	24	10,21	2	0,85	0	0,00
Lajeado Grande	187	0	0,00	63	33,92	113	60,20	7	3,74	4	2,14	0	0,00
Luzerna	375	1	0,27	112	30,03	242	64,40	14	3,70	6	1,60	0	0,00
Marema	376	1	0,27	96	25,99	252	66,60	19	5,01	6	1,60	2	0,53
Ouro	693	10	1,44	96	13,90	524	75,57	54	7,79	9	1,30	0	0,00
Ouro Verde	378	9	2,38	128	33,93	170	44,91	37	9,79	30	7,94	4	1,06
Passos Maia	590	5	0,85	41	7,02	464	78,57	35	5,93	34	5,76	11	1,86
Ponte Serrada	453	2	0,44	123	27,01	236	52,24	32	7,06	45	9,93	15	3,31
São Domingos	903	25	2,77	221	25,09	515	56,63	83	9,00	58	6,40	1	0,11
Treze Tílias	268	0	0,00	64	23,92	161	60,04	34	12,69	9	3,36	0	0,00
Vargeão	330	1	0,30	66	19,93	198	60,07	33	10,00	30	9,09	2	0,61
Vargem Bonita	224	2	0,89	77	33,97	118	52,85	14	6,35	12	5,40	1	0,54
Xanxerê	720	6	0,83	269	37,08	331	46,20	53	7,42	53	7,36	8	1,11
Xaxim	1.294	29	2,24	481	36,92	707	54,81	54	4,25	23	1,78	0	0,00
Território	15.474	181	1,17	4.301	27,90	9.184	59,25	986	6,37	683	4,41	139	0,90
Santa Catarina	193.663	4.122	2,13	69.394	35,92	101.717	52,43	10.723	5,54	6.513	3,36	1.194	0,62
Brasil	5.175.489	255.024	4,93	2.477.151	47,89	1.580.623	30,51	390.874	7,55	371.114	7,17	100.703	1,95

Fonte IBGE: 2006.

Anexo 22

Quadro 20: Total e porcentagem de pessoas com 10 anos ou mais, por classe de rendimento mensal nominal *per capita* em salários mínimos (s.m.) no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000.

Municípios	Total	Até 1 s.m.*	%	Mais de 1 a 2 s.m.	%	Mais de 2 a 3 s.m.	%	Mais de 3 a 5 s.m.	%	Mais de 5 s.m.	%	Sem rendimento**	%
Abelardo Luz	5.931	1.357	22,88	1.190	20,06	533	8,99	509	8,58	821	13,84	1.521	25,64
Água Doce	3.252	609	18,73	873	26,85	240	7,38	316	9,72	439	13,50	775	23,83
Bom Jesus	562	108	19,22	161	28,65	91	16,19	81	14,41	88	15,66	33	5,87
Capinzal	9.241	1.521	16,46	2.923	31,63	1.849	20,01	1.340	14,50	1.064	11,51	544	5,89
Catanduvas	3.639	798	21,93	1.061	29,16	507	13,93	366	10,06	527	14,48	380	10,44
Coronel Martins	1.182	133	11,25	153	12,94	96	8,12	127	10,74	95	8,04	578	48,90
Entre Rios	1.042	140	13,44	212	20,35	81	7,77	40	3,84	42	4,03	527	50,58
Erval Velho	1.985	418	21,06	565	28,46	181	9,12	214	10,78	295	14,86	312	15,72
Faxinal dos Guedes	4.704	863	18,35	1.308	27,81	945	20,09	477	10,14	697	14,82	414	8,80
Galvão	2.363	593	25,10	408	17,27	157	6,64	193	8,17	243	10,28	769	32,54
Herval D'Oeste	8.680	1.697	19,55	2.323	26,76	1.692	19,49	1.211	13,95	1.138	13,11	619	7,13
Ibicaré	1.881	285	15,15	302	16,06	147	7,81	236	12,55	252	13,40	659	35,03
Ipuaçu	2.957	676	22,86	537	18,16	228	7,71	196	6,63	238	8,05	1.082	36,59
Joaçaba	10.961	1.483	13,53	2.531	23,09	1.627	14,84	1.567	14,30	2.877	26,25	876	7,99
Jupiá	1.332	310	23,27	133	9,98	110	8,26	77	5,78	82	6,16	620	46,55
Lacerdópolis	1.132	126	11,13	189	16,70	97	8,57	130	11,48	279	24,65	311	27,47
Lajeado Grande	755	163	21,59	157	20,79	36	4,77	76	10,07	202	26,75	121	16,03
Luzerna	2.744	333	12,14	589	21,47	386	14,07	456	16,62	481	17,53	499	18,19
Marema	1.493	234	15,67	302	20,23	119	7,97	106	7,10	174	11,65	558	37,37
Ouro	3.767	417	11,07	866	22,99	503	13,35	454	12,05	666	17,68	861	22,86
Ouro Verde	881	252	28,60	257	29,17	93	10,56	100	11,35	94	10,67	85	9,65
Passos Maia	2.099	666	31,73	665	31,68	128	6,10	122	5,81	121	5,76	397	18,91
Ponte Serrada	3.944	1.066	27,03	1.481	37,55	381	9,66	390	9,89	421	10,67	205	5,20
São Domingos	4.471	1.070	23,93	946	21,16	315	7,05	428	9,57	788	17,62	924	20,67
Treze Tílias	2.579	544	21,09	647	25,09	269	10,43	332	12,87	417	16,17	370	14,35
Vargeão	1.794	523	29,15	384	21,40	186	10,37	169	9,42	256	14,27	276	15,38
Vargem Bonita	2.195	477	21,73	666	30,34	242	11,03	263	11,98	264	12,03	283	12,89
Xanxerê	17.014	3.940	23,16	4.364	25,65	2.392	14,06	2.501	14,70	2.679	15,75	1.138	6,69
Xaxim	11.260	2.218	19,70	3.257	28,93	1.672	14,85	1.350	11,99	1.427	12,67	1.336	11,87
Território	115.840	23.020	19,87	29.450	25,42	15.303	13,21	13.827	11,94	17.167	14,82	17.073	14,74
Santa Catarina	2.406.676	332.110	13,80	648.956	26,96	392.626	16,31	378.116	15,71	445.768	18,52	209.100	8,69
Brasil	65.629.892	15.532.151	23,67	16.836.339	25,65	8.286.955	12,63	8.361.371	12,74	11.591.359	17,66	5.021.717	7,65

Fonte: IBGE, 2000b.

* Para contabilizar os rendimentos, segundo as classes de salário mínimo, o IBGE considerou o valor do que vigorava no período em que realizou a pesquisa, que era de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais).

** A categoria “sem rendimento” integra as pessoas que recebiam somente em benefícios.

Anexo 23

Quadro 21: Total e porcentagem de pessoas com 10 anos ou mais, por classe de rendimento mensal nominal *per capita* em salários mínimos (s.m.) no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2010.

municípios	total	Até 1 s.m.	%	Mais de 1 a 2 s.m.	%	Mais de 2 a 3 s.m.	%	Mais de 3 a 5 s.m.	%	Mais de 5 s.m.	%	Sem rendimento**	%
Abelardo Luz	8.738	2.618	29,96	2.613	29,90	752	8,61	542	6,20	401	4,59	1.812	20,74
Água Doce	3.778	1.032	27,32	1.149	30,41	354	9,37	277	7,33	274	7,25	692	18,32
Bom Jesus	1.282	356	27,76	419	32,68	188	14,66	122	9,52	76	5,93	121	9,44
Capinzal	11.099	2.306	20,78	5.289	47,65	1.732	15,61	886	7,98	630	5,68	256	2,31
Catanduvas	4.752	1.437	30,24	1.865	39,25	637	13,40	504	10,61	251	5,28	58	1,22
Coronel Martins	1.240	437	35,24	356	28,71	90	7,26	62	5,00	45	3,63	250	20,16
Entre Rios	1.468	628	42,78	475	32,36	71	4,84	55	3,75	42	2,86	197	13,42
Erval Velho	2.146	646	30,11	877	40,87	212	9,88	209	9,74	98	4,57	104	4,85
Faxinal dos Guedes	5.588	1.249	22,35	2.450	43,84	746	13,35	582	10,42	373	6,68	188	3,36
Galvão	1.804	669	37,08	477	26,44	210	11,64	160	8,87	97	5,38	191	10,59
Herval D'Oeste	11.049	1.979	17,92	5.193	47,00	1.819	16,46	1.143	10,34	623	5,64	292	2,64
Ibicaré	1.818	611	33,61	539	29,65	205	11,28	149	8,20	123	6,77	191	10,51
Ipuáqu	2.683	1.018	37,94	1.020	38,02	220	8,20	144	5,37	141	5,26	140	5,22
Joaçaba	15.730	2.670	16,97	5.848	37,18	2.419	15,38	1.948	12,38	2.097	13,33	748	4,76
Jupiá	1.092	234	21,43	358	32,78	86	7,88	66	6,04	37	3,39	311	28,48
Lacerdópolis	1.328	368	27,71	433	32,61	173	13,03	169	12,73	104	7,83	81	6,10
Lajeado Grande	812	193	23,77	249	30,67	97	11,95	110	13,55	74	9,11	89	10,96
Luzerna	3.172	653	20,59	1.209	38,11	478	15,07	410	12,93	290	9,14	132	4,16
Marema	1.279	395	30,88	457	35,73	174	13,60	139	10,87	93	7,27	21	1,64
Ouro	4.575	1.187	25,94	1.702	37,20	635	13,88	485	10,60	327	7,15	239	5,22
Ouro Verde	843	251	29,78	309	36,65	71	8,42	69	8,19	97	11,51	46	5,46
Passos Maia	2.453	894	36,44	805	32,82	156	6,36	82	3,34	42	1,71	474	19,32
Ponte Serrada	5.289	1.529	28,91	2.334	44,13	530	10,02	400	7,56	202	3,82	294	5,56
São Domingos	5.336	1.920	35,98	1.684	31,56	482	9,03	407	7,63	465	8,71	378	7,08
Treze Tílias	3.740	962	25,72	1.440	38,50	564	15,08	373	9,97	332	8,88	69	1,84
Vargeão	1.830	579	31,64	770	42,08	208	11,37	137	7,49	66	3,61	70	3,83
Vargem Bonita	2.351	615	26,16	807	34,33	291	12,38	244	10,38	162	6,89	232	9,87
Xanxerê	23.127	4.638	20,06	9.314	40,27	3.138	13,57	2.696	11,66	2.008	8,68	1.333	5,76
Xaxim	14.795	3.581	24,21	6.578	44,46	1.647	11,13	1.336	9,03	843	5,70	810	5,47
Território	145.197	35.655	24,55	57.019	39,27	18.385	12,66	13.906	9,58	10.413	7,17	9.819	6,76
Santa Catarina	3.408.833	615.201	18,04	1.405.132	41,22	532.290	15,62	378.143	11,09	318.132	9,33	159.935	4,69
Brasil	86.353.839	28.212.948	32,67	28.210.975	32,67	9.173.675	10,62	7.134.366	8,26	7.926.040	9,18	5.695.835	6,60

Fonte: IBGE, 2010b.

* Para contabilizar os rendimentos, segundo as classes de salário mínimo, o IBGE considerou o valor do que vigorava no período em que realizou a pesquisa, que era de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

** A categoria “sem rendimento” integra as pessoas que recebiam somente em benefícios.

Anexo 24

Quadro 22: População total e percentual em idade ativa e ocupada, segundo a categoria do trabalhador no trabalho principal no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000.

Municípios	Empregados							Conta própria	%	Empregadores	%	Não remunerados	%	Para o consumo próprio	%	
	Total	Com carteira assinada	%	Militares, funcionários públicos e estatutários	%	Sem carteira assinada	%									
Abelardo Luz	5.931	1.266	21,35		267	4,50	1.319	22,24	1.345	22,68	220	3,71	658	11,09	856	14,43
Água Doce	3.252	1.052	32,35		127	3,91	518	15,93	669	20,57	138	4,24	462	14,21	286	8,79
Bom Jesus	562	200	35,59		22	3,91	151	26,87	152	27,05	4	0,71	33	5,87	0	0,00
Capinzal	9.241	5.214	56,42		122	1,32	1.253	13,56	1.873	20,27	276	2,99	408	4,42	95	1,03
Catanduvas	3.639	1.623	44,60		157	4,31	702	19,29	684	18,80	125	3,44	101	2,78	247	6,79
Coronel Martins	1.182	108	9,14		23	1,95	122	10,32	363	30,71	0	0,00	375	31,73	191	16,16
Entre Rios	1.042	40	3,84		86	8,25	128	12,28	260	24,95	0	0,00	98	9,40	430	41,27
Ervá Velho	1.985	601	30,28		56	2,82	305	15,37	679	34,21	52	2,62	261	13,15	31	1,56
Faxinal dos Guedes	4.704	2.222	47,24		117	2,49	961	20,43	861	18,30	140	2,98	240	5,10	163	3,47
Galvão	2.363	269	11,38		135	5,71	549	23,23	772	32,67	20	0,85	583	24,67	35	1,48
Herval D'Oeste	8.680	4.559	52,52		381	4,39	1.452	16,73	1.454	16,75	259	2,98	239	2,75	336	3,87
Ibicaré	1.881	425	22,59		44	2,34	217	11,54	494	26,26	42	2,23	434	23,07	225	11,96
Ipuácu	2.957	267	9,03		56	1,89	475	16,06	1.070	36,19	27	0,91	843	28,51	219	7,41
Joaçaba	10.961	5.551	50,64		405	3,69	1.496	13,65	1.989	18,15	732	6,68	266	2,43	522	4,76
Jupiá	1.332	9	0,68		71	5,33	212	15,92	456	34,23	5	0,38	297	22,30	282	21,17
Lacerdópolis	1.132	263	23,23		85	7,51	116	10,25	327	28,89	30	2,65	311	27,47	0	0,00
Lajeado Grande	755	89	11,79		89	11,79	132	17,48	317	41,99	7	0,93	56	7,42	65	8,61
Luzerna	2.744	1.073	39,10		64	2,33	288	10,50	736	26,82	123	4,48	382	13,92	78	2,84
Marema	1.493	168	11,25		72	4,82	221	14,80	428	28,67	47	3,15	511	34,23	46	3,08
Ouro	3.767	1.223	32,47		89	2,36	386	10,25	1.150	30,53	63	1,67	742	19,70	114	3,03
Ouro Verde	881	224	25,43		62	7,04	110	12,49	400	45,40	0	0,00	74	8,40	11	1,25
Passos Maia	2.099	492	23,44		209	9,96	381	18,15	576	27,44	65	3,10	182	8,67	194	9,24
Ponte Serrada	3.944	1.757	44,55		262	6,64	769	19,50	822	20,84	145	3,68	144	3,65	45	1,14
São Domingos	4.471	850	19,01		229	5,12	922	20,62	1.483	33,17	106	2,37	860	19,24	21	0,47
Treze Tílias	2.579	928	35,98		28	1,09	415	16,09	780	30,24	69	2,68	126	4,89	233	9,03
Vargeão	1.794	433	24,14		65	3,62	384	21,40	560	31,22	83	4,63	235	13,10	34	1,90
Vargem Bonita	2.195	1.032	47,02		73	3,33	365	16,63	423	19,27	28	1,28	274	12,48	0	0,00
Xanxerê	17.014	6.873	40,40		817	4,80	3.696	21,72	3.652	21,46	986	5,80	714	4,20	276	1,62
Xaxim	11.260	4.457	39,58		345	3,06	1.871	16,62	3.025	26,87	262	2,33	833	7,40	467	4,15
Território	115.840	43.268	37,4		4.558	3,93	19.916	17,2	27.800	24,00	4.054	3,50	10.742	9,27	5.502	4,75
Santa Catarina	2.406.676	1.042.308	43,31		106.108	4,41	394.522	16,39	578.358	24,03	89.718	3,73	159.090	6,61	36.572	1,52
Brasil	65.629.892	23.929.433	36,46		3.693.162	5,63	16.071.534	24,49	15.396.247	23,46	1.897.842	2,89	2.608.533	3,97	2.033.141	3,10

Fonte: IBGE, 2000b.

Anexo 25

Quadro 23: População total e percentual em idade ativa e ocupada, segundo a categoria do trabalhador no trabalho principal no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2010.

Municípios	Empregados						Conta própria	%	Empregadores	%	Não remunerados	%	Para o consumo próprio	%	
	Total	Com carteira assinada	%	Militares, funcionários públicos e estatutários	%	Sem carteira assinada	%								
Abelardo Luz	8.738	2.837	32,47	362	4,14	1.409	16,12	2.239	25,62	121	1,38	580	6,64	1.190	13,62
Água Doce	3.778	1.390	36,79	206	5,45	493	13,05	1.014	26,84	77	2,04	77	2,04	521	13,79
Bom Jesus	1.282	597	46,57	22	1,72	182	14,20	356	27,77	6	0,47	14	1,09	105	8,19
Capinzal	11.099	7.183	64,72	250	2,25	1.324	11,93	1.880	16,94	247	2,23	23	0,21	192	1,73
Catanduvas	4.752	2.808	59,09	163	3,43	805	16,94	767	16,14	157	3,30	13	0,27	39	0,82
Coronel Martins	1.240	206	16,61	56	4,52	208	16,77	573	46,21	3	0,24	65	5,24	129	10,40
Entre Rios	1.468	396	26,98	183	12,47	171	11,65	564	38,42	2	0,14	42	2,86	110	7,49
Ervá Velho	2.146	968	45,11	108	5,03	238	11,09	672	31,31	79	3,68	12	0,56	69	3,22
Faxinal dos Guedes	5.588	3.159	56,53	68	1,22	732	13,10	1.252	22,41	195	3,49	66	1,18	116	2,08
Galvão	1.804	346	19,18	210	11,64	237	13,14	799	44,29	21	1,16	125	6,93	66	3,66
Herval D'Oeste	11.049	6.991	63,27	420	3,80	963	8,72	2.162	19,57	239	2,16	60	0,54	214	1,94
Ibicaré	1.818	607	33,39	87	4,79	209	11,50	661	36,36	64	3,52	71	3,91	119	6,55
Ipuacu	2.683	1.080	40,25	59	2,20	462	17,22	942	35,11	0	0,00	41	1,53	99	3,69
Joaçaba	15.730	9.066	57,64	663	4,21	1.192	7,58	2.804	17,83	1.268	8,06	455	2,89	282	1,79
Jupiá	1.092	216	19,78	96	8,79	105	9,62	364	33,33	0	0,00	12	1,10	299	27,38
Lacerdópolis	1.328	396	29,82	73	5,50	118	8,89	619	46,61	42	3,16	56	4,22	24	1,81
Lajeado Grande	812	255	31,40	36	4,43	89	10,96	335	41,26	13	1,60	74	9,11	10	1,23
Luzerna	3.172	1.717	54,13	93	2,93	355	11,19	766	24,15	109	3,44	36	1,13	96	3,03
Marema	1.279	268	20,95	36	2,81	148	11,57	790	61,77	16	1,25	0	0,00	21	1,64
Ouro	4.575	1.817	39,72	112	2,45	512	11,19	1.809	39,54	121	2,64	70	1,53	134	2,93
Ouro Verde	843	295	34,99	56	6,64	179	21,23	268	31,79	0	0,00	7	0,83	38	4,51
Passos Maia	2.453	698	28,45	198	8,07	288	11,74	761	31,02	50	2,04	203	8,28	255	10,40
Ponte Serrada	5.289	3.105	58,71	172	3,25	858	16,22	815	15,41	74	1,40	97	1,83	168	3,18
São Domingos	5.336	1.889	35,40	179	3,35	867	16,25	1.887	35,36	142	2,66	178	3,34	194	3,64
Treze Tílias	3.740	1.973	52,75	81	2,17	326	8,72	1.139	30,45	175	4,68	23	0,61	23	0,61
Vargeão	1.830	803	43,88	84	4,59	243	13,28	621	33,93	21	1,15	11	0,60	47	2,57
Vargem Bonita	2.351	1.073	45,64	155	6,59	587	24,97	324	13,78	30	1,28	80	3,40	102	4,34
Xanxerê	23.127	12.319	53,27	910	3,93	2.740	11,85	5.029	21,75	865	3,74	626	2,71	638	2,76
Xaxim	14.795	7.747	52,36	306	2,07	2.093	14,15	3.707	25,06	276	1,87	281	1,90	385	2,60
Território	145.197	72.205	49,73	5.444	3,75	18.133	12,49	35.919	24,74	4.413	3,04	3.398	2,34	5.685	3,92
Santa Catarina	3.408.833	1.852.699	54,35	146.631	4,30	395.729	11,61	762.397	22,37	107.197	3,14	54.171	1,59	90.009	2,64
Brasil	86.353.839	39.107.321	45,29	4.651.127	5,39	17.418.119	20,17	18.529.012	21,46	1.703.130	1,97	1.485.492	1,72	3.459.638	4,01

Fonte: IBGE, 2010b.

Anexo 26

Quadro 24: Produto Interno Bruto do Território Meio Oeste Contestado, de Santa Catarina e do Brasil, em 2000.

Municípios	Produto Interno Bruto (em mil R\$)					PIB per capita em reais
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos	PIB a Preços correntes	
Abelardo Luz	36.749	10.518	12.805	5.094	101.692	6.185,64
Água Doce	18.679	2.759	5.474	1.249	39.651	5.794,39
Bom Jesus	5.241	426	1.973	241	9.851	4.814,76
Capinzal	12.567	170.961	15.087	18.216	281.889	14.126,23
Catanduvas	5.539	83.993	6.738	8.886	134.269	16.194,55
Coronel Martins	4.403	557	2.583	245	9.947	4.165,41
Entre Rios	2.058	669	2.370	152	7.013	2.454,67
Erval Velho	8.249	2.778	3.484	844	21.117	4.946,59
Faxinal dos Guedes	20.715	15.990	7.867	5.848	68.082	6.323,21
Galvão	9.125	1.225	3.290	732	20.170	4.762,69
Herval d'Oeste	8.635	67.339	13.275	9.699	138.926	6.931,05
Ibicaré	8.230	1.693	2.693	851	18.905	5.270,42
Ipuáçu	11.324	1.400	4.554	1.148	26.082	4.260,37
Joaçaba	10.092	89.257	21.386	34.762	337.265	14.014,17
Jupiá	4.476	518	1.999	107	8.646	3.894,59
Lacerdópolis	6.200	897	2.215	424	12.871	5.923,15
Lageado Grande	4.183	370	1.763	165	8.392	5.338,42
Luzerna	4.900	7.050	3.943	2.005	27.498	4.935,03
Marema	7.000	580	2.430	288	13.642	5.145,03
Ouro	14.582	2.646	5.423	1.439	34.459	4.644,70
Ouro Verde	10.607	1.112	2.438	727	20.158	8.570,58
Passos Maia	6.055	2.536	3.685	421	15.787	3.314,51
Ponte Serrada	24.748	7.123	7.769	2.002	57.961	5.488,21
São Domingos	17.902	4.248	7.257	4.070	57.705	6.048,74
Treze Tílias	7.092	37.754	3.789	9.062	72.605	15.001,03
Vargeão	6.394	4.830	2.879	1.011	21.325	6.047,93
Vargem Bonita	7.620	30.573	4.880	5.289	60.113	11.654,32
Xanxerê	27.285	74.747	28.912	29.538	293.331	7.837,00
Xaxim	20.682	82.556	17.552	17.045	220.072	9.628,21
Território	331.332	707.105	200.513	161.551	2.139.424	8.404,96
Santa Catarina	3.418.543	13.752.747	3.941.049	4.632.400	43.311.914	8.086,07
Brasil	57.241.000	283.321.000	152.521.000	157.834.000	1.179.482.000	6.946,34

Fonte: IBGE, 2000c.

Anexo 27

Quadro 25: Produto Interno Bruto do Território Meio Oeste Contestado, de Santa Catarina e do Brasil, em 2012.

Municípios	Produto Interno Bruto (em mil R\$)				PIB a Preços correntes	PIB per capita em reais
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos		
Abelardo Luz	81.400	73.682	211.623	28.714	395.419	22.989,47
Água Doce	56.661	20.701	71.684	11.062	160.108	22.941,39
Bom Jesus	7.885	13.122	21.676	2.375	45.058	17.336,51
Capinzal	38.010	278.130	262.474	55.348	633.961	30.096,92
Catanduvas	18.816	34.832	94.100	15.825	163.573	16.783,64
Coronel Martins	8.930	2.950	14.151	685	26.715	10.820,21
Entre Rios	7.514	3.242	16.765	822	28.343	9.314,16
Ervá Velho	15.976	10.152	36.194	4.190	66.511	15.237,41
Faxinal dos Guedes	29.857	76.071	101.397	30.283	237.609	22.321,17
Galvão	10.187	7.054	24.815	1.557	43.613	12.634,17
Herval d'Oeste	21.310	126.752	168.527	22.796	339.385	15.844,29
Ibicaré	12.799	7.533	32.421	3.790	56.543	16.923,83
Ipuuaçu	23.220	9.425	34.901	2.605	70.151	10.165,37
Joaçaba	26.980	433.092	621.794	133.216	1.215.081	44.237,86
Jupiá	8.806	5.134	15.195	1.222	30.357	14.198,66
Lacerdópolis	9.015	8.115	26.633	3.404	47.167	21.410,49
Lageado Grande	8.002	1.691	11.539	473	21.705	14.685,32
Luzerna	10.158	25.116	50.471	7.838	93.583	16.696,27
Marema	12.318	2.416	18.304	1.010	34.049	15.940,60
Ouro	24.455	13.520	50.939	5.149	94.063	12.801,23
Ouro Verde	16.910	3.675	17.636	1.034	39.255	17.377,18
Passos Maia	20.066	7.889	28.064	3.161	59.179	13.529,82
Ponte Serrada	39.632	25.478	84.399	8.003	157.512	14.187,73
São Domingos	46.043	21.234	80.650	7.326	155.254	16.535,75
Treze Tílias	11.518	243.356	106.626	39.967	401.467	61.124,66
Vargeão	9.106	21.521	35.000	5.990	71.617	20.270,74
Vargem Bonita	16.412	28.044	37.441	10.124	92.021	19.422,00
Xanxerê	33.918	266.666	583.373	106.633	990.590	21.944,84
Xaxim	30.527	205.669	260.114	44.328	540.638	20.678,45
Território	656.431	1.976.262	3.118.906	558.930	6.310.527	23.196,89
Santa Catarina	6.388.653	50.426.319	92.963.701	27.497.017	177.275.691	27772,00
Brasil	198.137.110	969.233.841	2.557.698.505	667.024.541	4.392.093.997	23655,00

Fonte: IBGE, 2012.

Anexo 28

Quadro 26: Índice de Gini dos municípios do Território Meio Oeste Contestado, Santa Catarina e Brasil em 2000 e 2010.

Municípios	Índice de Gini	
	2000	2010
Abelardo Luz	0,72	0,53
Água Doce	0,59	0,54
Bom Jesus	0,53	0,55
Capinzal	0,48	0,45
Catanduvas	0,58	0,47
Coronel Martins	0,58	0,44
Entre Rios	0,63	0,44
Erval Velho	0,49	0,47
Faxinal dos Guedes	0,61	0,49
Galvão	0,62	0,45
Herval D'Oeste	0,49	0,42
Ibicaré	0,51	0,43
Ipuáçu	0,56	0,61
Joaçaba	0,57	0,54
Jupiá	0,61	0,55
Lacerdópolis	0,52	0,39
Lajeado Grande	0,42	0,44
Luzerna	0,50	0,43
Marema	0,50	0,41
Ouro	0,50	0,45
Ouro Verde	0,64	0,53
Passos Maia	0,57	0,47
São Domingos	0,63	0,58
Treze Tílias	0,55	0,62
Vargeão	0,62	0,45
Vargem Bonita	0,49	0,43
Xanxerê	0,54	0,48
Xaxim	0,58	0,43
Território	0,54	0,47
Santa Catarina	0,56	0,49
Brasil	0,64	0,60

Fonte: PNUD, 2013.

Anexo 29

Quadro 27: Índice de Desenvolvimento Humano no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina e no Brasil, em 2000 e 2010.

Municípios	2000				2010			
	IDHM	IDHM Educação	IDHM Longevidade	IDHM Renda per capita	IDHM	IDHM Educação	IDHM Longevidade	IDHM Renda per capita
Abelardo Luz	0,58	0,37	0,79	0,66	0,70	0,58	0,85	0,68
Água Doce	0,63	0,45	0,79	0,69	0,70	0,57	0,82	0,72
Bom Jesus	0,55	0,37	0,76	0,59	0,72	0,61	0,83	0,74
Capinzal	0,63	0,44	0,83	0,67	0,75	0,66	0,87	0,74
Catanduvas	0,62	0,47	0,75	0,68	0,71	0,63	0,81	0,72
Coronel Martins	0,59	0,44	0,78	0,60	0,70	0,61	0,82	0,68
Entre Rios	0,49	0,33	0,71	0,49	0,66	0,55	0,81	0,64
Ervá Velho	0,64	0,50	0,77	0,66	0,72	0,59	0,87	0,74
Faxinal dos Guedes	0,66	0,52	0,77	0,70	0,76	0,68	0,86	0,75
Galvão	0,63	0,47	0,79	0,67	0,71	0,62	0,82	0,70
Herval d'Oeste	0,65	0,51	0,83	0,66	0,76	0,68	0,86	0,74
Ibicaré	0,62	0,44	0,81	0,67	0,71	0,59	0,83	0,73
Ipuacu	0,51	0,33	0,71	0,58	0,66	0,54	0,79	0,67
Joaçaba	0,74	0,65	0,83	0,76	0,83	0,77	0,89	0,82
Jupiá	0,58	0,42	0,78	0,61	0,72	0,61	0,86	0,71
Lacerdópolis	0,70	0,54	0,84	0,76	0,78	0,71	0,88	0,76
Lajeado Grande	0,67	0,53	0,84	0,67	0,77	0,71	0,86	0,75
Luzerna	0,70	0,56	0,85	0,71	0,79	0,72	0,88	0,78
Marema	0,63	0,44	0,85	0,68	0,74	0,64	0,86	0,75
Ouro	0,66	0,48	0,82	0,72	0,77	0,68	0,88	0,77
Ouro Verde	0,64	0,49	0,78	0,67	0,70	0,61	0,79	0,70
Passos Maia	0,54	0,36	0,76	0,60	0,66	0,55	0,81	0,65
Ponte Serrada	0,57	0,39	0,73	0,64	0,69	0,61	0,79	0,69
São Domingos	0,66	0,52	0,79	0,70	0,77	0,68	0,86	0,77
Treze Tílias	0,69	0,52	0,81	0,70	0,80	0,69	0,87	0,84
Vargeão	0,64	0,48	0,78	0,71	0,69	0,55	0,83	0,71
Vargem Bonita	0,60	0,44	0,77	0,63	0,72	0,66	0,8	0,71
Xanxerê	0,67	0,56	0,81	0,68	0,78	0,71	0,86	0,76
Xaxim	0,65	0,50	0,79	0,70	0,75	0,66	0,87	0,74
Território	0,62	0,47	0,79	0,66	0,73	0,64	0,84	0,73
Santa Catarina	0,67	0,53	0,81	0,72	0,77	0,70	0,86	0,77
Brasil	0,61	0,46	0,73	0,69	0,72	0,64	0,82	0,74

Fonte: PNUD, 2013.

Anexo 30

Quadro 28: número de pessoas por família, idade, escolaridade, ocupação(es) principal(is) e condição em relação à Previdência Social do(s) principal(is) provedor(es) do sustento

Família	Nº de pessoas/família	Mulher				homem			
		Idade	Escolaridade	Ocupação	Previdência Social	Idade	Escolaridade	Ocupação	Previdência Social
1	7	49	4. ^a série	serviços domésticos	NFPR*	50	4. ^a série	assalariado na agricultura	carteira assinada
2	3	25	2. ^o grau incompleto	serviços domésticos	desprovida	23	5. ^a série	diarista na agricultura	NFPR
3	5	32	5. ^a série	agricultura/ serviços domésticos	desprovida	32	7. ^a série	agricultura	desprovido
4	4	40	4. ^a série	agricultura/ serviços domésticos	desprovida	37	4. ^a série	agricultura	desprovido
5	6	29	5. ^a série	serviços domésticos	indígena	28	4. ^a série	diarista em serviços gerais	indígena
6	6	44	4. ^a série	serviços domésticos	desprovida	47	2. ^a série	vendedor ambulante	desprovido
7	7	33	7. ^a série	serviços domésticos	NFPR	29	3. ^a série	assalariado em frigorífico	carteira assinada
8	6	35	4. ^a série	agricultura/ serviços domésticos	desprovida	46	3. ^a série	mecânico	desprovido
9	5	42	6. ^a série	serviços domésticos/ faxina	carteira assinada	50	4. ^a série	diarista na construção civil/ serviços domésticos	desprovido
10	5	44	não alfabetizada	serviços domésticos	desprovida	-	-	-	-
11	6	47	5. ^a série	serviços domésticos	desprovida	51	3. ^a série	agricultura	desprovido
12	4	28	3. ^a série	serviços domésticos	desprovida	31	6. ^a série	cortador de erva-mate	carteira assinada
13	5	37	não alfabetizada	agricultura/ serviços domésticos	NFPR	46	não alfabetizado	diarista na agricultura	NFPR
14	4	47	não alfabetizada	serviços domésticos/ faxina	desprovida	-	-	-	-
15	3	29	4. ^a série	serviços domésticos/ diarista na agricultura	indígena	24	4. ^a série	diarista na agricultura	indígena
16	5	37	1. ^a série	serviços domésticos	indígena	-	-	-	-
17	8	37	3. ^a série	serviços domésticos	desprovida	48	2. ^a série	assalariado na metalurgia	carteira assinada
18	3	46	3. ^a série	serviços domésticos	desprovida	56	4. ^a série	aposentado	-
19	5	36	2. ^o grau incompleto	serviços gerais/ serviços domésticos	carteira assinada	42	2. ^o grau	diarista na construção civil	contribui com o INSS
20	6	38	3. ^a série	serviços domésticos	desprovida	37	8. ^a série	diarista na construção civil	desprovido
21	7	32	1. ^o grau	serviços domésticos	desprovida	29	4. ^a série	assalariado na agricultura	desprovido
22	8	32	5. ^a série	serviços domésticos	contribui com o INSS**	43	não alfabetizado	assalariado na agricultura	carteira assinada

23	6	36	4.ª série	serviços domésticos/ faxina	desprovida	-	-	-	-
24	7	53	4.ª série	serviços domésticos	carteira assinada	55	4.ª série	serviços gerais	carteira assinada
25	7	34	4.ª série	serviços domésticos	desprovida	43	não alfabetizado	assalariado no corte de erva- mate	carteira assinada
26	6	29	não alfabetizada	serviços domésticos	desprovida	36	não alfabetizado	assalariado no corte de erva- mate	carteira assinada
27	2	50	não alfabetizada	serviços domésticos/diarista na agricultura	desprovida	-	-	-	-
28	6	39	4.ª série	serviços domésticos/ faxina	desprovida	-	-	-	-
29	3	38	4.ª série	serviços domésticos	desprovida	35	2.ª série	diarista na agricultura	desprovido
30	3	47	3.ª série	serviços domésticos / diarista na agricultura	desprovida	-	-	-	-
31	4	22	2.ª grau	serviços domésticos	desprovida	-	-	-	-
32	7	42	não alfabetizada	serviços domésticos / desempregada	desprovida	55	não alfabetizado	aposentado	aposentado
33	1	52	1.ª série	serviços domésticos / desempregada	contribui com o INSS	-	-	-	-
34	4	58	não alfabetizada	serviços domésticos/ faxina	desprovida	69	não alfabetizado	diarista na agricultura	carteira assinada
35	4	42	4.ª série	serviços domésticos	NFPR	43	5.ª série	diarista na agricultura	NFPR
36	3	53	não alfabetizada	serviços domésticos / diarista na agricultura	NFPR	-	-	-	-
37	2	22	7.ª série	serviços domésticos / catadora de lixo	desprovida	-	-	-	-
38	7	58	2.ª série	serviços domésticos	desprovida	59	5.ª série	assalariado na agricultura	carteira assinada
39	4	28	2.º grau incompleto	serviços domésticos	desprovida	42	1.º grau	assalariado na agricultura	carteira assinada
40	3	30	2.º grau incompleto	serviços domésticos	desprovida	-	-	-	-

Fonte: elaborada pela autora, com base nas informações da pesquisa de campo.

* Nota Fiscal de Produtor Rural

** Instituto Nacional do Seguro Social

Anexo 31

Quadro 29: Cargos e/ou funções e data em que os atores institucionais do Território Meio Oeste Contestados foram entrevistados

Atores institucionais	Cargo/Função	Mês/ano em que foi entrevistado
1	Prefeito	Outubro /2014
2	Gestor público municipal que atua na captação de recursos financeiros	Outubro /2014
3	Prefeito Integrante da diretoria do CPIMMOC	Outubro /2014
4	Secretário Municipal de Administração	Outubro /2014
5	Sócio-proprietário de uma empresa de assessoria na captação de recursos financeiros para as prefeituras nos governos estaduais e federal	Outubro /2014
6	Professor universitário Ex-assessor do MDA	Setembro/2014
7	Assessor do MDA em Santa Catarina Ex-articulador dos territórios em Santa Catarina	Outubro /2014
8	Ex-articulador do Meio Oeste Contestado	Outubro /2014
9	Ex-prefeito	Outubro /2014
10	Delegado do Codeter representando o governo Gestor público que atuava em duas instituições intermunicipais	Outubro /2014 Maio/2016
11	Delegado do Codeter representando a sociedade civil Vereador Colaborador de uma cooperativa ligada à agricultura familiar	Outubro /2014 Abril/2016
12	Delegado do Codeter representando a sociedade civil Líder sindical Assessor do Território Meio Oeste Contestado	Outubro /2014 Abril/2016
13	Prefeito	Abril/2016
14	Técnico Agrícola da Epagri	Abril/2016
15	Delegado do Codeter representando a sociedade civil Vereador Ex-secretário municipal de administração	Abril/2016
16	Diretor de Assistência Social	Abril/2016
17	Delegado do Codeter representando a sociedade civil Presidente de uma cooperativa ligada à agricultura familiar	Abril/2016
18	Secretário municipal de planejamento	Abril/2016
19	Veterinário do CPIMMOC	Abril/2016
20	Veterinário do CPIMMOC	Abril/2016
21	Técnico ambiental do CPIMMOC	Abril/2016
22	Secretário municipal de administração	Abril/2016
23	Secretário Executivo de Desenvolvimento Regional	Abril/2016
24	Responsável pelo Controle Interno de uma Prefeitura	Abril/2016
25	Agropecuarista da Epagri	Abril/2016
26	Prefeito Integrante da diretoria do CPIMMOC	Abril/2016
27	Assessor do Território Meio Oeste Contestado	Maio/2016
28	Prefeito	Maio/2016
29	Assistente Social de um sindicato rural	Maio/2016
30	Assistente Social de uma Prefeitura	Maio/2016
31	Gerente de políticas Socioeconômicas Rurais e Urbanas de uma Agência de Desenvolvimento Rural	Maio/2016
32	Secretário Executivo de Desenvolvimento Regional Ex-prefeito por três gestões	Maio/2016
33	Coordenador da Diretoria de Habitação	Maio/2016
34	Secretário Executivo dos Conselhos Municipais	Maio/2016
35	Prefeito	Maio/2016
36	Chefe de Gabinete de uma prefeitura municipal	Maio/2016

Fonte: elaborada pela autora, com base nas informações da pesquisa de campo.

Anexo 32

Quadro 30: Valor dos objetos financiados pelo Pronat entre 2003 e 2015

Ano	Proponente	Município	Objeto	Valor
2003	PM* Abelardo Luz	Abelardo Luz	Construção de um resfriador de leite, aquisição de caminhão, construção de galpão, aquisição de materiais permanentes e reforma de instalações	470.691,33
2004	SINTRAF	Xanxerê	Seminários, oficinas, cursos e intercâmbios	80.931,03
2004	PM Água Doce	Água Doce	Aquisição de implementos agrícolas e construção de um moinho colonial	63.662,76
2004	PM Xanxerê	Xanxerê	Construção de um centro de comercialização de produtos da agricultura familiar	142.616,28
2004	PM Galvão	Galvão	Aquisição de veículo popular	21.296,28
2004	PM Abelardo Luz	Abelardo Luz	Construção de um estábulo e ampliação do centro de formação	55.687,59
2004	PM Galvão	Galvão	Construção casa do colono	33.405,85
2005	PM Xanxerê	Xanxerê	Aquisição de máquinas equipamentos, móveis e computador para o centro de comercialização	224.357,08
2005	PM Coronel Martins	Coronel Martins	Aquisição de equipamento para estruturação da cadeia produtiva de leite	10.600,22
2005	PM Erval Velho	Erval Velho	Reforma da casa familiar rural	39.018,56
2005	PM Marema	Marema	Construção de uma unidade de beneficiamento de produtos derivados do leite	10.3962,60
2005	PM Galvão	Galvão	Construção de diversas estufas para produção orgânica hortaliças	16.643,92
2005	PM Capinzal	Capinzal	Construção da casa do mel e aquisição de equipamentos	28.189,25
2005	PM Abelardo Luz	Abelardo Luz	Produção e industrialização do girassol	105.632,85
2005	PM Faxinal dos Guedes	Faxinal dos Guedes	Construção de unidade de beneficiamento de produtos apícolas, construção de um laboratório	100.053,31
2005	PM Água Doce	Água Doce	Aquisição de equipamentos para moinho colonial e cantina de suco vinho	109.277,72
2005	PM Catanduvas	Catanduvas	Construção de agroindústria de conservas e aquisição de equipamentos	87.149,26
2006	PM Coronel Martins	Coronel Martins	Aquisição de equipamentos para agroindústria de leite	43.913,86
2006	PM Treze Tílias	Treze Tílias	Construção de centro de comercialização de produtos agrícolas artesanais	45.578,94
2006	PM Coronel Martins	Coronel Martins	Aquisição de equipamentos para o centro de comercialização de produtos agrícolas	12.272,74
2006	Joaçaba	Joaçaba	Construção de centro de comercialização de produtos da agricultura familiar	89.197,31
2007	PM Coronel Martins	Coronel Martins	Apoio ao beneficiamento de cereais por meio da construção de moinho colonial	57.216,19
2007	PM Joaçaba	Joaçaba	Apoio à comercialização por meio da aquisição de máquinas e equipamentos para a central de comercialização e aquisição de um veículo utilitário	96.074,36
2007	CRESOL MEIOESTE	Abelardo Luz	Capacitação, consultoria, gestão e elaboração de materiais	274.305,02
2007	COPERIO	Catanduvas	Disseminação de informações sobre cooperativismo, mercado, tecnologias, linhas de crédito, leis e preservação ambiental	65.561,29
2007	PM agua doce	Água Doce	Apoio a agroindustrialização e a comercialização por meio da construção de uma loja de vendas e aquisição de máquinas e equipamentos de panificação	9.4512,90
2007	PM Xanxerê	Xanxerê	Apoio a comercialização por meio da conclusão do centro de comercialização de produtos da agricultura familiar e da aquisição de equipamentos	70.027,01
2007	PM Coronel Martins	Coronel Martins	Apoio ao cooperativismo de crédito através da construção da sede da Cresol e Coopercel e aquisição veículo e equipamentos para o Icaf	136.527,73

2007	PM Jupiá	Jupiá	Apoio cadeia produtiva do leite	46.864,62
2008	PM Passos Maia	Passos Maia	Apoio a ATer por meio da aquisição de veículos	10.2276,2
2008	PM Lajeado Grande	Lajeado Grande	Fortalecimento capacidade produtiva com aquisição de trator agrícola	140.000,00
2008	PM Joaçaba	Joaçaba	Apoio a ações de capacitação e de acompanhamento técnico e cursos de formação para o centro regional de comercialização	229.026,17
2008	PM Catanduvas	Catanduvas	Apoio a comercialização de hortifrutigranjeiros por meio da construção de entreposto	174.079,67
2008	PM Faxinal dos Guedes	Faxinal dos Guedes	Fortalecimento da capacidade produtiva por meio da aquisição de um trator de pneu	125.519,80
2008	PM Coronel Martins	Coronel Martins	Apoio a comercialização de carnes de bovinos e suínos por meio da ampliação de abatedouro e aquisição de equipamentos	283610,37
2008	PM Abelardo Luz	Abelardo Luz	Apoio a comercialização de peixes por meio da aquisição de um caminhão com câmara frita	143.498,10
2008	PM Ouro	Ouro	Apoio a formação de agricultores familiares por meio da construção de um centro de formação	146.904,91
2008	PM Jupiá	Jupiá	Fortalecimento capacidade produtiva por meio da aquisição de um trator e uma plantadeira	108.786,26
2009	PM Abelardo Luz	Abelardo Luz	Construção de barracão e aquisição de equipamentos para processamento de couro de peixes	162.548,67
2009	PM Abelardo Luz	Abelardo Luz	Aquisição de caminhão equipado para a distribuição de calcário	326.165,32
2009	PM Galvão	Galvão	Construção e aquisição de equipamentos para uma agroindústria de processamento de frutas em sucos e doces	230.942,38
2009	PM São Domingos	São Domingos	Aquisição de caminhão equipado com caçamba	239.000,00
2009	PM Abelardo Luz	Abelardo Luz	Construção de alojamento e aquisição de equipamentos	240.360,72
2009	Água Doce	Água Doce	Aquisição de caminhão e tanque para coleta de leite	199.778,13
2009	PM Abelardo Luz	Abelardo Luz	Aquisição de dois equipamentos completos para distribuição de calcário	165.558,53
2009	PM Capinzal	Capinzal	Aquisição de caminhão e de tanque isotérmico	200.454,77
2009	PM Capinzal	Capinzal	Aquisição de trator, máquinas e equipamentos agrícolas	165.106,24
2009	PM Catanduvas	Catanduvas	Aquisição de veículo “camioneta” com baú	112.776,24
2010	PM Coronel Martins	Coronel Martins	Aquisição de equipamentos agrícolas	156.391,32
2010	PM São Domingos	São Domingos	Aquisição de caminhão caçamba basculante	208.000,00
2010	PM JUPIA	Jupiá	Aquisição de carreta forrageira hidráulica, colhedoras de forragens, máquinas para distribuição de adubo orgânico líquido e de calcário	102.877,71
2010	PM Vargeão	Vargeão	Aquisição de máquinas e implementos agrícolas para fortalecer a agricultura familiar	165.586,51
2010	PM Abelardo Luz	Abelardo Luz	Aquisição de retroescavadeira	233.422,09
2010	PM Ibicaré	Ibicaré	Aquisição de trator agrícola com tração nas 4 rodas	110.854,65
2010	PM Ouro	Ouro	Aquisição de distribuidores de adubo líquido, empilhadeiras, plantadeira e arados subsoladores	105.236,19
2010	PM G Galvão	Galvão	Aquisição de trator agrícola	112.279,03
2010	PM Coronel Martins	Coronel Martins	Aquisição de equipamentos e de “camioneta” para o moinho colonial	154.597,16
2010	PM Xaxim	Xaxim	Construção e ampliação da escola casa familiar rural regional de Xaxim	260.951,56
2011	PM Abelardo Luz	Abelardo Luz	Aquisição de trator agrícola e equipamentos para atendimento da agricultura familiar	150.045,03
2011	PM Abelardo Luz	Abelardo Luz	Aquisição de trator tipo esteiras	599.465,17

2011	PM São Domingos	São Domingos	Aquisição de motoniveladora	761.401,11
2011	PM Coronel Martins	Coronel Martins	Aquisição de uma escavadeira hidráulica de esteiras	377.281,16
2012	PM Abelardo Luz	Abelardo Luz	Aquisição de caminhão trucado equipado com caçamba	314.185,05
2012	PM São Domingos	São Domingos	Aquisição de dois caminhões	520.008,32
2012	PM Abelardo Luz	Abelardo Luz	Aquisição de dois caminhões equipados com caçamba	636.927,80
2012	PM Ponte Serrada	Ponte Serrada	Ampliação do centro de recebimento, processamento, armazenamento e comercialização de produtos da agricultura familiar	273.522,69
2012	PM São Domingos	São Domingos	Aquisição de uma motoniveladora	601.428,16
2012	PM São Domingos	São Domingos	Aquisição de um trator de esteiras	580.000,00
2013	PM Entre Rios	Entre Rios	Aquisição de um caminhão equipado com caçamba	213.395,35
2013	PM Ouro Verde	Ouro Verde	Aquisição de caminhão e basculante	247.300,00
2013	PM Jupiá	Jupiá	Aquisição de um rolo compactador	339.500,00
2014	Vargem Bonita	Vargem Bonita	Objeto**	100.000,00
2014	Lajeado Grande	Lajeado Grande	Objeto**	100.000,00
2014	PM Xaxim	Xaxim	Apoio ao beneficiamento da agricultura familiar	500.500,50
2014	Passos Maia	Passos Maia	Objeto**	100.000,00
2014	PM Lacerdópolis	Lacerdópolis	Aquisição de equipamentos agrícolas	122.500,00
2014	Ouro	Ouro	Objeto**	99.840,00
2014	PM Vargem Bonita	Vargem Bonita	Aquisição de implementos agrícolas	107.779,00
2014	PM Xanxerê	Xanxerê	Apoio ao aprimoramento no Serviço de Inspeção Sanitária do Município de Xanxerê	274.812,68
2015	CIPMMOC	Ouro	Aquisição de veículos para estruturação do Suasa nos municípios integrantes do CIPMMOC	454.870,00
Total R\$:				15.306.578,58

Fonte: Adaptado a partir de informações fornecidas por assessores territoriais do Meio Oeste Contestado

* Prefeitura Municipal

** Até o momento em que a tese foi finalizada, não foi possível obter com precisão, informações a respeito do que foi financiado quando o objeto não está descrito.